



**yUNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS**



**JANIERK PEREIRA DE FREITAS**

**ANÁLISE DAS VULNERABILIDADES DOS ASSENTAMENTOS RURAIS E O  
PAPEL DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/SERTÃO NO PROCESSO DE  
REFORMA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS/PB**

**Campina Grande – PB  
2017**

**JANIERK PEREIRA DE FREITAS**

**ANÁLISE DAS VULNERABILIDADES DOS ASSENTAMENTOS RURAIS E O  
PAPEL DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/SERTÃO NO PROCESSO DE  
REFORMA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS/PB**

Tese submetida ao Programa de Doutorado em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Recursos Naturais.

**Área de Concentração:** Sociedade e Recursos Naturais

**Linha de Pesquisa:** Gestão Ambiental

**Orientador:** Prof. Dr. Marx Barbosa Prestes

**Campina Grande – PB  
2017**

**JANIERK PEREIRA DE FREITAS**

**ANÁLISE DAS VULNERABILIDADES DOS ASSENTAMENTOS RURAIS E O  
PAPEL DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/SERTÃO NO PROCESSO DE  
REFORMA AGRÁRIA NO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS/PB**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais (PPGRN), Centro de Tecnologia e Recursos Naturais (CTRN), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em cumprimento às exigências legais para obtenção do título de Doutora em Recursos Naturais.

**APROVADA em:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

---

Prof. Dr. Marx Prestes Barbosa (UFCG)  
Orientador

---

Prof. Dr. José Otávio Aguiar  
Membro Interno

---

Prof.<sup>a</sup> Dr. Rafael Albuquerque Xavier  
Membro Interno

---

Prof. Dr. Jogerson Pinto Gomes Pereira  
Membro Externo

---

Prof.  
Membro Externo

Este trabalho é dedicado primeiramente a Deus, pois sem Ele nada valerá.

A todos aqueles que contribuíram na construção deste, especialmente meus familiares: meus pais, irmãos, e sobrinhos, não podendo esquecer aquelas pessoas que fazem parte da minha vida, meus/minhas amigos/as. Também a meu Orientador, aos professores e funcionários da Instituição que, de forma direta ou indireta, deram a sua contribuição para a realização deste trabalho.

A todos os agricultores que aceitaram participarem da pesquisa.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, Luz que sempre me ilumina, pela força, coragem e sabedoria, sem as quais os desafios não podem ser superados e pelas bênçãos derramadas a cada dia, para o fortalecimento do meu ser.

Aos meus pais Bruno e Adorívia, pessoas especiais e queridas, a base primordial para essa conquista.

Ao professor e orientador, Marx Barbosa Prestes, por toda dedicação, responsabilidade, por suas orientações acadêmicas, amizade, paciência, que acima do papel de orientador, uma pessoa humana, capaz de ouvir, aconselhar e compartilhar as suas experiências.

Aos/Às meus/minhas irmãos/as e sobrinhos/as, especialmente àqueles que nos deram força, compreensão, carinho, afeto, estímulo e apoio para conclusão desse trabalho.

A Manoel, meu amor, pelo carinho, companheirismo, paciência e auxílio em todo momento na construção deste trabalho.

A todos/as meus/minhas amigos/as, pela amizade e palavras de força, sempre torcendo e acreditando em mim. Especialmente Antônio Cleides, Cecília, Socorro Ferreira, Maricelia, Roze, Lucine, e Sandrilene.

A todos professores examinadores, que compuseram esta banca.

A todos os professores, que ministraram as disciplinas do programa de Doutorado em Recurso Naturais as quais cursei.

À Coordenação e ao Programa de Recursos Naturais, pela oportunidade. Em especial a Cleide, secretária do Programa, pela amizade, paciência e companheirismo.

Aos representantes dos órgãos gestores: Diocese de Cajazeiras – PB, CPT/Sertão/Cajazeiras – PB, Caaasp/Cajazeiras – PB, secretarias do Município de Cajazeiras: Meio Ambiente, Agricultura, Educação e Ação Social, pela contribuição de informações para a construção desse trabalho.

A todos os agricultores dos sete assentamentos do município de Cajazeiras – PB, pela cooperação, disponibilidade, dedicação e atenção. Agradeço por compartilhar um pouco da história de suas vidas, descrita de forma narrativa em algumas partes desse trabalho, agricultores exemplos de luta e força de vontade de construir algo melhor.

A todos que fizeram parte desta pesquisa, meu muito obrigada.

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as vulnerabilidades social, econômica, à seca, ambiental, tecnológica, cultural e política dos sete assentamentos rurais do município de Cajazeiras – PB, Santo Antônio, Frei Damião, Frei Beda, Edvaldo Sebastião, Valdecir Santiago, Mãe Rainha e Santa Cecília, como também a história de vida dos assentados que se dispuseram a relatar suas histórias no sentido de rememorar-las. O diálogo entre o passado e o presente dos personagens reconstitui suas experiências cotidianas vividas, levando para uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, lembranças e valores dos mesmos. Analisou-se também o papel da Comissão da Pastoral da Terra no processo de Reforma Agrária no Alto Sertão e sua participação no processo de desapropriação dos assentamentos pesquisados e sua contribuição nas práticas materiais de vida, de trabalho que esses agricultores vêm utilizando para a permanência nestes assentamentos rurais, a importância do ambiente e suas formas de proteção. Para a realização da pesquisa utilizou-se da metodologia de História Oral apresentada como fio condutor dos caminhos delineados, permitindo o diálogo entre o passado e o presente dos personagens, assim os mesmos podem reconstituir suas experiências cotidianas vividas. Para analisar os fatores de vulnerabilidades utilizou-se da metodologia aplicada para o Diagnóstico de Vulnerabilidades, uma vez que esta metodologia responde pelo o resultado levantado dos Fatores de Vulnerabilidades (social, econômica, à seca, ambiental, tecnológica, cultural e política) nos assentamentos pesquisados. Quanto à técnica para coleta de dados, utilizou-se o estudo de campo, entrevistas semiestruturadas (temáticas e de história de vida), questionários semiestruturados e observação participante. Para a sistematização dos resultados levantados procedeu-se com uma abordagem quali-quantitativa de forma comparativa, tratando-se de uma aproximação entre a análise qualitativa e quantitativa, e tendo uma abordagem quantitativa na sistematização de parte dos dados, estes sendo compilados em gráficos, tabelas e também discutidos à luz da narrativa descritiva. Os resultados obtidos no estudo atestam a importância da existência de iniciativas e reais mudanças na vida dos moradores dos assentamentos pesquisados. Para às famílias entrevistadas, a Comissão Pastoral da Terra/Sertão foi a entidade principal pelos resultados das conquistas alcançadas por eles, tanto no momento inicial pela desapropriação, como nos anos iniciais de assentamento pelas mudanças significativas no modo de vivência dos assentados. Por outro lado, o estudo das vulnerabilidades aponta que a maioria dos assentamentos apresenta vulnerabilidade alta e muito alta. O alto índice de vulnerabilidade, algo preocupante para política de Reforma Agrária do INCRA, pois atestam que as condições socioeconômicas, ambiental políticas e cultural das comunidades assentadas são precárias. O alto índice de vulnerabilidade é atribuído à escassez de chuvas nos últimos anos, à suspensão da assessoria técnica rural por parte do INCRA e à demora da liberação de empréstimo das linhas de crédito do Pronaf para alguns assentamentos. As linhas de crédito do Pronaf são de suma importância para a manutenção dos assentados nas comunidades rurais, pois criam condições para o alcance, por parte dos agricultores assentados, de uma qualidade de vida digna no campo. A assessoria técnica rural deve interagir e capacitar as famílias assentadas de forma a orientar e facilitar a execução de suas ações, tornando-as mais fortalecidas e enraizadas no lugar.

**Palavras-chave:** atividades agrícolas, assessoria técnica, organização social.

## ABSTRACT

The present research aims to analyze the social, economic, drought, environmental, technological, cultural and political vulnerabilities of the seven rural settlements of the municipality of Cajazeiras – PB, Santo Antônio, Frei Damião, Frei Beda, Edvaldo Sebastião, Valdecir Santiago, Mãe Rainha and Santa Cecília, as well as the life history of the settlers who set out to report their stories in order to recall them. The dialogue between the past and the present of the characters reconstitutes their lived daily experiences, leading to a detailed understanding of their beliefs, attitudes, memories and values. The role of the Pastoral Land Commission in the process of Agrarian Reform in Alto Sertão and its participation in the process of expropriation of the settlements surveyed and its contribution to the material life-work practices that these farmers have been using for the permanence in these settlements, the importance of the environment and its forms of protection. In order to carry out the research, Oral History methodology was used as the guiding thread of the outlined paths, allowing the dialogue between the past and the present of the characters, so that they can reconstruct their lived experiences. In order to analyze the vulnerability factors, the methodology used for the Vulnerability Diagnosis was used, since this methodology responds by the result of the Vulnerability Factors (social, economic, drought, environmental, technological, cultural and political) in the settlements researched. As for the technique for data collection, field study, semi-structured interviews (thematic and life history), semi-structured questionnaires and participant observation were used. In order to systematize the results obtained, a qualitative-quantitative approach was carried out in a comparative way, being an approximation between the qualitative and quantitative analysis, and taking a quantitative approach in the systematization of part of the data, being compiled in graphs, tables and also discussed in the light of descriptive narrative. The results obtained in the study attest to the importance of the existence of initiatives and real changes in the life of the inhabitants of the researched settlements. For the interviewed families, the Land/Sertão Pastoral Commission was the main entity because of the results achieved by them, both at the time of expropriation, and in the initial years of settlement due to the significant changes in the way the settlers lived. On the other hand, the study of vulnerabilities indicates that the majority of the settlements present high and very high vulnerability. The high index of vulnerability, something of concern for INCRA's Agrarian Reform policy, because they attest that the socioeconomic, political, and cultural conditions of settled communities are precarious. The high level of vulnerability is attributable to the scarcity of rainfall in recent years, the suspension of rural technical assistance by INCRA and the delay in the loan release of the PRONAF credit lines for some settlements. The PRONAF credit lines are of great importance for the maintenance of the settlers in the rural communities, as they create the conditions for settled farmers to have a decent quality of life in the countryside. The rural technical advisory must interact and train the settled families in order to guide and facilitate the execution of their actions, making them more strengthened and rooted in the place.

**Keywords:** Agricultural activities, technical assistance, social organization.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b> – Delimitação territorial da Paraíba por diocese .....	109
<b>Figura 02</b> – Áreas de atuações da CPT segundo as dioceses – Paraíba .....	110
<b>Figura 03</b> – Mapa da Paraíba com destaque para o município de Cajazeiras .....	128
<b>Figura 04</b> – Mapa da classificação climática da Paraíba com destaque para o município de Cajazeiras (adaptado do Atlas Geográfico do Estado da Paraíba) .....	130
<b>Figura 05</b> – Mapa da classificação vegetacional da Paraíba com destaque para o município de Cajazeiras .....	131
<b>Figura 06</b> – Mapa do sistema hidrográfico do município de Cajazeiras – PB .....	133
<b>Figura 07</b> – Vulnerabilidade social dos assentamentos rurais no município de Cajazeiras – PB .....	174
<b>Figura 08</b> – Vulnerabilidade social, assentamento Santo Antônio .....	175
<b>Figura 09</b> – Vulnerabilidade social, assentamento Frei Damião .....	176
<b>Figura 10</b> – Vulnerabilidade social, assentamento Mãe Rainha .....	177
<b>Figura 11</b> – Faixa etária das famílias dos assentamentos pesquisados, Cajazeiras – PB .....	178
<b>Figura 12</b> – Nível de escolaridade nos assentamentos rurais de Cajazeiras .....	179
<b>Figura 13</b> – Escola Municipal do Assentamento Mãe Rainha .....	182
<b>Figura 14</b> – Percentual do nível de renda entre os entrevistados dos assentamentos, município Cajazeiras – PB .....	183
<b>Figura 15</b> – Casas de taipa no assentamento Santa Cecília .....	185
<b>Figura 16</b> – Banheiros improvisados no Assentamento Santa Cecília .....	186
<b>Figura 17</b> – Caixa de água para abastecer o assentamento Santa Cecília .....	188
<b>Figura 18</b> – Casas de alvenarias construídas pelo INCRA nos assentamentos: Edvaldo Sebastião, Mãe Rainha, Frei Beda e Santo Antônio .....	190
<b>Figura 19</b> – Vila dos assentamentos: Frei Beda, Santo Antônio e Valdeci Santiago .....	191
<b>Figura 20</b> – Casas habitadas pelos antigos moradores do assentamento Valdeci Santiago ....	192
<b>Figura 21</b> – Cisterna construída na residência de moradores que não reside na Vila do Assentamento Valdeci Santiago .....	193
<b>Figura 22</b> – Casa construída pelo antigo morador ao lado da casa antiga, assentamento Valdeci Santiago .....	194
<b>Figura 23</b> – Via de acesso aos Assentamentos Santo Antônio, Valdeci Santiago, Mãe Rainha e Frei Damião .....	195
<b>Figura 24</b> – Uso do fogão nos assentamentos pesquisados no município de Cajazeiras – PB .	196
<b>Figura 25</b> – Fogão à lenha no assentamento Frei Damião e lenha cortada para o uso, assentamento Santo Antônio .....	197
<b>Figura 26</b> – Casas abandonadas pelos antigos moradores, assentamentos: Valdeci Santiago, Edvaldo Sebastião e Mãe Rainha .....	201
<b>Figura 27</b> – Vulnerabilidade Econômica nos Assentamentos Rurais município de Cajazeiras	



– PB .....	203
<b>Figura 28</b> – Vulnerabilidade econômica, assentamento Santo Antônio .....	204
<b>Figura 29</b> – Vulnerabilidade econômica, assentamento Frei Damião .....	204
<b>Figura 30</b> – Vulnerabilidade econômica, assentamento Santa Cecília .....	205
<b>Figura 31</b> – Plantações de milho, feijão, banana e macaxeira em regime de sequeiros, assentamentos Frei Damião, Frei Beda e Santo Antônio .....	207
<b>Figura 32</b> – Sistema de irrigação por gotejamento utilizando mangueira de polietileno com pequenos furos para irrigação, assentamento Frei Damião, Santo Antônio e Mãe Rainha .....	208
<b>Figura 33</b> – Sistema de irrigação localizada por gotejamento nos assentamentos Santo Antônio e Frei Damião .....	209
<b>Figura 34</b> – Feira Agroecológica na Praça Cristiano Cartaxo, no município de Cajazeiras ....	210
<b>Figura 35</b> – Mandalas, assentamento Santo Antônio .....	211
<b>Figura 36</b> – Produção agroecológica nos assentamentos: Santo Antônio, Mãe Rainha, Frei Damião e Valdeci Santiago .....	212
<b>Figura 37</b> – Produtos/Artesanatos confeccionados por agricultora no assentamento Santo Antônio/Cajazeiras – PB .....	212
<b>Figura 38</b> – Vassouras de palha retiradas das carnaubeiras localizadas nas margens do açude Santo Antônio, no assentamento Santo Antônio .....	213
<b>Figura 39</b> – Produção de mel de abelha com ferrão no assentamento Frei Damião .....	214
<b>Figura 40</b> – Mel confeccionado e embalado para comercialização, assentamento Frei Damião	215
<b>Figura 41</b> – Plantação de hortaliças, plantas frutíferas e capim nos quintais das residências dos moradores dos assentamentos: Santo Antônio, Mãe Rainha e Frei Damião .	215
<b>Figura 42</b> – Plantação de hortaliças, plantas frutíferas e criação de aves nos quintais dos moradores dos assentamentos: Santo Antônio, Frei Beda e Frei Damião .....	216
<b>Figura 43</b> – Animais de trabalho nos assentamentos Santo Antônio e Valdeci Santiago .....	217
<b>Figura 44</b> – Criação bovina de maneira extensiva no assentamento Mãe Rainha e Valdeci Santiago .....	218
<b>Figura 45</b> – Instalações para confinamento de animais no assentamento Valdeci Santiago ....	219
<b>Figura 46</b> – Cochos de alvenaria para alimentação e casa de forragem para animais nos assentamentos: Santo Antônio, Frei Damião e Valdeci Santiago .....	219
<b>Figura 47</b> – Recipientes para água e alimentação do gado nos assentamentos: Mãe Rainha, Valdeci Santiago, Santo Antônio e Frei Damião .....	220
<b>Figura 48</b> – Cerca de madeira construída dentro do açude, assentamento Valdeci Santiago, Santo Antônio e Frei Damião .....	221
<b>Figura 49</b> – Plantação de palma forrageira para criação de caprinos, assentamentos Santo Antônio, Mãe Rainha, Frei Beda e Frei Damião .....	222
<b>Figura 50</b> – Criação de caprinos no assentamento Santo Antônio .....	222
<b>Figura 51</b> – Criação de caprinos, bovinos e muares nos assentamentos: Mãe Rainha, Santo Antônio e Frei Damião .....	223

<b>Figura 52</b> – Aves em sistema de criação extensiva no assentamento Santo Antônio e Frei Damião .....	224
<b>Figura 53</b> – Aves em sistema de confinamento, Edvaldo Sebastião e Frei Beda .....	224
<b>Figura 54</b> – Instalações para confinamento de suínos, assentamento Edvaldo Sebastião .....	225
<b>Figura 55</b> – Criação de suínos em sistema de confinamento, assentamento Edvaldo Sebastião .....	225
<b>Figura 56</b> – Máquinas para triturar pastagens para os animais, assentamento Frei Damião e Valdeci Santiago .....	226
<b>Figura 57</b> – Plantação de capim irrigado com água de poço artesiano, para criação de animais, assentamento Mãe Rainha e Valdeci Santiago .....	227
<b>Figura 58</b> – Poço amazonas e poço tubular nos assentamentos Valdeci Santiago e Mãe Rainha .....	227
<b>Figura 59</b> – Semente de capim elefante para plantação, assentamento Mãe Rainha .....	228
<b>Figura 60</b> – Vulnerabilidade à seca nos assentamentos rurais de Cajazeiras – PB .....	230
<b>Figura 61</b> – Vulnerabilidade à seca, assentamento Santo Antônio .....	231
<b>Figura 62</b> – Barragem Santo Antônio, assentamento Santo Antônio .....	232
<b>Figura 63</b> – Formas de armazenamento de água nos assentamentos: Santo Antônio, Frei Damião, Edvaldo Sebastião, Mãe Rainha, Valdeci Santiago e Frei Beda .....	232
<b>Figura 64</b> – Cisterna de placa e cisterna calçadão, assentamentos: Santo Antônio e Frei Damião .....	234
<b>Figura 65</b> – Açudes dos assentamentos: Santo Antônio, Santa Cecília, Valdeci Santiago e Edvaldo Sebastião .....	236
<b>Figura 66</b> – Vulnerabilidade à seca, assentamento Santa Cecília .....	237
<b>Figura 67</b> – Mandalas e barreiros secos, assentamento Santo Antônio e Frei Beda .....	238
<b>Figura 68</b> – Produção agrícola por sistema de irrigação com aspersão, assentamentos: Frei Beda e Frei Damião .....	240
<b>Figura 69</b> – Sistema de irrigação localizada por gotejamento, assentamentos: Frei Damião e Santo Antônio .....	240
<b>Figura 70</b> – Sistema de irrigação utilizando canteiros econômicos para produção de hortaliças, assentamento Santo Antônio .....	242
<b>Figura 71</b> – Plantação de macaxeira e abóbora em sistema de vazante, assentamento Frei Damião e Santo Antônio .....	243
<b>Figura 72</b> – Plantação de cana-de-açúcar e capim irrigados em sistema de vazante, assentamentos Mãe Rainha e Valdeci Santiago .....	244
<b>Figura 73</b> – Plantação de capim irrigado por gotejamento em sistema de vazante, assentamentos Santo Antônio e Frei Damião .....	245
<b>Figura 74</b> – Formas de armazenamento dos assentamentos Edvaldo Sebastião, Mãe Rainha, Santo Antônio e Valdeci Santiago .....	246
<b>Figura 75</b> – Silagem, assentamentos Santo Antônio e Mãe Rainha .....	248
<b>Figura 76</b> – Vulnerabilidade ambiental nos assentamentos rurais de Cajazeiras – PB .....	251

<b>Figura 77</b> – Vulnerabilidade ambiental, assentamento Santo Antônio .....	252
<b>Figura 78</b> – Vulnerabilidade ambiental, assentamento Frei Damião .....	252
<b>Figura 79</b> – Vulnerabilidade ambiental, assentamento Valdeci Santiago .....	253
<b>Figura 80</b> – Desmatamento em áreas de preservação permanente, assentamento Valdeci Santiago .....	254
<b>Figura 81</b> – Açudes com ausência da vegetação ciliar, assentamento Valdeci Santiago e Mãe Rainha .....	254
<b>Figura 82</b> – Açudes com vegetação ciliar secundária, assentamentos Santo Antônio e Frei Damião .....	255
<b>Figura 83</b> – Área de reserva legal utilizada para o plantio de banana e capim, assentamentos Santo Antônio, Frei Damião, Valdeci Santiago e Mãe Rainha .....	256
<b>Figura 84</b> – Mudanças de plantas nativas e exóticas para reflorestamentos, assentamentos Santo Antônio e Frei Damião .....	257
<b>Figura 85</b> – Manejo de Caatinga nos assentamentos Frei Damião e Santo Antônio .....	258
<b>Figura 86</b> – Plantação de Neem próximo às residências dos assentados, assentamentos Frei Beda, Frei Damião, Valdeci Santiago e Santo Antônio .....	262
<b>Figura 87</b> – Vulnerabilidade tecnológica nos assentamentos rurais de Cajazeiras – PB .....	264
<b>Figura 88</b> – Vulnerabilidade tecnológica, assentamento Santa Cecília .....	265
<b>Figura 89</b> – Vulnerabilidade tecnológica, assentamento Santo Antônio .....	266
<b>Figura 90</b> – Palhada para conservação do solo assentamentos, Mãe Rainha e Santo Antônio .....	270
<b>Figura 91</b> – Palhada para conservação do solo assentamentos, Santo Antônio e Frei Damião .....	270
<b>Figura 92</b> – Construção de barramento zero no assentamento Santo Antônio .....	272
<b>Figura 93</b> – Reuso de água para produção de hortaliças, assentamento Santo Antônio .....	274
<b>Figura 94</b> – Construção de biodigestor no assentamento Santo Antônio .....	276
<b>Figura 95</b> – Vulnerabilidade cultural dos assentamentos rurais de cajazeiras – PB .....	277
<b>Figura 96</b> – Vulnerabilidade cultural, assentamento Santa Cecília .....	278
<b>Figura 97</b> – Vulnerabilidade cultural, assentamento Santo Antônio .....	279
<b>Figura 98</b> – Vulnerabilidade cultural, assentamento Frei Damião .....	279
<b>Figura 99</b> – Capelas do assentamento Santo Antônio e Frei Damião .....	281
<b>Figura 100</b> – Vulnerabilidade política dos assentamentos rurais de Cajazeiras – PB .....	282
<b>Figura 101</b> – Vulnerabilidade política, assentamento Santa Cecília .....	283
<b>Figura 102</b> – Vulnerabilidade política, assentamento Santo Antônio .....	284
<b>Figura 103</b> – Vulnerabilidade política, assentamento Valdeci Santiago .....	285
<b>Figura 104</b> – Associações comunitárias nos assentamentos: Santo Antônio, Frei Beda, Frei Damião e Valdeci Santiago .....	286
<b>Figura 105</b> – Atribuição dos principais problemas presentes nos assentamentos rurais no município de Cajazeiras – PB .....	287

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01</b> – Relação dos assentamentos acompanhados pela CAAASP no Alto Sertão – PB.	112
<b>Tabela 02</b> – Divisão das classes de vulnerabilidade .....	140
<b>Tabela 03</b> – Número de famílias Sem Terra acompanhadas pela CPT Sertão/PB – 2016.....	155
<b>Tabela 04</b> – Número de famílias em áreas de acampamentos acompanhados pela CPT/Sertão .....	155
<b>Tabela 05</b> – Número de famílias em áreas de posseiros acompanhadas pela CPT/Sertão 2016 .....	156
<b>Tabela 06</b> – Assentamentos que continuam acompanhados pela CPT/Sertão .....	156
<b>Tabela 07</b> – Características do assentamento Santo Antônio, município Cajazeiras – PB .....	158
<b>Tabela 08</b> – Características do assentamento Valdecir Santiago, município Cajazeiras – PB .	159
<b>Tabela 09</b> – Características do assentamento Frei Damião, município Cajazeiras – PB .....	159
<b>Tabela 10</b> – Características do assentamento Edvaldo Sebastião, município Cajazeiras – PB	160
<b>Tabela 11</b> – Características da Comunidade Frei Beda, município Cajazeiras – PB .....	160
<b>Tabela 12</b> – Características da Comunidade Mãe Rainha, município Cajazeiras – PB .....	161
<b>Tabela 13</b> – Características da Comunidade Santa Cecília, município Cajazeiras – PB .....	161
<b>Tabela 14</b> – Distribuição do nível, transporte e localização das escolas que atendem às crianças e jovens dos assentamentos pesquisados .....	180
<b>Tabela 15</b> – Espécies vegetais mais representadas nos assentamentos pesquisados, Cajazeiras – PB .....	260

## LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

- AC** – Ação Católica
- AP** – Ação Popular
- ASA** – Articulação do Semiárido
- ATES** – Assessoria Técnica, Social e Ambiental
- CAAASP** – Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano
- CDDH** – Centro de Defesa de Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba
- CEB** – Comunidades Eclesiais de Base
- CEDOP** – Centro de Documentação e Publicação Popular da Arquidiocese na Paraíba
- CEPAL** – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
- CERSA** – Comitê de Energia Renovável do Semiárido
- CIMI** – Conselho Indígena Missionário
- CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CONTAG** – Confederação dos Trabalhadores na Agricultura
- CPT** – Comissão Pastoral da Terra
- CRE SOL** – Cooperativa de Crédito Solidário
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- EMATER** – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EMEPA** – Empresa Paraibana de Pesquisa Agropecuária
- FAO** – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
- FDJPM** – Fundação Dom José Maria Pires
- FETAG** – Federação dos Trabalhadores da Agricultura
- FETRAF** – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
- FINOR** – Fundo de Investimento do Nordeste
- GERA** – Grupo Executivo da Reforma Agrária
- GETEC** – Grupo de Estudos Trabalho, Espaço e Campesinato
- IBRA** – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INDA** – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola
- INIC** – Instituto Nacional de Imigração e Colonização
- INTER** – Instituto Teológico do Recife
- INTERPA** – Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba
- JEC** – Juventude Estudantil Rural

**JOC** – Juventude Operaria Católica

**JUC** – Juventude Universitária Católica

**MEB** – Movimento de Educação de Base

**MER** – Movimento de Evangelização Rural

**MPA** – Movimento dos Pequenos Agricultores

**MST** – Movimento dos Trabalhadores Rurais

**ONGs** – Organizações não Governamentais

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**PAA** – Programa de Aquisição de Alimentos

**PIVAS** – Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa

**PNAE** – Programa Nacional de Alimentação Escolar

**PNRA** – Plano Nacional de Reforma Agrária

**PROALCOOL** – Programa Nacional do Alcool

**PRONAF** – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**PRRA** – Plano Regional de Reforma Agrária

**PT** – Partido dos Trabalhadores

**RECID** – Rede de Educação Cidadã

**RESAB** – Rede de educação do Semiárido Brasileiro

**SAMBRA** – Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro

**SSR** – Serviço Social Rural

**SUDAM** – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

**SUDENE** – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

**SUPRA** – Superintendência de Política Agrária

**UDR** – União Democrática Ruralista

**UNICAFES** – União das Cooperativas da Agricultura Familiar em Economia Solidária

**UNISDR** – Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>1 CAPÍTULO I – UMA RECUPERAÇÃO HISTÓRICA DA LUTA CAMPONESA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA NO BRASIL</b> .....	27
1.1 O Estatuto da Terra, a Lei de Reforma Agrária: pressupostos e promessas .....	33
1.2 A modernização leva o êxodo rural: o retorno e a luta pela reconquista do campo .....	41
1.3 Campesinato, o conceito de camponês no Brasil versus agricultura familiar .....	50
1.3.1 <i>O campesinato</i> .....	50
1.3.2 <i>O conceito de camponês no campo brasileiro</i> .....	52
1.3.3 <i>Agricultura familiar</i> .....	56
1.4 A questão agrária no campo brasileiro no século XXI .....	63
1.4.1 <i>Acampamento e assentamento rural: processo de consolidação pela terra</i> .....	66
<b>2 CAPÍTULO II – A FORMAÇÃO DO ESPAÇO PARAIBANO: A INFLUÊNCIA DAS LIGAS CAMPONESAS NO PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA NA PARAÍBA</b> .....	73
2.1 A formação do espaço agrário paraibano .....	73
2.2 O ciclo do algodão: promessa de vida melhor para o camponês paraibano .....	78
2.3 A influência das Ligas Camponesas no processo de Reforma Agrária na Paraíba .....	87
<b>3 CAPÍTULO III – DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA: PRESENÇA DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NO PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA</b> .....	93
3.1 Doutrina social da Igreja .....	93
3.1.1 <i>Presença da Comissão Pastoral da Terra</i> .....	97
3.2 A Comissão Pastoral da Terra/PB: contribuições e intervenções na Política de Reforma Agrária no Alto Sertão Paraibano .....	100
3.2.1 <i>O princípio de formação da Comissão Pastoral da Terra na Paraíba</i> .....	104
3.2.2 <i>A Pastoral Rural torna-se Comissão Pastoral da Terra na Paraíba</i> .....	105
3.2.3 <i>Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão da Paraíba (CAAASP)</i> .....	111
<b>4 CAPÍTULO IV – AMEAÇAS, VULNERABILIDADES, RISCOS E DESASTRES</b> .....	114
4.1 Ameaças x Vulnerabilidades = Risco.....	114
4.2 Risco x Ameaça = Desastre.....	120
<b>5 CAPÍTULO V – METODOLOGIA</b> .....	128

5.1 Metodologia da pesquisa: descrição do ambiente estudado .....	128
5.1.1 Olhares historiográficos do município de Cajazeiras .....	129
5.1.2 Aspectos físico-geográficos de Cajazeiras .....	129
5.2 Caracterização da pesquisa .....	134
5.3 Aspectos metodológicos da pesquisa .....	135
5.3.1 A metodologia utilizada na pesquisa .....	137
5.3.2 Diagnóstico das vulnerabilidades social, econômica, hídrica, tecnológica, ambiental, cultural e política .....	138
5.3.3 Realização das entrevistas com representantes de órgãos e entidades .....	139
5.3.3.1 Cálculo das vulnerabilidades .....	140
5.3.3.2 Tabulação e análise dos dados .....	141
5.4 Realização das entrevistas com representantes de órgãos e entidades .....	141
5.4.1 Realização das entrevistas nos assentamentos rurais pesquisados .....	142
5.4.2 Entrevistas semiestruturadas de história de vida .....	142
5.4.3 Material utilizado .....	145
5.4.4 Análise e interpretação dos dados .....	145
<b>6 CAPITULO VI – RESULTADOS E DISCUSSÕES .....</b>	<b>147</b>
6.1 A formação da CPT/Sertão .....	147
6.2 Trabalho desenvolvido pela CPT/Sertão em 2016 no tocante à luta pela terra no Alto Sertão paraibano .....	155
6.2.1 A espiritualidade dentro do trabalho da pastoral .....	157
6.3 Caracterização dos assentamentos pesquisados .....	158
6.4 História de vida dos assentamentos .....	162
6.4.1 Assentamento Santo Antônio .....	162
6.4.1.1 Entrevistado nº 1 .....	162
6.4.1.2 Entrevistado nº 2 .....	163
6.4.2 Assentamento Valdeci Santiago .....	164
6.4.2.1 Entrevistado nº 1 .....	164
6.4.2.2 Entrevistado nº 2 .....	165
6.4.3 Assentamento Frei Damião .....	166
6.4.3.1 Entrevistado nº 1 .....	166
6.4.3.2 Entrevistado nº 2 .....	167
6.4.4 Assentamento Edvaldo Sebastião .....	167
6.4.4.1 Entrevistado nº 1 .....	167
6.4.4.2 Entrevistado nº 2 .....	168
6.4.5 Assentamento Frei Beda .....	169



6.4.5.1 <u>Entrevistado nº 1</u> .....	169
6.4.5.2 <u>Entrevistado nº 2</u> .....	169
6.4.6 <i>Assentamento Mãe Rainha</i> .....	170
6.4.6.1 <u>Entrevistado nº 1</u> .....	170
6.4.6.2 <u>Entrevistado nº 2</u> .....	171
6.4.7 <i>Assentamento Santa Cecília</i> .....	171
6.4.7.1 <u>Entrevistado nº 1</u> .....	171
6.4.7.2 <u>Entrevistado nº 2</u> .....	172
6.5 Vulnerabilidade Social .....	173
6.5.1 <i>Variável demográfica</i> .....	177
6.5.1.1 <u>Grau de escolaridade</u> .....	178
6.5.3 <i>Variável emprego e renda</i> .....	183
6.5.3 <i>Variável habitação</i> .....	185
6.5.4 <i>Variável consumo de alimentos</i> .....	197
6.5.5 <i>Variável participação em organização (associação, sindicatos)</i> .....	198
6.5.6 <i>Variável de salubridade rural (humana)</i> .....	199
6.5.7 <i>Variável de salubridade rural (animal e vegetal)</i> .....	199
6.6 Vulnerabilidade Econômica .....	203
6.6.1 <i>Variável produção de vegetal</i> .....	207
6.6.1.1 <u>Unidos em prol da agricultura familiar: construção de um saber agroecológico</u> .....	208
6.6.2 <i>Variável animais de trabalho</i> .....	216
6.6.3 <i>Variável animais de produção</i> .....	217
6.6.4 <i>Variável verticalização</i> .....	226
6.6.5 <i>Variável comercialização, crédito e rendimento</i> .....	228
6.6.6 <i>Variável fonte principal de crédito</i> .....	230
6.7 Vulnerabilidade à Seca .....	230
6.7.1 <i>Variável recursos hídricos</i> .....	232
6.7.1.1 <u>Formas de abastecimento</u> .....	237
6.7.2 <i>Variável produção agrícola no período de estiagem</i> .....	238
6.7.2.1 <u>Cultivos de vazantes</u> .....	243
6.7.3 <i>Variável armazenamento de alimento para consumo humano</i> .....	246
6.7.4 <i>Variável armazenamento de alimento para animais</i> .....	247
6.7.5 <i>Variável redução de rebanho</i> .....	249
6.7.6 <i>Variável observação das chuvas</i> .....	249
6.7.7 <i>Variável ocupação no período de estiagem</i> .....	250
6.7.8 <i>Variável participação em programas sociais (no ano que chove abaixo da média)</i> .....	250
6.8 Vulnerabilidade Ambiental .....	251

6.8.1 Variável área de preservação .....	253
6.8.2 Variável área de conservação .....	255
6.8.3 Variável de reflorestamento .....	257
6.8.4 Variável manejo de Caatinga .....	258
6.8.5 Variável conflito ambiental .....	261
6.8.6 Variável qualidade ambiental .....	262
6.9 Vulnerabilidade Tecnológica .....	263
6.9.1 Variável tecnologia .....	264
6.9.1.1 <u>Área de propriedade e tipo de posse</u> .....	266
6.9.1.2 <u>Uso de agrotóxico e defensivo natural</u> .....	267
6.9.1.3 <u>Assistência técnica</u> .....	268
6.9.1.4 <u>Práticas de conservação do solo</u> .....	269
6.9.2 Variável máquinas e verticalização .....	273
6.9.2.1 <u>Uso de máquinas agrícolas</u> .....	273
6.9.2.2 <u>Novas tecnologias para produção agrícola em convivência com o Semiárido</u> .....	273
6.10 Vulnerabilidade Cultural .....	277
6.10.1 Variável acesso à informação .....	280
6.10.2 Variável tipo de lazer .....	280
6.11 Vulnerabilidade Política .....	281
6.11.1 Variável política .....	282
6.11.2 Variável dos principais problemas dos assentamentos .....	285
6.11.3 Variável da atribuição da responsabilidade dos problemas .....	287
<b>7 CAPÍTULO VII – CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES FINAIS</b> .....	289
7.1 Conclusão .....	289
7.2 Recomendações Finais .....	292
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	294
<b>APÊNDICES</b> .....	318
<b>ANEXOS</b> .....	342

## INTRODUÇÃO

A igualdade no acesso à terra, bem essencial de sobrevivência para o camponês, transformou-se em um atributo elementar na construção e desenvolvimento deste país, dada a realidade de exclusões territoriais e sociais com características bem definidas. Os grandes proprietários rurais que concentram a maior parte da terra e do capital, e os camponeses expropriados que lutam para reconquistar ou permanecer na terra. Mas a luta não é somente pela terra, o principal meio de produção do camponês, é também pelas transformações ocorridas no campo por consequência da expansão do capitalismo. Lutar pela reforma agrária significa lutar por todas as dimensões do território como tecnologia, mercado, educação, saúde, entre outros.

A luta ganhou força à medida que passaram a denunciar as injustiças sociais, a concentração de terras, os descumprimentos dos direitos trabalhistas e a ausência de condições básicas para sobrevivência no campo, como moradia, saúde e educação, ampliando-se assim as demandas por melhores condições de vida e por direitos sociais historicamente negados.

Entre os inúmeros movimentos e entidades que emergiam na década de 1970, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) é reconhecida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Surge no momento de expansão do capitalismo no campo, quando o Estado priorizava os setores agroindustriais e latifundiários com incentivos fiscais, desfavorecendo a pequena produção familiar. Sua ação pastoral, juntamente com as práticas da igreja comunitária, vinculou a fé com o compromisso de justiça social, a partir de posicionamentos e estratégias adotadas pelas vertentes progressistas da Igreja Católica.

O Brasil e diversos países latino-americanos instituíram leis e adotaram políticas de monopolização destinadas a expropriar as terras dos povos nativos. Assim, comunidades indígenas inteiras foram expulsas de suas terras, transformando-se em trabalhadores rurais autônomos, vendedores de sua força de trabalho. Essa luta torna-se presente até os dias atuais. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) resultou do entendimento que o capitalismo não traria justiça social para o campo em um período quando a sociedade civil e política estavam impedidas de manifestar-se, opondo-se à política vigente.

Sendo, pois, o Estado inoperante na promoção de políticas públicas eficazes voltadas para o campo, isto fez a Comissão Pastoral da Terra englobar os diversos aspectos da vida social, desde a luta pela Reforma Agrária, por políticas agrícolas e a formação de sindicatos

rurais na luta dos trabalhadores para conquistar e permanecer na terra, com base na resistência, edificados por organizações de lutas camponesas.

Esses pontos passam a ser cruciais na sua formação de entidade social, ao mesmo tempo em que buscam resguardar os valores tradicionais. O incentivo à produção familiar, como garantia da pequena comunidade, é um ideal de convivência e uma garantia de valores tradicionais ligados à família, à vida comunal e à solidariedade.

Na Paraíba, a luta pela reforma agrária inicia-se através das Ligas Camponesas criadas no Estado de Pernambuco em meados da década de 1950. O movimento chega à Paraíba no final da mesma década pelo os ideais de João Pedro Teixeira. Um movimento social que coloca a questão agrária em evidência em todo país, a partir de lutas organizadas relacionadas à política de resistência à expropriação e reivindicações por melhorias das condições de trabalho e reconhecimento de direitos trabalhistas consagrados em leis.

Com o fim do movimento Ligas Camponesas em meados da década de 1960 na Paraíba os camponeses ganham apoio da ala progressista da igreja católica adepta da teologia da libertação, consegue criar pastorais voltadas as questões no campo. Dão continuidade à luta agrária as pastorais como; Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Comissão Pastoral da Terra e Pastoral Rural. Ambos os movimentos foram fundamentais para a consolidação e ampliação das lutas camponesas na Paraíba, objetivando construir nessa região um movimento que buscasse não apenas soluções imediatistas, mas também o acesso e permanência dos camponeses na terra (esta que é a esperança de sobrevivência de sua família e garantia de bens para seus descendentes futuros), além da luta contra a subordinação da terra à monocultura e à pecuária intensiva.

Dentro desse contexto, o desenvolvimento desta pesquisa se realizou no município de Cajazeiras, Sertão da Paraíba, Justificando-se pelo sonho do camponês sertanejo pelo acesso a terra o faz reorganizar-se nessa luta, ocupando latifúndios e minifúndios improdutivos, o que deriva muitas vezes em conflitos acirrados não só pela terra, mas também pela água. No Sertão a luta pela Reforma Agrária ganha um elemento tão crucial quanto à luta pela terra, a luta pela água.

Devido às condições climáticas da região semiárida, são frequentes os ciclos de secas. A principal oferta de água recebida nesta região é advinda das chuvas ocorridas de maneira muito irregular ou incerta. Observa-se ainda a ausência de rios perenes e solos pouco profundos, inviabilizando a oferta regular de água na superfície. Assim, os principais mediadores de armazenamento de água acabam sendo os pequenos e médios açudes.

As condições climáticas contribuem para que a luta pela terra concentre-se primeiro em áreas próximas a açudes públicos grilados pelos ex-proprietários. Essas terras, depois de desapropriadas pelo governo para a construção dos açudes públicos, continuaram a ser utilizadas por seus ex-proprietários, empresários e políticos urbanos com a prática da monocultura irrigada e a pecuária intensiva. Neste cenário, o camponês submete-se a pagar renda e serviços aos seus possíveis patrões pelo uso da terra pública. Além da luta pela terra, também se estabelece a luta pelo acesso à água, esta monopolizada pelos latifundiários para atender sua produção. É a luta dos que têm fome de alimentos contra os famintos de lucros (MOREIRA, 1997).

Segundo a Constituição Federal de 1988, a água é um bem de domínio da União ou dos estados. A Lei nº 9.433/1997, conhecida como Lei das Águas, estabelece, em seu artigo 1º, inciso I, que a água é um bem de domínio público (ANA, 2011). Na atualidade, o sistema de gestão dos recursos hídricos é uma das prioridades da humanidade, notadamente por ser a água doce um recurso natural indispensável à sobrevivência do homem. A lei 9.433/97 que estabeleceu a Política Nacional de Recursos Hídricos, objetiva assegurar, à atual e às futuras gerações, a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos. ANA foi incluída no Sistema quando de sua criação em 2000 pela Lei nº 9.984/00, tendo como competência a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, ou seja, é a executora da política (MILARÈ, 2007).

No Sertão da Paraíba presencia um cenário que reverencia históricos e intensos conflitos dos trabalhadores com uma estrutura fundiária concentrada com características coronelísticas ainda presentes. A luta ocorre pelo enfrentamento com os grileiros, com o Estado, quer se trate de terras públicas ainda ocupadas ilegalmente por seus ex-proprietários, quer se trate de terras privadas, ditas improdutivas, gerando fortes embates em determinados momentos, e ocasionando ameaças, prisões e expulsões dos trabalhadores da terra.

Os camponeses também tiveram que enfrentar a resistência contrária da própria Diocese de Cajazeiras com a Pastoral Rural, entidade que dava apoio à luta pela Reforma Agrária no Sertão até final da década de 1980, originando a Comissão Pastoral da Terra/Sertão. Esta, não apoiada pela Diocese de Cajazeiras, busca sua legalidade e apoio em outra Diocese, tendo sua formação por membros religiosos e camponeses sem-terra politicamente engajados na tentativa de gerar transformações na realidade do campo.

O município de Cajazeiras atualmente conta com sete assentamentos rurais de reforma agrária; Santo Antônio, Frei Damião, Valdecir Santiago, Mãe Rainha, Edvaldo Sebastião, Frei Beda e Santa Cecília. O objetivo da pesquisa consistiu em analisar a atual

situação das vulnerabilidades dos assentamentos rurais do município de Cajazeiras sob as ações da Comissão Pastoral da Terra/Sertão. No Alto Sertão a responsabilidade de promover os movimentos pela reforma agrária é da CPT/Sertão junto com o INCRA.

Foram investigadas as vulnerabilidades de ordem social, econômica, à seca, ambiental, tecnológica, cultural e política nos assentamentos citados, para entender as principais mudanças desencadeadas nessas comunidades a partir da criação de assentamentos rurais no município de Cajazeiras/PB, ao mesmo tempo compreender o papel da Comissão Pastoral da Terra/Sertão (CPT) nesse processo, identificando as principais contribuições que a mesma traz para os Assentamentos pesquisados.

A análise das vulnerabilidades é um indício importante do ponto de vista político, social, e econômico. Os dados desta pesquisa servirão de base para futuras pesquisas como também para o INCRA, ATES, CAAASP e CPT/Sertão reavaliarem e aprimorarem suas práticas de políticas públicas voltada para o semiárido desenvolvida nos assentamentos pesquisados.

Objetivo geral da pesquisa:

Analisar as vulnerabilidades de natureza social, econômica, à seca, ambiental, tecnológica, cultural e política nos assentamentos rurais e o papel da Comissão Pastoral da Terra/Sertão no processo de Reforma Agrária no município de Cajazeiras/PB.

Objetivos específicos:

- ✓ Avaliar as políticas públicas desenvolvidas pelo INCRA voltadas para a convivência com o Semiárido nas comunidades pesquisadas, verificando as principais mudanças ocorridas na qualidade de vida dos agricultores;
- ✓ Averiguar a participação da Diocese e do poder público local no tocante à relação com o trabalho da Comissão Pastoral da Terra/Sertão, como também as contribuições dos mesmos nas políticas de convivência com o Semiárido nos assentamentos;
- ✓ Identificar a relação e contribuição da Comissão Pastoral da Terra/Sertão com a política de Reforma Agrária no município de Cajazeiras;
- ✓ Realizar um levantamento das Vulnerabilidades dos assentados nas comunidades estudadas, e verificar o sistema de relações que sustentam esses espaços rurais e que neles se articulam com as diversas formas de convivência.

#### CAMINHOS DELINEADOS DA PESQUISA

Iniciou-se a pesquisa realizando a revisão bibliográfica acerca da temática, utilizando como fonte tanto a literatura especializada, quanto as informações atualizadas levantadas no meio acadêmico, além de pesquisas anteriores auxiliares no aprofundamento e compreensão

do objeto em estudo. O referencial bibliográfico acerca da temática foi consultado de forma cuidadosa, focando nas produções mais recentes, como também os autores clássicos que embasam a pesquisa.

O momento fundamental da pesquisa ocorreu com a coleta dos dados, primeiramente, junto aos movimentos sociais, órgãos e entidades como Comissão Pastoral da Terra/Sertão da Paraíba (CPT-Sertão-PB), Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP), Diocese de Cajazeiras e Prefeitura Municipal, utilizando-se da metodologia de História Oral com entrevistas temáticas.

A pesquisa de campo constituiu-se como segunda fase da pesquisa. Um dos caminhos escolhidos para entender a proposta foi observar e analisar o dia a dia nos assentamentos selecionados para a pesquisa. Primeiro, realizou-se uma visita prévia às sete comunidades. Em seguida, iniciaram-se as entrevistas semiestruturadas para o diagnóstico das vulnerabilidades mediante questionários contendo perguntas fechadas e abertas.

Depois, seguiram-se os depoimentos de história de vida, estes para obter informações da trajetória de vida e também do cotidiano dos depoentes em um contexto de maior informalidade e descontração. Decidiu-se trabalhar com os depoimentos orais no sentido de rememorar a história das pessoas que vivem naquele lugar. Uma vez que estes permitem o diálogo entre o passado e o presente dos personagens, podendo os mesmos assim reconstituir suas experiências cotidianas vividas, e oferece a oportunidade de constituição de novas fontes para a pesquisa histórica.

As entrevistas de história de vida foram gravadas em áudio, transcritas e analisadas com o intuito do registro fiel das informações necessárias para a construção deste trabalho. Totalizaram-se 14 entrevistas de história de vida (duas para cada assentamento).

Para alcançar os resultados, utilizou-se da metodologia de História Oral e a metodologia aplicada para o Diagnóstico do Cálculo das Vulnerabilidades, cujo modelo foi desenvolvido por Medina (1994) citado por Rocha (1997), e ajustado às características locais do Semiárido paraibano por Silva (2002), Araújo (2002), Morais Neto (2003), Sousa (2007), Duarte (2008) entre outros.

A obtenção dos dados sobre os fatores de vulnerabilidades ocorreu a partir de aplicação de questionário semiestruturado com uma amostragem de 20% do total das famílias cadastrada pelo INCRA (totalizando 42 questionários). Esta metodologia responde sobre o resultado levantado dos fatores de vulnerabilidades pesquisados.

Do ponto de vista estrutural, a tese está sistematizada em sete capítulos além da introdução e objetivos da pesquisa. Apresentamos a introdução com a caracterização do problema, justificativa, objetivo geral, objetivos específicos e os caminhos delineados da pesquisa como o percurso para a coleta dos dados.

O primeiro capítulo – Trata de uma recuperação histórica da luta camponesa pela democratização da terra no Brasil, da criação do estatuto da terra e da Lei de Reforma Agrária; a histórica formação dos latifúndios no Brasil, com suas raízes na forma de ocupação do espaço territorial pelos colonizadores portugueses, os impactos da modernização no campo e a luta do trabalhador pela reconquista do mesmo. Apresentou-se uma discussão a respeito do conceito de campesinato, camponês e agricultura familiar. Discutiu-se a questão agrária no campo brasileiro no século XXI, os desafios para a nova Política de Acampamento e Assentamento Rural, duas temáticas que estão profundamente vinculadas e amplamente discutidas na atualidade.

No segundo capítulo – Colocou-se em pauta a ocupação e formação do território paraibano, marcada pela exploração e dominação colonial, acompanhada pela violência e massacre da população indígena, com destaque para o comércio da cana-de-açúcar, a formação dos engenhos, o trabalho escravo, primeiro, pelos índios, e depois, pelos negros vindos da África; a criação bovina que mais tarde leva à ocupação do Agreste e Sertão através dos cursos dos rios chamados de “caminhos de gado”, e o ciclo do algodão como promessa de vida melhor para o camponês paraibano, de seu auge até sua crise em 1984.

Mostrou-se como a pecuária e o algodão influenciaram no processo de ocupação e povoamento do Agreste e Sertão paraibano, como a criação das fazendas agropecuárias surge como o segundo latifúndio, embora com características próprias, o que as diferenciava do engenho. Por fim, mostrou-se a influência das Ligas Camponesas no processo de Reforma Agrária na Paraíba, o controle político e econômico pertencente às poucas famílias da aristocracia rural que se reversavam no poder, levando a entender que a eclosão do movimento Ligas Camponesas foi em favor da extinção do cambão, do foro, ampliando-se para luta pela Reforma Agrária.

No terceiro capítulo – Doutrina social da Igreja: presença da Comissão Pastoral da Terra no processo de Reforma Agrária – mostrou-se a participação de parte dos membros da CNBB, a alta hierarquia da igreja brasileira, em pleno regime de repressão, proporcionando uma abertura institucional às iniciativas transformadoras no país com a criação das regionais pastorais, grupos de leigos como Comissão Justiça e Paz (1967) e Conselho Indigenista



Missionário (CIMI) (1972). Destacou-se, ainda, o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Destacou-se o surgimento da Comissão Pastoral da Terra/PB: contribuições e intervenções na política de reforma agrária no alto sertão paraibano. As décadas de 1960 e 1970 são marcadas como um período em que o campo ganha apoio dos setores progressistas da Igreja Católica. A violência no campo influenciou diretamente na estrutura organizativa da Comissão Pastoral da Terra na Paraíba. A Paraíba contou com o apoio da Igreja Católica por parte do arcebispo D. José Maria Pires, que teve papel relevante na consolidação dessa luta, assim como D. Marcelo Carvalheira em Guarabira, D. Luiz Gonzaga Fernandes, em Campina Grande, respectivamente orientados pela Teologia da Libertação, com o direcionamento de D. Helder Câmara, no estado de Pernambuco.

Apresentou-se também a formação da CPT/Sertão, o trabalho desenvolvido por esta instituição no tocante à Reforma Agrária com a ocupação e desapropriação de terras improdutivas públicas e privadas na Paraíba. Ainda neste capítulo, apresentou-se o papel da Central dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP) no acompanhamento dos assentamentos, uma entidade representativa dos trabalhadores, cujo objetivo é que a CPT/Sertão acompanhe a luta enquanto acampamento, fazendo toda a colaboração da base estrutural e a CAAASP fique responsável pela continuidade das atividades de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) nos Assentamentos localizados na região do Alto Sertão, abrangendo a microrregião de Cajazeiras – PB e microrregião de Sousa – PB.

No quarto capítulo – Ameaças, vulnerabilidades, riscos e desastres, apresentamos conceitos e discussões dos temas citados. O processo de desenvolvimento tem levado o ser humano a exigir de maneira exaustiva os recursos naturais, tornando as populações vulneráveis aos impactos dos fenômenos naturais ou sociais que vem aumentando devido ao estilo ou modelo de desenvolvimento que prevalece em maior parte dos países no mundo como; o processo de crescimento populacional e urbanização, as tendências do uso inadequado da água e do solo, o uso de sistemas organizacionais inadequados e pressão sobre os recursos naturais têm aumentado o processo de empobrecimento de segmentos das populações globalmente, levando à vulnerabilidade dessas populações, especialmente as mais pobres.

Estas ficam mais vulneráveis ao risco e desastres devido a sua localização geográfica, como: inundações, desabamentos em consequência ao processo erosivo, encostas de vulcões, zonas sísmicas, entre outros fenômenos naturais. As carências sociais contribuem para a degradação das condições de vida das mesmas. Sua manifestação mais aparente está nas

condições de habitação, expressa no acesso aos serviços básicos, tais como água tratada, esgotamento de resíduos e coleta de lixo. A ausência desses fatores fazem essas populações ficarem mais vulneráveis, expostas as ameaças e ao risco.

As ameaças levam ao risco e este se materializa nos desastres. O desastre pode ocorrer de fenômenos de ordem natural ou social. As ameaças aos riscos sociais são de acordo com o seu desenvolvimento social, econômico, político, cultural, técnico e ambiental existente, ou seja, são fatores relacionados às atividades humanas, com o controle humano. Enquanto as ameaças aos riscos naturais como furacões, ciclones, terremotos, são ameaças naturais e estão fora do controle humano, porém estas podem ser mitigadas pelo desenvolvimento tecnológico.

Suas intensidades podem estar relacionadas ao ser humano, como resultados das atividades antrópicas, podendo ser eliminadas, controladas ou reduzidas, o que corresponderia ao risco aceitável. Portanto as ameaças e as vulnerabilidades levam aos riscos e estes se materializam nos desastres. Sendo as populações pobres mais afetadas. São problemas de desenvolvimento, enfrentá-los de maneira sistemática e coerente com prevenção e mitigação devem ser metas explícitas das estratégias de desenvolvimento dos países mundialmente.

O quinto capítulo – Procedimentos metodológicos da pesquisa começou pelo esboço das características físicas, geográficas e histórica do ambiente estudado, o município de Cajazeiras. Quanto à natureza da pesquisa, enquadra-se como quali-quantitativa e está orientada à luz da metodologia de História Oral e diagnóstico das vulnerabilidades de ordem social, econômica, à seca, ambiental, tecnológica, cultural e política das comunidades pesquisadas.

A pesquisa traz uma abordagem descritiva, exploratória e bibliográfica. Quanto à técnica para coleta de dados, utilizou-se o estudo de campo, entrevistas semiestruturadas (temáticas e de história de vida), questionários semiestruturados e observação participante. Para a sistematização dos resultados levantados foram analisados com uma abordagem quali-quantitativa de forma comparativa, tratando-se de uma aproximação entre a análise qualitativa e quantitativa (entrevistas, questionários, observação, estudo de campo, fotos, documentos, entre outros). Os dados coletados foram tratados de forma estatística (elaboração de gráficos de barra e tabelas) e também discutidos à luz da narrativa descritiva. De maneira complementar recorreu-se à análise da conservação que procede com base em um material empírico reproduzindo.

No sexto capítulo – Apresentamos os resultados da pesquisa, começamos pela contribuição da Comissão Pastoral da Terra/Sertão no processo de reforma agrária no Alto

Sertão paraibano. Em segunda as características de cada assentamento apresentado em tabelas, depois trouxemos as entrevistas de história de vida dos sete assentamentos pesquisados. E por último o estudo das vulnerabilidades social, econômica, à seca, ambiental, tecnológica, cultural e política de cada assentamento. E no sétimo capítulo finalizamos com a Conclusão e Recomendações Finais.

---

## UMA RECUPERAÇÃO HISTÓRICA DA LUTA CAMPONESA PELA DEMOCRATIZAÇÃO DA TERRA NO BRASIL

A Coroa Portuguesa, para consolidar o processo de colonização e, ao mesmo tempo, reduzir os gastos, atribuiu o direito de posse das terras brasileiras aos cortesãos, desde que os mesmos assumissem as despesas e defesas das mesmas. Assim, as terras brasileiras foram divididas em quinze lotes, em faixas costeiras e paralelas até a linha imaginária do Tratado de Tordesilhas. Foram dados títulos de donatários aos cortesãos instalados no novo território, com o objetivo de fixarem moradias e explorarem comercialmente o potencial de cada capitania.

O então rei de Portugal, D. João III, nomeou como primeiro donatário Martim Afonso de Souza, a quem foi conferido poderes para administrar a Capitania de São Vicente. Por serem áreas muito extensas, havia dificuldades para os cortesãos explorarem estas áreas. Assim, as capitanias foram divididas em partes menores, chamadas de sesmarias. Essa divisão podia ser feita tanto pelo governo quanto pelos próprios donatários, esse sistema perdurou até o século XVIII. Sem dar nenhum valor à terra, a Coroa cada vez mais emitia concessões em favorecimento dos ricos e poderosos. A facilidade de adquirir a terra era tanta que o donatário, tendo consumido a floresta primária, muitas vezes não chegando nem a cultivá-la, vendia por qualquer valor e pedia outra, obtida sem qualquer dificuldade (DEAN, 1996).

De acordo com Silva (1997), quando se concedia uma capitania a um determinado donatário, este possuía o direito sobre a posse da terra, mas não lhe era concedida a emissão de propriedade, que se mantinha sobre o domínio da Coroa Portuguesa. Além disso, os donatários poderiam conceder sesmarias a seus benfeitores, que passavam a desfrutar de direitos exploratórios e produtivos nas terras recebidas. O intuito da metrópole era, através dessas concessões, ocupar o território e explorá-lo com fins econômicos, garantindo-se o cultivo sob pena de perda do domínio das terras por desobrigação das condições legais impostas pela Coroa. Por essa razão, o processo de concessões de terras era amplamente privilegiado.

Para Asselin (1991), a partir de 1500, as terras brasileiras passaram ao domínio do Reino de Portugal de modo que, quando começa a colonização portuguesa no Brasil com a constituição das capitanias hereditárias e concessões de sesmarias, inicia-se o processo de

formação da propriedade privada no Brasil. O começo da formação das propriedades privadas de terra no Brasil ocorre de fato a partir de 1530, quando é instituída a colonização de exploração baseada na monocultura de cana-de-açúcar, denominada *plantation*. Esse modo-de-produção era uma combinação entre monocultivos, latifúndios e mercado exportador (MORISSAWA, 2001).

Aliado à política de transferência de propriedade do domínio público para o privado, o período Sesmarial (1530 a 1850) caracterizou-se pela concessão de grandes extensões de terras aos pleiteadores de propriedades no novo território de colonização português (SILVA, 1997). A colonização dos trópicos apresenta-se como uma vasta empresa comercial, mais complexa do que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinado a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu (PRADO JÚNIOR, 1984). O sistema mercantil imposto pelas metrópoles às colônias submeteu-as a tal dependência que em muito lhes dificultou a acumulação endógena de capital e o desenvolvimento do seu mercado interno. Esta situação prolongou-se mesmo após a sua independência política no primeiro quartel do século XIX (ERTHAL, 2000).

O modelo colonial no Brasil era definido por três categorias fundamentais: a grande propriedade fundiária, a monocultura de exportação e o trabalho escravo. Nesse regime o agricultor tinha o direito de posse e o rei mantinha o domínio das terras. Apenas os brancos, “puros de sangue” e católicos, tinham o direito à posse da terra, enquanto que escravos, índios, judeus, mouros, etc. não tinham o mesmo direito. Assim, os senhores de engenho obtinham grandes áreas para plantarem cana-de-açúcar, enquanto a maioria da população ficava na condição de agregados e escravos (MIRALHA, 2006).

Para Novais (1979), o sistema colonial é parte da política mercantil e foi um daqueles que levou mais adiante a ideia sobre o sentido da colonização baseado nos interesses do capitalismo comercial emergente. Segundo Cardoso (1995), dentro do sistema colônia havia a existência de um novo modo de produção denominado escravismo colonial, e não simplesmente modo de produção colonial.

O monopólio colonial, feudal e escravista da terra foi o sistema implantado pelos portugueses no Brasil. A situação dos camponeses, até as últimas décadas do período colonial, foi de uma massa de trabalhadores totalmente marginalizada, composta de uma mistura de portugueses pobres, povos indígenas e africanos escravos. Estes conseguiram fazer parte da formação social nas regiões do Centro-Sul e Nordeste do Brasil.

Para Gorender (1978), o escravismo colonial surgiu e se desenvolveu dentro da determinação de fatores complexos socioeconômicos rigorosamente no tempo e espaço, no

bojo de um contexto histórico, bem determinado. Tanto o plantador como o escravo constituíam as categorias do escravismo colonial. Para o dono de terra e de escravo, o trabalho livre era abdicar de uma parcela de autoridade profundamente arraigada na mentalidade senhorial, colocar-se nas mãos do trabalhador, ter que ouvir suas pretensões, e cedo ou tarde medir-se com ele, quem sabe até em uma situação de inferioridade. Isso seria para o senhor uma inversão da ordem natural (VIOTTI DA COSTA, 1994).

O trabalho livre no Brasil só teve reais condições de ser atraente e assim concorrer vantajosamente com o escravo à medida que a sociedade passou por uma série de transformações estruturais ao longo do século XIX, as pressões do sistema mundial capitalista, entrando em sua primeira fase de industrialização, estimularam políticas e ações que acabaram por acirrar a precária situação de sobrevivência dos camponeses pobres livres no período imperial. Com o processo de expansão das monoculturas nas fazendas, bem como os privilégios concedidos aos grandes latifúndios na virada do século XVIII, reduziu ainda mais as terras dos pequenos produtores (ERTHAL, 2000).

“[...] Esses pequenos produtores não passavam, de simples agregados dos grandes proprietários de terras e de escravos, os quais lhes cediam por empréstimo pequenos lotes de terra para cultivo, em troca de serviços de todo o tipo inclusive, principalmente, de capangagem” (SZMRECSÁNYI, 1998, p. 14-16). Para Carvalho (1999), os homens livres aqui chegados sem os meios de produção se tornariam posseiros nas terras ociosas do latifúndio e não se proletarizariam.

Isto porque segundo Fernandes (2001), as construções das fazendas acabaram desenvolvendo um processo de grilagem de terras. As terras devolutas foram apropriadas por meio de falsificação de documentos e subornos dos responsáveis pela regularização fundiária. Assim, os grileiros verdadeiros traficantes de terra tornaram-se os latifundiários. Os camponeses trabalhavam na derrubada da mata, plantavam nessas terras até a formação das fazendas, e depois eram expropriados.

No século XIX, o processo de exteriorização da produção, visando abastecer os mercados no exterior, limitou ainda mais o espaço para a produção de alimentos. Por outro lado, intensificaram-se os usos de trabalho forçado em uma estrutura social marcada pelos poderes dos latifundiários sobre escravos e sobre bens e pessoas das vizinhanças da casa-grande, o que constituiu as bases para o fortalecimento do poder local. Tais condições de dominação foram consolidadas com a Lei de Terras de 1850, que privatizou a posse de terras, e aprimoradas com o Regulamento das Terras de 1913, que passou o controle das terras devolutas do governo federal para os governadores provinciais (WELCH *et al.*, 2009).

O objetivo era criar “por meios falsos” uma massa real de “despossuídos”, que não tivesse nenhuma alternativa de trabalho senão os grandes proprietários de terra. “A Lei de Terras foi um artifício para criar um problema e, ao mesmo tempo, uma solução social em benefício exclusivo dos que tinham e têm terra e poder” (MARTINS, 1997, p. 17-18). O sistema de sesmaria culminou, por sua vez, com a suspensão das concessões de terras em 1822. Até a promulgação da Lei de Terras, ocorrida em 1850, a posse manteve-se como expediente isolado de apropriação privada das terras públicas (NOZOE, 2006). Assim Reydon (2007, p. 01) complementa:

A Lei de Terras aprovada em 1850 e regulamentada em 1854 teve os seguintes principais objetivos: ordenar a apropriação territorial no Brasil; acabar com a posse; fazer um cadastro de terras; financiar a imigração; criar um setor agrícola de pequenos proprietários; tornar a terra uma garantia confiável para empréstimos e funcionar como um chamariz para a imigração.

No período de 1822 a 1850, o Brasil ficou sem lei específica para regulamentar o uso da terra e, mesmo assim, a mesma era ocupada, vendida, trocada, alugada e doada. Foi um período de vazio legal que permitiu os pequenos agricultores não escravistas tornarem-se posseiros em áreas distantes ou de menor interesse do latifúndio. Os quase trinta anos entre a derrubada do regime sesmarial e a instituição de uma nova lei ficaram conhecidos como “império de posses” ou “fase áurea do posseiro”, pois não havendo nenhum tipo de normatização e regulamentação de terras, a posse tornou-se a única forma de aquisição de terras. Aumenta-se o número de posseiros, de grandes propriedades, marcando a formação das oligarquias rurais no Brasil. Por outro lado, essas posses não poderiam, conforme o cumprimento da norma vigente, serem legalizadas (SILVA, 1997).

Com a regulamentação da lei imperial (Lei nº 601/1.850), conhecida como Lei de Terras, as terras ganham caráter de mercadoria e surge a possibilidade de um choque de capitalismo sobre a propriedade fundiária, em virtude da reacomodação do sistema em suas práticas de privilegiar os grandes proprietários (NOZOE, 2006). A formação da propriedade privada da terra ganhou contorno mais definitivo a partir de 1850, com a promulgação da Lei de Terras, que concedeu o direito particular de uso e propriedade da terra àqueles que estavam ocupando as áreas até então, sendo todo o restante do território declarado como terras públicas ou pertencentes ao Estado (MARTINS, 1986).

Com esse ato, eliminaram-se as formas de apropriação e distribuição da terra que ocorriam, inicialmente, por via da concessão de sesmarias e, em um segundo momento, pela concessão de áreas destinadas ao assentamento de imigrantes vindos da Europa, tais como

alemães (a partir de 1824), italianos (a partir de 1875) e outras etnias (especialmente, a partir da Proclamação da República, em 1889) (SCHNEIDER, 2010).

Segundo Silva (1996), foram os grandes proprietários quem mais resistiram à aplicação da Lei de Terras. Isto porque ao se recusarem a demarcar suas terras, definindo legalmente seus direitos de propriedade, os fazendeiros ficavam livres para manter reservas de terra para apropriação. Essa atitude demonstrava o quanto o processo de apropriação fundiária predatória era extenso e, ao mesmo tempo, quão fraco era o Estado e o ambiente institucional para imporem restrições à obtenção de terras públicas através da figura da posse.

A lei, que viria para modificar as relações com o uso da terra e incentivar a produtividade, tornou-se um simples retrocesso fundiário, institucionalizando a ilegitimidade da posse associada ao trabalho e à ocupação. No entanto, a Lei de Terras acabou por reduzir a possibilidade do acesso popular à terra. A propriedade privada da terra mantém a proximidade com o poder e torna mais distante a ação do Estado na democratização do acesso à terra livre, evidenciando tensões populares, sem dúvida, componentes importantes das ações do Estado no século XIX (WANDERLEY, 1998).

As sesmarias não eram mais as únicas vias de acesso à ocupação territorial, a situação que se criava viria a exigir alterações da ordem jurídica tradicional, passando-se a admitir a legitimidade das ocupações sem título de propriedade e tentando-se discipliná-las. A partir dessa data, ao contrário de cessarem, sucedem-se as doações das terras públicas que se iriam converter em imensos latifúndios, mas também prosseguem as ocupações de lotes menores, por parte dos pequenos cultivadores, intensificando-se os litígios, as contendas entre sesmeiros e posseiros confinantes, os esbulhos dos lavradores sem recurso pelos senhores dos latifúndios (GUIMARÃES, 1989, p. 54).

Segundo Martins (1998), a Lei de Terras veio impor empecilho à posse da terra para manter os trabalhadores nas fazendas e impedir que os mesmos se tornassem novos proprietários. A partir de então, aquisição de terra só por meio da compra. As terras devolutas foram valorizadas de acordo com as terras particulares, tornando seu preço inviável para trabalhadores assalariados, ampliando de vez a concentração fundiária no Brasil.

Esta lei representou mais do que um fato histórico: significou o fortalecimento da propriedade da terra, o caráter rentista da propriedade fundiária, já que interditou a livre posse da terra, criando meios institucionais de uma “superpopulação relativa à disposição das grandes fazendas, o fim da escravidão, não seria o fim da grande lavoura de exportação”. Assim sendo, consagrou a acumulação capitalista dos grandes proprietários e interrompeu o domínio do Estado sobre seu próprio território (MARTINS, 2001).



A “colonização sistemática” fundava-se no princípio de que as terras virgens não deviam ser postas ao alcance das populações pobres por preços baixos, a elas acessíveis, porque, se assim acontecesse, os homens e mulheres mais capazes se transformariam em produtores independentes em vez de se engajarem como trabalhadores nas propriedades dos latifundiários. Para assegurar reservas de braços disponíveis, convinha aos senhores, portanto, estabelecer um preço “suficientemente alto” a fim de que a terra não pudesse ser adquirida com facilidade pelos pobres do campo (GUIMARÃES, 1989, p. 49).

Foram precisos séculos de lutas contínuas, sangrentas muitas delas, sustentadas pelas populações pobres do campo contra os senhores da terra, para que despontasse na vida brasileira a gênese da classe camponesa. Só no século XIX começaram a surgir os frutos dessa irreduzível e prolongada luta. Abriu-se a primeira chance no lado mais vulnerável do opressivo sistema latifundiário com a implantação, principalmente ao sul do território nacional, em bases estáveis, de outros tipos menos agigantados e mais modestos de propriedade agrária (GUIMARÃES, 1989).

Assim, Schneider (2010) afirma que é possível caracterizar uma primeira etapa da diversificação econômica no Brasil. Esta foi construída sob a base da ocupação desigual do território, sendo o acesso à propriedade privada da terra utilizada como um recurso do Estado, na época do Império, para controle, dominação e legitimação do poder. Essa formação desigual conheceu um primeiro momento de crise no final do período da escravidão, ocorrida no tardio ano de 1888, quando o Estado e as elites agrárias foram compelidas a aceitar e patrocinar a entrada massiva de imigrantes estrangeiros para substituir, em regime de arrendamento e parceria, a força de trabalho dos negros, largamente utilizada na agricultura até então.

Ao longo do século XX, a estrutura agrária foi construída, sob o período de dominação imperial, consolidando e criando dispositivos e obstáculos de ordem constitucional para alteração da posse e da propriedade privada da terra no Brasil. Segundo Oliveira (1972) e Mello (1976), a segunda etapa da diversificação ocorreu entre as décadas de 1930 e 1960, quando o país passou por uma profunda transformação econômica, que consistiu na industrialização por substituição de importações patrocinadas pelo Estado, cuja consolidação ocorreu imediatamente após o final da Segunda Guerra Mundial, com a chegada de empresas multinacionais.

Antes de 1930, praticamente não havia diversidade do tecido produtivo, pois a economia era estruturalmente dependente do modelo agroexportador, mas, de fato, somente o

período posterior à chegada de Getúlio Vargas ao poder é que marcará a formação de uma base industrial, que inaugurará uma nova era no país, alterando o lugar e o papel que a agricultura possuía.

Pode-se dizer que quando se analisa especificamente a agricultura e o meio rural brasileiro, a desigualdade e a diversidade econômica são, ao mesmo tempo, causa e consequência do modelo de ocupação territorial do país. Embora não haja um modelo único, o padrão de ocupação e apropriação do território brasileiro foi estabelecido a partir do momento em que os portugueses deixaram de extrair as riquezas naturais, madeiras e a exploração do trabalho dos indígenas e escravos para estabelecer as bases de um sistema de produção agrário-exportador assentados na plantação da cana-de-açúcar, durante o século XVII, e no café, ao longo dos séculos XVIII e XIX (SCHNEIDER, 2010).

Os senhores de escravos se transformaram em senhores de terra passando a grilar a terra. E para construírem a trama que dominaria as terras do Brasil, exploraram os trabalhadores. Estes, os escravos, transformaram florestas em fazendas de café ou de gado, mas foram expropriados, expulsos, sempre sem-terra. Assim, nasceu o posseiro, aquele que possuindo a terra, não tem o seu domínio. A posse era fruto do trabalho e o domínio era resultado do poder (FERNANDES, 2001). Esta nota histórica reflete a atuais condições dos camponeses dos assentamentos rurais, pois eles têm a terra, mas não o domínio da mesma.

### **1.1 O Estatuto da Terra, a Lei de Reforma Agrária: pressupostos e promessas**

As cansativas discussões em torno da Reforma Agrária podem ser dimensionadas pelo embaraço que se tornou o tema, pois de 1947 a 1962 tramitavam 45 projetos de lei no Congresso Nacional sem que nenhum obtivesse um desfecho. O alto número de projetos denota a amplitude das abordagens sobre a questão e, também, a incompatibilidade entre a maioria dessas propostas (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2010).

Com a redemocratização do país, em 1946, inicia-se o processo de reorganização dos trabalhadores rurais, que permaneceram praticamente sem qualquer iniciativa política durante todo o Estado Novo. Dada a sua completa desorganização política, entende-se porque nem mesmo as vantagens da legislação trabalhista da Era Vargas lhes beneficiavam, ou, quando favoreciam, não eram implementadas, a exemplo do decreto 7.038, de 1944, que autorizava a criação de sindicatos rurais (AZEVEDO, 1982, p. 55).

A Consolidação das Leis de Trabalho reconhecia certos direitos dos trabalhadores rurais. Porém, esse princípio nunca havia sido respeitado. Em 1946, uma nova Constituição é elaborada na tentativa de conter a situação de insatisfação no meio rural. Em seu artigo 157, é assegurada certa estabilidade aos trabalhadores rurais. Porém, esta estabilidade só foi vista onde a agricultura era feita em termos capitalistas, e o trabalhador já havia sido expropriado (ANDRADE, 2000).

A expansão capitalista provocou uma política de espoliação das massas trabalhadoras rurais e conseqüentemente a reação destas, que se organizaram em Ligas e Sindicatos para reivindicarem seus direitos trabalhistas (op. cit.). Em um primeiro momento, o trabalho de organização dos trabalhadores rurais vai ser realizado pelo Partido Comunista Brasileiro, através da criação das Ligas Camponesas que surgem sob a forma de associações civis que permitiam a mobilização e a organização dos camponeses e trabalhadores rurais sob o amparo do Código Civil. A forma jurídica adotada, por outro lado, contornava as dificuldades de caráter político e burocrático, que se interpunham à criação dos sindicatos rurais (AZEVEDO, 1982).

Esse movimento vai ser refreado com a decretação da ilegalidade do partido PCB a partir de 1947. Com a repressão sobre o partido Comunista, as ligas são desarranjadas havendo um forte retrocesso no processo organizativo dos trabalhadores rurais (TARGINO, 2002). Desta forma, em pouco tempo e sem condições de esboçar alguma resistência, a maior parte dessas entidades foi desarticulada e extinta. Na verdade, nesse curto período de vida, elas não conseguiram criar uma base de massa, nem projetar nenhum líder camponês de expressão nacional, regional ou mesmo local (AZEVEDO, 1982).

O Estatuto da Terra foi promulgado pela Lei 4.504, quando o regime militar acabava de ser instalado no país através do Golpe de 1964. Sua criação está fortemente ligada ao clima de insatisfação popular que reinava no país, especialmente no meio rural. Tendo um caráter eminentemente capitalista, não teve como objetivo melhorar a distribuição de terra. Na verdade, visava transformar a terra em bem de negócio, estimulando o desenvolvimento de empresas agrícolas, de grande, pequeno e médio porte (MARTINS, 2001).

Apesar do caráter progressista do Estatuto da Terra, sinal de transformações importantes no âmbito da questão agrária brasileira, pode-se afirmar que esse não saiu do papel e a reforma agrária segue sem acontecer no país, estando claro que não é necessário realizar novas leis para que a reforma agrária aconteça (STÉDILE, 2002). As ações voltadas com o intuito de democratizar o acesso à terra, como a criação do Estatuto da Terra de 1964,

em pleno regime militar, nunca tiveram de fato a intenção de distribuir terras para camponeses.

O momento que antecede a elaboração do Estatuto da Terra foi marcado pelo processo de organização do campesinato, com o surgimento das Ligas Camponesas, de sindicatos rurais e com atuação da Igreja Católica e do Partido Comunista Brasileiro. Esses movimentos lutavam por justiça social no campo e logo assumiram grandes proporções no início da década de 1960, o que provoca um clima de tensão por parte do Estado e dos latifundiários (COSTA *et al.*, 2011). Segundo Perez (1999, p. 138),

Para criar condições institucionais adequadas a um melhor funcionamento da dinâmica capitalista no Brasil. O estatuto buscava pelo exame das palavras de ordem do movimento de 1964: ‘Segurança Nacional e Desenvolvimento’. A ‘questão nacional’ foi encaminhada em 1964 visando ao ‘fortalecimento do poder nacional, instrumento indispensável à prosperidade’. Para a consecução deste fim a afirmação da nação, todo o resto seria meio.

Para Silva (1985), o Estatuto da Terra não era uma lei de reforma agrária, mas de desenvolvimento rural, tratava-se, de uma modernização conservadora do próprio latifúndio. Tendo em vista que as divergências de análise quanto à necessidade ou não de uma lei de reforma agrária, somadas à constatação de que as razões que sustentavam a proposta do governo possuíam elementos de continuidade com o período anterior, fizeram do movimento antirreformista uma forte reação ao projeto, gerando um cenário político pouco favorável à concretização das medidas de teor reformista. O mesmo não tinha como ponto de partida a realização da reforma agrária, assim como as demais medidas reformistas por atingir, direta ou indiretamente, um maior número de setores sociais (CARVALHO FILHO, 1997).

Nesse sentido, Campos (1994, p. 690) complementa “o Estatuto, deveria ser permeado pelo equilíbrio sob pena de agravar ainda mais as distorções da estrutura fundiária. No entanto, para o grupo oposicionista, a política agrícola e a colonização deveriam figurar enquanto uma alternativa a alteração da estrutura fundiária”. Em 1962 é promulgada a Lei de nº 11, de 11/10/1960 para a criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA), absorvendo as atribuições do Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC), o Serviço Social Rural – SSR (INCRA, 2004).

São criados mais quatro órgãos gestores como o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) para cuidar da reforma e estrutura fundiária; o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA) voltado para o processo de colonização, este substitui a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), criada no governo anterior (ANDRADE,

2000); na década de 1970 é criado o Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA), com o Decreto Lei nº 1.110/1970, que visava identificar os motivos da não aplicação do Estatuto da Terra; entre outros conselhos dados pelo GERA, deve-se ressaltar a fusão do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola (INDA) em um só instituto, o INCRA, atualmente respondendo pela Política Nacional de Reforma Agrária (IANNI, 1979).

Os governos conservadores, na tentativa de acalmar os ânimos do povo, lançam o Estatuto da Terra com intuito de apaziguar os camponeses e tranquilizar os grandes proprietários de terra, ficando estabelecida segundo o mesmo a cobrança do imposto territorial e o cadastramento rural, que fixou as normas de utilização de terras públicas, o direito do governo de expropriação das terras privadas e o aumento da participação do governo em políticas cooperativistas voltadas para a modernização no campo. De certa forma, o Estatuto da Terra trouxe mudanças mais consistentes para o meio rural do que o Estatuto do Trabalhador Rural promulgado pela Lei 4.214/1963, para reorganizar os sindicatos rurais, embora estes fossem subordinados aos sindicatos urbanos sob o controle do governo que dentre outras coisas proibia o direito de greve (GONÇALVES NETO, 1997).

Portanto, colocava-se diante do regime militar a possibilidade de uma Reforma Agrária parcial em certas regiões do país, mas que não modificasse o padrão de desenvolvimento agrícola vigente, tradicionalmente dominado pelos latifúndios. No período de 1963/1969 houve várias tentativas de avançar em uma Política de Reforma Agrária, mas com apenas programas puramente técnicos, orientados a resolver problemas específicos e localizados (op. cit.).

Já no período de 1973/1979, a Política de Reforma Agrária fica totalmente marginalizada. Invertem-se os papéis, os latifundiários não são colocados como responsáveis pelo problema agrário e sim os minifúndios. Foi um período marcado por fortes oposições ao governo tanto pelos latifundiários que mantinham ainda poder político de barganha, como também pela burguesia industrial que temia que a reforma agrária pudesse trazer sérias disrupções econômicas e políticas. No último governo militar 1979/1984, a ênfase de toda a ação fundiária concentrou-se no programa de titulação de terras. Nesse período, foram assentadas 37.884 famílias, todas em projetos de colonização, em uma média de apenas 6.314 famílias por ano. O golpe de Estado sustentou os grandes proprietários de terras e interferiu decisivamente nos rumos da política de reforma agrária no Brasil (SORJ, 1986).

Na década de 1980, diversas entidades, entre elas CONTAG (Confederação dos Trabalhadores na Agricultura), CPT (Comissão da Pastoral da Terra), e MST (Movimento dos

Trabalhadores Rurais) criado em 1984 no Paraná, juntas lançam uma campanha nacional pela reforma agrária. O tema foi incorporado ao programa de campanha de Tancredo Neves, em 1984. Em maio de 1985, o presidente José Sarney anuncia seu projeto reformista e elabora o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), previsto no Estatuto da Terra, com meta de assentar 1,4 milhões de famílias em cinco anos, combatido pela bancada ruralista presente no congresso reunida em torno da UDR (União Democrática Ruralista). O confronto se estende até 1988, quando o Congresso Constituinte vetou a desapropriação de terras produtivas para a reforma agrária.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surge no início da década de 1980 no Sul do Brasil e nos anos 1990 tornou-se nacional, com forte papel de oposição e crítica aos governos. Sua atuação se dá basicamente junto aos pequenos produtores e trabalhadores rurais com pouco ou nenhum acesso à terra, com a finalidade de reivindicar que as áreas improdutivas sejam expropriadas pelo Estado com base no dispositivo da Constituição que diz que cada estabelecimento deve cumprir sua função social de produzir. O MST é uma organização social autônoma, que raramente compartilha ações políticas com outras organizações sociais, razão pela qual tem uma estratégia de pressão política contra o poder público que em geral se dá pelo enfrentamento e ocupação de espaços públicos (SCHNEIDER, 2010).

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) trata-se da mais importante organização sindical que representa os trabalhadores rurais, que também tem em sua base agricultores familiares. A CONTAG surgiu na década de 1950, mas somente em 1963 obteve o reconhecimento legal por meio do Estatuto do Trabalhador Rural, que determina a forma de estruturação do sindicalismo rural no Brasil (SCHNEIDER; CASSOL 2013).

A CONTAG teve um papel fundamental no apoio político de 1993-1994. Este reconhecimento abriu espaço para a formulação e implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Outro papel relevante da CONTAG no início da década de 1990 foi a organização dos protestos a favor da regulamentação do direito constitucional pela aposentadoria de trabalhadores rurais. A força política da CONTAG lhe confere poder e o reconhecimento do Estado brasileiro, o que a torna a principal organização do campo brasileiro para dialogar e fazer a mediação com os governos, o que se expressa nas reivindicações (também conhecidas como “Grito da Terra”) que a cada ano definem a agenda das negociações de políticas para a agricultura familiar, que resultam na elaboração do Plano Safra da Agricultura Familiar (op. cit.).

Com abertura do IV Congresso da CONTAG em 1985, o Presidente da República, José Sarney, lança a Proposta do Plano de Reforma Agrária da Nova República que cobria o período de 15 anos, prevendo a desapropriação de 481,2 milhões de hectares e o assentamento de 7,1 milhões de famílias. Nos primeiros quatro anos, era meta assentar 1,4 milhões de famílias em 43 milhões de hectares (MOREIRA; TARGINO, 2012).

As ações levadas a efeito pelos governos democráticos que se sucederam a partir de 1985, porém, limitaram-se à resolução de alguns conflitos não extintos pela ação do latifúndio, amparadas no aparelho repressor do Estado (polícia, justiça), por meio da desapropriação e do assentamento de parcela dos trabalhadores sem-terra. A política agrária da Nova República, consubstanciada no I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), fracassou mais uma vez (MOREIRA; TARGINO, 2012, p. 2).

Propor uma reforma agrária significa desafiar seus interesses ou, então, indenizá-los a preços que incluem a especulação imobiliária, o que significa não fazer reforma agrária (MARTINS, 1997). O período pós-redemocratização do país compreende os governos de José Sarney, Fernando Collor e Itamar Franco. No primeiro momento da redemocratização do Brasil, a disposição do governo de realizar a Reforma Agrária manifestou-se com o anúncio da proposta do I PNRA e dos Planos Regionais de Reforma Agrária (PRRA).

Embora a reforma anunciada não ultrapassasse os limites estabelecidos pelo Estatuto da Terra, ela contou com o apoio não só de trabalhadores rurais, como também dos mais diversos segmentos da sociedade civil. Nesse período surge o MST, que assume uma atitude mais agressiva na luta pela terra na medida em que adota como estratégia a ocupação de propriedades (MOREIRA; TARGINO, 2012).

O período do governo Sarney é o único em que o número de famílias em ocupações é menor que os números de famílias assentadas. Nesse período acreditava-se que o governo faria a reforma agrária. A decepção do governo Sarney, que realizou menos que dez por cento das metas do I PNRA, fez com que os movimentos camponeses se tornassem protagonistas principais das políticas de reforma agrária nos governos seguintes (FERNANDES, 2008).

“Esse período foi confuso e conflitante, já que o país tinha experimentado um movimento de luta pela redemocratização, por cidadania, e reformas sociais, como a luta pela reforma agrária” (COSTA *et al.*, 1999). Na década de 1990 é promulgada a Lei de Reforma Agrária (8.629/1993), da Constituição Federal de 1988, no Artigo 1º, § 1º. Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visam promover melhor distribuição da terra,

mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade (BRASIL, 1988).

A constituição de 1988, que poderia ser um marco na execução de políticas voltadas para combater a desigualdade no campo e reduzir a concentração de terras no Brasil, contudo, não obteve nenhuma inovação em relação à Lei 4.504. Pode-se dizer até que houve retrocessos, pois a nova constituição acabou por legitimar o “latifúndio produtivo”, e não regulamentou o artigo que previa a desapropriação de terras maiores que o limite máximo de módulos fiscais. Além disso, não foi realizada a atualização dos níveis de produtividade por módulo fiscal, que mantêm ainda os padrões editados em 1964. A partir daí, foram implementadas apenas algumas medidas provisórias e algumas emendas constitucionais de leis, ainda que nada de relevância significativa no que diz respeito às transformações consideráveis na disposição legislativa fundiária no Brasil (STÉDILE, 2002).

Para Coletti (2005), o passo decisivo para viabilizar as desapropriações de terras no Brasil foi dado com a Lei Complementar nº 76, de 06 de julho de 1993, que veio complementar a Lei nº 8.629/93, depois alterada pela Lei Complementar nº 88, de 23 de dezembro de 1996, estabelecendo os procedimentos iniciais para um processo de desapropriação de terras. Será necessário cumprir todas essas etapas para a terra desapropriada poder ser utilizada para o assentamento rural de Reforma Agrária.

Primeiro o presidente da República, através de decreto, declara o imóvel para fins de reforma agrária (art. 2º da LC nº 76/93); II o INCRA, tem um prazo máximo de dois anos, contado da publicação do decreto desapropriatório (art. 3º da LC nº 76), propõe a ação de desapropriação junto ao juiz federal competente (parágrafo 1º do art. 2º da mesma Lei), anexando ao processo, além da oferta do preço, um conjunto de documentos previstos no artigo 5º da LC nº 76 e no artigo 1º da LC nº 88 (texto do decreto declaratório publicado no Diário Oficial da União; certidões atualizadas de domínio e de ônus real do imóvel; documento cadastral do imóvel; laudo de vistoria e avaliação administrativa; comprovante de lançamento dos Títulos da Dívida Agrária correspondente ao valor ofertado para pagamento da terra nua; comprovante de depósito em banco oficial, à disposição do juízo, correspondente ao valor ofertado para pagamento das benfeitorias úteis e necessárias etc.); III) o juiz tem um prazo de 48 horas para despachar a petição inicial e “mandará imitar o autor na posse do imóvel” (inciso I do art. 6º da LC nº 88), “determinará a citação do expropriando para contestar o pedido e indicar assistente técnico, se quiser” (inciso II do art. 6º da LC nº 88), autorizará o depósito do valor correspondente ao preço oferecido (§ 1º do art. 6º da LC nº 76) e, se for o caso, designará audiência de conciliação (nos dez primeiros dias, a contar da citação) com o objetivo de fixar a prévia e justa indenização (§ 3º do art. 6º da LC nº 88). (COLETTI, 2005, p. 04).



A década de 1990 foi um período em que ocorreu uma multiplicação dos movimentos camponeses na luta pela terra, ampliando a criação de acampamentos e assentamentos rurais, tendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST) como o principal agente desse processo. O tema foi um dos mais presentes na agenda política do governo, reconhecendo a necessidade de mudanças no campo. Essas promoveriam a segurança alimentar e fortalecimento da agricultura familiar, mas os resultados não foram tão satisfatórios para os camponeses (FERNANDES, 2008).

Os governos FHC e Lula foram os que mais criaram assentamentos, considerados os governos do processo de redemocratização do país. Cerca de oitenta por cento das realizações em números de assentamentos, famílias e áreas ocorreram nos períodos destes governos. Porém, estas duas gestões são marcadas por diferentes políticas de reforma agrária. Na gestão de FHC, apostou-se que, criminalizando as ocupações, eliminaria a questão agrária com a realização de uma ampla política de assentamentos. O governo Lula sempre dialogou com os movimentos camponeses. Contudo, também criou uma nova política agrária que, paradoxalmente, fez avançar e refluir a luta pela terra e a reforma agrária. Investiu mais na regularização fundiária de terras do que na desapropriação de novas terras para a criação de novos assentamentos de reforma agrária (op. cit.).

Para Oliveira *et al.* (2005), do ponto de vista legal e político as ações voltadas à desconcentração de terras durante a década de 1990 não apresentaram transformações consideráveis. Entretanto, no campo econômico, a expansão do agronegócio, fruto da globalização e reabertura econômica, muito contribuiu para a intensificação da concentração de terras e diminuição do número de estabelecimentos rurais. Um dos reflexos desse histórico da formação da propriedade privada, concentração e utilização da terra durante a história, reflete na atual situação em que se encontra a estrutura fundiária brasileira.

Para Mendonça (2006), a dificuldade de não fazerem a reforma agrária é devido ao conjunto de inter-relações e contradições derivado de uma estrutura fundiária concentradora, que determina e concentra poder econômico e político, criando estruturas de sujeição da população rural e uma cultura incompatível com um tipo de exploração racional da terra definido pela fala/prática oficial como a “mais adequada” para o desenvolvimento nacional.

A não realização da reforma agrária pelos governos fez restringir o avanço do movimento camponês. Com a implantação do vigente modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária, apostou-se no fim do campesinato. No entanto, por causa da repressão política e da expropriação resultantes deste modelo econômico, nasceu o mais amplo

movimento camponês da história do Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST (FERNANDES, 2001).

Quando surgiu, o MST se denominou Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra. A expressão “trabalhadores rurais” não sobreviveu na própria sigla, que passou a se chamar MST (FERNANDES, 2008). Na década de 1990 com a fundação da Via Campesina, o termo “camponês” aparece cada vez mais nas falas e nos documentos do MST. Hoje o nome de “camponês” é comum nos acampamentos e assentamentos rurais de todo país. Esta definição fortaleceu a identidade do MST como movimento camponês. E esse fortalecimento acentuou a questão territorial da luta. Um movimento camponês não existe sem os territórios do campesinato. Por essa razão, um movimento camponês também é um movimento socioterritorial (FERNANDES, 2005).

Desde meados dos anos 1990, a crescente crítica ao modelo de agricultura industrial capitalista e aos seus impactos negativos sobre a diversidade cultural e ambiental do planeta, além de seu caráter de espoliação, tem dado lugar ao ressurgimento do campesinato como identidade política. Neste cenário, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passa a se autodefinir como um movimento camponês, filiando-se à Via Campesina, organização internacional que congrega camponeses de várias partes do mundo, e contribuindo ativamente para as ações que esta realiza no Brasil (MARQUES, 2000).

## **1.2 A modernização leva o êxodo rural: o retorno e a luta pela reconquista do campo**

O meio rural provido de um modo de vida distinto da racionalidade urbana foi indicado como lugar “atrasado”, e o que não se enquadrasse nos parâmetros considerados de modernização vigente seria denotado como “rural”. A visão do rural como lugar de atraso foi sendo construída em um contexto sob os olhos da modernidade, dos processos de industrialização e da crescente urbanização decorrente desses processos. Assim, o espaço chamado de cidades tornou-se o *locus* privilegiado do desenvolvimento capitalista (FAVARETO, 2007).

O lugar dos espaços rurais sempre foi o de responder pela produção de bens primários, e de uma maneira onde sua dinâmica restaria meramente subsidiária dos processos sociais e econômicos emanados do mundo urbano, reificado por sua equivocada identificação como *locus* exclusivo da industrialização, da complexidade e da multiplicação das possibilidades de interação. (FAVARETO, 2007, p. 33).

O espaço rural começa a perder a sua peculiaridade agrícola em consequência das circunstâncias inerentes ao desenvolvimento tecnológico pautado no lucro e na expansão da produtividade agrícola. A agricultura tradicional, marcada pelo trabalho familiar, pela produção em pequena escala e pelo uso restrito de insumos tecnológicos, era vista como um obstáculo às ações desenvolvimentistas. “Os modos tradicionais de fazer agricultura eram diagnosticados como dispendiosos no uso da mão-de-obra e geradores de baixa produtividade, portanto, pouco lucrativos” (DIAS, 2004, p. 99).

O processo de reorganização do espaço brasileiro em termos de novos centros de expansão agrícola iniciou-se especialmente a partir de 1930, com os movimentos migratórios, não somente entre urbano e rural, mas também os intrarrurais, que ocorreram mais fortemente do Nordeste e Minas Gerais em direção ao Centro-Sul, mais precisamente para o estado de São Paulo e Paraná. A agricultura paulista desenvolveu-se rapidamente na maior parte das terras onde antes se plantava café. Passa-se com a crise e a recessão de exportações a plantar algodão e cana-de-açúcar por empresas altamente capitalizadas, com apoio e uma infraestrutura de pesquisa promovida pelo Estado (SORJ, 1986). O êxodo rural ocorreu de maneira mais intensa em direção às regiões de maior desenvolvimento, onde o processo de capitalização e mecanização ocorreu primeiro.

O rápido processo de motomecanização e o aumento da concentração fundiária da agricultura brasileira contribuíram para o intenso processo do êxodo rural e, conseqüentemente, para a concentração populacional nos centros urbanos mais industrializados, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. (EHLERS, 1999, p. 40).

Em meados dos anos 1950, o Brasil ainda era um país de predominância agrária, mas a agricultura vinha perdendo sua importância econômica para a indústria que assumia progressivamente a posição dominante do setor econômico brasileiro. Assim, nas décadas de 60 e 70 a agricultura brasileira apresenta o crescimento acelerado baseado nos parâmetros da “Revolução Verde”.

Encerrado o período da industrialização por substituição de importações no final da década de 1950 e início da década de 1960, e retomada a estabilidade do período Pós-Segunda Guerra Mundial, inicia-se uma etapa que afetará e incidirá de modo mais contundente no processo de diversificação econômica da agricultura e do meio rural, também conhecido na literatura especializada por *modernização da agricultura* (SILVA, 1982; GONÇALVES NETO, 1997).

O processo chamado de *modernização da agricultura* iniciou-se no período Pós-Segunda Guerra, sendo o Estado o grande agente protagonista desse processo modernizador, por conceder recursos tecnológicos compostos por insumos, agrotóxicos, maquinários, fertilizantes e a criação dos complexos agroindustriais para instalação e consolidação dessa modernização, visto que as políticas públicas tornaram-se agentes facilitadores de acumulação de capital no campo, principalmente o crédito rural de custeio e investimento com baixas taxas de juros e longos anos de carência. Esses investimentos beneficiaram os grandes e médios produtores rurais da época, ou seja, os empresários industriais transformaram a terra em lucro para mobilização de capital. Esse processo caracterizou-se como desigual e excludente (AQUINO; SANTOS, 2002).

De fato, na grande maioria dos países desenvolvidos, desde o período do pós-guerra, o modelo de desenvolvimento agrícola teve como objetivo principal assegurar a autossuficiência em produtos agrícolas, especialmente em produtos alimentares. Consequentemente, as políticas adotadas tinham como prioridade o aumento da eficiência deste setor produtivo, que se expressou na implantação do modelo produtivista da modernização agrícola, cuja base era a adoção de sistemas intensivos de produção e a crescente integração à complexa economia de mercado (WANDERLEY, 2009, p. 90).

A modernização da agricultura constitui-se, de certa forma, uma saída para a situação em que o Brasil se encontrava no final da década de 1950. Por um lado, grupos políticos e movimentos sociais pressionavam o Estado por reforma agrária e acesso a direitos sociais e, por outro, a indústria nascente necessitava que o setor agrícola liberasse mão de obra e se tornasse capaz de absorver parte da produção industrial. Esse impasse resulta em um golpe de Estado em abril de 1964, quando os militares tomam o poder e passam a controlar e estimular as mudanças que transformaram estruturalmente a agricultura e o meio rural do país. Priorizaram-se investimentos na modernização tecnológica das grandes propriedades, apostando na sua conversão em empresas (MELLO; NOVAIS, 2009).

Seria o que Silva (1982) chama de modernização dolorosa, estabelecendo uma agricultura voltada para o mercado, com alta produtividade, dispensando a mão de obra e utilizando insumos e máquinas modernas em larga escala, como desejavam as multinacionais, vendedoras de tais produtos. Então, o padrão agrícola brasileiro começa a mudar através de políticas de financiamento para compras de insumos e máquinas, além de uma integração entre os setores primário e secundário. Essas mudanças causaram alguns impactos socioeconômicos para a sociedade brasileira, principalmente para os pequenos agricultores.

Nesse contexto, Dias (2004) complementa que a transferência e difusão dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde foram modelos estratégicos adotados pelo governo brasileiro, sobretudo, a partir da década de 1970, para a promoção da modernização da agricultura tradicional. Era estratégia governamental para promover transformações radicais na organização dos sistemas produtivos tradicionais, modernizando-os, sem que isto implicasse mudanças estruturais significativas na distribuição da propriedade das terras. Para desencadear tal processo, foram organizados aparatos de pesquisa agropecuária, ensino formal e extensão rural com o objetivo de adequar setores da agricultura tradicional aos objetivos de promoção do crescimento econômico. A busca por maior produtividade agrícola tornou-se uma verdadeira obsessão.

A partir da década de 1970, o Estado brasileiro passa a realizar pesados investimentos na modernização da base tecnológica da agricultura, processo que toma forma através da disponibilização de crédito para aquisição de máquinas e insumos, e de criação de instituições de pesquisa e apoio à difusão de tecnologias (DELGADO, 1985). Para (KAIMOWITZ, 1997, p. 60),

As políticas de subsídios tampouco favoreceram a equidade, já que foram as empresas de agrobusiness e os médios e grandes produtores os que tiveram maior acesso aos subsídios. Os programas de crédito subsidiado e tecnologia para os pequenos produtores sempre recebiam menos recursos que os programas para os grupos mais fortes. Em grande medida, os camponeses sofreram o impacto das políticas que discriminavam a agricultura, mas não gozaram dos benefícios das políticas que deveriam compensar por tal discriminação.

Esses acordos tecnológicos advindos dessa concepção modernizante incrementaram a produção dos que efetivamente puderam deles se apropriar, mesmo a um custo ambiental e social altíssimo em que a grande maioria dos agricultores familiares teve a própria sobrevivência ameaçada (OLIVEIRA; MOURA FILHO, 2002).

Criado em 1965, o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), viabilizou financeiramente os “pacotes tecnológicos” validados pela pesquisa oficial e difundidos pela extensão rural. Não se tratava de colocar à disposição dos agricultores apenas um crédito geral, mas sim um crédito especificamente voltado para a modernização da agricultura. Através de um crédito específico interveio-se a favor da utilização de insumos modernos, das culturas e criações integrados aos novos complexos agroindustriais, pois o crédito era vinculado à observação de certas condições pré-fixadas de acordo com a estratégia modernizadora. O crédito também sempre esteve vinculado ao uso de um pacote agrícola composto de insumos químicos e sementes selecionadas para a produção em escala intensiva. (COSTA *et al.*, 2011, p. 05).

Esse processo gerou uma inversão na distribuição populacional entre as áreas urbanas e rurais, o chamado êxodo rural que esvaziou os campos gerando um crescimento desordenado das cidades e formando centros metropolitanos. “O campo se industrializou se eletrificou e se urbanizou parcialmente, entretanto o êxodo rural também se multiplicou, levando ao inchamento das cidades” (MARTINE, 1987, p. 10).

Segundo Martins (1991), a forte concentração de terras privadas fez com que os pequenos trabalhadores abandonassem a terra, seu principal instrumento de trabalho, em favor dos latifundiários. Esse processo foi realizado por grandes empresas capitalistas nacionais ou multinacionais, com incentivos financeiros do Estado. A migração era posta como sobrevivência e resistência, procurando se distanciar da cerca e do cerco do latifúndio. A violência contra esses povos delimitaria as extensões históricas do latifúndio. Em todo o tempo e em todo o espaço, a formação do latifúndio frente à resistência camponesa determinaria a realidade da questão agrária (FERNANDES, 2001).

O decréscimo da população rural representa uma transferência dos conflitos sociais do campo para os centros urbanos mais desenvolvidos à medida que a população migrante passa a se somar às camadas socialmente marginalizadas das cidades. No entanto, os problemas não se restringem exclusivamente à escassez de recursos naturais nas áreas de expulsão, mas, sobretudo, à má distribuição e acessibilidade a esses recursos. É nesse campo que se encontram latentes os conflitos sociais (SCHMIDT *et al.*, 2003, p. 1).

A modernização representou não apenas mudanças nas relações humanas com a natureza, mas também as relações sociais de produção e mudanças nos instrumentos de trabalho. Significou a passagem de um sistema de produção artesanal para um sistema de manufatura com máquinas e uma divisão capitalista de trabalho, o mesmo ocorrendo com as atividades agropecuárias. Essa passagem é caracterizada pela inversão da função do trabalhador que passa do papel ativo e integral do artesão para a manufatura, até atingir a passividade do operário que apenas vigia sua máquina (SILVA, 1996).

Quando essa expropriação acontece por completo, os lavradores tornam-se trabalhadores livres de toda propriedade, e à exceção da sua força de trabalho, são obrigados a vender no mercado, seja na cidade ou no próprio campo, e se tornam assalariados permanentes, temporários, autônomos, boias-frias, clandestinos, etc. Tudo para garantir a sobrevivência (MOREIRA, 1997).

Conforme a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), fazia-se necessário modernizar o setor e elevar o padrão de vida das populações rurais, de forma que elas pudessem também se constituir em um mercado consumidor para as indústrias emergentes, eliminando o arcaico do meio rural para desempenhar eficazmente o papel da agricultura, provendo matéria-prima para a indústria nacional que nascia, e alimentando a crescente população urbana brasileira (GASS *et al.*, 2014).

Nesse sentido, a chamada modernização da agricultura brasileira não atuou no sentido de transformar os latifundiários em empresários capitalistas, mas, ao contrário, transformou os capitalistas industriais urbanos em latifundiários, sobretudo, do Centro-Sul do país. Os instrumentos de política econômica que viabilizaram esta fusão foram as políticas de incentivos fiscais da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) (OLIVEIRA, 2006).

Assim, os capitalistas urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra do Brasil, possuindo áreas com dimensões nunca registradas na história, porque no Brasil homogeneizaram-se as figuras do empresário capitalista e do proprietário de grandes extensões de terra, estas funcionando ora como reserva de valor, ora como reserva patrimonial. Ou seja, como instrumentos de garantia para o acesso ao sistema de políticas de incentivos governamentais. Dessa forma, estamos diante de uma estrutura fundiária violentamente concentradora e, também, diante de um desenvolvimento capitalista que gera uma população de miseráveis (op.cit.).

Como consequência dessa expropriação, eclode em todo país diversos conflitos por posse de terras, os agricultores que produziam em pequena escala tinham cada vez maiores dificuldades para se manter no campo. Naquele cenário, a luta pela permanência na terra assumiu um papel preponderante e trouxe à cena novos atores na busca de alternativas, principalmente políticas, às diversas formas de expropriação. (DIAS, 2004, p. 102).

Para o problema dos que reivindicam o acesso à terra, a resposta foi a elaboração de projetos de colonização e assentamento de famílias rurais nas regiões de fronteira agrícola da Amazônia, além do óbvio controle sobre os opositores que insistiam em questionar essas soluções encontradas (MARTINE; GARCIA, 1987). Conforme Wanderley (2009) trata-se de um processo de predomínio do capital fundiário sobre o trabalho produtivo, a valorização da terra como capital fundiário mais do que como fonte de trabalho e geração de riqueza.

As consequências se expressam tanto na forma da alteração da paisagem natural, pelo uso desenfreado dos recursos naturais associados à utilização de modernas tecnologias, seja mecânica ou química, como nas relações de produção subjacentes a esse processo de modernização da agricultura, que intensificaram o desemprego e a redução do número de ocupados no campo, além de terem contribuído para a concentração de terras (OLIVEIRA; MOURA FILHO, 2002). Ao traçar esse caminho, Altieri (2009, p. 07) corrobora:

Na segunda metade do século XX, vários países latino-americanos engajaram-se na intitulada Revolução Verde. Um ideário produtivo proposto e implementado nos países mais desenvolvidos após o término da Segunda Guerra Mundial, cuja meta era o aumento da produção e da produtividade das atividades agrícolas, assentando-se para isso no uso intensivo de insumos químicos, das variedades geneticamente melhoradas de alto rendimento, da irrigação e da motomecanização. Políticas públicas nacionais foram criadas, tendo a pesquisa agrícola e a extensão rural aliada geralmente ao crédito agrícola subsidiado como os principais instrumentos para a concretização dessas políticas.

Todas essas mudanças na agricultura retrataram de fato a subordinação da natureza ao capital, que gradativamente liberta o processo de produção agropecuária das condições naturais. A agropecuária deixa de ser uma esperança ao sabor das forças da natureza e se converte em uma certeza sob o comando do capital, ou seja, a agricultura se industrializa nesse processo e torna-se um setor subordinado ao capital, integrado à grande produção industrial, ocorrendo de fato uma transformação das atividades agropecuárias a um sistema de máquinas e a sua integração à grande indústria (SILVA, 1996).

Segundo Dias (2004), os esforços técnicos foram direcionados para aqueles tipos de cultura com maior potencial para exportação, e para aqueles produtores que demonstrassem maior receptividade as mudanças propostas e um maior potencial de retorno econômico aos investimentos realizados. Esse processo excludente e desigual levou milhares de trabalhadores rurais a abandonarem o campo e migrarem para os grandes centros urbanos contagiados pela modernização, pois, a mesma poderia trazer uma melhor condição de vida ou porque não lhes restasse alternativas. Muitos trabalhadores viviam no campo na condição de moradores ou arrendatários de antigos patrões que venderam suas terras para o grande produtor.

Entre os mais diversos fatores de expulsão do homem do meio rural estão presentes no próprio meio rural e merecem ser ressaltados: o fenômeno das secas e a má distribuição dos recursos territoriais e hídricos. Eles reforçam os processos de redução dos requerimentos mão-de-obra para os trabalhos agrícolas. (SCHMIDT *et al.*, 2003, p. 3).



Buainain *et al.* (2003, p. 316) complementa:

A forte concentração da renda no campo, decorrente dessas condições e o tipo de inserção do país na divisão internacional do trabalho limitaram a expansão do setor urbano-industrial. Essas condições estão na raiz dos fortes desequilíbrios distributivos observados no processo de urbanização no Brasil. Cada vez mais, o êxodo rural configurou-se como um êxodo de refugiados do campo, ao contrário do que ocorreu nos EUA e na Europa, onde os fatores de atração predominaram sobre os fatores de expulsão. As consequências socioeconômicas desse processo são conhecidas. Os que permaneceram no campo continuaram em situação precária, sem acesso ou com acesso limitado à terra, à educação e demais serviços de infraestrutura social e aos benefícios da política agrícola.

Assim, a combinação do desemprego e da concentração de terras nas últimas três décadas fez com que milhões de pessoas migrassem para as cidades, em especial para os grandes centros urbanos e capitais, modificando drasticamente o perfil da distribuição da população brasileira em um curto período de tempo. Isso fez com que a qualidade de vida nas grandes cidades se degradasse de forma contínua, uma vez que a oferta de emprego e de infraestrutura urbana não consegue se expandir no mesmo ritmo com que chegam novas levas de imigrantes (CARVALHO, 2010).

Nas cidades, esses trabalhadores vieram se instalar em regiões desvalorizadas situadas à beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes, doenças, sem saneamento básico entre outros tipos de ameaças. Inconformados com as condições precárias de sobrevivência nas periferias urbanas, a falta de trabalho e o alto custo de vida têm levado muitos trabalhadores a retornarem ao campo na busca de seu pedaço de terra. A luta pelo retorno e reconquista da terra para trabalhar faz os pequenos produtores reivindicarem uma política agrícola que lhes garanta uma assistência técnica e creditícia para que possam além de garantir o direito de permanecer na terra, dela produzir mais e retirar o indispensável a sua sobrevivência, garantindo-lhes moradia e sustento com dignidade para suas famílias.

A crise na economia brasileira na década de 1980, a emergência da crise urbana decorrente do inchaço das grandes cidades, resultado do intenso processo migratório decorrente das transformações promovidas pelo processo de modernização da agricultura, o crescimento do desemprego rural e urbano, a redemocratização do país, a reorganização do campesinato com a consolidação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) reacenderam o debate sobre a questão agrária brasileira (MOREIRA; TARGINO, 2012).

As ações feitas pelos governos democráticos que se sucederam a partir de 1985, amparadas no aparelho repressor do Estado (polícia, justiça), limitaram-se à resolução de alguns conflitos não extintos pela ação do latifúndio por meio da desapropriação e do assentamento de parcela dos trabalhadores sem terra. A política agrária da Nova República, consubstanciada no I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), não trouxe solução para as questões enfrentadas pelo trabalhador rural sem-terra (op. cit.).

Ao mesmo tempo em que aumenta a concentração das terras nas mãos dos latifundiários, aumenta o número de camponeses em luta pela recuperação das terras expropriadas. Nem que para isso tenham que continuar seu dever histórico: ter a estrada como caminho. O que vale dizer: a migração como necessidade de sua reprodução, a luta pela fração do território distante como alternativa para continuar camponês. (OLIVEIRA, 2006, p. 26).

Para muitos proprietários de terras rurais, a terra é apenas um meio de acesso ao capital, em consequência das políticas de Estado, e não um meio de produção. Portanto, a terra representa para o trabalhador do campo não apenas a possibilidade de sua sobrevivência, mas a garantia de poder permanecer no seu lugar de origem livre da dependência do trabalho de aluguel. Aquele pedaço de terra constitui para o camponês sua única herança possível de ser deixada para sua família. Nesse caso, a terra representa dignidade ao pequeno trabalhador e sua família, constituindo caráter de reserva de valor e de meio de acesso aos incentivos governamentais para que assim possa produzir o seu sustento (MOREIRA, 2000).

A terra é um meio de produção essencial, na medida em que é sobre ela que os processos produtivos (agrícolas e não agrícolas) se desenvolvem e que os assentamentos humanos (urbanos ou rurais) se estabelecem. Ela é também fonte de vida para uma enorme população rural, cuja estrutura de representação simbólica garante a continuidade das tradições e valores. A terra é, ao fim e ao cabo, a própria natureza, ou seja, o ambiente natural no qual os homens existem (REYDON, 2007, p. 27).

O camponês deve ser visto como um trabalhador criado pela expansão capitalista, que quer entrar na terra. O camponês é como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que emigrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de emigrações (OLIVEIRA, 1986).

A luta do camponês por autonomia, resultante dessa condição, tem como objetivo materializar-se na criação e no desenvolvimento de uma base autogerida de recursos, envolvendo tanto recursos sociais como naturais. A terra constitui o pilar central dessa base de

recursos, não só do ponto de vista material, mas também simbólico. Representa o suporte para o camponês atingir certo nível de independência. Ela é, assim como foi, o porto seguro a partir do qual o mundo hostil deve ser encarado e confrontado. Daí resulta a centralidade da terra em muitas das lutas camponesas do passado e do presente (PETERSEN, 2008). Nesse sentido, Andrade (2005) complementa que o mais grave problema ligado à questão agrária é o referente à questão fundiária. Há uma grande concentração de terra em mãos de latifundiários, ora pessoas físicas, ora sociedades anônimas.

O modelo de desenvolvimento agropecuário implantado, desde a década de 1960, gerou a intensificação da concentração fundiária, a expropriação e a expulsão de milhões de famílias. Nesse processo de exclusão, os trabalhadores intensificaram a luta pela terra. A elaboração e não realização de políticas de reforma agrária como o Estatuto da Terra e o Plano Nacional de Reforma Agrária são partes desse conjunto de fatores condicionantes. Portanto, quanto mais se intensificam a expropriação e a exploração, mais cresce a resistência. Nessa realidade, a ocupação da terra é criação dos trabalhadores sem-terra que luta para a sua própria ressocialização. (FERNANDES, 2001, p. 02).

### **1.3 Campesinato, o conceito de camponês no Brasil versus agricultura familiar**

#### ***1.3.1 O campesinato***

O campesinato se refere a uma diversidade de formas sociais baseadas em diferentes relações de trabalho e de acesso à terra. Na década de 1970, o conceito de pequena produção passa a ser usado como alternativa ao de camponês por seu caráter operacional e por, supostamente, melhor representar a realidade de um campo submetido pelo Estado à desarticulação de seus movimentos sociais e a um conjunto de políticas de cunho modernizante (MARQUES, 2000).

Para Marques (2010), o campesinato é uma classe social e não apenas um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico, associado ou não ao capital industrial e financeiro, o campesinato permanecerá como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições.

A situação do campesinato esteve quase sempre em contestação, porque o modelo de desenvolvimento capitalista no qual se inspiraram reformistas da época parecia não contemplar a presença de uma classe portadora dessas características. A polarização entre

proletariado e burguesia, decorrente do modelo, deixava pouca margem a outras interpretações, de conteúdo mais empírico, que revelassem a presença de classe ou modos de produção camponeses (WELCH *et al.*, 2009).

Para Wanderley (2009), o campesinato é caracterizado como “uma forma de viver e trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e uma cultura”, onde as especificidades das situações concretas de reprodução explicitam conteúdos sociais particulares. O “rural” era sempre percebido como o “espaço da precariedade social”, isto é, a periferia espacial precária da cidade, dela dependendo política, econômica e socialmente.

Assim, o campesinato é uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar e formas distintas de acesso à terra como o posseiro, o arrendatário o parceiro, o foreiro, o pequeno proprietário, não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida e o trabalho na terra constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais (MARQUES, 2000).

De acordo com Woortmann (1990), o campesinato corresponde a uma qualidade encontrada em diferentes tempos e lugares, que expressa a importância de valores da ética camponesa para indivíduos ou grupos específicos que podem apresentar maior ou menor grau de campesinidade de acordo com sua trajetória de vida e sua forma de integração à sociedade moderna capitalista. Assim, a ética camponesa é sustentada em terra, trabalho e família como valores morais e categorias nucleantes intimamente relacionados entre si e tem como princípios centrais a honra, a hierarquia e a reciprocidade.

Segundo Shanin (1980, p. 228), “o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um “mundo diferente”, que apresenta padrões de relações sociais distintos, o que também se pode denominar de modo de vida. É uma classe social que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada e se levanta em momentos de crise”. Já para Marques (2010), o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições. Portanto, defende-se aqui a atualidade deste conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade.

Segundo Welch *et al.*, (2009), o campesinato era categoria esquecida, em processo de diferenciação social, vista como sinônimo do atraso, da fragilidade política e da dependência, sendo acrescida a essas fragilidades a noção da incapacidade econômica. Esse quadro dos camponeses na sociedade de classes parecia definir a sorte desses habitantes do campo: a

pouca visibilidade, uma morte constantemente anunciada, embora adiada, e a condição de ameaçados econômica, social e politicamente. No entanto, os acontecimentos políticos e as várias guerras camponesas do século XX evidenciaram os meandros da luta e das possibilidades dos camponeses nos novos cenários.

Desde as primeiras décadas do século XX novas feições e novas formas de organização foram criadas na luta pela terra e pela reforma agrária. Inúmeros agentes sociais lançaram-se nas discussões sobre a questão, que tomou corpo, especialmente, a partir da década de 1950, invariavelmente intercalando períodos de avanços e recuos. Estado, movimentos sociais, partidos políticos, Igreja e sociedade civil, entre outros, manifestavam a importância da reforma agrária, mas discordavam quanto aos objetivos e as características que esta deveria assumir, ou seja, não havia consenso quanto a sua forma, amplitude e contornos ideológicos (SALIS, 2014).

### ***1.3.2 O conceito de camponês no campo brasileiro***

A partir das décadas de 1960 e 1970, o cenário nacional e internacional registrava um movimento de redescoberta dos camponeses. Esses camponeses, comprometidos com uma forma particular de tratar o solo, produziam alimentos para garantir o sustento de suas famílias. A reprodução de trabalhadores, segundo uma cultura típica dos pequenos grupos e modelos de vida, veio a ser recuperada, em seu conjunto, como uma classe.

Segundo Marques (2010), o conceito de camponês adquire destaque no campo científico no Brasil em meados de 1950, início da década de 1960, ao mesmo tempo em que se afirma como identidade política em nível nacional. É o momento das “Ligas Camponesas”, quando a grande concentração de terras e a extrema desigualdade social se tornam mais evidentes com as mudanças verificadas nas relações de trabalho e aparecem como fundamentos da questão agrária brasileira.

Até então, o camponês recebia denominações locais próprias conforme a sua história e sua região de origem como: caipira em São Paulo, Minas Gerais e Goiás; caiçara no litoral paulista; colono ou caboclo no sul. Assim, foram dependendo de sua origem, se era imigrante ou não. O mesmo também acontecia com os grandes proprietários de terra, que eram conhecidos como estancieiros, senhores de engenho, etc.

Para Schneider e Cassol (2013), a palavra “camponês” ou “campesinato” raramente tinha sido utilizada para qualificar os habitantes rurais no Brasil, recebendo os mesmos as mais diversas denominações conforme a região onde vivem. Verificando-se o Brasil de norte

a sul, é possível encontrar uma diversidade de definições para o que seria um camponês ou pequeno agricultor, tais como *colono*, *sitiante*, *morador*, *ribeirinho*, *geraiseiro*, entre outras. É muito frequente identificar um pequeno proprietário ou mesmo pequeno posseiro de terra com a denominação de *lavrador rural*, reservando-se a alcunha de “trabalhador rural” aos que desempenham atividades na condição de empregados. Os mediadores políticos, intelectuais militantes do partido comunista na década de 1950 ou cientistas sociais que faziam estudos de comunidades rurais nos anos 1970 preferiam utilizar em suas referências o termo camponês.

Em decorrência do mesmo processo que deu sentido ao conceito de camponês, é definido o conceito de latifundiário, o seu par contraditório. Assim, eles aparecem como conceitos-síntese, ou categorias-analíticas, que remetem a situações de classe e que estão enraizados em uma longa história de lutas (MARTINS, 1981). Porto e Siqueira (1994) observam que nas ciências sociais ocorre preferência pelo emprego de categorias descritivas, ou categorias empíricas, como as de sem-terra, assentados, barrageiros em detrimento do uso de conceitos-síntese como o de camponês ou o de pequeno produtor.

A discussão se volta para a problemática das diferentes formas de subordinação do trabalho ao capital e para o processo de diferenciação social interna à produção familiar e sua polarização entre agricultores integrados e pequenos produtores excluídos. Assim, o conceito de pequena produção passa a ser usado pelas ciências sociais como alternativa ao de camponês por apresentar caráter operacional e por, supostamente, melhor representar a realidade de um campo submetido pelo Estado à desarticulação de seus movimentos sociais e a um conjunto de políticas de cunho modernizante (PORTO; SIQUEIRA, 1994).

No final do século XX, o conceito de agricultura familiar é proposto por alguns autores como substituto para o de camponês enquanto conceito-síntese e aceito sem maiores reflexões por muitos da academia, entre os próprios agricultores, seus sindicatos e movimentos sociais. Essa substituição se dá com base na adoção de uma abordagem evolucionista sobre o desenvolvimento da história. Diferentemente do que ocorreu com o conceito de pequena produção, que aparece de forma articulada ao de camponês em algumas situações, o emprego do conceito de agricultura familiar passa pela afirmação de sua diferença em relação ao de camponês, que não mais se aplicaria às novas realidades criadas a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura (MARQUES, 2010).

Para Abramovay (2007), o agricultor familiar moderno corresponde a uma profissão, diferentemente do campesinato, que constitui um modo de vida. Enquanto o campesinato apresenta como traço básico a integração parcial a mercados incompletos, o agricultor familiar representa um tipo de produção familiar totalmente integrada ao mercado, sem

apresentar qualquer conflito ou contradição em relação ao desenvolvimento capitalista. Assim, na agricultura capitalista contemporânea, predominaria a agricultura familiar e a patronal.

Segundo Lamarche (1998), o modelo de agricultura familiar moderna estrutura-se em torno de uma dupla dinâmica com a busca, de um lado, de uma diminuição constante do papel da família nas relações de produção e, de outro, a busca da maior autonomia possível. Em termos absolutos, esse modelo teria se libertado, ao mesmo tempo, das limitações familiares materiais, mas principalmente morais e ideológicas, e das dependências técnico-econômicas. Contudo, Lamache (op. cit., p. 314) complementa:

O estabelecimento familiar moderno define-se como uma unidade de produção menos intensiva, financeiramente pouco comprometida e, principalmente, muito retraída em relação ao mercado; com efeito, a maior parte de suas produções é parcialmente reutilizada para as necessidades da unidade de produção ou autoconsumidas pela família; nunca é totalmente comercializada. (...) Podemos admitir, no que diz respeito às variáveis consideradas, que o estabelecimento familiar moderno funciona sensivelmente como estabelecimento de tipo camponês, com mais técnica e mais necessidades.

Para Sousa et al., (2010), essa é a classificação para o camponês está ou não vinculado ao mercado. Para o autor o que interessa são as relações sociais estabelecidas, pois, vinculado ao mercado o camponês sempre esteve. Embora os camponeses estejam totalmente inseridos no mercado, sabe-se que o mercado sempre fez parte da vida camponesa. Esta relação é, portanto, o meio para manter e ampliar a sobrevivência, não o fim e objetivo da vida.

“Ao mesmo tempo em que o camponês está subordinado à lógica do capital, ele também descobriu caminhos para o rompimento dessa submissão, fazendo escolhas para viver em sociedade, de acordo com seus valores” (SIMONETTI, 1999, p. 56). Para Chayanov (1985), o aproveitamento máximo da força de trabalho da família camponesa evitaria ociosidade em diferentes períodos da produção, pois na agricultura camponesa, a força de trabalho não é oscilante, não é contratada ou dispensada conforme as necessidades dos cultivos, sendo “organizada” para evitar o desemprego interno.

Desta forma, a força de trabalho assume um papel de impedimento para a inserção de máquinas em terras camponesas, além dos custos (aquisição, manutenção) e disponibilidade de terras. A mecanização, a intensificação e a redução de capitais podem significar o aumento de ganhos brutos, mas serão rejeitadas, se significar o desemprego interno. Assim, o autor complementa:

Com o aumento da produtividade da força de trabalho e para expandir o orçamento pessoal para ir cobrindo um após outros as necessidades da família, pode gastar uma quantidade crescente de renda para a renovação e formação de capital, podemos dizer que a unidade econômica da agricultura familiar avança para renovar à formação de capital que são extraídos do mesmo orçamento que estão ligados ao processo de satisfação de necessidades pessoais e, em todos os casos, a quantidade depende à medida que podem ser satisfeitas essas necessidades (CHAYANOV, 1985, p. 238).

Segundo Félix (2010), a atividade camponesa não inverte as bases da acumulação ampliada. Mesmo sendo uma atividade baseada em outra lógica de produção, permite a acumulação dos setores capitalistas, pois o excedente de renda gerado é possível de ser apropriado pelo capital, direta ou indiretamente. Os camponeses também formam uma categoria política que explicita as contradições do processo histórico, e expressam uma identidade, valores e possibilidades de organização social que foram materializadas através de lutas.

Para Chayanov (1985), a inserção do camponês no mercado de trabalho significou uma maneira de manutenção da condição camponesa, pois não se baseava na lógica de acumulação burguesa, não estava fundamentada na lógica do lucro, mas de reprodução da vida. Mesmo quando os camponeses estabelecem uma relação com o mercado, não se pode analisar com o fim do campesinato, mas como estratégia de reprodução. Ainda que os preços dos produtos sejam por vezes estabelecidos pelo mercado, o camponês não perde a autonomia na produção, podendo se dedicar mais a uma cultura de mercado, mas mantendo as culturas de subsistência, a organização interna e os valores.

Segundo Shanin (1980), estes são os elementos básicos para caracterizar os camponeses: a) a propriedade rural/familiar como unidade básica para organização social e econômica; b) trabalho familiar; c) e a agricultura como principal atividade e fonte de renda. Acrescenta-se ainda a reciprocidade, relações de produção e a terra como elemento essencial de reprodução da vida. Analisando cada um destes elementos, e o contexto histórico que estão inseridos, faz-se necessário considerar para caracterização do campesinato a autonomia do trabalho e o trabalho familiar como elementos diferenciadores.

Para Oliveira (1991), a compreensão do papel e lugar dos camponeses na sociedade capitalista e no Brasil, em particular, é fundamental. Ou entende-se a questão no interior do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, ou então continuaremos a ver muitos autores afirmarem que os camponeses estão desaparecendo. Entretanto, eles continuam



lutando para conquistar o acesso às terras em muitas partes do Brasil. Assim, Moura (1986, p. 18-19) afirma:

O camponês adaptou-se e foi adaptado, transformou-se e foi transformado, diferenciou-se internamente, mas permaneceu identificável como tal. Teve suas formas de produção e organização de vida redefinida e, em larga medida, postas a serviço de uma realidade estrutural mais poderosa: a engrenagem do capital. [...] o camponês desempenha um contraditório papel que, de um lado, expressa a sua resistência em desaparecer e, de outro é resultado do próprio capitalismo que não extingue.

Assim, o camponês se adapta às demandas do capital sem perder de vista os princípios básicos de sua reprodução, embora entendendo que sua relação com o capital se faça necessária para a garantia de sua sobrevivência, a exemplo de sua ligação com o mercado (MOURA,1986). Para Oliveira (2006), o camponês, que deveria possuir a terra e nela ter condições para se reproduzir, é condicionado ao capital, restando-lhe apenas se submeter à lógica capitalista, pois ao realizar a expropriação do trabalhador, o capital cria as condições sociais para mostrar a outra face do seu processo de reprodução, a exploração do trabalhador que já foi expropriado.

Assim, a diferença fundamental entre unidades capitalistas e unidades camponesas está na lógica interna da exploração e organização. Dessa maneira, o fato de acumular dinheiro não o torna pequeno-burguês. “Em outras palavras, deixarão de ser camponeses quando incorporarem a lógica capitalista, expressa na exploração do trabalho alheio e privilegiamento da acumulação de capital” (PAULINO, 2006, p. 50).

### ***1.3.3 Agricultura familiar***

No Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua história, sempre se colocou como um modelo socialmente reconhecido e eficaz, recebendo o estímulo social expresso na política agrícola que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Nesse cenário, a agricultura familiar ficou em um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparada ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. Assim, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade (WANDERLEY, 2003).

De acordo com Schneider (2010), a primeira fase do debate sobre a agricultura familiar no Brasil é marcada pela afirmação desta categoria social entre os estudiosos do universo acadêmico. No início da década de 1990 desenvolvem-se vários estudos, livros e pesquisas em relação à agricultura familiar. Os trabalhos de Veiga (1991), Abramovay (2007) e a coletânea organizada por Lamarche (1993, 1998) mostraram a importância das formas familiares de produção agrícola nos países capitalistas avançados e apresentaram importantes revisões teóricas e conceituais, que foram fundamentais ao debate político da época, influenciando atores sociais, mediadores e gestores públicos.

Estes tiveram influência decisiva na elaboração de um documento que veio a ser a referência sobre a agricultura familiar no Brasil, transformando-se em relatório de consultoria e ficando conhecido como projeto FAO/INCRA (1994). Este documento foi fundamental para agricultura familiar porque, classificando os estabelecimentos rurais e a forma de uso do trabalho (familiar versus contratado ou assalariado), sugeriu uma tipologia que separava a agricultura familiar (consolidados, em transição e periféricos) da patronal e deixou como legado um conjunto de sugestões de políticas agrícolas e fundiárias para esta categoria social (SCHNEIDER, 2010).

A partir deste trabalho a agricultura familiar ganhou reconhecimento teórico e político, influenciando outros estudos a mensurar o tamanho e o papel da agricultura familiar no Brasil com base no Censo Agropecuário (GUANZIROLI *et al.*, 2001). Para Schneider e Cassol (2013), a segunda fase da agricultura familiar no Brasil inicia-se em 1996, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), tendo como marco a institucionalização da agricultura familiar através da Lei 11.326 (24 de julho de 2006). A agricultura familiar consolida-se no campo político institucional tornando-se a categoria social que atrai a maior parte dos programas e políticas de desenvolvimento rural. O PRONAF é a mais importante das políticas para a agricultura familiar no Brasil e empresta grande visibilidade ao conjunto da agricultura familiar do Brasil.

Ellis (2000) chama atenção para unidade familiar como uma unidade de multipropósitos, pois os seus membros são, na verdade, indivíduos dotados de identidade, e os meios de vida das famílias dependem de um contínuo processo de renegociações e redefinições da relação familiar, de gênero, poder e propriedade. A diversificação dos meios de vida pode oferecer uma contribuição decisiva ao desenvolvimento rural em vários níveis.

O autor destaca cinco níveis: o primeiro referente à distribuição de renda, uma vez que existe uma correlação positiva entre a superação da pobreza por parte das famílias rurais e a diversificação de suas fontes de rendimentos; segundo, o aumento da produtividade rural, em

que a diversificação no interior das unidades de produção pode ocorrer por meio do ingresso de rendas não agrícolas que melhoram a capacidade de custeio das atividades agrícolas; terceiro, através do meio ambiente, em face da redução da necessidade de agricultores pobres utilizarem intensivamente o solo através de práticas extrativas para garantir sua sobrevivência; quarto, por intermédio das relações de gênero, pois a melhoria da distribuição da renda entre membros da família pode alterar as relações de dominação; e quinto, por meio de uma maior segurança em relação aos efeitos macroeconômicos relacionados ao acesso ao mercado e à variação constante de preços (ELLIS, 2000).

Apesar de todas as dificuldades impostas, a agricultura familiar no Brasil resiste mesmo estando em posição secundária no processo produtivo e subordinado à grande propriedade. É importante salientar que, desde o período colonial, a produção familiar, mesmo ocupando um lugar secundário, teve uma grande importância para o Brasil naquela época, pois, enquanto as grandes propriedades estavam preocupadas em produzir açúcar para o mercado internacional, os produtores familiares produziam os produtos alimentícios (feijão, mandioca, milho, etc.) necessários à alimentação da população (MIRALHA, 2006).

[...] Os referidos produtores cultivavam gêneros alimentícios para seu próprio sustento e para o consumo dos pequenos mercados locais e de cidades mais próximas [...], eles eram frequentemente paupérrimos, vivendo em condições materiais apenas um pouco melhores que as dos escravos. [...]. De um modo geral, todavia, as culturas de subsistência nunca deixaram de constituir atividades secundárias e subsidiárias em relação às grandes lavouras escravistas de exportação. (SZMRECSÁNYI, 1998, p. 14-16).

A grande exploração de tipo comercial, como é o caso dos principais setores da pecuária brasileira, tende a se expandir quando a conjuntura lhe é favorável e absorver o máximo de terras aproveitáveis, eliminando pequenos produtores independentes, proprietários ou não, bem como suas culturas de subsistência, e trazendo consequências às condições de vida da população trabalhadora rural, cuja remuneração, seja em salário, seja em participação no produto principal, está sempre aquém do preço relativo dos gêneros de subsistência que os trabalhadores são obrigados a adquirir no comércio e por força das próprias condições geradas pela função dominadora da grande exploração, fortemente espoliativa (PRADO JÚNIOR, 1979).

Para Kautsky (1986), o desenvolvimento do capitalismo na agricultura tende a uma “lenta e gradual” subordinação à indústria. É um processo comandado pela dinâmica do progresso tecnológico na agricultura devido aos efeitos da agroquímica, que acaba por

transformá-la em um ramo da indústria, completando-se, assim, uma longa evolução que resulta na afirmação da superioridade técnica da grande propriedade sobre as pequenas unidades camponesas. Assim, o processo de transformação estrutural da agricultura sob o capitalismo não elimina, necessariamente, as pequenas propriedades desde que elas desenvolvam “formas de trabalho acessório” que lhes permitam manter sua reprodução social.

A permanência de pequenos proprietários estaria relacionada à própria natureza do processo de desenvolvimento capitalista na agricultura, pois não obstante a superioridade técnica e empresarial da grande exploração, o que favorece a obtenção de maior taxa de lucro pelos capitalistas, os pequenos proprietários continuariam a desempenhar o papel fundamental de fornecimento da força de trabalho para as unidades maiores (SCHNEIDER, 2003, p. 01).

Diante dos desafios que o trabalhador rural enfrentava para a abertura comercial, falta de crédito agrícola e queda dos preços dos principais produtos agrícolas de exportação, a incorporação e a afirmação da noção de agricultura familiar mostrou-se capaz de oferecer guarida a um conjunto de categorias sociais como assentados, arrendatários, parceiros, integrados à agroindústria, entre outros, que não mais podiam ser confortavelmente identificados com as noções de pequenos produtores ou, simplesmente, de trabalhadores rurais (op. cit.).

A criação em 1996 do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) resulta como resposta às pressões do movimento sindical rural desde o início dos anos 1990. Apresenta-se com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo excluídos das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade agrícola. Com o Pronaf, o sindicalismo rural brasileiro, sobretudo, aquele localizado nas regiões Sul e Nordeste passaram a reforçar a defesa de propostas que vislumbrassem o compromisso cada vez mais sólido do Estado com uma categoria social considerada específica e que necessitava de políticas públicas diferenciadas com juros menores e apoio institucional (SCHNEIDER; CASSOL, 2013).

O PRONAF foi criado em 1996 (Decreto nº 1.946) com quatro modalidades que são o financiamento da produção, financiamento de infraestrutura, serviços municipais, capacitação e qualificação dos agricultores familiares, financiamento da pesquisa e extensão rural (MATTEI, 2011). Segundo Schneider *et al.* (2004), o PRONAF sofreu vários ajustes e

adaptações, sendo a mais expressiva a estratificação em grupos de agricultores familiares em 1999, segmentados de acordo com o nível da renda bruta familiar anual.

Mattei (2011) considera que, além dessa mudança, houve ainda a criação de linhas específicas para públicos especiais como: mulheres, jovens, para o semiárido, para agroecologia, etc. Manzanal e Schneider (2011) consideram que, antes da década de 1990, a agricultura familiar era quase inexistente no Brasil, os termos usualmente utilizados para qualificar e identificar essas categorias sociais eram: pequenos produtores, produtores de subsistências ou produtores de baixa renda.

Para Schneider e Cassol (2013), o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil é muito recente e deve-se a três fatores igualmente importantes. O primeiro tem a ver com a retomada do papel do movimento sindical após o fim da ditadura militar; o segundo está relacionado ao papel dos mediadores e intelectuais, especialmente cientistas sociais que debateram o tema no início da década de 1990; e o terceiro fator está relacionado ao papel do Estado e das políticas públicas, que passaram a reconhecer este setor e dar-lhe visibilidade a partir da criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996 (decreto presidencial n. 1.946, 28/7/1996) e, mais tarde, com a Lei da Agricultura Familiar (lei n. 11.326) julho de 2006.

Segundo a lei, Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, é considerado familiar o estabelecimento agropecuário brasileiro que atenda, simultaneamente, os seguintes requisitos:

- I – não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II – utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Com apenas 30,5% da área produtiva, e contando somente com 25% do financiamento total, os estabelecimentos familiares são responsáveis por 37,9% de toda a produção nacional. O grande número de estabelecimentos familiares apresenta áreas muito pequenas, destinadas principalmente para moradia e plantio para subsistência. Este percentual é elevado, quando considerado que a pecuária de corte e a cana-de-açúcar, produtos tipicamente patronais e de alto valor agregado, têm um importante peso no VBP da Agropecuária Nacional.

As atividades da produção animal, por apresentarem valor agregado mais elevado, têm uma maior participação na composição do valor acrescentado bruto (VBP) nacional. Destaca-se a pecuária de leite, com 13,3% de todo o VBP da agricultura familiar, seguida por

aves/ovos com 10,5% e pecuária de corte com 9,5%. O milho e o feijão, apesar de serem cultivados na maioria dos estabelecimentos familiares, apresentam uma baixa participação no VBP total da agricultura familiar, representando 8,7% e 3,8%, respectivamente (Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO 2000). Schneider e Cassol (2013, p. 04) complementam:

Os dados do último Censo Agropecuário do IBGE (levantados em 2007 tendo o ano base 2006) mostraram que o Brasil possuía em 2006 um total de 5.175.489 estabelecimentos agropecuários dos quais 4.367.902 poderiam ser classificados como de agricultores familiares<sup>1</sup>. Isto significa que a agricultura familiar representa 84% do total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros e ocupa uma área de pouco maior de 80,3 milhões de hectares, o que representa 24,3% da área total dos estabelecimentos rurais brasileiros. A contribuição da agricultura familiar para produção agropecuária não é pequena, pois 38% do valor da produção e 34% do total das receitas do agro brasileiro advêm deste setor. Apesar dos estabelecimentos não familiares representarem apenas 16% do total de unidades, ocupam 76% da área de terra e geram a maior parte do valor da produção (62%) e da receita (66%).

O crédito rural tem sido a principal política agrícola para promover o desenvolvimento da agricultura no Brasil, e embora disponível para todo o meio rural, é utilizado predominantemente pelas médias e grandes unidades patronais. Antes da criação dos programas de crédito destinados especificamente a agricultura familiar, apenas 25,3 % dos agricultores familiares utilizavam o crédito rural. Na maioria desses casos, a produção familiar estava integrada à agroindústria, e durante a década de 1990, o crédito rural teve evoluções constantes, passando de R\$ 8.922 bilhões em 1994 para US\$ 43.766 bilhões em 2006 com um aumento acumulado de 390,54% no período (COSTA *et al.*, 2011).

Entre 1995/96 e 2006 o uso da tecnologia aumentou entre os agricultores familiares no Brasil, especialmente no tocante ao acesso à energia elétrica, uso de força motriz mecânica e o acesso à assistência técnica, que passou de 16,67% para 20,88%. Não obstante, há indicadores que surpreenderam em tal avanço, como os 38,8% de estabelecimentos que fazem uso da força motriz animal. A rigor, antes da década de 1990, a própria referência à agricultura familiar era quase inexistente no país, uma vez que os termos usualmente utilizados para qualificar e identificar essas categorias sociais eram os de pequeno produtor, produtor de subsistência ou produtor de baixa renda (SCHNEIDER; NIEDERLE, 2008).

No ano de 2003, o PRONAF foi inserido no Programa Fome Zero como uma de suas ações e passou a ser sucessivamente ampliado mediante o aumento de recursos e a criação de novas modalidades. Somente para o ano de 2012, foram destinados R\$18 bilhões (cerca de 8,5

bilhões de dólares) de reais ao Pronaf. Entre 2002/03 e 2011/12 o PRONAF recebeu cerca de R\$ 82 bilhões de reais (TOLEDO; SCHNEIDER, 2013).

A partir do PRONAF, e mesmo na interface com este, outros programas e políticas para a agricultura familiar foram sendo criados ou reinventados, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2004 para responder aos problemas de comercialização e acesso aos mercados da agricultura familiar, e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que já existia, mas foi reorganizado de tal forma que o fornecimento da produção pelos agricultores familiares passa a ter condições especiais, como a obrigação dos municípios que precisam comprar no mínimo 30% de produtos para alimentação escolar dos agricultores familiares (SCHNEIDER, 2010).

O interesse crescente pela agricultura familiar na América Latina e no mundo levou a ONU através da FAO a declarar 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar. Essa escolha está relacionada a múltiplos aspectos, mas dois se destacam. De um lado, está cada vez mais evidente que ao se falar em agricultura familiar no contexto atual, não se está referindo ao campesinato das décadas de 1960 e 1970 (SCHNEIDER; CASSOL, 2013).

Os camponeses eram considerados os pobres rurais, pouco eficientes do ponto de vista econômico e ameaçados de desaparecimento pelo emergente capitalismo urbano industrial da época. De outro lado, os agricultores familiares, que estão ganhando destaque no momento atual, não são aqueles diretamente identificados com os “agricultores familiares” da América do Norte e da Europa do Norte, também conhecidos como agricultores “tipo farmer”, altamente tecnificados e produtores de monocultivos. Com exceção de algumas regiões e situações específicas, o estereótipo do “farmer americano” não corresponde à maioria dos agricultores familiares que existem no Brasil e nos demais países da América Latina (op. cit).

Assim, Schneider e Cassol (2013), partem da hipótese que a agricultura familiar a que nos referimos não é estritamente camponesa e tão pouco capitalista ou mercantilizada. O tipo social médio de agricultor familiar a que referimos constitui-se de uma família que trabalha em atividades agrícolas sob um pedaço de terra, em geral, não muito grande, e nem sempre de sua propriedade legal. Este regime de trabalho em economia familiar gera uma produção agroalimentar que é utilizada para o autoabastecimento ou autoconsumo, mas também para a comercialização.

Por serem famílias que vivem e trabalham com menos terra que desejariam, parte da força de trabalho excedente é utilizada para o exercício de atividades não-agrícolas, na região ou fora dela, fazendo com que estas famílias tenham ingressos não-agrícolas, que em algumas

situações chegam inclusive de outros países via remessas de parte dos salários e/ou ganhos que foram amealhados por algum membro do grupo doméstico que emigrou (ibidem).

#### **1.4 A questão agrária no campo brasileiro no século XXI**

No século XXI, o processo de Reforma Agrária gera diferentes conflitualidades. Os camponeses passam a confrontar-se cada vez mais com corporações transnacionais do que com os latifundiários. É um processo globalizado da questão agrária com a criação de uma organização mundial de movimentos camponeses. A Via Campesina fortaleceu a identidade do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) como movimento dos camponeses, pois este não existe sem os territórios do campesinato, território que é a condição essencial para todas as organizações. Essa nova realidade liberta a Reforma Agrária, até então vista como uma simples distribuição de terras, e amplia seu conteúdo para uma luta mais ampla e multidimensional. (FERNANDES, 2008).

A participação do MST na Via Campesina contribuiu para a principal oposição à realização do I PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) apoiado pelos ruralistas, principalmente com a criação da União Democrática Ruralista (UDR). No século XXI, a reforma agrária encontra como principal opositor o agronegócio, que defende o acesso à terra sob o seu controle, ou seja, sem luta de classe e sem conflitos (BRUNO, 2008).

Segundo Pereira (2006), é uma reforma agrária de mercado em todas as denominações que esta política recebeu, representando uma forma de controle territorial por meio da comoditização. De acordo com Ramos Filho (2008), é a mercantilização da terra, retirando a reforma agrária do território da política e transferindo-a para o território da economia capitalista.

O MST passa disputar territórios com seu principal oponente: o agronegócio. Essa disputa é uma das principais marcas da questão agrária desde o passado até a atualidade e foi ampliada e intensificada pela modernização e mundialização da produção agrícola. Contraditoriamente, esta nova realidade liberta a reforma agrária da simples compreensão distribucionista e amplia seu conteúdo para uma luta ampla, multidimensional e complexa. Lutar pela reforma agrária significa lutar por todas as dimensões do território, entre elas a tecnologia, o mercado, a educação, saúde e, principalmente, contra o capital que procura tomar o controle dos territórios do campesinato. (FERNANDES, 2008, p. 3).

Esta hipótese é relevante pelo fato de que no período entre os dois últimos Censos Agropecuários (1995-2006) o governo brasileiro realizou grande número de assentamentos de



reforma agrária, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Segundo estudo feito por Del Grossi *et al.* (2010), o número total de assentamentos no Brasil, no ano de 2006, era de 575.101, os quais correspondiam a 12% do total de estabelecimentos agropecuários no país. Na região Norte, este percentual cresce para 27% dos estabelecimentos, enquanto que na região Nordeste os estabelecimentos em situação de assentamentos correspondem a 39% do total de estabelecimentos (op. cit.).

Para Fernandes (2005), essa disputa entre o MST e o agronegócio é uma das principais marcas da questão agrária desde o passado até a atualidade, sendo ampliada e intensificada pela modernização e mundialização da produção agrícola. Contraditoriamente, esta nova realidade liberta a reforma agrária da simples compreensão distribucionista e amplia seu conteúdo para uma luta ampla, multidimensional e complexa. Lutar pela Reforma Agrária hoje significa lutar por todas as dimensões do território como tecnologia, mercado, educação, saúde, entre outros, e contra o capital que procura controlar os territórios do campesinato. As mudanças no MST ocorrem também por sua autonomia, sem dependências de partidos políticos, governo e outras instituições.

A opção política dos últimos governos de não fazer a reforma agrária por meio da desapropriação, e sim por meio da regularização fundiária, gerou um problema para os movimentos camponeses que mais atuam nas ocupações de terra, a exemplo do MST que foi responsável por 63 por cento das famílias em ocupações no período de 2000 a 2007. Neste período, 583 mil famílias ocuparam terras no Brasil. Destas, 373 mil estavam organizadas no MST. Em 2007, em torno de 70 mil famílias ocuparam terras, sendo que 45 mil estavam organizadas no MST (FERNANDES, 2008).

Segundo Schneider e Cassol (2011), em decorrência do sucesso dos programas sociais (como o Bolsa Família) que começaram a chegar ao meio rural em meados do ano 2000, o MST vem experimentando uma redução na sua base política. Outra característica a ser destacada é que nos anos recentes o MST deu origem a outros movimentos e passou a obter o apoio de novas organizações sociais, como a Via Campesina (criada em 1992), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e o Movimento das Mulheres Camponesas, cuja base social é formada também por camponeses.

Por esta razão, o MST e estes outros movimentos preferem usar a identidade com a categoria campesinato mais do que agricultura familiar propriamente. Outro ator social rural surgido no meio rural do Brasil é o mais diretamente identificado com a representação política dos agricultores familiares. A FETRAF (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) é uma organização que se tornou uma federação nacional apenas no ano de 2005,

tendo surgido a partir da divisão ocorrida dentro da CONTAG e por suas divergências em relação ao MST (*ibidem*).

Ainda de acordo com Schneider e Cassol (*op. cit.*), base sociopolítica da FETRAF está situada mais fortemente nos estados da região Sul do Brasil (especialmente em áreas onde predomina a agricultura familiar, como o Alto Uruguai, Rio Grande do Sul, Santa Catarina Oeste e Sudoeste Paraná) e alguns estados do Nordeste (PB) e da Amazônia, como o Pará. A FETRAF também possui importantes interfaces com outras organizações sociais rurais, particularmente no sul do Brasil, tais como a CRESOL (Cooperativa de Crédito Solidário) e as organizações das agroindústrias familiares que gravitam em torno da UNICAFES (União das Cooperativas da Agricultura Familiar em Economia Solidária).

Segundo Costa *et al.* (2011), a criação do II Plano Nacional de Reforma Agrária em 2003 sugere a ampliação da Reforma Agrária de mercado, ou seja, o acesso à terra via compra de terra para o agricultor familiar passa a fazer parte das diretrizes da reforma agrária dessa modalidade. No entanto, a proposta seria de complementaridade da reforma agrária via desapropriação. Como referendado anteriormente, o plano serve para nortear a ação de um governo, mas não é suficiente para sua concretude.

A predominância da criação de assentamentos por meio da regularização fundiária fez com que o tempo de acampamento das famílias aumentasse consideravelmente. Sem conquistas, muitas famílias abandonam os acampamentos, o que diminui a pressão contra o governo. A política compensatória do Bolsa Família também tem diminuído o poder de pressão dos movimentos organizados. Embora haja pesquisas em desenvolvimento sobre esta questão, ainda não temos resultados numéricos. Esta afirmação é feita a partir do trabalho de campo em conversas com lideranças camponesas (FERNANDES, 2008).

Por outro lado ocorreram mudanças nos novos modelos de assentamentos rurais. Segundo Coca (2008) e Rocha (2008), entre os assentamentos criados, os agroflorestais sobrepõem os agropecuários como tendência crescente desde a primeira gestão dos últimos governos. Segundo os mesmos estão registrados dezoito tipos de assentamentos de reforma agrária e sete tipos de assentamentos de reforma agrária de mercado. Esta diversidade é resultado da criação de novos tipos de assentamentos que ultrapassam o clássico modelo agropecuário e também respondem a diferenças regionais.

Os movimentos camponeses e o MST têm se utilizado dessa diversidade para avançar na luta pela reforma agrária em áreas próximas às regiões metropolitanas. Modelos de assentamentos agroflorestais criados para a Amazônia são implantados próximos à região metropolitana de São Paulo (GOLFBARTT, 2007). Ao mesmo tempo, também aumentam os

números de assentamentos de reforma agrária de mercado, principalmente nas regiões Nordeste e Centro-Sul (COCA, 2008; ROCHA, 2008).

Segundo Fernandes (2001), os movimentos sociais no campo e a questão da Reforma Agrária são duas temáticas que estão profundamente vinculadas e vastamente discutidas na atualidade. A luta pela Reforma Agrária brasileira é hoje uma das questões nacionais mais expressivas, necessitando de compromisso político e empenho das autoridades para democratizar o acesso à terra e garantir as condições imprescindíveis à produção e, conseqüentemente, à permanência do homem no campo. Sua origem está na histórica formação do latifúndio no Brasil, com suas raízes na forma de ocupação do espaço territorial pelos colonizadores portugueses com base na grande propriedade, onde se constata uma alta concentração de terras, violenta fragmentação da propriedade fundiária dos pequenos proprietários, concentração de renda e pobreza generalizada.

A luta pela terra é um dos principais elementos para compreendermos a questão agrária. A ocupação e a resistência na terra são formas dessa luta. A reforma agrária é outro elemento da questão agrária. Pelo fato da não realização da reforma agrária, os sem-terra intensificam a luta por meio das ocupações, impondo ao governo a realização de uma política de assentamentos rurais (op. cit.).

A Reforma Agrária, seja através de assentamentos ou regularizações fundiárias, torna necessárias as políticas de permanência dessas famílias na terra para compreenderem que os efeitos não são unicamente econômicos, devendo-se considerar as relações sociais e culturais desse povo, pois poucas são discutidas tanto pelos agentes de mediação quanto pelo Estado. A questão agrária vai além do tempo de um governo. Portanto, é fundamental assegurar a presença regulamentadora do Estado na gestão do território e na redistribuição social da terra (MARTINS, 2001).

#### ***1.4.1 Acampamento e assentamento rural: processo de consolidação pela terra***

Nas últimas décadas, diversas formas de luta foram construídas se contrapondo ao modelo latifundiário brasileiro. Uma das formas de luta que acabou se consagrando foi através da constituição de acampamentos de trabalhadores rurais sem terra, como uma expressão espacial da luta dos despossuídos do direito de acesso à terra (MOREIRA *et al.*, 2012).

Segundo Caldart (2004), os acampamentos podem ser construídos na área que se pretende transformar em assentamento, ou à margem de rodovias, do lado de fora das

fazendas, etc. Cada um deles demanda estratégias de sobrevivência diferentes, mas todos visam explicitar a luta, pressionar governos e mobilizar a opinião pública sobre a questão da terra.

Para Martins (2004), o período de acampamento é um momento de revigoração de elementos da sociabilidade tradicional. Nesse espaço é possível pensar em um território de trabalhadores rurais, mesmo que seja em novas bases e com outros significados. Assim, o acampamento seria um preâmbulo importante para o entendimento do que poderá ser o assentamento, além disso, se constituiria um importante elemento de medição da luta e da própria reforma agrária.

Os acampamentos rurais de trabalhadores sem-terra na concepção de Feliciano (2006) representam um novo modelo no contexto da luta por terra e por reforma agrária dentro do campesinato brasileiro. É uma estratégia de luta pela permanência na terra, representada pela resistência e utilizada pelos camponeses frente à expropriação pelo capital, que ganhou projeção política, jurídica e visibilidade a partir da década de 1990 pelas ações do MST.

Segundo Silva (2004), o acampamento representa um espaço que, por um lado, oferece maior visibilidade à luta pela terra, e por outro, contribui para a construção de uma consciência coletiva de pertencimento comum. Nesse contexto, Stédile; Fernandes (1999) esclarece que todas as instâncias do Movimento, desde as comissões de base, dentro de um acampamento, até as instâncias nacionais, são exercidas coletivamente, na forma de colegiado, sem distinção de poder.

Para Alentejano (2000), os acampamentos servem não apenas como elemento de pressão na conquista da terra, mas também como função primordial de demarcação do território pretendido, e, para isso, uma série de estratégias se fizeram necessárias que possibilitassem as famílias a conquistar um pedaço de chão. Para Turatti (1999), os acampamentos se caracterizam como um momento de transição ou de passagem, durante o qual o acampado rompe com sua identidade anterior, mas ainda não alcança o novo lugar permanente (o de assentado), lugar este que permitiria um enraizamento definitivo.

Assim, o acampamento é um momento de ruptura na vida dos indivíduos que dele participam. É o ingresso em uma luta, mas o rompimento com uma posição passiva frente à situação de pauperização vivida pelo indivíduo. Essa ruptura também faz referência à experimentação de uma nova situação de vida, com a possibilidade de aprendizagem de uma forma de convivência mais coletiva e comunitária (CALDART, 2004).

Feliciano (2006) chama atenção para essas formas de experiências, uma vez que elas incomodam e interferem na “ordem” estabelecida pela sociedade, provocando na maioria das

vezes a rejeição dos acampados pela comunidade que o cerca ou pela população do município onde o acampamento se localiza. Com a medida provisória MP 2.027-38 em maio de 2000 e a n. 109-49, de 17 de fevereiro de 2001, estabelece-se como punição aos movimentos camponeses a não-realização dos laudos de vistoria, e a não-desapropriação dos imóveis ocupados.

Além disso, prevê-se a exclusão dos envolvidos dos programas de Reforma Agrária do Governo Federal. Com isso a principal estratégia dos acampados sofreu um recuo. A partir dessa ação governamental, alguns movimentos mudaram a estratégia de luta. Alguns começaram a ocupar propriedades produtivas, geralmente limítrofes às improdutivas, questionando a legitimidade da terra vizinha. No entanto, outros movimentos menosprezam propositadamente essa medida do governo e continuam a ocupar as fazendas. Também há aqueles acampados na beira de estradas ou em alguma área cedida por aliados ou simpatizantes do grupo (MOREIRA; TARGINO 2012).

A constituição Federal de 1988 garante a desapropriação de terras improdutivas em lugar do cumprimento da função social da terra. Isto é um direito assegurado pela Carta Magna que rege o Estado brasileiro, mas ao invés de assegurar esse direito, o Estado, em nome do direito que o normatiza, cria outro mecanismo que barra um direito já conquistado a priori (op. cit.).

Já os assentamentos rurais têm sido a principal resposta do Estado à pressão exercida pelos movimentos sociais que lutam por reforma agrária, no caso do Brasil, constituindo-se assim como uma tentativa de intervenção e controle estatal sobre um conflito social (CAUME, 2002; MEDEIROS, 2003). O assentamento é considerado tanto por estudiosos da área quanto pelo próprio movimento social como um momento da luta diferenciado do acampamento, posto que o assentamento dos trabalhadores funcione como um indicador de que a terra já foi ‘conquistada’ e inicie uma nova comunidade (CALDART, 2004; TURATTI, 1999).

O território conquistado pela luta camponesa foi designado pelo Estado brasileiro de Assentamento Rural. Esse conceito já estava presente no Estatuto da Terra (FERNANDES, 1999), só começando a ser disseminado e discutido no Brasil a partir do I Plano Nacional de Reforma Agrária (I PNRA), uma vez que até então o Governo Federal tinha dado ênfase apenas às atividades de colonização, em detrimento de qualquer programa que pudesse expressar uma política clara de reforma agrária no país. A partir de então surgem muitas formas de compreensão do significado de Assentamento Rural.

Segundo Bergamasco e Norder (1996), os assentamentos rurais são criações de novas unidades agrícolas, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem-terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também à disponibilidade condições adequadas para o uso da terra e o incentivo da organização social e da vida comunitária.

Para Menegat (1998), os assentamentos rurais são, antes de tudo, “um espaço de reordenação de terras que vem contribuindo para o aumento da pequena produção e para o surgimento de novos atores no meio rural, fortalecendo a agricultura familiar e aumentando o número de empregos e a produção de alimentos no país.” (1998, p.9). Segundo os movimentos sociais, o assentamento é “a terra conquistada e, portanto, o lugar da luta e da resistência” (FERNANDES, 1999). Nessa concepção, o trabalhador é antes de tudo um ator social e um sujeito coletivo envolvido na luta pelos direitos a uma cidadania plena.

Moreira e Targino (2012) denomina de “Território de Esperança”, que representa uma fração do território anteriormente dominado pela exploração capitalista, que foi conquistado pelas diferentes formas de luta, a resistência camponesa para permanecer na terra; a ocupação de terra pelos trabalhadores sem-terra; e a consolidação das diferentes formas de agricultura camponesa. Essas diferentes estratégias simbolizam formas de “ruptura” com o sistema hegemônico, isto é, com a organização social, econômica e política dominante. Trata-se de “um território carregado de contradições, mas também de sinalizações de uma forma experiência de organização social diferente daquela marcada pela subordinação, pela dominação, pela bestialidade da exploração” (MOREIRA; TARGINO, 1997, p. 5). Nesse contexto, Moreira e Targino (2012, p. 4) complementa:

O Território de Esperança surge de dentro do território capitalista, rompendo com a sua lógica clássica, mas, simultaneamente, sendo um resultado do próprio caráter assumido pelo desenvolvimento contraditório e combinado do capital. Não se trata, pois, de um território fruto de uma ruptura promovida por um processo revolucionário, mas pode se constituir numa possibilidade transformadora. Por isto ele só pode ser entendido como parte integrante de um processo, como um território em movimento, vivo, que experiência um processo contínuo de (re)criação, (re)definição, (re)delimitação. Território inacabado, por conseguinte, sujeito a contradições, avanços, retrocessos, ganhos e perdas.

Segundo Alentejano (2000), para entender o uso do espaço nos assentamentos é preciso considerar a contextualização histórica da ocupação do lugar onde foram criados e suas peculiaridades ambientais. Esses elementos são importantes para entender a dinâmica do uso e apropriação do espaço. Além disso, recapitular a história significa entender que os

acampamentos, por um lado, serviram como um elemento de pressão na conquista da terra, e por outro, tiveram como função primordial a demarcação do território pretendido, e, para isso, uma série de estratégias se fizeram necessárias que possibilitassem as famílias a conquistar aquele lugar.

Assim, os assentamentos tornam-se lugar para construção de novos elementos e de outros rearranjos sociais. É uma encruzilhada social onde a interação social entre as pessoas e famílias de grupos socialmente heterogêneos alcança considerável intensidade e novidade, se comparada com a rotina que o cotidiano lhes proporcionava. É um dos instrumentos de política pública baseados nesse paradigma desenvolvimentista (CARVALHO, 1999).

Para Furtado e Furtado (2000), qualquer estratégia que vise o desenvolvimento dos assentamentos deve ter como premissa o seu entendimento como uma complexidade, uma especificidade de integração social, uma forma multiforme que incorpora, na mesma figura social, uma conquista coletiva, um pequeno patrimônio produtivo diferenciado e, também, uma instituição tutelada e burocratizada que, com muita frequência resiste à emancipação. São comunidades de agricultores construídas nos processos de luta pela terra e também de organizações formais, associações ou cooperativas, seus instrumentos de negociação com o poder.

Para Dias (2004), o assentamento rural gera expectativa de um ambiente social e economicamente viável, de modo a proporcionar às famílias assentadas melhorias nas suas condições de vida e de reprodução. Segundo o autor, essas expectativas se revelam diversamente entre os sujeitos sociais envolvidos nesse processo. Nesse sentido, os agentes governamentais, que formulam e implementam políticas públicas, deixam sobressair a intenção de que o agricultor assentado deixe essa sua condição o mais breve possível, integrando-se como agricultor familiar aos mercados produtivos.

A partir de então, são criadas e formuladas pelos aparatos públicos políticas e programas visando viabilizar o desenvolvimento dos assentamentos, em uma ótica de sustentabilidade econômica, social e ambiental. Dentre esses programas, ganha destaque o Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATES, criado em 2004 e executado pelo INCRA (ibidem).

Segundo Dias (op. cit.), instrumentos de política pública baseados nesse paradigma desenvolvimentista vêm gerando insatisfações entre os trabalhadores rurais e os seus organismos de representação, assim como provocando questionamentos e críticas por parte das instituições acadêmicas, que culminaram em uma pressão política para que a institucionalidade governamental reorientasse suas políticas e estratégias de ação a um novo

paradigma. Ainda que não somente o programa de ATES assim como os demais voltados ao desenvolvimento do meio rural representem importantes avanços quanto às intencionalidades governamentais, parece que os mesmos ainda não alcançaram o êxito desejado, ou seja, proporcionar o desenvolvimento econômico social e ambiental dos assentamentos.

Segundo dados oficiais do INCRA (2004), no período de 2003/2010, foram assentadas 624.993 famílias, e atendidas 305.126 famílias assentadas com serviços de assistência técnica e projetos de extensão rural nos assentamentos. O governo aumentou os valores investidos por família, de R\$ 7,7 mil para R\$ 16 mil, priorizando a qualidade de vida dos assentados, com melhores moradias, programas voltados para a convivência com o Semiárido, como os programas PIMC, conhecido como Programa Um Milhão de Cisternas Rurais, e o Programa Uma Terra e Duas Águas - P1+2, entre outros. Pode-se dizer que o governo priorizou algumas ações bem sucedidas, mas que funcionam apenas como medidas compensatórias, e não uma efetiva Reforma Agrária, como muitos esperavam (ESQUERDO; BERGAMASCO, 2011). De acordo com Favareto (2007, p. 141).

As razões para esse insucesso estão atreladas, principalmente, ao fato de que na maior parte das instituições executoras dessas políticas e programas há, apenas, a incorporação de temáticas, relativas a essa nova visão de desenvolvimento, onde, sob nova roupagem, velhos valores e práticas continuam a dar os parâmetros para a atuação dos agentes sociais.

O II Plano Nacional de Reforma Agrária é apresentado em novembro de 2003 durante a Conferência da Terra realizada em Brasília, em relação ao modelo de intervenção implementado nos assentamentos rurais. Orienta-se para a promoção da viabilidade econômica, da segurança alimentar e nutricional e da sustentabilidade ambiental para garantir o acesso a direitos e à promoção da igualdade, tendo objetivos integrados a uma perspectiva de desenvolvimento territorial sustentável.

Isso requer colocar à disposição das famílias assentadas e das demais beneficiárias do Plano os meios indispensáveis à exploração econômica da terra e para que obtenham renda suficiente para viver com dignidade, tais como: crédito; assistência técnica; apoio à comercialização e à agregação de valor; construção de infraestrutura produtiva, econômica e social, como água, saneamento básico, energia, via de escoamento da produção; além de outras políticas públicas que garantam a universalização do acesso a direitos fundamentais (BRASIL, 2003).

Com base no II PNRA, o INCRA cria o Serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES). O surgimento dos serviços de ATES, para além do



contexto político e jurídico vigente, segue a tendência liberal de descentralização da gestão das políticas públicas, marcada pela redução da intervenção estatal e pelo apelo crescente às ações da sociedade civil. As diretrizes do serviço de ATEs são permeadas pelos conceitos de agricultura familiar, desenvolvimento rural sustentável, segurança alimentar, sustentabilidade, desenvolvimento territorial integrado, enfoques metodológicos participativos, paradigma agroecológico, dentre outras categorias e conceitos (CARVALHO, 2010).

Os procedimentos técnicos e administrativos para implementação do serviço de ATEs são fixados através da Norma de Execução nº 39 do INCRA de 30 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União na edição de 08/05/2004, seção 1, pág. 53, e do seu Manual Operacional, aprovado através da ordem de serviço interna do INCRA nº 02 de 18/08/2004.

Estabelece o conjunto de técnicas e métodos constitutivos de um processo educativo, de natureza solidária, permanente, pública e gratuita, voltado para a construção do conhecimento e das ações direcionadas à melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas nos projetos de reforma agrária, tomando por base a qualificação das pessoas, das comunidades e de suas organizações, visando a sua promoção em termos ambientais, econômicos, sociais e culturais, no âmbito local, territorial e regional, dentro do que enseja o conceito de desenvolvimento rural sustentável (INCRA, 2004).

Estabelece o corpo técnico de nível médio e superior com formação multidisciplinar nas áreas de Ciências Agrárias, Sociais, Ambientais e Econômicas, e com no mínimo 1/3 dos seus profissionais apresentando experiência comprovada de mais de 02 (dois) anos em trabalhos técnicos com agricultura familiar, preferencialmente em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária (INCRA, 2004). Dias (2004) reflete uma visão mais holística do processo de intervenção no meio rural, que vai além das demandas do processo agrícola de produção. Neste referencial aparecem citados os instrumentos normativos do programa sem nenhuma explicitação quanto aos seus significados e conceituação.

---

## A FORMAÇÃO DO ESPAÇO PARAIBANO: A INFLUÊNCIA DAS LIGAS CAMPONESAS NO PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA NA PARAÍBA

### 2.1 A formação do espaço agrário paraibano

O atual território paraibano teve sua conquista marcada pela exploração e dominação colonial acompanhada pela violência e massacre da população indígena devido à forte resistência da população nativa que se dividia basicamente em três grandes nações: Tupi, Cariris e Tarairiús. Os índios da nação Tupi dividiam-se em potiguaras e tabajaras e habitavam toda a região litorânea (MOREIRA; TARGINO, 1997).

A nação Tarairiús era formada por dez tribos distribuídas pelas atuais áreas do vale dos rios do Curimataú, ao longo dos rios Espinharas, Sabugi, Piranhas e na região de Patu, próxima ao Rio Grande do Norte. Já a nação dos Cariris distribuía-se ao longo dos rios Paraíba, Piancó e rio do Peixe. As nações indígenas, que habitavam a Paraíba, apresentavam uma organização comunitária. Sua sobrevivência dependia da relação com natureza, em particular com a terra. Os índios cultivavam milho, mandioca, fumo e algodão, também praticavam atividades como a caça e pesca, assim, a terra era a própria razão da existência das tribos (op. cit.). Nos primeiros anos de dominação portuguesa, os índios mantinham uma relação diga-se até amigável com os colonizadores, chegando a existir certo cooperativismo entre os mesmos.

Os Potiguaras (pertencente à nação Tupi) buscavam a madeira, cortava-a como o cliente queria, transportava-a até o local de embarque, auxiliava no acondicionamento a bordo. Cultivava, a pedido do forasteiro, o algodão silvestre e outras espécies de seu interesse. Construía galpões, onde a colheita pudesse ficar sem se deteriorar até o embarque: levantava abrigos para a tripulação repousar em terra; fazia consertos (...) amealhava provisões em que figura em primeiro lugar o beiju de mandioca. (MOREIRA, 1990, p. 28).

Neste primeiro momento, os índios não representavam nenhuma ameaça aos portugueses, enquanto sua liberdade e a posse de suas terras lhes eram asseguradas. Mas não durou muito essa harmonia. Na medida em que a colonização avançava, também se ampliava a dominação das terras e os índios aos poucos iam se tornando escravos dos portugueses.

Entretanto, estes reagiram com bravura ao processo colonizador de sua terra e de seu povo, instituindo, assim, a primeira forma de luta pela terra na Paraíba.

A conquista da Paraíba, além do seu caráter defensivo contra os invasores, é antes de tudo o avanço da cana-de-açúcar que parte de Pernambuco e chega às várzeas dos rios paraibanos. Não só a terra foi tomada do índio, mas é preciso justificar o seu extermínio. Apela-se à guerra justa: o índio que pega em arma contra os portugueses é passível de morte. Se aprisionado, legalmente passa a ser escravo. O índio se enquadrava então em três categorias: aliado, domesticado ou inimigo (MEDEIROS, 2003).

A principal motivação da conquista do território paraibano foi implantar o modelo que já se fazia em Pernambuco, um sistema de exploração colonial voltado para Metrópole colonizadora. A ocupação iniciou-se no litoral com a produção da cana. A evolução da atividade influenciou a ocupação e povoamento do Sertão e do Agreste (FERNANDES, 1992, p. 01).

Em 1634, o vale do Paraíba abrigava dezoitos engenhos que contavam com o trabalho escravo dos índios domesticados. Estes ocupavam o trabalho agrícola e trabalhavam na produção de açúcar, no entanto, os mesmos não se submeteram ao trabalho escravo de maneira passiva. Sua resistência se dava na baixa produtividade, indolência e fuga (MEDEIROS, 2003).

Nos engenhos e plantações fundados pela nobreza lusitana, os indígenas teimavam em rejeitar o trabalho escravo, dava constantes manifestações de rebeldia e, quando não conseguia fugir, terminava abatido pelos castigos ou pelas doenças, morrendo às dezenas ou às centenas (GUIMARÃES, 1989, p. 15).

Os índios acabaram sendo substituídos pelos negros vindos da África na condição de escravos. Estes eram comprados em mercados e transformados em cativos de um senhor. Andrade (1986) descreve a vida do negro na condição de escravo nos engenhos. Além do trabalho nos canaviais onde cabia a cada escravo cortar, por dia, trezentos cinquenta feixes de 12 canas, os escravos tinham que cultivar as lavouras de subsistências para o seu sustento e da família do seu senhor. Trabalhavam na mata cortando e transportando madeira em carros de boi para o abastecimento das fornalhas. Tinham ainda as atividades domésticas, limpar o pátio e o engenho, preparar os alimentos, e apontar as ferramentas.

As mulheres também tinham tarefas duras, transportavam a cana do picadeiro até a moeda, consertavam e acendiam as caldeiras e cuidavam do parol. Para os escravos doentes, o

trabalho também era árduo uma vez que ficavam responsáveis pela caldeira, e os considerados rebeldes, presos por correntes, ficavam responsáveis pelo mel cozido, o transporte das formas para a casa de purgar e o restante do procedimento para fabricação do açúcar. Os escravos deram suporte por três séculos à atividade açucareira na Paraíba e também em outros estados do Nordeste e representavam uma parcela significativa da população paraibana com 13% já no final do período escravocrata, final do século XIX (PINTO, 1977).

No entanto, a submissão do espaço paraibano à dominação colonial foi marcada pelo massacre primeiramente da população nativa, seja no sentido de sua própria eliminação ou pelos ultrajes a que foi submetida e depois com a introdução dos negros vindos da África na condição de escravos. A atividade açucareira começa a se expandir no final do século XVI até meados do século XVII. Esta é responsável pela ampliação das áreas cultivadas de cana-de-açúcar, como também pelo desmatamento da Floresta Tropical Atlântica que cobria o litoral nordestino, em uma busca desenfreada por terras e na utilização indiscriminada da lenha como combustível para os engenhos (MOREIRA, 1990).

Com a derrubada da floresta, os colonos resolviam dois problemas: terra de qualidade para o plantio da cana-de-açúcar e lenha que era usada como combustível para o engenho. Com isso, a floresta desaparecia rapidamente devorada pelo fogo. A procura por lenha em lugares cada vez mais distantes dos engenhos criou a necessidade da utilização de animais de tração. Somado a este fator, havia a impossibilidade de se criar gado nas unidades produtoras de açúcar. Assim, no ano de 1701, delimitaram-se legalmente as fronteiras da grande criação, proibindo currais de gado até distância de dez léguas a partir da costa marítima, o que levou à separação das duas atividades: a açucareira e a criatória bovina (op. cit.).

Assim, a organização inicial do espaço paraibano aconteceu do litoral para o interior, sendo subordinado aos interesses do capital mercantil. Teve como suporte a concessão de grandes sesmarias para a produção açucareira voltada para o mercado externo, que era baseado em grandes unidades produtivas, os engenhos e o trabalho escravo. Os engenhos constituíam a base econômica e social da Colônia, pois compreendiam tanto atividade agrícola como industrial.

A penetração da colonização em direção ao sertão também foi acompanhada pelo extermínio dos indígenas sertanejos que deram origem à guerra dos Bárbaros ou Confederação dos Cariris que se estendeu pelos sertões do Nordeste de 1680 a 1730, que Jofilly (1977) considera a maior guerra anti-colonialista que já se travou em território brasileiro. O extermínio e a expulsão promovida pela guerra teve como efeito a pouca contribuição indígena para a formação da sociedade sertaneja paraibana (MELO, 1994).

Por esta época, todo território paraibano já estava conquistado, sendo o povoamento mais encontrado na porção litorânea e muito rarefeito na porção ocidental. Segundo as informações disponíveis sobre a população paraibana, até segunda metade do século XVIII a Paraíba ainda era fracamente povoada, com uma população estimada 30 e 50 mil habitantes. Distribuída de forma irregular, a população concentrava-se no litoral, principalmente na área sob jurisdição direta da capital, onde residia aproximadamente 1/3 do total. O sertão detinha 1/4 da população, tendo como principais núcleos, as vilas de São João e Pombal. (MOREIRA, 1990, p. 5).

A dinâmica da atividade canavieira contribuiu para o povoamento do Agreste e Sertão, pois a criação bovina, embora tenha surgido como uma atividade complementar à cana, e por um bom tempo tenha mantido uma relação estreita com a mesma, destinava-se ao atendimento das necessidades de trabalho nos engenhos para transporte da cana, lenha e açúcar, sendo o gado amarrado em carroças em pares de dois ou quatro e dando origem aos conhecidos “carros de boi” (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Os conflitos entre criadores e lavradores levaram à separação da atividade canavieira com a pecuária. A pecuária, e posteriormente o algodão, influenciou o processo de ocupação e povoamento do Agreste e Sertão paraibano. Isso porque foi preciso fazer a separação da atividade canavieira da pecuária, que resultou na divisão regional de trabalho. O Litoral ficava com a produção açucareira, enquanto o Agreste e Sertão se voltavam para a pecuária e produção agrícola, contribuindo, assim, para o povoamento dessas áreas por liberação de mão-de-obra, e forçando uma migração intensa para o interior paraibano.

Os rios constituíam as principais vias de penetração no Sertão paraibano. A facilidade de circulação e a disponibilidade de água condicionaram a ocupação das margens fluviais e produziram o "povoamento da ribeira", isto é, a instalação de grandes fazendas de gado ao longo dos rios. As principais ribeiras do Sertão da Paraíba nos fins do século XVIII, eram as do Cariri, do Piancó, do Piranhas do Sabugi, do Patu, do rio do Peixe, do Seridó e do Espinharas (MOREIRA, 1990, p. 5).

No entanto, o gado foi deslocado para o interior do Estado através dos cursos dos rios, chamados de “caminhos de gado”. Assim, ao longo dos cursos dos rios foram criados os primeiros currais e, posteriormente, as fazendas com grandes currais de gados, originando a formação de vários núcleos populacionais. Elas surgem como o segundo latifúndio, mas com características próprias, o que as diferenciava do engenho (MOREIRA; TARGINO, 1997).

Na bacia do rio Piancó, havia setenta e sete fazendas; na do Espinharas, cinquenta e nove; na do Sabugi, setenta e oito; e na ribeira do Patu, contava-se cento e vinte sete núcleos de criação, todas no final do século XVIII, o que adverte para o papel da economia pastoril na

ocupação do sertão (JOFILLY, 1977). Os cursos dos rios, além de servirem como trilha percorrida pelo gado, tornaram-se caminhos para circulação de mercadorias entre o Sertão e o Litoral. A fazenda surgia como uma unidade fundamental na organização social, econômica e cultural do Sertão.

No entanto, se no litoral o engenho foi responsável pela organização social econômica e cultural, no sertão pode-se dizer que foi a fazenda a percursora de tal função, pois “ela surge como um segundo latifundiário com características próprias o que diferenciava do engenho” (GUIMARÃES, 1989). A organização do trabalho era uma combinação de mão-de-obra escrava e livre. O número de escravos nas fazendas era pequeno, pois o sistema de organização de trabalho não exigia muitos trabalhadores. A administração estava sob a responsabilidade do vaqueiro. Estes trabalhadores eram socialmente mais independentes e economicamente melhor remunerados que os trabalhadores dos canaviais. Assim, a pecuária, o algodão e o café foram os principais responsáveis pela ocupação e povoamento do interior paraibano (MOREIRA; TARGINO, 1997). Nesse sentido, Andrade (2005, p. 188) descreve:

No Sertão a agricultura não era atividade principal desenvolveu-se mediocrementemente á sombra dos “currais” de gado, devido, aos altos preços dos gêneros agrícolas que vinham do litoral, assim resistia os pequenos campos cultivados limitados por cercas ou valados, uma vez que essa atividade era feita visando ao abastecimento da população de cada “curral” se desenvolvia nos locais mais úmidos favoráveis, onde os solos eram mais espessos, como leitos de rios, riachos e lagoas secas, cultivavam, portanto, a cultura de vazante. Essa agricultura restringia-se apenas à mandioca, milho, feijão e algodão. Nas “serras frescas”, porém, se plantava cana-de-açúcar e plantas fruteiras. Assim, constituíam as áreas agrícolas como pequenas manchas, “ilhas” isoladas na vastidão da caatinga sertaneja.

No sertão paraibano, a pequena lavoura de subsistência se desenvolveu associada à atividade pecuarista. A necessidade de alimentar o vaqueiro contribuiu para que a produção alimentar baseada na cultura do milho e do feijão surgisse no interior das fazendas nas áreas de baixios, nos vales e leitos secos dos rios temporários que cortam a região. O pagamento do vaqueiro custava um quarto da produção da propriedade. Eram necessários no mínimo cinco anos de trabalho para ser efetuado o pagamento. O vaqueiro recebia de uma só vez uma boiada considerável, suficiente para permitir sua instalação por conta própria em terras que ele comprava ou arrendava, fazendo com que a principal característica da atividade pecuária fosse a utilização de mão-de-obra reduzida, o que garantiu também um povoamento sucessivo (MOREIRA; TARGINO, 1997).

“Os vaqueiros e fábricas são trabalhadores socialmente mais independentes, economicamente melhor retribuído, em comparação com a extrema miséria dos demais trabalhadores “livres” e os escravos dos engenhos” (GUIMARÃES, 1989, p. 69-70). O crescimento da atividade pecuária trouxe o aumento da população vaqueira na região. A fazenda mostrava-se impossibilitada de absorver tanto vaqueiro. Com seu trabalho árduo e contínuo, o vaqueiro era a figura central da fazenda. Este desempenhava seu trabalho montado a cavalo percorrendo a fazenda, fiscalizando as pastagens, as cercas e as aguadas. Cabia a ele também a tarefa de reunir os animais nos currais, além de ferrá-los, utilizando um ferro em brasa para colocar em cada animal a marca do seu dono (MACHADO, 2008).

Na caatinga cheia de galhos e espinhos para sua difícil lida com o gado, o vaqueiro tinha que usar uma roupa própria, o “gibão”, uma espécie de escudo feito de couro ou armadura para enfrentar a caatinga e o sol (op. cit.). Com o excedente da força de trabalho, as fazendas passaram a modificar o sistema de pagamento aos vaqueiros, deixando de pagar com gado, estabelecendo pagamentos de salários em dinheiro, que, depois do desconto de moradia e alimentação, pouco sobrava para assegurar a subsistência do vaqueiro (RIBEIRO, 2008).

## **2.2 O ciclo do algodão: promessa de vida melhor para o camponês paraibano**

Uma cultura que se associou com a criação bovina foi a do algodão. O algodão utilizava a mão-de-obra excedente que não era aproveitada pela pecuária. O gado necessitava de alimento durante as épocas de estiagem, e o algodão, através dos seus restolhos, fornecia esse alimento. Já na segunda metade do século XVIII, o algodão passa a se destacar e a ocupar um papel de maior importância na economia sertaneja e brasileira, provocando mudanças no espaço nordestino e tornando-se uma das principais culturas agrícolas da região (LIRA, 1983).

Vários fatores contribuíram para a sua ascensão, desde o aumento da população mundial, e o conseqüente aumento do consumo de tecido, até a descoberta de novas máquinas que iriam fortalecer a indústria têxtil. Esta passou a ser uma agricultura de todos e que gradualmente superou a pecuária em importância, devido ao mercado externo e à relativa facilidade da produção (op. cit.).

A Revolução Industrial, a abertura dos portos, e a Guerra de Secessão nos EUA eliminaram, por um bom tempo, concorrentes mais desenvolvidos e com o maior aperfeiçoamento na produção de algodão do que os produtores nordestinos. Isto fez com que o

algodão se tornasse um produto forte na economia nordestina a ponto de enfrentar a produção açucareira com algum prestígio, tanto na disputa de terras quanto de mão-de-obra.

O algodão operou, após meados do século XVIII, uma revolução agrária não só no Agreste, mas nas demais regiões paraibanas, se alastrando de tal forma que chegou a competir com os engenhos de açúcar, não somente pelo número de escravos que chegaram a possuir, e pelas as construções, mas pelas vantagens e lucros que davam à indústria. Não foram só os grandes fazendeiros que adeririam à cultura do algodão, aos poucos os pequenos proprietários também passaram a semeá-lo nos pedaços de terra de que dispunham, associado ao milho e ao feijão, a fim de colher de um mesmo roçado um produto de subsistências e outro de venda. Assim, o algodão foi mais democrático que a cana, e se tornou um produto de ricos e pobres (ANDRADE, 2005, p.150).

Aos poucos o algodão foi se tornando o produto mais cultivado pelos trabalhadores pelo fato de sua mão-de-obra ser mais barata e mais prática do que a produção da cana-de-açúcar, também porque diferente da cana-de-açúcar, quase todos podiam plantar o algodão, tanto o grande proprietário de terra como o pequeno, até mesmo os moradores e foreiros passaram a plantar o produto pelo fato de não prejudicar suas plantações agrícolas, pois os mesmos plantavam suas culturas alimentícias juntamente com o algodão que deu muito certo. Assim, o algodão não pôs em risco a produção agrícola. E, por ser um produto comercial, o algodão foi responsável pelo crescimento e povoação de vilas e cidades, trazendo um maior desenvolvimento para a vida urbana incipiente, para o interior.

Todo o Nordeste pastoril começou a dedicar-se às atividades ancilares. O destaque foi o cultivo do algodão arbóreo, nativo da região. Já o algodão mocó, vindo do oriente, foi também bem aceito, uma vez que sua característica xerófila lhe permitia sobreviver e produzir, mesmo nas áreas mais secas do sertão, um casulo de fibras longas com ampla aceitação no mercado mundial. Esse cultivo associou-se bem com o pastoreio pelo provimento ao gado de torta de sementes, que constitui uma ração ideal, bem como pelo valor alimentício da palha dos roçados de subsistência dos lavradores, nos quais o fazendeiro solta o gado depois da colheita (RIBEIRO, 2008).

Cada criador procurou, então, fazer-se também lavrador de mocó, ocupando nessa tarefa as famílias de seus vaqueiros e, depois, gente especialmente atraída para os novos cultivos, povoando ainda mais os sertões semiáridos. Os cultivadores de algodão ingressaram no latifúndio pastoril como meeiros, vale dizer, recebendo uma quadra de terra para cultivar alimentos que comeriam e outras para produzir colheitas de mocó, de que deveriam entregar metade ao proprietário. Assim, em cada fazenda, além da casa de telhas do criador,



avarandada e provida de portas e janelas, e das rancharias singelas de seus vaqueiros, se acrescentavam as palhoças miseráveis que abrigavam os lavradores de mocó (op. cit.).

No século XIX, foi introduzido o algodão herbáceo de ciclo anual e fibra curta. Os portugueses optaram por espécies algodoeiras trazidas do oriente que foram introduzidas na Bahia, e posteriormente levadas pelos jesuítas ao sul e sudeste do país. Arbusto de cultivo perene, também conhecido como mocó ou Seridó. Até então, o cultivo do algodão, no Brasil, era da espécie arbórea cultivada juntamente com a cana-de-açúcar fornecendo matéria-prima para as vestimentas rudimentares que vestiam os escravos (GOMES; RAMOS, 2008).

O algodão na sua variação arbórea é uma planta nativa do Brasil. O uso dessa fibra remonta ao período anterior à sua inclusão ao espaço de reprodução do capital mercantil. Muito antes da chegada do colonizador os índios já o cultivavam, a pluma do algodão já tinha utilidade prática para os indígenas do norte e nordeste do Brasil, na forma de flocos, como ornamento, ou era usado como combustível nas pontas das flechas para atear fogo às tribos inimigas (OLIVEIRA, 2013). Lira (1983, p. 22) corrobora:

Entretanto, o algodão tornou-se agricultura de ricos, pois foi nas mãos deles que o capital se acumulou. Para isto contribuíram enormemente a estrutura fundiária existente, o latifúndio, à concentração da propriedade que torna escasso o acesso a terra, originando as formas não tipicamente capitalistas das relações de trabalho que aí se estabelecer entre os proprietários dos meios de produção e os trabalhadores. Esses assumiram formas peculiares como as de meeiros, foreiros, rendeiros, moradores etc. que, por serem formas atípicas, nem de longe são inferiores em relação ao nível de exploração, principalmente porque na mão dos proprietários está a terra, a água, o poder social, econômico e político, que o tornam bem superior em virtude da falta de organização do grupo trabalhador e da ausência de uma legislação segura que seja cumprida, com direitos e deveres de ambas as partes através de contratos escritos e não apenas verbais.

A economia brasileira viveu dois ciclos de desenvolvimento e expansão da grande lavoura algodoeira, seguidos de retração durante o período colonial, diretamente relacionado a interesses do capital comercial no aproveitamento de condições provenientes do comércio internacional do algodão em pluma. As primeiras lavouras comerciais datam da época da primeira fase de decadência do açúcar, entre os séculos XVI e XVII, quando a cultura firmou-se na Região Nordeste, principalmente nas capitanias de Pernambuco e do Maranhão (OLIVEIRA, 2013).

A ampliação algodoeira Nordestina e, principalmente no Maranhão, é resultado de uma articulação de práticas mercantilistas como resolução do problema de matéria-prima para nascente indústria têxtil inglesa e posteriormente da Europa. Como toda monocultura colonial,

o algodão, desde o início, esteve sujeito às oscilações de mercado, pois se tratava de um produto voltado para exportação (op.cit.). Como visto na fala de Furtado:

Pombal ajudou os colonos do Maranhão criando uma companhia de comércio altamente capitalizada que deveria financiar o desenvolvimento da região. Tão importante quanto a ajuda financeira, entretanto, foi a modificação do mercado mundial de produtos tropicais, provocada pela guerra de independência dos EUA e logo em seguida pela revolução industrial inglesa. Os dirigentes da companhia perceberam desde cedo que o algodão era o produto tropical cuja procura estava crescendo com mais intensidade no momento (FURTADO, 1989, p. 91).

Com o fim da Guerra da Independência Americana, os Estados Unidos retomam seu espaço de fornecedor de algodão e matérias primas para o mercado inglês, fazendo com que as exportações brasileiras gerassem déficits progressivos. Seria preciso um novo afastamento dos EUA, um século depois, para que as condições do mercado brasileiro voltassem a se reorganizar, o que se deu em decorrência da guerra civil Americana. O Brasil, como a Índia, o Egito e o Peru, retomou a sua posição de fornecedor, tendo o Nordeste se transformado na principal região algodoeira do país (MOREIRA, 1990).

Com o término da guerra de Secessão, os Estados Unidos restabelecem sua produção no mercado internacional, iniciando o fim da "febre do algodão" no Brasil. Mas isto não significou a supressão da atividade: esta irá restringir-se aos limites do Sertão e do Agreste, consolidando no Sertão sua coexistência com a pecuária. Isto se deve principalmente ao fato de que em anos posteriores a essa fase se expandiu o cultivo na região de uma nova variedade conhecida como algodão mocó. Esse algodão com fibra longa, logo se adaptou às condições do semiárido e do clima sertanejo. O desenvolvimento da indústria têxtil algodoeira nacional por volta dos anos 1880 iria dar novo impulso à atividade até os fins da primeira metade do século XX. Portanto, o agreste e o Sertão da Paraíba foram um dos principais produtores de algodão do Brasil (op. cit.).

Em meados de 1928, a cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, era a principal parceira comercial com a Paraíba. Campina Grande torna-se comercialmente expressiva na produção comercial, chegando a liderar as transações comerciais no Estado. Eram diversos produtos transportados para todo estado e para estados circunvizinhos no lombo de burros. A indústria de beneficiamento de algodão surge em 1930. Nesta época, o algodão estava em ascendência. Campina Grande passa a ser um centro de suprimento do mercado intermediário de algodão (LIRA, 1983).

Muitas das empresas locais que surgiram em Campina Grande foram por causa do mercado algodoeiro, que depois de passar pelo processo de selecionado, prensado e compactado em fardos menores, era escoado para o mercado externo. Cidades como São João do Rio do Peixe e Cajazeiras também passaram a beneficiar o algodão e fazer o transporte já em fardos prensados. Essas empresas viveram um período de ascensão. O surgimento de grandes empresas mais modernas como a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro (SANBRA) e a Anderson Clayton, que eram multinacionais, estavam dominando o mercado algodoeiro, comprando o produto no momento da safra, fazendo o beneficiamento, escoando o produto, e inclusive triturando o caroço para o gado, fazendo a “torta”, o que levou a falência das imprensas menores (LIRA, 1983).

O setor algodoeiro na Paraíba, além da concorrência com as empresas multinacionais, passa também a concorrer com o Sul do país que, devido à crise do café, aposta no algodão para diversificar a sua produção, acarretando a transferência de capital do café para o algodão. Com isso, o Nordeste a partir de 1930 sofrerá com grandes impactos negativos na produção do algodão. Em apenas 10 anos, São Paulo já ultrapassará a produção nordestina, mesmo com os seus três estados sendo os maiores produtores (Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte) (OLIVEIRA, 2013).

Apesar de ter tido um período de grande desenvolvimento com o algodão, a Paraíba e, principalmente, o sertão sempre apresentaram problemas como concentração fundiária, exploração e miséria dos trabalhadores. Em meados do século XIX, a zona da mata e o brejo apresentavam relações de trabalho capitalistas, já no sertão semiárido, as relações não eram tipicamente capitalistas, predominando relações do tipo: meeiros, foreiros, rendeiros moradores, características do período colonial, que irão permanecer inalteradas e quase que dominantes até fins da década de 1930 (op. cit.).

Com a abolição da escravidão, o trabalho escravo foi substituído pelo trabalho dos moradores e parceiros. As terras já estavam apropriadas e a abolição não foi acompanhada por distribuição de terras, como pretendiam alguns abolicionistas. Então, a mão-de-obra escrava não teve alternativa, senão permanecer como moradora de seus antigos senhores (ANDRADE, 1986).

Embora formalmente livres, os moradores mantinham dependência econômica, social e política em relação aos proprietários. Estavam subordinados a uma extrema exploração da sua força de trabalho, bem como de todos os familiares. Tal relação determinava o quadro de extrema pobreza em que vivia a maioria da população da Zona da Mata paraibana (TARGINO 2002, p. 87).

Na metade do século XX, o espaço agrário paraibano passa por intenso processo de transformação, decorrente do processo de modernização da agricultura nacional. Os governos apresentam políticas creditícias com forte incentivos fiscais. Tais políticas atuaram de maneira desigual, atendendo primeiramente aos latifundiários e aos agropecuaristas. No Litoral, a mesma beneficiou os grandes proprietários de canaviais, que foram favorecidos através do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), destinado tanto para a produção industrial quanto agrícola, provocando mudanças significativas no espaço canavieiro paraibano (TARGINO; MOREIRA, 1992).

Na década de 1970, o agreste e o litoral paraibano adotaram as técnicas de modernização da agricultura, trazendo de forma relativa modificações que causaram uma nova orientação às formas de produção e exploração da terra, como também das relações de trabalho existentes em quase todo o espaço agropecuário paraibano, provocando efeitos drásticos sobre a vida da população camponesa, provocando modificações significativas na divisão interna do trabalho e principalmente subvertendo a dinâmica da produção (AMORIM, 1999).

Os incentivos governistas vieram modernizar um sistema maquinário nos canaviais, com a instalação de destilaria de álcool, levando ao aumento da produção e, ao mesmo tempo, intensificando o uso de fertilizantes e defensivos químicos nas lavouras. Em relação aos setores agrícola e pecuário, foram contemplados com subsídios de juros baixos, com carência e incentivos fiscais. No primeiro caso, os investimentos foram para ampliação das lavouras, e no segundo, para o melhoramento das pastagens, na difusão da palma forrageira, na introdução da algarobeira e na disseminação do uso de rações industrializadas, ocorrendo um aumento significativo do rebanho no Estado (VARELA, 2006).

Segundo Moreira (1997), o processo de modernização na atividade pecuarista na Paraíba, na década de 1970, contou com o crédito com juros baixos e longos períodos de carência dos Bancos (Brasil, Nordeste e Paraiban), e ainda contava com recursos oriundos do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor), do Proterra, Polo Nordeste e do Projeto Nordeste, os agentes da Política de Financiamento de Crédito no Estado. Esses estímulos, somados com a demanda de carne e leite, propiciaram a expansão da pecuária, principalmente a bovinocultura a partir da década de 1970.

Houve um crescimento considerável nas regiões do Agreste e Sertão, tradicionalmente consagradas à atividade pecuarista; modificações nos padrões alimentares dos rebanhos, como melhoramento das pastagens plantadas com introdução da palma forrageira e algarobeira,

complementada com as rações industriais, mais ricas em nutrientes que os pastos naturais; modificações no estado sanitário dos rebanhos, o uso de métodos farmacêuticos de vacinas ampliou-se consideravelmente; introdução do gado holandês para cruzamento com o Zebu, obtendo melhoramento da raça, e adoção de práticas modernas para controle de reprodução, tais como a inseminação artificial (MOREIRA, 1997).

Esse momento ascendente da atividade pecuarista foi acompanhado pelo crescimento dos rebanhos de médio porte, como caprinos e ovinos, em maior crescimento na microrregião do Cariri, enquanto o rebanho de suínos concentrava-se nas microrregiões de Cajazeiras, Itaporanga e Campina Grande. Todas essas atividades sofreram declínios e crescimentos ao longo do tempo, atribuídos aos longos períodos de estiagem e aumento ou redução da política de crédito dirigida a esse setor (op. cit.).

A criação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool) em 1975, juntamente com os estímulos fornecidos pelo governo, favoreceu a expansão da cana, que deixou de ser um plantio restrito às áreas úmidas do Litoral e Brejo para atravessar os tabuleiros costeiros e expandir-se por todo Agreste e parte da Borborema (TARGINO; MOREIRA, 1997). A partir do momento que o açúcar e o álcool compensam os investimentos para aquisição de novas terras, a modernização de equipamentos, fertilizantes e novas variedades de cana são introduzidas para adaptarem-se às novas condições ecológicas.

O crescimento da área de cana colhida entre 1970 e 1980 foi de 113,6%, um aumento de 45 mil hectares de cana. A produção passou de 1.433.245 toneladas em 1970 para 3.057.112 toneladas em 1980, significou um aumento absoluto de 1.623.867 toneladas. Em 1986, a produção de cana no Estado já chegava a 10,7 milhões de toneladas. Desse modo, o Proálcool trouxe uma redefinição para a região canavieira na Paraíba, seja pela incorporação de novos municípios ou pela expansão da fronteira nos municípios já tradicionalmente produtores. Assim, se definiu a “Zona Canavieira Moderna”, que se estendia desde as várzeas do Litoral a porções do Agreste e Borborema (MOREIRA; TARGINO 1997).

Com a expansão da fronteira canavieira, onde a vegetação nativa e plantações alimentícias foram substituídas por plantações de cana, muitos dos pequenos produtores rurais das microrregiões canavieiras, atraídos por trabalhos assalariados, deixaram suas terras para trabalhar nas usinas de cana, com longas jornadas de trabalhos exaustivos e baixos salários. Isso provocou mudanças na distribuição da população rural e urbana paraibana.

O crescimento das periferias juntamente com a pobreza, falta de saneamento e de moradia passaram a ser mais notáveis na área urbana, e maior concentração de terras na área rural. O Proálcool fez sentir o crescimento do emprego sazonal. Entre 1975 e 1985, o número

de trabalhadores assalariados temporários na zona canavieira praticamente dobrou, passando de 13,8 mil para 26,8 mil trabalhadores, enquanto que o contingente de arrendatários e foreiros reduziu-se em 42,8% no mesmo período. Observa-se, igualmente, um declínio expressivo no número de parceiros subordinados (-43,7%) e de moradores e agregados (-82%) (MOREIRA; TARGINO, 2012).

Esse aumento no emprego sazonal não significou uma melhoria da condição de vida desses trabalhadores. A renda média semanal correspondia a 97% do salário mínimo vigente na época, que deveria sustentar uma família composta por aproximadamente sete pessoas. A riqueza da expansão da cana produzida a partir do Proálcool não chegou à mesa da classe trabalhadora paraibana. Este programa tanto criou como destruiu empregos, provocando um esvaziamento demográfico do campo acompanhado de tensões sociais e resistências camponesas à força do capital (op. cit.).

O Agreste e Sertão ainda contaram com a forte expansão do algodão herbáceo e arbóreo na década de 1980. A expansão dessas culturas exigia grandes áreas de terras para sua exploração, e assim contribuiu para que os pequenos lotes responsáveis pela produção de alimentos tradicionais se incorporassem aos grandes estabelecimentos. As políticas de créditos e assistência técnica foram direcionadas para o fortalecimento desses estabelecimentos (MOREIRA; TARGINO, 1997).

No Sertão paraibano, essa modernização da agricultura não ocorreu com tanta intensidade, pois nesta região a cultura do algodão ainda resistia e havia a criação bovina. As relações de trabalho que ocorriam no Sertão paraibano não eram tipicamente capitalistas e sobreviviam por causa da cultura algodoeira. As mesmas relações de trabalho serão observadas no sertão paraibano até meados da década 1980, permanecendo os parceiros, os arrendatários, alguns assalariados, a grande fazenda de gado e, em menor escala, o algodão. Mudanças nas relações de trabalho no campo não chegaram ao sertão até a primeira metade da década de 1980 (op. cit.).

Com o declínio da atividade algodoeira, estas relações de trabalho tipicamente não capitalistas irão entrar em colapso, pois o cultivo do algodão servia de amortecedor dos conflitos entre camponeses parceiros e latifundiários. Este cultivo permitia ao camponês o acesso à terra, mesmo que precário, e a garantia de permanência com sua família no lugar onde era acostumado a viver. Para o latifundiário, o algodão era sua principal renda e a garantia de valorização da sua terra. O algodão já não era mais a principal cultura e os latifundiários não necessitavam mais de camponeses parceiros para cultivarem suas terras (OLIVEIRA, 2013).

As políticas de crédito e assistência técnica foram direcionadas para o fortalecimento das culturas que se encontravam em declínio como o tripé (cana/pecuária/algodão/), a modernização das atividades pecuarista e canavieira proporcionou suas expansões desde o Litoral, Agreste, Borborema e Sertão, nesse percurso ocupando as áreas antes destinadas à produção de alimentos tradicionais, como feijão, milho, mandioca, arroz, batata-doce, frutas em gerais, entre outros. Ocorreu um forte recuo das lavouras de alimentos tradicionais pelo fato destas culturas serem substituídas pela cana em todas as microrregiões canavieiras do Litoral, no Agreste, especialmente na microrregião do Brejo, pelo pasto nas microrregiões do Agreste, nas áreas onde não eram propícias para o plantio da cana, ocorrendo na Borborema e Sertão de maneira muito insignificativa (MOREIRA, 1997).

Essa retratação do padrão alimentar repercute na qualidade de vida e saúde da população estadual, além dos conflitos pela posse da terra, agora mais valorizada. O meio ambiente também sentiu essa expansão, a cana e a pecuária também incidiram sobre a vegetação da Mata Atlântica, nos tabuleiros, cerrados e Caatinga, nem mesmo as áreas das nascentes dos rios foram preservadas. A retirada das matas é responsável pelo desaparecimento das nascentes naturais, obrigando a população a buscar água em área cada vez mais distante. Outro efeito perverso dessa modernização sobre o ambiente, e que tem consequências para a população, é a utilização indiscriminada e contínua de fertilizantes químicos, corretivos de solos e agrotóxicos (MOREIRA *et al.*, 2000).

O acúmulo desses elementos pode esterilizar o solo e contaminar os lençóis freáticos. Tal prática traz sérios riscos de intoxicação para o trabalhador, se não houver uma preparação adequada dos aplicadores, como equipamentos de proteção individual, além de ser frequente o uso de água dos rios e açudes para lavagem dos equipamentos, contaminando a água de uso coletivo.

O lançamento do vinhoto e de águas residuais de destilarias nos rios tornou-se uma prática frequente das usinas e destilarias no período de acessão do Proálcool, de 1975 ao final da década de 1980. Este também foi responsável pela ampliação dos latifundiários, desruralização do pequeno produtor, levando à diminuição da produção de alimentos e, conseqüentemente, ao aumento da fome, agravamento das péssimas condições de trabalho e descumprimentos dos direitos trabalhistas, acentuando-se mais a condição de pobreza dos trabalhadores nos canaviais e gerando gravíssimos problemas sociais até hoje não resolvidos, no campo e na cidade do Estado paraibano (op. cit.).

No Brasil nos fins de 1970, ocorre uma modernização técnica da agricultura, em decorrência da chamada Revolução Verde, através dos governos militares, na Paraíba isso não

ocorre no sertão, chegando apenas até o agreste e mesmo assim de forma menos completa. Os investimentos dos governos militares eram feitos para as culturas voltadas para exportação, ou seja, as commodities e a pecuária de grande porte, típicas do centro sul do Brasil, onde foi investido fortemente nessas grandes empresas (CARVALHO, 2005).

Com a chegada do besouro da espécie *Anthonomus Grandis*, mais conhecido por “bicudo”, em meados da década de 1980, a crise em que se encontrava na cotonicultura sertaneja foi acelerada e rapidamente encerrou-se o ciclo do algodão no Nordeste, tornando economicamente inviável uma cultura que já estava totalmente adaptada a região. O bicudo expandiu-se para praticamente todas as áreas produtoras de algodão do Nordeste e o problema vai ser agravado ainda mais com o surgimento no mercado das fibras sintéticas, utilizadas em larga escala pela indústria têxtil nacional (GOMES *et al.*, 1984). O bicudo é um besouro da família dos curculionídeos, originário da América Central, possui mandíbulas afiadas, utilizadas para perfurar o botão floral e a maçã dos algodoeiros (SILVIE, *et al.*, 2001).

O declínio da atividade algodoeira no Nordeste, e principalmente na Paraíba, ocorre de maneira violenta e rápida. A redução em área do cultivo chegou a 99,8% no período entre 1990 e 2000. Em apenas dez anos, essa redução alcança quase 100%, apontando para o desaparecimento desta cultura agrícola (MOREIRA; TARGINO, 1997). Esta crise desarticula o velho tripé (pecuária/algodão/cultura de subsistência) afetando a todos, desde pequenos proprietários, latifundiários, até camponeses sem terra, na sua maioria, meeiros que tinham a agricultura de subsistência, especialmente o feijão e o milho que são culturas tradicionais da região sertaneja e garantem o sustento das famílias (ARAÚJO, 2013).

O caráter excludente da estrutura fundiária se, por um lado, gerou uma massa de trabalhadores subordinados e “ordeiros”, por outro lado, permitiu o surgimento de movimentos que, direta ou indiretamente, representavam um questionamento da ordem fundiária em vigor (MOREIRA *et al.*, 2000, p. 150).

### **2.3 A influência das Ligas Camponesas no processo de Reforma Agrária na Paraíba**

No final da década de 1950 e início 1960, a Paraíba ainda conservava as características seculares de formas tradicionais de trabalho. O sistema de morada, o cambão, ainda prevalecia não só na Zona da Mata, mas em todo território paraibano. O controle político e econômico pertencia às poucas famílias da aristocracia rural, que se reversavam no poder, levando a entender que a eclosão do movimento Ligas Camponesas levanta a bandeira em



favor da extinção do cambão, do foro, e amplia a luta pela Reforma Agrária (MOREIRA *et al.*, 2000).

Na segunda metade do século XX, os conflitos contínuos passaram a fazer parte da formação camponesa em diferentes regiões do Brasil. Eram diversos tipos de lutas em relação à questão agrária, a luta dos posseiros e dos pequenos proprietários para permanecerem na terra, as lutas dos arrendatários, dos colonos, juntamente com as lutas dos trabalhadores assalariados, os encontros e os congressos camponeses indicavam o desenvolvimento do processo de organização política. O surgimento do Partido Comunista Brasileiro (PCB) traz um importante apoio político aos movimentos sociais. As ações da ala progressista da Igreja Católica, entre outras instituições, disputaram esse espaço político e social interessadas nesse processo de formação (FERNANDES, 1999).

Os primeiros movimentos organizados em defesa da Reforma Agrária foram as Ligas Camponesas no Nordeste, na década 1950, quando a ditadura de Vargas chegava ao seu fim. As Ligas Camponesas eram organizações políticas de camponeses proprietários, parceiros, posseiros e meeiros que resistiram à expropriação, à expulsão da terra e ao assalariamento. Surge no estado de Pernambuco a Liga Camponesa chamada Galiléia, composta por foreiros que pagavam ao fazendeiro renda da terra em forma de aluguel anual (op.cit.).

A luta do Engenho Galiléia desencadeou o processo organizativo dos trabalhadores rurais em Pernambuco. Com efeito, as ligas institucionalizaram-se, após o 1º Congresso Camponês de Pernambuco, como uma organização centralizada e verticalizada, estruturada da cidade para o campo, sempre tendo como base a experiência de Galiléia. Sua organização como entidade estadual visava facilitar a expansão das ligas através da fundação de novas delegacias ou núcleos em todo o estado (MOREIRA *et al.*, 2000, p. 153).

Segundo Andrade (2005), o agravamento contínuo da crise e as dificuldades levaram os trabalhadores rurais a atitudes de revolta, de desespero. O Engenho Galiléia, como vários outros no Nordeste localizados em áreas marginais, distantes das usinas, foi ficando de “fogo morto” na década de 1930, quando os preços do açúcar estavam baixos. Seus proprietários passaram a “forar” suas terras a pessoas que cultivavam frutas e legumes destinados a abastecer Recife e demais centros nordestinos.

O proprietário residia na cidade, mas vivia da renda da terra, sem trabalhar na mesma. Mantinha um feitor, homem de sua confiança, para cobrar os “foros” anuais, fiscalizar a prestação do “cambão” e servia de intermediário entre o proprietário e os trabalhadores da terra. No período pós-guerra, 1939-1945, os altos preços do açúcar e a abertura de estradas

provocaram a ampliação da capacidade das usinas, que foram reequipadas e conquistaram as terras marginais. Essa conquista seria feita à custa do desaparecimento dos antigos banguês. Os senhores de engenhos tornavam-se fornecedores e os foreiros eram expulsos de seus sítios, a fim dos canaviais das usinas expandirem-se cada vez mais (op.cit.).

Essas relações e as situações conflituosas surgiam, principalmente, nos momentos de crescimento da atividade canavieira quando os engenhos passavam a requerer as terras dos posseiros para a expansão do plantio (WANDERLEY, 2003). Os foreiros reagiram a exploração do senhor de engenho e buscaram apoio com o advogado e deputado Francisco Julião, do Partido Socialista Brasileiro (PSB). A luta em prol dos seus direitos desencadeou-se em quase todos os estados do Nordeste de tal maneira que cada vez mais reunia dezenas de milhares de camponeses. Eles tinham o apoio do Partido Comunista Brasileiro, do qual era dependente. Quando o governo declarou o PCB ilegal e com a repressão generalizada, as Ligas foram violentamente reprimidas, pelos próprios fazendeiros e seus jagunços (FERNANDES, 1999).

Conforme Andrade (1963), as ligas resultaram da difícil situação em que se encontravam os trabalhadores sem-terra do Nordeste, agravando-se, sobretudo, a partir de 1950, quando as massas camponesas procuram por si mesmas uma solução para o problema agrário regional. As políticas de colonização implantadas pelo governo central, como a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), embora oferecessem saídas individualizadas, seriam pouco efetivas para a solução dos problemas da maioria, pois beneficiariam apenas um pequeno número, ao passo que a maioria absoluta dos camponeses continuaria a vegetar.

As massas, em geral, despossuíam de direitos e eram frágeis nas suas relações com os poderes político-econômicos nacionais e locais. Desse fato, os políticos de esquerda, o clero e o próprio povo perceberam os problemas sociais, e o espírito de revolta aflora em diversos pontos do Nordeste e as formas embrionárias de organização de lutas surgem a cada dia. Os proprietários de terra, alarmados, temem a reação camponesa, a Reforma Agrária preparada por políticos e técnicos, receiam os planos de recuperação econômica e nada fazem visando melhorar a produtividade de suas terras, aumentar verticalmente a produção, sobretudo, a canavieira (op. cit.).

A luta pela Reforma Agrária na Paraíba adquiriu força com grande evidência com a criação da Liga Camponesa de Sapé, que ganhou destaque a nível nacional, desafiando as estruturas fundiárias presentes, como instrumento de protesto contra o cambão, o foro, o barracão, a falta de direitos trabalhistas, e pela Reforma Agrária. O contato de João Pedro

Teixeira com o Partido Comunista, quando trabalhou em pedreiras em Recife e Jaboatão (PE), ofereceu-lhe as ferramentas para a construção da consciência dos problemas sociais, bem como as ferramentas e as articulações necessárias para o processo de organização dos trabalhadores.

Na Paraíba, a repressão às Ligas se iniciou antes mesmo do golpe militar, através de ações de violência praticadas pelas oligarquias rurais e pelo Estado, através de seu aparato policial e judicial colocado a serviço do latifúndio. Destaca-se o assassinato do líder sindical e vice-presidente das Ligas de Sapé, João Pedro Teixeira, em 1962, e a perseguição a sua esposa Elisabeth Teixeira bem como a toda liderança do movimento. Com o golpe de 1964, as principais lideranças das Ligas Camponesas da Paraíba foram presas, assassinadas ou entraram na clandestinidade (MOREIRA; TARGINO 2012, p. 6).

A luta de João Pedro Teixeira sensibilizou os camponeses na luta por seus direitos, conseguiu traduzir os sentimentos, palavras e ações dos camponeses paraibanos, que, até então, estavam silenciados e impossibilitados de se expressarem coletivamente e de modo público (MOREIRA *et al.*, 2012). Em 1962, João Pedro Teixeira foi assassinado a mando do proprietário local. Mas não demorou muito para sacralizar aquela terra e criar um símbolo.

A violência dos latifundiários quis silenciar a luta eliminando o maior líder que os trabalhadores rurais da Paraíba conheceram. Companheiros de João Pedro, que conviveram com ele, que participaram de sua luta, testemunham a extraordinária qualidade revolucionária do camponês paraibano que estava promovendo, no campo, uma verdadeira revolução cultural (PEREIRA, 2005, p. 72).

Com a morte de João Pedro Teixeira a expansão da Liga de Sapé acelerou. Pouco depois, esse núcleo congregaria cerca de dez mil membros, enquanto outros núcleos iriam espalhar-se pelos municípios circunvizinhos. As ligas na Paraíba chegaram a possuir cerca de quinze mil associados. Em Sapé, na década de 1950, sua população era de 37.918 pessoas. No final dessa década já contava com aproximadamente dez mil filiados (BANDEIRA, *et al.*, 1997).

O município de Sapé – PB é considerado como a principal referência histórica relacionada com os embates, que ocasionaram a morte de vários camponeses, especialmente a sua principal liderança, João Pedro Teixeira (MOREIRA *et al.*, 2012). O movimento teve que utilizar diversas estratégias para conseguir organizar-se, tendo em vista as perseguições sofridas. Entre as estratégias mais recorrentes estava a ocupação de terras improdutivas.

Ocupavam e resistiam no local até quando o problema fosse solucionado. Esse processo de luta das ligas contribuiu, mais tarde, para eliminação do cambão, do foro, e fez os trabalhadores do campo, expulsos injustamente de suas terras, poderem permanecer nelas ou receberem uma indenização dos latifundiários (CALADO *et al.*, 2007).

[...] na segunda metade da década de 1950, pela primeira vez na Zona da Mata e porque não no Brasil, surgiu um movimento de massa expressivo junto aos trabalhadores rurais, reivindicando explicitamente a mudança na estrutura fundiária, isto é, organizado em torno da bandeira da reforma agrária (TARGINO; MOREIRA 2000, p. 152).

As Ligas camponesas deixaram de ser uma organização para torna-se um movimento camponês que contagiou grandes massas rurais e urbanas, com grande repercussão nacional e internacional. Não se pode negar a importância que desempenhou entre 1955 e 1964, na criação de uma consciência nacional em favor da reforma agrária. Foi também o movimento precursor no Brasil da insurreição armada camponesa, baseada nos postulados da preparação guerrilheira (MORAIS, 2006).

Com o Golpe Militar de 1964 restabeleceu-se a ordem latifundiária com o apoio do próprio Estado. O movimento foi aniquilado, e teve seus líderes presos ou assassinados. Instalou-se um clima de perseguição e terror que se disseminou não só entre os líderes, mas entre todos os membros das ligas, todos camponeses paraibanos, principalmente em Sapé, o centro da difusão da criação das ligas. Foi um período quando o silêncio imposto e o medo não calaram apenas as bocas, mas as memórias desmobilizaram os braços e descreditaram a esperança dos camponeses pela realização da Reforma Agrária (TARGINO, 2002).

Nesse período que surgem os primeiros conflitos de terra pós Ligas Camponesas no estado. Entre 1972 e 1984, 48 conflitos de terra caracterizados pela resistência aos mais variados processos de expulsão-expropriação eclodiram na Zona da Mata e no Agreste-Brejo da Paraíba (MOREIRA, 1997). Apesar da repressão que se estabeleceu e, particularmente da violência dos latifundiários na região da Zona da Mata na Paraíba, ali foram plantadas as sementes do movimento pela Reforma Agrária.

A luta das ligas projetou-se no tempo e conquistou novos espaços e novas formas de permanência do campesinato ganhando força e expressividade a partir da década de 1980, e se expandindo por outras regiões do estado com o apoio da Igreja Católica mediante as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) Pastoral Rural, Comissão Pastoral da Terra (CPT) e, posteriormente, dos Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (MOREIRA *et al.*, 2012).

[...] na segunda metade dos anos cinquenta, pela primeira vez na Zona da Mata e porque não dizer na História do Brasil, vai surgir um movimento de massa expressivo junto aos trabalhadores rurais, reivindicando explicitamente a mudança na estrutura fundiária, isto é, organizado em torno da bandeira da reforma agrária. (TARGINO, 2002, p. 152).

A Paraíba assistiu uma mobilização nunca antes vista capaz de contestar de forma organizada o poder de mando da aristocracia paraibana. O jogo de forças resultou favorável à aristocracia, mas provocou uma abertura na estrutura do espaço agrário e nas suas estruturas políticas. Apesar da permanência da dominação do capital, ao longo dos anos foram ocorrendo pequenas mudanças econômicas e sociais. De uma forma ou de outra foram ressurgindo novos embates e algumas consideráveis conquistas (op.cit.).

A história das Ligas Camponesas oferece um caminho a ser seguido e a possibilidade de uma ampla gama de lições que levam à compreensão dos acertos e erros da ação política realizada com determinação por parte dos trabalhadores rurais. O ideal e as formas de luta e o comprometimento das Ligas Camponesas são características que ainda hoje perduram nos movimentos de luta pela terra no Brasil, que são características também desse movimento no alto sertão da Paraíba (OLIVEIRA, 2013).

Com o apoio da Igreja Católica, inicialmente através das CEBs, da Pastoral Rural e, posteriormente, da Comissão Pastoral da Terra (CPT) surgida em 1975, os camponeses se organizam e resistem na luta pelo direito à terra de trabalho. A Pastoral Rural da Paraíba, em 1988 se vincula a Comissão Pastoral da Terra em âmbito nacional e continua apoiando os camponeses, inclusive prestando assessoria jurídica. A luta se estende rapidamente na região do Agreste e Brejo, se estendendo pela Zona da Mata, a Região da Borborema e avançando para o Sertão. O Alto Sertão Paraibano, na segunda metade dos anos de 1980 e início da década de 1990, vai ser palco de luta pela terra e de conflitos Primeiro com grileiros de terras públicas (ex-proprietários) e em propriedades privadas. Esse foi o começo de um movimento na região que avançou ganhando expressão até hoje. (OLIVEIRA, 2013, p. 33).

---

## **DOCTRINA SOCIAL DA IGREJA: PRESENÇA DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NO PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA**

### **3.1 Doutrina social da Igreja**

Embora tenha sido nas décadas de 1960 e 1970 que a Igreja Libertadora emergiu na sociedade, essa postura tem suas raízes desde o início do século XX com várias manifestações de grupos católicos. Em 1920, a igreja dá seus primeiros passos de Igreja Libertadora com a criação Ação Católica (AC). Esse movimento nasce da ideia de evangelização com base nas condições sociais do povo. Nos anos posteriores, diversos movimentos de caráter social e político surgem com apoio da igreja libertadora (MITIDIERO JÚNIOR, 2008).

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), fundada por Dom Helder Câmara em 1952, mesmo congregando a maior parte de bispos conservadores, também teve importância estratégica nesses movimentos. Significou uma vitória para os bispos engajados nos movimentos sociais, principalmente os do Norte e Nordeste que estavam mais engajados do que os do Sul (SOUZA, 1982).

A CNBB representa a alta hierarquia da igreja brasileira e, na época, em pleno regime de repressão proporcionou uma abertura institucional às iniciativas transformadoras no país (op. cit.). A participação da igreja nos projetos de educação popular do governo federal foi um exemplo dessa abertura. O movimento de educação de Base (MEB), criado em 1961, consistia em alfabetizar os agricultores por meio de transmissão de rádio. Os programas contavam com pedagogos e clérigos de caráter progressista (MITIDIERO JÚNIOR, 2008).

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) passou a ter suas ações descentralizadas. Formaram-se as regionais das pastorais, grupos de leigos, tais como: Comissão Justiça e Paz (1967), Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (1972). Destaca-se, ainda, o surgimento das CEBS (Comunidades Eclesiais de Base) que surgiram na década de 1970. A Comissão Pastoral da Terra - CPT foi criada, em 1975, na cidade de Goiânia-GO. (CORSO, 2012, p. 21).

Muitos desses movimentos se incorporaram à formação de partidos políticos de esquerda, de sindicatos combativos e das iniciativas da Igreja Libertadora. A Ação Popular (AP) surge em prol das reformas sociais. Com a implantação do regime militar em 1964, a mesma passa a combater a ditadura militar por meio da luta armada. Sua formação se deu

pelos militantes mais ativos da Juventude Universitária Católica (JUC). Muitos desses movimentos constituídos tiveram sua base nos grupos católicos que participaram da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT) no final da década de 1970 e início da década de 1980 (CORSO, 2012).

A condição de miséria em que vivia o proletariado, no final do Século XIX, tornou-se um sinal para Igreja sobre a exploração sofrida por esses trabalhadores. Isso motivou a Igreja a tomar decisões e assumir posições. Foi um momento em que a igreja toma mais consciência da miséria do proletariado industrial e dos pobres de maneira geral. Neste sentido, pode-se afirmar que a questão agrária não era algo de destaque até meados da década de 1950. A preocupação central envolvia o operário e não o camponês (GUTIERREZ, 1995).

Mesmo não tendo o foco principal na questão agrária, os movimentos da Igreja começam a preocupar-se com o êxodo rural, e a questionar o porquê de tantas pessoas quererem fugir da zona rural. O rural passou a ser considerado como um ambiente difícil para a sobrevivência do camponês, sem oferecer um futuro promissor enquanto o meio urbano se apresentava como o sinônimo de desenvolvimento e esperança. A igreja logo percebe que o problema não era o meio rural, mas a ausência de infraestrutura e condições dignas de sobrevivência para o camponês que fugia para a cidade acreditando que a mesma oferecesse o que o campo não oferecia. Assim, os camponeses vindos do meio rural tornam-se proletariados das indústrias urbanas.

O campo ganha apoio dos setores progressistas da Igreja Católica marcados pela inserção metodológica fundamentada na teoria Teologia da Libertação, um dos rompimentos mais marcantes com a postura dogmática e tradicional da igreja, exigindo transformações que resultaram na organização de comunidades para a criação de entidades que representassem a conquista dos seus direitos (MITIDIERO JÚNIOR, 2008).

A teologia da Libertação surge após a remodelação provida pelo Concílio Vaticano II, as Conferências de Medellín (Colômbia) e Puebla (México), norteando os movimentos católicos da época. Um dos desdobramentos da Ação Católica foi a origem de movimentos como Movimento de Evangelização Rural (MER), Movimento de Educação de Base (MEB) e formação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Tais movimentos ajudaram a igreja a resgatar seu aspecto popular, sendo assim a gênese de inúmeros outros movimentos sociais associados à esfera sindical e comunitária (op. cit.).

Para Gutierrez (1995), o Concílio Vaticano II debateu três grandes temas: a abertura ao mundo moderno, a unidade dos cristãos e a possibilidade da Igreja ter uma “opção preferencial pelos pobres”. Sobre este último tema, houve uma grande tentativa,

principalmente por parte dos religiosos latino-americanos e africanos, de lutarem para aprofundá-lo de acordo com suas realidades.

A Igreja enquanto instituição é fundamentada por um modelo europeu de fé e religiosidade que não alcançava a dura realidade que se atravessava em outros continentes. Mesmo assim, as discussões sobre uma Igreja “preferencial para os pobres” possibilitaram uma maior exposição da miséria e das dificuldades conjunturais que assolavam muitos países. A expressão “*Igreja preferencial pelos pobres*” tornou-se referência, e ainda de forma mais expressiva, a partir de Medellín (Colômbia, 1968) e Puebla (México, 1979) após o Concílio Vaticano II, sobretudo como orientação para as perspectivas serem alcançadas (GUTIERREZ, 1995).

Os primeiros movimentos católicos que impulsionaram a Igreja a se aproximar dos problemas do campo brasileiro foi o Movimento de Educação de Base (MEB), iniciado em 1961, que consistia em alfabetizar os pobres, especialmente os moradores das áreas rurais, por meio de transmissões de rádio. Aos poucos o MEB, ao constatar a perversa situação social que o povo camponês vivia, passou a incentivar a autopromoção dos camponeses, orientando para que as comunidades lutassem pelos seus direitos, mudando o foco de alfabetização para conscientização política com a distribuição da cartilha “Viver é Lutar” (KADT, 2003).

Após o golpe de 1964, essa cartilha foi retirada de circulação, e o MEB para dar continuidade aos seus trabalhos substituiu o nome da cartilha por “Multirão” que visava desenvolver trabalhos entre os camponeses, mas sem menções a luta por seus direitos devido à repressão que o movimento sofria na época. Mesmo assim o movimento possibilitou a conscientização e formação de muitos agentes pastorais e aproximou a igreja dos oprimidos (op. cit.).

Como o próprio título sugeria, “Viver é Lutar” a vida miserável dos pobres exigia que eles tomassem atitudes revolucionárias diante da realidade. Especialmente na zona da mata nordestina, um notório bolsão de pobreza, o MEB agiu mais radicalmente. Falava-se claramente em exploração, miséria e mudança radical. (KADT, 2003, p. 140).

Outro movimento que surgiu no final da década de 1950 e início da década de 1960 foi o Movimento de Evangelização Rural (MER). Esse movimento fez a igreja aproximar-se ainda mais do homem do campo, no início pretendendo evangelizar os trabalhadores rurais. Nesse processo de evangelização, constatou-se a extrema miséria no campo e exploração a que esses trabalhadores estavam submetidos aos seus patrões. O (MER) passou a incentivar a autopromoção desses sujeitos através da conscientização dos seus direitos. Esses dois



movimentos inspiraram a formação de Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) pela Igreja católica na década de 1960 (CORSO, 2012).

As CEBs consistiam na formação de comunidades de estudos bíblicos e de reflexão sobre as condições sociais em que essas comunidades viviam. Era uma atividade eminentemente pastoral, portanto, prática. Constituíam-se de pequenos grupos organizados em torno de uma paróquia, em bairros pobres urbanos, ou de uma capela rural, por iniciativa de leigos, padres e bispos, e refletiam as possibilidades de luta por melhores condições de vida (op. cit.).

O ensinamento das Comunidades Eclesiais de Base baseava-se em um método: *ver, julgar e agir*. Por esse método, o sujeito aprendia a observar a realidade em seu entorno, depois, em grupo, a compará-la com a realidade global, o que fazia refletir sua condição na sociedade. Essas comunidades desenvolveram-se principalmente nas áreas rurais, pois o homem do campo encontrava na Igreja o seu principal referencial ideológico, assim como a Igreja via no homem do campo um referencial de comunidade, coisa que nas áreas urbanas dificilmente poderia se encontrar (BETTO, 1981).

Pode-se constatar que parte da igreja era engajada em lutas mais radicais, muitas por iniciativas de padres e leigos. Outra parte era conservadora e se dedicava no combate ao comunismo. Mesmo assim essa metodologia de combate ao comunismo acabou atentando para autopromoção dos sujeitos participantes, que os obrigava a refletir sobre as condições sociais e políticas que viviam.

Todos os movimentos que surgiram ligados à igreja católica como: Ação Católica (AC), Juventude Operária Católica (JOC), a Juventude Estudantil Católica (JEC), a Juventude Universitária Católica (JUC), o Movimento de Educação Base (MEB), o Movimento de Evangelização Rural (MER), as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs,) a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a própria CNBB possibilitaram na vivência dos sujeitos envolvidos um sentimento de esperança e ações em busca de mudanças sociais, culturais, econômicas e políticas em um período muito complexo para tais reivindicações (MITIDIERO JÚNIOR, 2008).

Com o Golpe Militar em 1964, esses movimentos foram minimizados às últimas consequências pela ditadura e os pensamentos de melhorias e justiça no campo foram combatidos, expandindo a concentração fundiária a pequenos grupos de latifundiários com categorias de políticos e empresários urbanos. A partir dessas experiências acumuladas pela ação católica, a Igreja, em sua ala progressista, passou a ter a Reforma Agrária como uma das suas bandeiras de luta.

Apesar de haver uma forte tensão interna na Igreja, os conservadores eram anticomunistas e acusavam os progressistas de serem simpatizantes dos mesmos. Esta ala conservadora era forte em poder de decisão dentro da Igreja, por esse motivo a Igreja, como instituição, por meio da CNBB, acabou apoiando de início o Golpe Militar de 1964. A instituição não apresentava homogeneidade, mas as posições da CNBB dependem do grupo que tem a hegemonia (CORSO, 2012). Diante dessa realidade, um segmento da igreja chamado Teologia da Libertação, gerado a partir das transformações ocorridas no interior da Igreja, movimenta-se na intenção de dar outro sentido à participação e missão dessa instituição.

Os setores progressistas se arriscaram às sucessivas modificações, enquanto a cúpula da igreja conservadora, avessa a qualquer tipo de transformação social, produz estratégias novas para dar respostas às transformações que começavam a acorrer no seio da própria Igreja e no contexto social, político e econômico mundial. A igreja libertadora surge segundo a perspectiva dos pobres e esquecidos. Essa posição teológica, tomada por parte da Igreja, foi o meio adotado para, ao mesmo tempo, convencer, informar e ensinar o povo dos seus direitos religiosos ou constitucionais e mostrar o caráter político da vida cotidiana desse povo (MITIDIERO JÚNIOR, 2008).

No continente latino-americano, não houve um rompimento tão grande com a postura dogmática e tradicional da Igreja como o que ocorreu no Brasil. A Teologia da Libertação e, principalmente, os teólogos e clérigos libertadores que aqui residiam, junto à ala mais progressista do clero, sacudiram os pilares institucionais da Igreja brasileira, exigindo transformações nas formas de atuação dessa instituição. Muitos clérigos, na condição de porta-vozes do discurso transformador da teologia crítica e envolvidos pessoalmente com as lutas sociais, tornaram-se reconhecidos mundialmente como; o catalão Dom Pedro Casaldáglia, Dom Helder Câmara sendo indicado quatro vezes ao Nobel da Paz, na última indicação os representantes do governo brasileiro agiram para impedir que os organizadores da premiação o concedesse o prêmio (JÚNIOR MITIDIERO, 2008, p. 137).

### ***3.1.1 Presença da Comissão Pastoral da Terra***

A comissão Pastoral da terra nasceu pelos posicionamentos e estratégias adotados pela ala progressista da Igreja Católica e postura da Igreja libertadora que surge no Brasil na década de 1960 e 1970. Uma das primeiras manifestações da igreja progressista no Brasil foi a ideia de evangelizar com base nas condições sociais do cristão. A violência no campo

influenciou diretamente na estrutura organizativa da Comissão Pastoral da Terra (MITIDIÉRO JÚNIOR, 2008).

A geografia da violência contra o trabalhador rural brasileiro, presente em todo o território nacional, exigiu que a Pastoral se especializasse. No início, o trabalho das pessoas envolvidas com a formação da pastoral possuía um caráter voluntário, missionário, pouco institucional e sem presença efetiva nas diversas regiões brasileiras. A partir da década de 1980, estabeleceram-se equipes regionais em quase todo o país, que, além do apoio do voluntariado, constituíram um significativo grupo de agentes pastorais encarregados de missão e profissão para atuar junto ao homem do campo nas reivindicações pela terra (op.cit.).

Fundada durante ditadura militar, como resposta à grave situação dos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, a CPT teve importante papel na defesa das pessoas contra a crueldade deste sistema de governo, que só trabalhava para garantir os interesses da grande elite nacional e do grande capital financeiro. A CPT nasceu ligada à Igreja Católica, numa época em que esta possuía certa influência política e cultural, não sendo molestada pela ditadura. No entanto, a repressão acaba atingindo muitos agentes pastorais e lideranças populares ligadas a CPT (GOHN, 1995).

Segundo Martins e Perani (1992), a CPT não surge unicamente movida pela fé, mas também pelo fato dos membros formadores estarem preocupados com a situação dos posseiros e dos índios no Amazonas. Depois, essa preocupação se entende por todo o país. As ações da igreja libertadora são marcadas pela realização do Primeiro Encontro Nacional da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), em 1982, no estado de Goiás. A partir daí, o movimento organizado pela democratização do acesso à terra dissemina-se pelo país. A Comissão da Pastoral da Terra é o resultado de uma generalizada desigualdade brutal, marcada pela violência e miséria que atingiam os segmentos mais pobres da sociedade brasileira, acentuadas pós-regime militar.

Essa paisagem perversa foi um elemento essencial nos questionamentos sobre o real papel da Igreja no mundo contemporâneo e no incentivo ao surgimento de uma Teologia que, além de responder a essa situação, tentava trilhar os caminhos da mudança para o homem do campo. Nesse momento, a Comissão Pastoral da Terra passa a ser responsável pela atuação da Igreja em relação às questões sociais no campo, como a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais e seus membros começam a discutir um Projeto de Reforma Agrária para o Brasil. (MITIDIÉRO JÚNIOR, 2008).

A comissão Pastoral da Terra teve sua formação por Dom Tomás Balduino, que inicia sua luta em 1957, quando nomeado como superior da missão dos dominicanos da Prelazia de

Conceição do Araguaia, estado do Pará, onde começa a conviver com a realidade dos indígenas e camponeses naquela região marcada por fortes conflitos com grileiros. Na época, a Pastoral da Prelazia acompanhava sete grupos indígenas, a exemplo dos grupos Bacajá e Kayapó, cujas línguas Dom Tomás falava (CORSO, 2012).

Para organizar melhor a luta dos indígenas pelos seus direitos é criado o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em 1972, Dom Tomás tendo papel importante na sua criação e mais tarde tornando-se presidente do CIMI. Em 1975, Dom Tomás cria a Comissão Pastoral da Terra, da qual foi presidente de 1999 a 2005. À medida que a Igreja posiciona-se ao lado dos camponeses e dos indígenas passa a conviver com a oposição dos latifundiários e dos militares (op. cit.).

Não era que a Igreja tinha um projeto pronto e acabado para a solução dos problemas do campo, mas que, a partir da valorização da apropriação comunitária da terra e da produção comunitária dos alimentos praticada pelas sociedades indígenas e camponesas em diversas experiências de conflitos e resistências à expulsão do homem do campo, a Igreja elaborava um discurso de exaltação [...]. Ela via no índio todas as virtudes que são negadoras do contrato, que são negadoras do racional, do abstrato (MARTINS, 1986, p. 125).

É criado um Secretariado Nacional, localizado em Goiânia, para fortalecer mais a entidade que estava começando. A doutrina da Igreja resgatou a função social da terra, que “deve ser fonte de liberdade e esperança para todos, nunca de dominação nem de privilégios”. A luta dos trabalhadores rurais não é mais do que o direito natural adquirido à posse e uso da terra através do seu trabalho (CNBB, 1981).

A hierarquia da CPT se encontra dividida em Conselho Nacional e a Coordenação Nacional, que são instâncias administrativas nacionais. As regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste são divididas em Regionais e Secretariados Nacionais. As Regionais elegem um diretor para fazer o elo entre as Regionais e o Secretariado Nacional, sendo essas instâncias as responsáveis por garantir a unidade CPT e a formulação de políticas e diretrizes comuns (MITIDIERO JÚNIOR, 2008).

O Secretariado Nacional é composto por uma equipe de assessores (jurídico, teológico-pastoral, científico, administração, contabilidade, comunicação e documentação). Existe a Comissão de Projetos coligada às Regionais, cuja responsabilidade é a elaboração, o planejamento de projetos, e os relatórios de atividades e financeiros. A autonomia das Regionais as faz criarem equipes locais que são as Pastorais. Algumas são diocesanas mantidas pela Diocese local, e outras não, estas seguem a administração Nacional da CPT.

São essas Pastorais que fazem o trabalho “pé no chão” realizar um trabalho local e cotidiano com os movimentos sociais adequando seu trabalho pastoral à realidade de cada região (op. cit.).

### **3.2 A Comissão Pastoral da Terra/PB: contribuições e intervenções na Política de Reforma Agrária no Alto Sertão Paraibano**

No final da década de 1950, nasceu na Paraíba e em Pernambuco o maior e mais organizado movimento camponês brasileiro chamado de Ligas Camponesas. Fundado na Paraíba em 1958 pela Associação de lavradores de Sapé, surgiram devido à exploração do trabalho dos moradores nas áreas canavieiras próximas ao município de Sapé sob a liderança de Francisco de Assis Lemos, presidente das ligas, João Pedro Teixeira, Nego Fuba e Pedro fazendeiro. Os camponeses se reuniram para contestar o aumento do preço do foro e exigir a redução dos dias de cambão (Cambão significa: dias de trabalho gratuito concedido ao dono da terra como forma de pagamento pelo pedaço de terra utilizado pelo camponês para o plantio) (MITIDIERO JÚNIOR, 2008).

Segundo Pereira (2006), a liga estendeu-se pela Paraíba, marcando presença em vários municípios, entre eles Sapé, Alhandra, Areia, Itabaiana, Alagoa Grande, Campina Grande, Santa Rita e João Pessoa. Foi na Paraíba que as ligas concentraram o maior número de camponeses associados em todos os lugares onde havia Ligas. Eram 16 mil trabalhadores. Foi nesse período que nasciam manifestações e lutas populares, os partidos de esquerda ganhavam força, surgem os momentos iniciais da Teologia da libertação e, na contraposição, o movimento que pregava uma revolução no Brasil se concretizou dando um golpe militar em 1964. A igreja pregava um papel de conformismo e de obediência diante do povo que era vítima das injustiças. No Brasil, a igreja católica tem sido significativa na estrutura que sustenta a legitimidade e formas de dominações tradicionais (NOVAES, 1997).

Segundo Novaes (op. cit.), durante o movimento das ligas na Paraíba, a igreja interveio diretamente na organização para minimizar ou extinguir qualquer movimento contestatório, pois temia uma expansão do comunismo no Estado. A principal ação da igreja para barrar o crescimento das Ligas foi marcar presença nas áreas rurais. Os clérigos colocaram os pés no chão para intervir no contexto socioterritorial, incentivando a formação de Sindicatos Rurais que barrassem o crescimento das Ligas, pois para igreja as ligas eram uma organização comunista revolucionária. Para Martins (1981), a entrada da igreja no campo na década de 1960 tinha o objetivo de despolitizar os trabalhadores do campo, e evitar o

êxodo rural que levava estes trabalhadores para as cidades, tornando-os vulneráveis à agitação e ao aliciamento comunista.

Nesse contexto, Nobre (1990) afirma que a formação dos sindicatos rurais na Paraíba só foi possível graças à aliança entre o Estado e a Igreja, que sem dúvida foram decisivos para a implementação e fortalecimento dos sindicatos e esvaziamento das Ligas Camponesas. No início do movimento, o lema das ligas era lutar para defender os seus direitos trabalhistas e uma possível reforma agrária que lhes garantisse um pedaço de terra para sustentar sua família. Com a morte de João Pedro Teixeira, nasceu um discurso mais radical. Por um lado, os Sindicatos da Igreja, conhecidos como “os Sindicatos dos Padres”, defendiam puramente o seguimento das leis institucionais, já para a igreja, a justiça e o Estado eram os instrumentos possíveis de minimizar os problemas sociais no campo.

Com implantação do regime militar em 1964, as forças armadas e a polícia passaram a controlar qualquer tipo de contestação. A igreja não viu mais sentido dos sindicatos continuarem. Para Moreira (1997), parte do próprio clero paraibano não via necessidade dos padres irem ao campo, em virtude das posições conservadoras e dogmáticas das funções religiosas.

Segundo Novais (1997), embora parte do clero da igreja não concordasse com a ideia dos sindicatos formados por padres, na Paraíba, formou-se até uma equipe de Sindicatos Rurais sob a liderança do Cônego Ruy Vieira. O primeiro a ser criado foi na cidade de Areia, onde Ruy era pároco da cidade. Por um lado, a igreja quis afastar os trabalhadores das Ligas Camponesas para evitar revoltas, mas por outro, o simples fato de reunir os trabalhadores, e induzi-los a pensar coletivamente enquanto categoria de classe trouxe outro olhar para a vida desses trabalhadores. A organização sindical apresentava regras, normas, direitos e deveres. Isto fez esta categoria enxergar como era mal tratada por seus patrões. Contraditoriamente, isto serviu como fator de coesão para os camponeses lutarem pelos seus direitos com mais embasamentos.

Martins (1999) colabora com o pensamento de Novais (1997) ao afirmar que os sindicatos dos padres levaram a conscientização ao povo pobre do campo e à parte da própria igreja. Foi graças a essas idas dos padres ao campo que a igreja criou o que chama “trabalho de base” ressocializando a igreja com o camponês pobre, passando a defender os valores dos camponeses e sua permanência na terra. Isto acabou por aproximar a igreja da realidade miserável do campo e a organizar minimamente aqueles sujeitos sociais para os quais a esfera da justiça com base no direito inexistia.

Para Coletti (1998), a formação dos sindicatos rurais da igreja mostrou que a formação constituiu-se em um processo “de fora para dentro”, “de cima para baixo” que acabou por deixar em segundo plano a participação efetiva dos trabalhadores rurais. Segundo Moreira (1997), foi nesse período que surgiram os primeiros conflitos de terra após Ligas Camponesas no estado paraibano.

Entre 1972 e 1984, 48 conflitos de terra caracterizados pela resistência aos mais variados processos de expulsão-expropriação eclodiram na Zona da Mata e no Agreste-Brejo da Paraíba. A resistência a esse processo só foi possível graças à organização e coragem dos trabalhadores apoiados pela Pastoral Rural e pela Comissão Pastoral da Terra. Alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura (FETAG), a Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), o Centro de Defesa de Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba (CDDH), a Confederação Única dos Trabalhadores (CUT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) também contribuíram na organização, orientação e mediação das lutas (op.cit.).

A Paraíba contou com o apoio de parte da Igreja Católica por parte do arcebispo D. José Maria Pires, que teve papel relevante na consolidação dessa luta, assim como D. Marcelo Carvalheira em Guarabira, D. Luiz Gonzaga Fernandes em Campina Grande, respectivamente orientados pela Teologia da Libertação, com o direcionamento de D. Helder Câmara no estado de Pernambuco (SILVA, 1997) e mediante lideranças de vários movimentos como: as Comunidades Eclesiais de Base, Teologia da Enxada, Promoção Humana, Movimento de Evangelização Rural (MER), Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR), Pastoral Rural e, posteriormente até os dias atuais, a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Mesmo com surgimento do MST na década de 1980, na Paraíba a CPT tem sido muito forte na atuação junto aos trabalhadores, assegurando a resistência pela permanência na terra. As primeiras atuações do MST no estado só teve início no final da década de 1980, através de duas ocupações de terra, sendo uma em 1989 e outra em 1990. Entre 1985 e 1994 eclodiram 131 conflitos de terra no estado sendo apenas seis de ocupação e os demais de resistência à expropriação e expulsão. Atuaram como mediadores desses conflitos a CPT, a Diocese de Guarabira e alguns sindicatos de trabalhadores rurais da Zona da Mata e do Brejo Paraibano (MOREIRA, 1997).

O período de 1995 a 2002 é marcado pela busca da estabilidade macroeconômica com a adoção de políticas neoliberais, causando recessão e desemprego. A crise do emprego atingiu tanto as atividades urbano-industriais como agrícolas, agravando as questões sociais. No bojo desse processo cresce a organização dos trabalhadores sem terra e do MST,

pressionando o governo a pôr em prática ações desapropriatórias para a resolução dos conflitos em todo o país (MOREIRA; TARGINO, 2012).

Na Paraíba, de 1995 a 2002, assiste-se a eclosão de 117 conflitos de terra, liderados tanto pela CPT quanto pelo MST, na sua grande maioria, caracterizados como conflitos de ocupação envolvendo 14.069 famílias. Durante este período, foram criados, portanto, 151 Projetos de Assentamento no estado da Paraíba onde foram assentadas 8.842 famílias em 148.848 hectares de terra, sendo que no primeiro momento a luta pela terra se deu nas áreas de maior disputa territorial entre a agricultura camponesa e o agronegócio canavieiro e agropecuário: a Zona da Mata e o Agreste. Constata-se nesse período que a atuação dos movimentos sociais e a luta pela terra pouco incidiram sobre as regiões semiáridas Borborema e o Sertão Paraibano, onde o processo de expansão do capital sobre a atividade agropecuária foi menos agressivo (CPT, 2015).

No período de 2002 a 2010 ocorre um deslocamento da territorialização da luta para o semiárido (Agreste, Borborema e Sertão) em razão da presença mais efetiva da CPT e do MST nessas regiões. No início, são criados 42 Projetos de Assentamento, abrangendo 44.952 hectares, onde foram assentadas 1.719 famílias. Mas tarde são criados mais 37 Projetos de Assentamentos, que incorporaram mais 42.164 hectares, onde foram assentadas 1.000 famílias (MOREIRA; TARGINO, 2012).

Segundo IBGE (2006), entre 1985 e 2011 foram desapropriados, adquiridos, cedidos ou reconhecidos, para efeito de criação de assentamentos na Paraíba, 261.869,6 hectares de terra onde foram assentadas 13.422 famílias em 282 Projetos de Assentamentos. À primeira vista, estes números podem impressionar e podem até mesmo dar a ideia de que a questão da terra foi resolvida no estado. O fato, porém, é que a área incorporada aos Projetos de Assentamentos representa apenas 14,5% da área ocupada no estado pelos estabelecimentos rurais com dimensão igual ou superior a 200 hectares.

O poder público impede qualquer iniciativa de transformação no campo paraibano, sendo no reverso dessa postura que nascem os movimentos de contestação dessa realidade. Considerando o total de terras na Paraíba de 4.109.345 milhões de hectares, há aproximadamente 2.156.388 ha de terras devolutas e improdutivas reforçando seguramente que mais da metade do total das terras do estado da Paraíba é passível de desapropriação, sendo que 0,8% dominam 32,5% das terras, enquanto 80,4% possuem apenas 12,3% das terras na Paraíba (MITIDIERO JÚNIOR, 2008).

Em 2011, ocorreram sete ocupações de terra na Paraíba, sendo três no semiárido através de ações do MST e quatro efetuadas por índios na Zona da Mata. A redução observada



nas ocupações de terra é decorrente da legislação que impede a vistoria do imóvel ocupado que tem resultado em uma multiplicação de acampamentos nas margens de estradas, rodovias, e ferrovias até mesmo dentro dos assentamentos. Na Paraíba, o Grupo de Estudos Trabalho, Espaço e Campesinato (GETEC) identificou 85 acampamentos de trabalhadores sem-terra em 2011, distribuídos por todas as regiões do estado paraibano. Estes acampamentos trazem as bandeiras do MST, CPT e de um movimento com atuação muito recente no estado, o Brasil Terra da Gente (BTG) (MOREIRA; TARGINO, 2012).

Atualmente cinco fatores fazem parte da luta camponesa na Paraíba: 1) a luta em torno da questão da água que durante décadas limitou-se às áreas de açudes principalmente no Sertão e tem crescido com a construção do canal da Redenção que leva água do açude Coremas-Mãe d'Água ao vale de Sousa, onde foram instalados o Projeto de Irrigação Várzeas de Sousa (PIVAS) nos municípios de Sousa e Aparecida, na mesorregião do Sertão Paraibano, a transposição do rio São Francisco e a desapropriação de terras para construção de barragens; 2) a disputa territorial entre assentados e indígenas com as indústrias de cimento e de porcelanato atreladas à construção civil que vem adquirindo terras em áreas ricas em calcário pertencentes aos assentamentos rurais e aos indígenas; 3) a disputa territorial entre assentados e o capital turístico que vem investindo, sobretudo no Brejo Paraibano, na expansão de áreas de lazer e condomínios fechados tentando se apropriar de lotes em áreas de assentamento; 4) a luta dos atingidos por barragens; 5) e a disputa territorial entre o agronegócio canavieiro e a agricultura camponesa reformada (op. cit.).

### ***3.2.1 O princípio de formação da Comissão Pastoral da Terra na Paraíba***

Com a chegada de Dom José Maria Pires em 1966, a Diocese de João Pessoa ganha um arcebispo que tinha participado do Concílio Vaticano II em Roma. Assim, sua atuação na Paraíba era baseada e fundamentada na Teologia da Libertação. Defendeu que o papel da igreja era estar ao lado do povo, o que chamou de “do centro à margem” que seria o caminho que a igreja deveria fazer (MITIDIERO JUNIOR, 2008).

Segundo Martins (1999) e Betto (1981), parte da igreja entendeu que o capitalismo e o capital eram intrinsecamente maus e não a ausência desses e do desenvolvimento econômico a causa de todo o mal. Nesse sentido, parte da igreja brasileira adotou posturas progressistas e libertadoras. Em virtude disto, Dom José fez várias reformulações na atuação da igreja na Paraíba. Na ação pastoral passou a relacionar os ensinamentos bíblicos com a vida do povo pobre. O movimento criado por ele, chamado “do centro à margem”, possibilitou à igreja

tornar-se presente no cotidiano das comunidades rurais ou nas periferias urbanas aproximando a igreja do seu povo. O objetivo era estar presente, mesmo que por pouco tempo, para estabelecer relações de confiança e amizade. Assim, inspirou o trabalho de base para o surgimento da CPT na Paraíba.

A herança do movimento “do centro à margem” materializou-se no movimento “Igreja Viva” que significava criar condições para que a igreja realizasse sua missão centrando suas forças nas possíveis transformações sociais. Para Giacomelli (2001), o movimento “Igreja Viva” fez surgir várias experiências de educação popular na Paraíba e abriu possibilidades para uma renovação teórica da reflexão pedagógica como contestação da postura elitista e assistencial das elites.

Na Paraíba, o movimento “Igreja Viva” durou de 1969 a 1972 abrangendo 400 comunidades em todo estado. Em 1972, o movimento é transformado nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) por iniciativa de Dom José Maria Pires. Assim, as CEBs nascem na Paraíba da “Igreja Viva”, tendo como missão a formação de outra igreja e outra sociedade. Surgem outros movimentos como “Teologia da Enxada”, cuja ideia parte dos próprios missionários e institucionalizados pelo arcebispo Dom José Maria Pires (GIACOMELLI, 2001).

A experiência consistia em formar missionários e padres que morassem em áreas rurais vivendo junto com os camponeses, trabalhando na terra para o seu próprio sustento. O Seminário Rural tinha o objetivo de formar padres e missionários mais comprometidos com a realidade e adequados ao exercício do ministério com o mundo rural. Os seminaristas/missionários trabalhavam na parte da manhã e estudavam teologia católica na parte da tarde. O estudo era ministrado pelo teólogo José Comblin adepto da Teologia da Libertação. O movimento durou de 1968 a 1972 devido à expulsão de José Comblin do Brasil pelos militares. Na Paraíba, o movimento existiu na cidade de Salgado de São Felix (MITIDIERO JUNIOR, 2008).

O movimento “Teologia da Enxada” retornou em 1980 com a volta de José Comblin ao Brasil e contou com o apoio do Arcebispo Dom José Maria Pires, que fundou em 1981 no engenho Avarzeado, que pertencia a Diocese no município de Pilões, PB, o Seminário Rural que mais tarde tornou-se Centro de Formação Missionária, sendo transferido para o Sítio Isidoro na cidade de Serra Redonda, PB.

Teve o objetivo de formar sacerdotes e missionários populares para a evangelização da população rural, com uma metodologia adequada e levando em consideração a cultura camponesa. É denominado de Fundação Dom José Maria Pires (FDJMP) no ano de 2000,

sendo um órgão autônomo de direito privado com atividade técnica e humana utilizando a metodologia da dialética da Educação Popular. Atua em uma perspectiva crítica e humanizadora com fortalecimento de práticas sociais, políticas, religiosas e culturais (SILVA JUNIOR, 2014).

No ano de 1972, por iniciativa de Dom José Maria Pires, a arquidiocese da Paraíba forma um novo movimento chamado Promoção Humana que tinha como objetivo atuar diretamente junto aos camponeses que habitavam terras da igreja. O grupo era formado, além de religiosos, por agrônomos, técnicos agrícolas, psicólogos, auxiliar de enfermagem, entre outros profissionais. Segundo Moreira (1997), esse grupo tinha objetivo de visibilizar técnicas economicamente viáveis para manter o camponês nas terras e promover uma vida mais digna para o mesmo. A atuação desse grupo extrapolou os limites das terras da igreja, atuando em outras comunidades que viviam situação de conflito.

O primeiro conflito enfrentado foi na fazenda Mucatu no litoral da Paraíba em 1975, um conflito de grande repercussão no Estado principalmente pela participação direta do arcebispo Dom José Maria Pires. Isto criou um sentimento na sociedade civil de que os trabalhadores tinham que ter seus direitos respeitados e o dever do Estado do cumprimento legal da legislação. A atuação do arcebispo no conflito deu credibilidade ao movimento Promoção Humana. Foi na luta pela desapropriação da fazenda Mucatu que a igreja paraibana começou a se posicionar diretamente nos conflitos rurais. A vitória da desapropriação da fazenda Mucatu transformou o grupo Promoção Humana em outro movimento chamado de Pastoral Rural em 1976, sob orientação da CNBB Nordeste II (MITIDIERO JÚNIOR, 2008).

Para Moreira (1997), a presença da Pastoral Rural foi imprescindível para apaziguar parte dos conflitos agrários na Paraíba, inclusive a participação direta de Dom José por meio de suas cartas pastorais, homilias, entrevistas para Rádios e TVs, que divulgavam os conflitos e a luta por justiça no campo, a exemplo do conflito da fazenda Alagamar uma área com 13 mil hectares entre os municípios de Itabaiana e Salgado de São Felix no agreste paraibano.

A fazenda possuía 4mil moradores na condição de arrendatários/foreiros que habitavam a fazenda entre 30 e 80 anos. Com a morte do proprietário, os herdeiros venderam a fazenda sem pagar nenhum direito para os moradores. Os novos proprietários obrigaram os moradores a deixarem a propriedade, o que gerou um grande conflito. Ficou conhecido nacionalmente como “O Conflito de Alagamar”. Dom José trouxe todos os bispos do Nordeste para uma celebração em Alagamar que ficou conhecida como “Os bispos tangem o gado em Alagamar”. Toda essa mobilização conseguiu a permanência dos moradores na área. Entretanto, o processo de desapropriação foi complexo e demorado, pois havendo muitas

famílias, a área mostrou-se insuficiente para todos. O processo de desapropriação iniciou em 1978 e, em 1996, ainda havia ex-moradores lutando por terra em Alagamar (op.cit.).

Segundo Mitidiero Júnior (2008), as lutas de Mucatu e Alagamar fizeram a igreja da Paraíba deixar de ser suplente de sindicatos na organização das lutas no campo e passar a fazer parte da própria luta através da Pastoral Rural, que incluía organizar o povo por meio dos próprios sindicatos (não dos padres) e estar junto dos camponeses por meio de instituições formadas pela própria igreja.

Em 1976, foi formado o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese da Paraíba, o primeiro da América Latina. Também foi criado o Centro de Documentação e Publicação Popular da Arquidiocese na Paraíba (Cedop). Além de garantir a memória das lutas, os documentos servem como base para elaborar material para ser usado nos trabalhos de base pastoral e auxiliar as campanhas da Fraternidade lançadas anualmente pela CNBB. Pode-se dizer que Dom José Maria Pires colocou a igreja católica na Paraíba ao lado e dentro dos problemas que assolavam o homem do campo (op. cit.).

### ***3.2.2 A Pastoral Rural torna-se Comissão Pastoral da Terra na Paraíba***

O que diferenciava a Pastoral Rural da Comissão Pastoral da Terra era que a primeira fazia um trabalho de base com os camponeses, sendo uma coisa mais local ligada às dioceses, enquanto a CPT era nacional, nascendo sem a proposta direta de trabalho de base e sim de prestar assessoria jurídica. Ela não tinha a missão de ir para o meio dos agricultores, de conviver diariamente com os mesmos, ela tinha assessores que orientavam os problemas, mas não ficavam diretamente nas comunidades (OLIVEIRA, 2013).

A própria CNBB sustentou o plano de desenvolver a Pastoral Rural nos estados no Nordeste II formados por Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e Pernambuco. (Em 1964 foi aprovado o desdobramento do Secretariado Regional Nordeste em três Regionais: Nordeste 1 (Maranhão, Piauí e Ceará); Nordeste 2 (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas); e Nordeste 3 (Bahia e Sergipe) (op. cit.).

Também dava sustentação a Comissão Pastoral da Terra, o Movimento de Evangelização Rural (MER) e Animação dos Cristãos no Meio Rural (ACR). Esses dois movimentos mais a Pastoral Rural tinham em comum a evangelização e conscientização dos trabalhadores rurais. A transformação da Pastoral Rural em Comissão Pastoral da Terra ocorreu devido a alguns acontecimentos na arquidiocese de Pernambuco que acabaram influenciando na Paraíba.

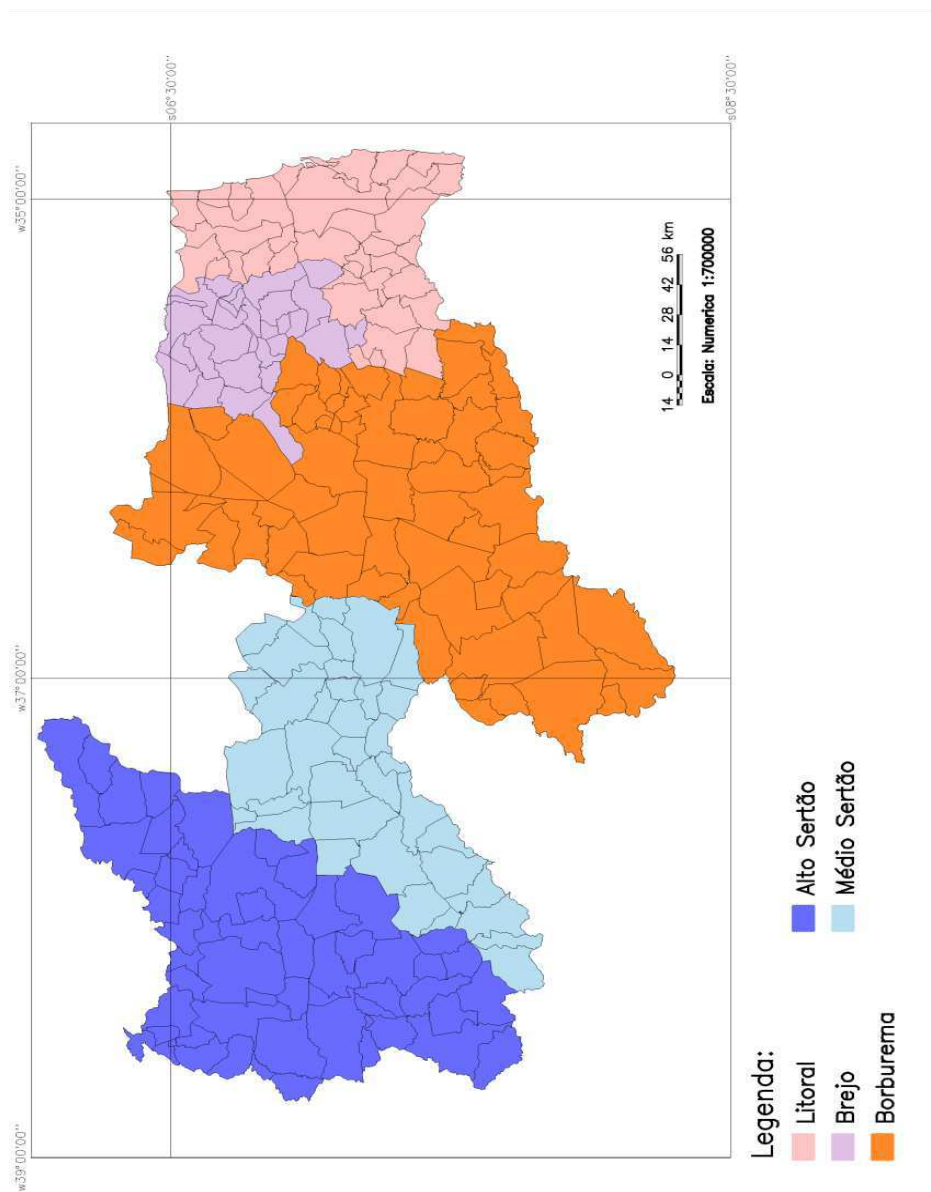
Em 1985, Dom Hélder Câmara se aposenta do cargo. O Vaticano nomeia no seu lugar para arquidiocese de Olinda e Recife o arcebispo Dom José Cardoso Sobrinho, provocando mudanças radicais na arquidiocese e encerrando todos os projetos sociais por parte da arquidiocese, além de qualquer organização de iniciativa popular com aspiração de esquerda ou adeptos da Teologia da Libertação, como o Instituto Teológico do Recife (ITER), o Seminário Nordeste II, importantes centros de referências na formação de padres/missionários, a Pastoral Rural entre outros, além de afastar padres envolvidos com a Teologia da Libertação (MITIDIERO JÚNIOR, 2008).

Sem apoio na arquidiocese de Pernambuco, os membros das pastorais buscaram refúgio na Paraíba e também em outros estados. Na Paraíba, um dos mecanismos de saída foi a troca do nome Pastoral Rural para Comissão Pastoral da Terra. A CPT era uma entidade nacional e tinha apoio financeiro da CNBB, sendo aceita por toda a igreja católica. Em 1988, ocorreu a mudança no nome, o que se fez necessário para poder continuar com os trabalhos que já se encontravam em andamento (OLIVEIRA, 2013).

Essa herança histórica dos movimentos sociais promovidos por Dom José Maria Pires trouxe a CPT paraibana até os dias atuais realizando um trabalho diferenciado das demais CPTs nacionais. Na Paraíba, a CPT significa mais do que um apoio, assessoria técnica ou jurídica, pois além de assumir a luta pelo oprimido do campo, assume também a condição de representante máximo daquele povo em luta, assume a posição de integrante da luta, enquanto as demais CPTs afirmam que não são protagonistas das lutas (MITIDIERO JÚNIOR, 2008).

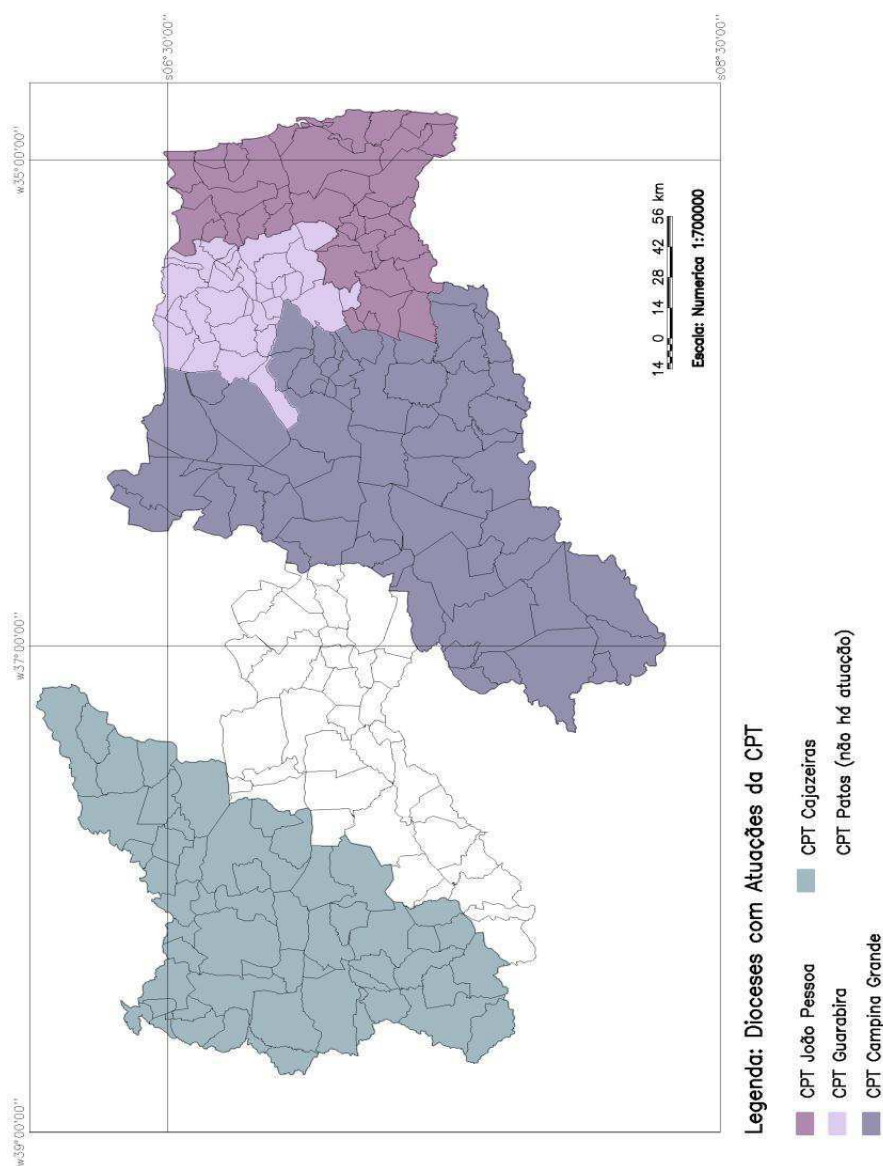
A CPT, ao iniciar seus trabalhos na Paraíba, promove mudanças na gestão administrativa com mais força através de manifestações e atos públicos como prevenção dos trabalhadores contra a violência dos latifundiários, assessoria jurídica para orientá-los nas denúncias e incentivo a Romaria da Terra como forma de celebração e fermento para fortalecer a fé e a luta. Vale ressaltar que a Pastoral da Terra do ponto de vista administrativo era ligada às igrejas locais, enquanto a CPT faz parte da arquidiocese, distribui-se entre as demais dioceses do estado (op. cit.).

A delimitação utilizada pela CPT, para a Paraíba, é a delimitação das Dioceses. A Arquidiocese da Paraíba compreende: Litoral que compreende a região de João Pessoa, Diocese de Guarabira denominada de Brejo, Diocese de Campina Grande denominada de Borborema, Diocese de Patos denominada Médio Sertão e Diocese de Cajazeiras denominada de Alto-Sertão (Figura 01).



**Figura 01** – Delimitação territorial da Paraíba por Diocese  
**Fonte** – Oliveira (2013).

Assim, a CPT fica distribuída em CPT de João Pessoa, CPT Guarabira, CPT Campina Grande e CPT Sertão. Em Patos não há atuação da CPT (Figura 02).



**Figura 02** – Áreas de atuações da CPT segundo as Dioceses – Paraíba

**Fonte** – Mitidiero Júnior (2008).

Diante dessa divisão territorial, sua estrutura tinha um coordenador geral para todas juntamente com uma equipe ampliada, e cada diocese tinha suas equipes zonais para trabalhar nas áreas. Em 1995, com aposentadoria de Dom José Maria Pires, assume Dom Marcelo Carvalheira que junto com a CPT decidiu fazer mudanças na organização administrativa que ficou assim: a coordenação é feita de forma colegiada composta por clérigos e agentes

pastorais de cada Diocese, Assim, a CPT tem autonomia organizacional em cada Diocese (OLIVEIRA, 2013).

### ***3.2.3 Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão da Paraíba (CAAASP)***

Com a intensificação da luta pela terra no Alto Sertão e a formação de vários assentamentos de reforma agrária, que em 1999 já chegava a doze assentamentos (quatro do Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba (INTERPA) e oito do Instituto Nacional de Colonização Agrária (INCRA), viu-se, também, a necessidade de uma organização autônoma dos próprios assentados, tendo em vista que a demanda de trabalho para o acompanhamento extrapolava as condições da CPT-Sertão/PB (OLIVEIRA, 2013).

A ideia de criar a Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão da Paraíba (CAAASP) surge em novembro de 1999 como resposta a esta situação, substituindo a Comissão de Trabalhadores. A CAAASP foi criada no dia 16 de julho de 2001 a partir da necessidade de uma entidade que fosse representativa dos trabalhadores. O objetivo era que a CPT/Sertão acompanhasse a luta enquanto acampamento fazendo toda a colaboração e a formação, enquanto a CAAASP ficasse de dar continuidade às atividades de Assessoria Técnica, Social e Ambiental nos Assentamentos localizados na Região do Alto Sertão (op. cit.).

Segundo Moreira (1988), a expressão Alto Sertão da Paraíba, é comumente encontrada nos discursos dos movimentos sociais como a CPT e o MST, assim como, de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Na Geografia ela é utilizada para designar a região serrana que limita o estado da Paraíba com o estado do Ceará. Na verdade, essa área foi assim definida pelo IBGE em 1945 quando este realizou a subdivisão do território nacional em regiões fisiográficas que foram adotadas no censo de 1950.

A CAAASP presta assessoria técnica aos vinte e um Assentamentos de Reforma Agrária do Alto Sertão Paraibano que compõem os municípios: Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, Poço Dantas e Santa Helena agregando ainda municípios do território do Vale do Piranhas, Aparecida, Lastro, Sousa e São José da Lagoa Tapada. Com novas perspectivas de desenvolvimento rural sustentável: Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental para os projetos de assentamento de Reforma Agrária (CAAASP, 2015).

Este serviço tem apresentado vários resultados significativos para as áreas beneficiadas, sejam elas do ponto de vista social, econômico, produtivo e ambiental, assim como instrumento de orientação e apoio às atividades de Assistência Técnica Social e



Ambiental (ATES) no Sertão Paraibano, sugerindo diferenciados elementos envolvidos no contexto proposto pelo Manual Operacional de ATES e referenciais metodológicos, com a perspectiva de fortalecimento da sustentabilidade dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano, e estabelecendo um novo compromisso com os assentados e com os resultados econômicos e socioambientais relacionados e derivados de sua ação (op. cit.).

Nesse sentido, A CAAASP é fundamentada em uma proposta de assessoria técnica, diferenciada e multidisciplinar, concebida como uma ação contínua, sistêmica, pautada pelas demandas, interesses e necessidades das famílias beneficiárias e referendada também em posicionamento técnico que se baseia nos princípios da agroecologia e da coletividade. A proposta de assessoria técnica às 663 famílias dos 21 Projetos de Assentamentos tem uma relação direta com a realidade da Agricultura Familiar da região, à medida que se atualiza o perfil social e produtivo das unidades de produção familiar do Projeto de Assentamento, apontando onde essas unidades produtivas se localizam, o que produzem as relações sociais e de gênero, e as estratégias para inserção dos produtos destas famílias na cadeia de mercado, principalmente nas redes solidárias, local e territorial, aos diversos programas de incentivo à comercialização (ibidem).

O lote denominado pelo INCRA de Alto Sertão é composto por 21 projetos de assentamentos, sendo que 10 estão inseridos na região do Alto Sertão e 11 na região do Vale do Piranhas, distribuídos em 9 municípios, como mostra a tabela abaixo:

**Tabela 01** – Relação dos assentamentos acompanhados pela CAAASP no Alto Sertão – PB

Assentamento	Município	Território	Número de famílias
Acauã	Aparecida	Vale do Piranhas	114
Angélica	Aparecida	Vale do Piranhas	34
Angélica II	Sousa	Vale do Piranhas	16
Bom Jesus	Poço Dantas	Alto Sertão	22
Edvaldo Sebastião	Cajazeiras	Alto Sertão	19
Florestas	Sousa	Vale do Piranhas	13
Frei Beda	Cajazeiras	Alto Sertão	34
Frei Damião	Cajazeiras	Alto Sertão	21
Jerimum	Lastro	Vale do Piranhas	51
Juazeiro	Marizópolis	Vale do Piranhas	61
Mãe Rainha	Cajazeiras	Alto Sertão	28
Morada Nova	São José da Lagoa Tapada	Vale do Piranhas	27
Padre Domingos Cleides	Santa Helena	Alto Sertão	16

Santa Cecília	Cajazeiras	Alto Sertão	09
Santo Antônio	Cajazeiras	Alto Sertão	32
São Francisco II	Cachoeira dos Índios	Alto Sertão	21
Sarapó	São José da Lagoa Tapada	Vale do Piranhas	35
Valdeci Santiago	Cajazeiras	Alto Sertão	53
Veneza I	Aparecida	Vale do Piranhas	27
Jatobá	Sousa	Vale do Piranhas	15
Zequinha	Sousa	Vale do Piranhas	20
<b>Total</b>			<b>663 famílias</b>

**Fonte** – CAAASP/PB (2015).

A CAAASP/PB tem desenvolvido nesses 14 anos de existência diversas atividades de promoção ao desenvolvimento sustentável nas comunidades assistidas, a exemplo da Assessoria Técnica, Social e Ambiental – ATES nos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, onde foram assessoradas 2.873 famílias em todo estado da Paraíba no período de 2004 a 2007 e de novembro de 2008 a 2015 foram assessoradas 1.069 famílias no Alto Sertão, elaborando, analisando e acompanhado os projetos produtivos de investimentos, principalmente, PRONAF A, bem como o acompanhamento social e ambiental das famílias beneficiárias da Reforma Agrária, desenvolvendo ações subsidiadas pela equipe ATES nos Projetos de Assentamentos do Alto Sertão Paraibano, através do contrato CAAASP/INCRA CTR PB 2008 a 2015 (CAAASP, 2015).

---

## AMEAÇAS, VULNERABILIDADES, RISCOS E DESASTRES

### 4.1 Ameaças x Vulnerabilidades = Risco

Segundo Lavell (2001), para que ocorra uma ameaça, é necessária a existência de vulnerabilidades. Se não há propensão para a ocorrência de danos frente a um determinado evento físico, não há ameaça, não há risco, há apenas um físico, natural, social ou tecnológico sem repercussão na sociedade. Para Cardona (1993), a diferença fundamental entre a ameaça e risco é que a ameaça está relacionada com a probabilidade de que um evento natural ou induzido ocorra, enquanto o risco está relacionado com certas circunstâncias que poderão ocorrer, e que não são intimamente relacionado com o grau de exposição aos elementos sujeitos apenas à vulnerabilidade desses elementos a ser afetado pelo evento.

UNISDR (2009) define a ameaça como um fenômeno resultante da atividade humana ou condição perigosa que pode causar morte, ferimentos ou outros impactos à saúde, bem como danos à propriedade, perda dos meios de subsistência e serviços, ruptura social e econômica, ou dano ambiental. Assim Cardona (2008) considera ameaça como um fator de risco externo (de um indivíduo ou sistema), representado pelo perigo latente de que um fenômeno físico de origens natural ou antrópica se manifeste em um lugar específico e durante um tempo de exposição determinado produzindo efeitos adversos às pessoas, bens e/ou ao meio ambiente, matematicamente expresso como a probabilidade de exceder um nível de ocorrência de um evento com certa intensidade em um determinado local e em certo período de tempo. De acordo com Cardona (2004), as ameaças então podem ser:

Natural: representada por fenômenos da geodinâmica interna (terremotos, erupções vulcânicas, etc.) e externa (deslizamentos de terra, avalanches, etc.); fenômenos hidrológicos (inundações, desertificação, etc.); fenômenos atmosféricos (origem meteorológica, como tornados, furacões, tempestades, etc.) e fenômenos biológicos (epidemias e pragas podem afetar o ser humano).

Antropogênica: incluem desenvolvimentos tecnológicos (falhas do sistema por descuido, falta de manutenção, erros operacionais, fadiga do material, mau funcionamento mecânico, ruptura de barragens, explosões, incêndios industriais, etc.), eventos contaminantes (agentes tóxicos ou perigosos para os seres humanos e o meio ambiente; vazamentos perigosos, emissões ou fugas de produtos químicos de radiação nuclear, lixo doméstico

industrial, etc.), e eventos antrópicos (guerras, atos de terrorismo, vandalismo, conflitos civil e militar violentos).

É importante diferenciar o fenômeno natural da ameaça. A ameaça é definida como a probabilidade de ocorrência de um fenômeno físico, potencialmente desastroso, de origem natural, tecnológica ou provocada pelo homem, que pode manifestar-se em um local e durante um determinado tempo, frente ao qual uma comunidade particular está exposta e é vulnerável. Por sua vez, o fenômeno natural é caracterizado por sua dimensão e situação geográfica (CARDONA, 1996).

De acordo com Campos (2010), as ameaças nem sempre se comportam de forma isolada, estas podem inter-relacionar e criar outras combinações, até mesmo mais agressivas. Por exemplo: um tremor de terra que pode desencadear inundações, incêndios, ruptura de diques, e dependendo da condição de vulnerabilidade, essa ameaça pode ter um potencial muito mais destrutivo levando a um desastre.

Embora as ameaças naturais estejam fora do controle humano, o seu impacto dependerá da mediação humana, ou seja, a magnitude de qualquer ameaça está indissolúvelmente ligada à vulnerabilidade da população afetada, conforme afirma o autor supracitado. A ausência desses fatores fazem essas populações ficarem expostas as ameaças gerando riscos. As ameaças levam ao risco e este se materializa nos desastres.

Campos (op. cit., p. 27) complementa: “o que atinge uma população não é apenas um evento de carácter destrutivo, mas um evento socialmente construído, que é transformado pela mediação do sujeito coletivo que percebe, interpreta as suas causas e efeitos possíveis antes de sua concretização”. A situação ambiental das cidades está diretamente relacionada com os problemas do processo de urbanização acelerada através da história.

Enquanto os países industrializados levaram muitos anos em seu processo de desenvolvimento e urbanização, há países em desenvolvimento que realizaram esse processo em um período muito curto de tempo, com características completamente diferentes. Este processo começa sensivelmente a partir dos anos trinta e acentua-se nas décadas 1950 e 1960. As consequências do processo nos países em desenvolvimento, social e economicamente, são bem conhecidas: desemprego, elevado déficit habitacional, e a falta de serviços, de políticas públicas e sociais, o que faz aumentar a vulnerabilidade dessas populações aos desastres naturais (CARDONA, 2008).

Nesse contexto, conforme Blaikie; Cannon. (2003), existem alguns processos globais que devem ser tratados com mais atenção, como o crescimento populacional, a urbanização rápida, as pressões financeiras internacionais, a degradação da terra, a mudança ambiental

global e as guerras. Como exemplo, a urbanização tem contribuído significativamente para o dano grave a certos terremotos urbanos: o aumento da população é uma das razões que explica o aumento de pessoas afetadas pela seca, enchentes, desmatamento, inundações e deslizamento de terra.

Assim, a vulnerabilidade compreende diferença intrínseca própria da sociedade ou que predispõe a danos em diferentes características e graus. Uma população exposta aos efeitos de um fenômeno físico vai sofrer danos mais ou menos de acordo com o grau de exposição às vulnerabilidades. A vulnerabilidade dos assentamentos humanos está estreitamente relacionada com os processos sociais que ocorrem lá e está relacionada com a fragilidade, a susceptibilidade ou a falta de resiliência dos elementos expostos a ameaças de diferentes tipos (CARDONA, 2008).

Além disso, a vulnerabilidade está intimamente relacionada com a degradação do meio ambiente. Portanto, a degradação ambiental, a pobreza e os desastres são nada além do ambiente de eventos e sua materialização é o resultado da construção social do risco, em alguns casos, de vulnerabilidade e, em outros casos, são ameaças ou ambas as circunstâncias simultaneamente (op. cit.).

Para Wilches-Chaux (1998), vulnerabilidade é a condição sob a qual a população está ou é exposta ao risco, que pode ser afetada por um fenômeno artificial ou natural. Esta situação chama-se ameaça. Este conceito para o autor é relativo e deve ser analisado de acordo com as particularidades de cada localidade. Segundo Blaikie; Cannon. (2003), o tema vulnerabilidade foi desenvolvido para designar aquelas populações e regiões que possuem maiores dificuldades de absorver os impactos destes eventos. Em outras palavras, a vulnerabilidade pode ser definida como as características de uma pessoa ou grupo populacional desde seu ponto de vista de sua capacidade de antecipar, sobreviver, resistir e recuperar-se do impacto de algum evento, como desastres naturais ou tecnológicos.

De acordo com Cardona (1993), a vulnerabilidade pode ser classificada como técnica social, sendo mais viável, primeiro, quantificar em termos físicos e funcionais, como em potenciais perdas relacionadas a danos ou interrupção dos serviços, segundo, pode se avaliar de maneira qualitativa e quantitativa, levando em conta os aspectos culturais, educacionais, econômicos, ideológicos, etc. Assim sendo, análise de vulnerabilidade é um processo através do qual o nível de exposição e susceptibilidade de perda de um elemento ou grupo de elementos com ameaça específica contribui para a compreensão do risco através de interações destes elementos do ambiente perigoso. Aceitando a hipótese de que existe uma elevada

relação entre a falta de desenvolvimento e vulnerabilidade, Cardona (2001) propõe os seguintes fatores dos quais se origina a vulnerabilidade:

a) Exposição física ou fragilidade, que é a condição em que a susceptibilidade de assentamento humano pode ser afetado por estar na área de influência de fenômenos perigosos e falta de resistência física.

b) A fragilidade social, que se refere à susceptibilidade que surge como resultado do nível de marginalidade e segregação social da liquidação e condição humana em desvantagem relativa à fraqueza e por fatores socioeconômicos.

c) Falta de resiliência, que expressa as limitações de acesso e mobilização de recursos em assentamentos humanos, a sua insensibilidade e lacunas para absorver o impacto. Este tipo de abordagem tenta integrar holisticamente ciências físicas e sociais, a fim de ter uma visão completa dos fatores que causam a vulnerabilidade, tendo em conta os aspectos de resistência física e fenômenos nos quais prevalecem os aspectos de autoproteção individual e coletiva.

Wilches-Chaux (1993) chama de *Vulnerabilidade Global* essa interação de fatores e características constituídas. Assim, o mesmo classifica as diferentes formas de vulnerabilidade que uma sociedade pode enfrentar, destacando os componentes de vulnerabilidade:

*Vulnerabilidade natural* é intrinsecamente determinada pelos limites ambientais dentro dos quais é possível a vida, e também pelas exigências internas de seu próprio organismo.

*Vulnerabilidade física* é relativa à localização dos assentamentos humanos em zonas de risco e às deficiências de resistência dos elementos expostos para absorver os efeitos da ação do fenômeno que representa a ameaça.

*Vulnerabilidade econômica* é relativa a setores economicamente mais deprimidos da humanidade, que são, por essa razão, os mais vulneráveis frente às ameaças naturais.

*Vulnerabilidade social* é relativa ao baixo grau de organização e coesão interna de comunidades sob risco de desastre, que impedem sua capacidade de prevenir, mitigar ou responder a situações de desastre.

*Vulnerabilidade política* é relativa à incapacidade da população para formular por si mesma a solução do problema que lhe afeta.

*Vulnerabilidade ideológica* está relacionada às atitudes passivas, fatalistas e crenças religiosas que limitam a capacidade de atuar dos indivíduos em certas circunstâncias.

*Vulnerabilidade cultural* é relativa à forma como uma comunidade reage ante um desastre, que será distinta em um grupo humano regido por padrões machistas e verticais de poder, daquela em um grupo no qual predominam os valores de cooperação e solidariedade.

*Vulnerabilidade educativa* se expressa em uma educação deficiente ou que não tem uma boa cobertura em uma comunidade propensa ao desastre ou à ausência de conhecimento sobre as causas, os efeitos e as razões pelas quais se apresentam os desastres.

*Vulnerabilidade técnica* é relativa às técnicas inadequadas de construção de edifícios e infraestrutura básica utilizadas em zonas de risco.

*Vulnerabilidade ambiental* é relativa à degradação ou à destruição dos recursos naturais.

*Vulnerabilidade institucional* se reflete na obsolescência e rigidez das instituições, onde a burocracia e a decisão política, entre outros, impedem respostas adequadas e ágeis.

Funtowicz e De Marchi (2003), partindo de referenciais semelhantes, organizam a vulnerabilidade em dois grupos que se inter-relacionam: a vulnerabilidade social e a vulnerabilidade institucional. A primeira estaria mais vinculada aos grupos populacionais vulneráveis em áreas de risco, enquanto a segunda se refere ao funcionamento insuficiente dos mecanismos da sociedade de atuarem na prevenção e mitigação dos desastres através das políticas públicas e das instituições que atuam ou deveriam atuar junto aos condicionantes estruturais ou pressões dinâmicas, que tanto propiciam ou agravam os perigos (situações de risco em condições inseguras) quanto favorecem a vulnerabilidade de certos grupos populacionais.

Para Cardona (2001), conhecer os efeitos ou perdas potenciais que podem surgir no contexto social e material permite que nos planos de desenvolvimento e programas de investimento definam-se medidas para prevenir ou mitigar as consequências de catástrofes futuras, seja na ocorrência do evento, se isso é possível, seja modificando as condições propícias para ocorrer seus efeitos. Hoje, a partir de um ponto de vista metodológico, é amplamente aceito é que o risco definido pela relação entre a probabilidade de ocorrência de um fenômeno chamado de ameaça, com a predisposição de um indivíduo ou de uma sociedade a ser afetado (a) pelo fenômeno segundo suas vulnerabilidades.

Estas condições são resultados de um processo de desenvolvimento desigual e sofrem a influência de diferentes fatores econômicos e políticos, que privilegiam alguns em detrimento de muitos. Este sistema produz profundas desigualdades que podem se acentuar em virtude das divisões regionais, étnicas, de classe e gênero, conduzindo certos grupos sociais a condições de vida altamente vulneráveis. Neste viés, Wisner *et. al.* (2004) aponta

alguns fatores que contribuem para ampliar a vulnerabilidade dos indivíduos como a instabilidade econômica, a disseminação do conhecimento, a proteção social, a disparidade de poder entre os grupos sociais.

Conforme Lavell (2000) e Cardona (2004), a vulnerabilidade tem características distintas ou intrínsecas à sociedade que predispõem a danificar em graus variados. Uma população foi exposta aos efeitos de um fenômeno físico podendo sofrer danos mais ou menos de acordo com o grau de vulnerabilidade. O nível de risco de uma sociedade está relacionado com os níveis de desenvolvimento e sua capacidade de modificar fatores de risco que potencialmente afetam.

No entanto, não há nenhuma ameaça ou vulnerabilidade independente. São mutuamente situações condicionadas e definidas como conceptualmente independentes para fins metodológicos e para uma melhor compreensão do risco. Portanto, uma vez que em muitos casos não é possível intervir em uma ameaça para reduzir o risco, por outro lado é possível uma alternativa para modificar as condições de vulnerabilidade dos elementos definidos. Esta é a razão pela qual muitas vezes na literatura técnica enfatiza-se o estudo da vulnerabilidade e da necessidade de reduzir através de medidas de prevenção e mitigação (CARDONA, 2001).

Assim, a vulnerabilidade pode ser definida como um fator de risco interno de um objeto ou sistema exposto a uma ameaça, correspondente à sua predisposição para ser intrinsecamente afetado ou estar suscetível a danos, em outras palavras, é a predisposição ou sensibilidade física, econômica, política ou social que pode ser uma comunidade afetada ou danificada se um fenômeno desestabilizador natural ou antropogênico se manifeste (op. cit.).

A diferença de vulnerabilidade do contexto social e material exposto a um perigo determina a natureza seletiva da gravidade dos efeitos do fenômeno. Assim, a vulnerabilidade corresponde à predisposição ou susceptibilidade de um membro a ser afetado ou sofrer perda. Em termos gerais, pode-se classificar como técnica social. Nos países em desenvolvimento, vulnerabilidade social é, na maioria dos casos, a causa das condições técnicas de vulnerabilidade. Ao contrário da ameaça que age como um gatilho, a vulnerabilidade social é uma condição que permanece continuamente ao longo do tempo e está intimamente ligada aos aspectos culturais e ao nível de desenvolvimento das comunidades (MASKREY, 1989; MEDINA, 1994).

Segundo Barbosa (1997), a vulnerabilidade pode ser analisada de diferentes pontos de vista. Ela pode ser um risco para um indivíduo isoladamente ou para um sistema exposto ao perigo e corresponde a sua predisposição intrínseca de ser afetada ou estar preparada para



sofrer perdas. A vulnerabilidade também traduz a incapacidade de uma comunidade de absorver, através de seu próprio ajuste, os efeitos das mudanças ambientais.

Assim, conforme Cardona (2001), conseqüentemente, do ponto de vista social, a vulnerabilidade reflete a ausência de desenvolvimento social, uma vez que o risco é gerado e socialmente construído. Nos países em desenvolvimento o aumento da vulnerabilidade é causado por fatores como o crescimento urbano acelerado e degradação ambiental, resultando na perda de qualidade de vida, a destruição dos recursos naturais, paisagem, diversidade genética e cultural.

Analisar a vulnerabilidade dentro dos padrões mais amplos da sociedade envolve encontrar as causas subjacentes ou vulnerabilidade subjacente a partir da perspectiva de desastres e mecanismos ou processos dinâmicos causais que se movem para condições inseguras subjacentes. As causas subjacentes de vulnerabilidade ou de raiz subjacente às causas da vulnerabilidade são processos econômicos, demográficos e políticos que afetam a alocação e distribuição de recursos entre os diferentes grupos de pessoas, refletindo na distribuição do poder (op.cit.).

#### **4.2 Risco x Vulnerabilidade = Desastre**

Segundo Cardona (2001), o processo de desenvolvimento tem levado o homem a conceituar de maneira apropriada os elementos vinculados ao seu habitat, meio ambiente e às possibilidades de interação entre estes. Na grande maioria das vezes, existem condições extremas que tornam realmente frágil o desempenho de alguns grupos sociais, os quais dependem do nível de desenvolvimento alcançado, bem como do planejamento deste desenvolvimento, onde se deve verificar uma harmoniosa interação entre o Homem e o Meio Ambiente.

Nesse contexto, conforme Cardona (op. cit.), riscos e desastres são problemas crescentes. Os impactos dos fenômenos naturais ou sociais vêm aumentando devido ao estilo ou modelo de desenvolvimento que prevalece em muitos países como processos de crescimento populacional e urbanização, as tendências no uso da terra, o processo de empobrecimento de amplos segmentos da população, o uso de sistemas organizacionais inadequados e a pressão sobre os recursos naturais que tem aumentado globalmente vulnerabilizando as populações diante de uma ampla variedade de riscos naturais.

De acordo com a UNISDR (2009), os riscos podem ser classificados em duas categorias: não-aceitáveis, relacionados às ameaças ou perigos naturais como furacões,

ciclones, terremotos, vulcanismo, etc. e que estão fora do controle humano; ou aceitáveis, relacionados ao nível de perdas potenciais que a sociedade ou comunidade considera aceitável, de acordo com o seu desenvolvimento social, econômico, político, cultural, técnico e ambiental existente, ou seja, que são os riscos relacionados às atividades humanas passíveis de controle humano e podem ser mitigados pelo desenvolvimento tecnológico.

Wilches-Chaux (1993) também adota a classificação acima citada, pois o autor destaca que o risco pode ser de origem natural, que corresponde aos riscos “não aceitáveis”, e de origem humana, que são resultados das atividades antrópicas, e que podem ser eliminados, controlados ou reduzidos, que corresponderia ao “risco aceitável”. Para Egler (1997), o risco natural é o comportamento dinâmico dos sistemas naturais, ou seja, seu grau de estabilidade/instabilidade expresso na sua vulnerabilidade a eventos críticos de curta ou longa duração, como inundações, desabamentos e aceleração de processos erosivos; o risco tecnológico está relacionado com o meio de transporte, com a construção civil, com incêndios em instalações industriais, explosões, vazamentos ou derramamentos de produtos tóxicos, como também a contaminação em longo prazo dos sistemas naturais por lançamento e deposição de resíduos do processo produtivo; e já o risco social é visto como resultante das carências sociais ao pleno desenvolvimento humano que contribuem para a degradação das condições de vida.

Sua manifestação mais aparente está nas condições de habitabilidade, expressa no acesso aos serviços básicos, tais como água tratada, esgotamento de resíduos e coleta de lixo. Os desastres naturais aceleram o processo de degradação e limitam ainda mais o uso dos recursos naturais, muitos deles já gravemente deteriorados (CUTTER, 2003). Os pobres para sobreviver se veem obrigados a explorar os recursos ambientais, aumentando assim tanto o risco como a exposição aos desastres, especialmente aqueles provocados por inundações, secas e deslizamentos (EIRD, 2002).

Blaikie; Cannon (2003) chamam atenção para o importante dado que os desastres causados por causas naturais não são a maior ameaça para a humanidade, apesar das inúmeras mortes causadas por terremotos, enchentes, epidemias, encostas de vulcões ou zonas sísmicas. Uma proporção muito maior da população do mundo tem suas vidas encurtadas por eventos causados pelo homem e que muitas vezes passam despercebidos: conflitos violentos, guerras, doenças e fome em consequência da desigualdade social. Esses eventos se tornam padrão em muitas partes do mundo, especialmente nos países menos desenvolvidos.

Nesse contexto, conforme CEPAL e BID (2003), os impactos dos fenômenos naturais sobre as possibilidades de desenvolvimento de longo prazo são sensivelmente maiores nos

países menos desenvolvidos. Portanto, se os desastres naturais são problemas de desenvolvimento, enfrentá-los de maneira sistemática e coerente com prevenção, mitigação e reconstrução deve ser meta explícita das estratégias de desenvolvimento dos países.

Para Cardona (2008), o "desastre" refere-se às situações de anormalidade grave (isto é, transcendental e superlativo) afetando a vida, a saúde, os bens e o habitat humano. O conceito não está limitado à magnitude do evento negativo e impacto para além do normal, mas assume sua verdadeira dimensão incluindo o fato gerador e referindo-se às suas fraquezas intrínsecas, sua propensão ou "sensibilidade" para a ameaça se materializar em um grande evento negativo (vulnerabilidade) e, sobretudo, sua capacidade de lidar com o evento (Resiliência), reparar e reconstruir o dano (autopoiese).

Nesse contexto, conforme Blaikie; Cannon (2003), desastres são uma mistura complexa dos perigos naturais e da ação humana. Segundo o autor existe uma forma inadequada e parcial de compreender as catástrofes como algo normal, por estarem associadas a desastres naturais. O ambiente natural apresenta à humanidade uma gama de oportunidades, recursos para a produção, lugares para trabalhar e realizar sua sobrevivência, bem como uma gama de potenciais perigos. Pela sobrevivência o homem busca locais que muitas vezes que combinam com riscos. Por exemplo, planícies de inundação fornecem terra plana e moradias baratas, e as terras das encostas de vulcões são férteis para a agricultura. A variedade espacial dos diferentes tipos de natureza fornece oportunidades e perigos, mas para as pessoas pobres pode ser uma única escolha.

Segundo Cardona (2008), os desastres e riscos não são problemas que podem ser resolvidos isoladamente. Pelo contrário, são partes e parcelas de muitos processos e circunstâncias mais amplas. Deve-se considerar que a velocidade do problema excede a velocidade das soluções e não há um elevado interesse científico nem de governança em resolver a questão. Assim, o nível de risco de uma sociedade está relacionado com seus níveis de desenvolvimento e sua capacidade de modificar fatores de risco que potencialmente afetam.

Wilches-Chaux (1993) entende risco como qualquer fenômeno de origem natural ou antrópica que provoque uma mudança no meio ambiente ocupado por uma determinada comunidade, que seja vulnerável a este fenômeno. Segundo Metzger (1995), por mais que se tenha conhecimento do risco, este nunca é total. O reconhecimento hoje do caráter irreduzível do risco e sua necessária integração ao manejo da cidade faz parte da normalidade da vida em sociedade, não pode ser eliminado porque a realização do dano depende de eventos futuros.

Segundo Maskrey (1997), risco a desastre é a probabilidade de que ocorra um desastre, ou seja, é a probabilidade de que um evento ou fenômeno ameaçador, natural ou antrópico, atue sobre um sistema socioeconômico com certo nível de vulnerabilidade, resultando em um desastre. Corresponde ao potencial de perdas que podem ocorrer ao sujeito ou sistema exposto, resultado da convolução da probabilidade de ocorrência de ameaças e da vulnerabilidade dos elementos expostos a tais ameaças (Risco a desastre = Ameaça x Vulnerabilidade).

Os riscos são socialmente construídos e o homem contribui para exacerbá-los e modificá-los (CUTTER, 2003). A combinação das ameaças e como a população as enfrenta é que faz surgir o risco a desastre e, eventualmente, ocorre o desastre (UMAÑA, 2002). Para Beck (1997), a sociedade de risco não é uma opção que se pode escolher ou rejeitar no decorrer de disputas políticas. Ela surge na continuidade dos processos de modernização autônoma, que são cegos e surdos aos seus próprios efeitos e ameaças. De maneira cumulativa e latente, estes últimos produzem ameaças que questionam e finalmente destroem as bases da sociedade.

Assim, conforme Cardona (1996), os desastres humanos são provocados pelas ações ou omissões do homem. O homem é ao mesmo tempo o agente e o ator. Os desastres podem trazer sérias consequências e rupturas ao meio ambiente, ao habitat humano e a própria espécie humana. Ameaça é definida como a probabilidade de ocorrência de um fenômeno físico, potencialmente desastroso, de origem natural, tecnológica ou provocada pelo homem, que pode manifestar-se em um local e durante um determinado tempo, frente ao qual uma comunidade particular está exposta e é vulnerável. Por sua vez, o fenômeno natural é caracterizado por sua dimensão e situação geográfica.

Lavell (1996) chama atenção que a presença de um fenômeno natural ou antrópico, essencial para a ocorrência de um desastre, não oferece uma explicação suficiente para entender a maioria dos desastres que se sucedem. A transformação de uma ameaça em um desastre requer necessariamente que ocorra impacto negativo em uma matriz humana vulnerável.

Nesse contexto, Blaikie; Cannon (2003) consideram que os recursos e oportunidades não são acessíveis igualmente para todos os seres humanos, assim também como os riscos. As pessoas são expostas, de maneira desigual, aos riscos determinados pelos fatores sociais, econômicos e políticos. São esses mesmos fatores sociais que vão determinar quem está mais vulnerável aos riscos e desastres, sejam eles naturais ou não. Assim, a exposição das pessoas ao risco difere de acordo com sua classe, o seu rendimento, como vive e onde mora. Esta

abordagem não nega a importância dos riscos naturais como eventos, mas chama atenção sobre as várias maneiras que o sistema opera para gerar catástrofes, tornando as pessoas pobres mais vulneráveis.

Assim, a exposição faz com que as populações que vivem em áreas propensas a deslizamentos de terra, inundações fluviais, tempestades e fenômenos sísmicos convivam com o risco de ocorrer um desastre. Esta convivência com o risco potencial torna-se parte do modo de vida dessas populações, na medida em que essas localizações representam a forma mais barata de ter uma casa e muitas vezes correspondem a locais favoráveis para transferência diária para os locais de trabalho ou busca de emprego (MASKREY, 1997).

Assim, conforme Cardona (2008), a existência de desastre ou perdas e danos, em geral, pressupõe a existência prévia de certas condições de risco. Um desastre representa a materialização de condições de risco. O risco, definido como a probabilidade de perdas futuras, é constituído pela existência e interação de dois fatores: ameaça e vulnerabilidade. Ameaças correspondentes a determinadas condições são armadilhas físicas que podem se tornar fenômenos destrutivos. Estes podem ser causados pela dinâmica natural ou serem induzidos ou causados por seres humanos.

Neste sentido, não é exagero considerar que a ameaça de um desastre não é mais que um dos muitos perigos que rondam a vida cotidiana dessas populações, que são geralmente vários setores com necessidades básicas insatisfeitas. No entanto, essa convivência com ameaças ambientais não significa necessariamente uma aceitação passiva de risco (LAVELL, 2000).

De acordo com Cardona (2004), a ameaça é um fator de risco externo (de um indivíduo ou sistema), representado pelo perigo latente de que um fenômeno físico de origem natural ou antrópica se manifesta em algum lugar específico e durante um tempo de exposição determinado produzindo efeitos adversos às pessoas, bens e/ou ao meio ambiente, matematicamente expresso como a probabilidade de exceder um nível de ocorrência de um evento com certa intensidade em um determinado local e em certo período de tempo. Esta pode ser de ordem natural e/ou antrópica. A primeira não tem qualquer relação com a intervenção humana, e a segunda reflete as transformações ocasionadas pelo ser humano, induzidas socialmente, originando assim uma gama de ameaças que cada vez mais podem atingir as populações vulneráveis.

Nesse contexto, segundo Yunén (1997), o papel do Estado tem sido vago e muitas vezes contraditório, resultando em uma rápida acumulação de vulnerabilidade. O projeto de desenvolvimento tal como concebido pelas sociedades ocidentais não produziu os benefícios

previstos nas condições de vida das pessoas, gerando o crescimento da pobreza e exclusão social, aumentando as desigualdades e a degradação do meio ambiente, e incidindo mais diretamente ao nível do cotidiano da família. As causas principais da problemática ambiental se encontram nos efeitos ambientais causados pela implantação de um estilo de desenvolvimento que mantém a insatisfação das necessidades da maioria da população e compromete drasticamente o equilíbrio planetário.

Assim, conforme Cardona (1993), o risco existe na medida em que interage ou se inter-relaciona com fatores de ameaça e vulnerabilidade. O risco pode ser reduzido se for entendido como o resultado da ligação entre a ameaça ou a probabilidade de ocorrência de um evento, e a vulnerabilidade dos elementos expostos, ou fator de seletividade interna da gravidade dos efeitos sobre os itens. Os elementos em risco são os contextos social e material representados pelas pessoas e os recursos e serviços que podem ser afetados pela ocorrência de um evento, ou seja, as atividades humanas, instalações de produção, utilidades, e serviços que as pessoas utilizam.

Segundo Blaikie; Cannon (2003), não só os eventos naturais geram os riscos e desastres. Eles também são produtos de ambientes sociais, políticos e econômicos (distinto do ambiente natural). O acesso à renda, saúde, conhecimento e a informação dentre outros recursos vai promover um bem estar social e uma maior proteção ao risco para essas pessoas que habitam em regiões e lugares afetados por desastres naturais e ao mesmo tempo vai trazer um alívio aos recursos naturais para sua recuperação.

Para Blaikie; Cannon (2003), as populações pobres têm em grande parte de sua vida uma evidente luta contínua, na qual suas condições podem assimilar-se a um desastre. As principais inquietudes dos habitantes pobres não estão relacionadas com os problemas ambientais, mas com as questões do campo social e econômico. As condições de vida são muito penosas e monopolizam o interesse da população (CHARDON, 1997). Qualquer risco é construído socialmente, mesmo que o evento físico que é associado seja tanto natural (LAVELL 2000; CARDONA, 2004).

Segundo Cardona (2001), para estimar o risco de acordo com a sua definição é necessário considerar uma perspectiva multidisciplinar, não somente o dano físico esperado, as vítimas ou perdas econômicas equivalentes, mas também os fatores sociais, organizacionais, institucionais, relacionados com o desenvolvimento das comunidades. A acumulação de riscos a desastres está relacionada à falta de políticas públicas, ou de estratégias orientadas a sua gestão e, ainda, à inexistência de estruturas administrativas e

sistemas legislativos adequados, tanto em nível local, como nacional e regional (PNUD, 2006).

Nesse contexto, de acordo com Maskrey *et al.* (1997), existe uma falta generalizada de sinergia, articulação e comunicação entre as organizações de desenvolvimento e as de redução de desastres em nível local, regional e nacional, salvo quando ocorrem as emergências. Assim, conforme Cardona (2001), a deficiência de informação, comunicação e conhecimento entre os atores sociais, a ausência de organização institucional e comunitária, as debilidades na preparação para a atenção de emergências, a instabilidade política e a falta de saúde econômica contribuem, em uma área geográfica, para ter um maior risco.

Durante a Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres Naturais realizada em Kobe, no Japão, em 2005, constatou-se que, apesar de melhores resultados obtidos nas duas últimas décadas, a maioria dos países latino-americanos e caribenhos apresenta baixos níveis de eficácia na gestão de riscos a desastres. Portanto, a realidade dos desastres mostra que a estratégia relativa dos programas emergenciais não é adequada, e as atividades de redução de vulnerabilidades e ameaças pré-desastre são ainda muito incipientes (MASKREY, 1997).

Para Lavell (1996), o padrão desigual de ocupação territorial tem gerado extensos assentamentos urbanos em áreas críticas (encostas instáveis, ravinas, margens de rios) com grandes déficits na prestação de serviços básicos e nenhum sistema de drenagem (águas pluviais e residuais) e tubulação de água, tornando as pessoas vulneráveis ao desencadeamento de ameaças ambientais, aumentando a ocorrência de riscos e desastres. Os sistemas não são incapazes de fornecer soluções de habitação ou prestação de serviços básicos (água, esgoto, coleta de lixo, reparação de rua, etc.) para uma população ecologicamente marginalizada.

Além da ausência de regulamentação sobre áreas viáveis para serem habitadas por humanos, nenhuma intolerância dessas formas de ocupação territorial são expressões dessa fraqueza institucional. Muitas vezes são agentes externos (organizações internacionais, ONGs, agências de desenvolvimento nacional e internacional) que promovem iniciativas para implementar ações de prevenção e mitigação de riscos e desastres para estas comunidades. Não se pode esquecer que a maior participação deve ser institucional para construção de diretrizes de prevenção e mitigação eficazes que gerem melhorias para as comunidades em geral (LAVELL, 1996).

Dennis Mileti (1999) indica que, apesar dos progressos durante o novo milênio, catástrofes naturais e tecnológicas devem acontecer em uma maior proporção do que aquelas experimentadas até agora, simplesmente porque esse é o futuro das ações que foram criadas

no passado. O desenvolvimento em áreas de risco, por exemplo, aumentou a exposição à vulnerabilidade física e muitos dos métodos para enfrentar as ameaças foram míopes desde então, suportando prejuízos em vez de eliminá-los.

O sistema financeiro internacional tem aumentado sua pressão sobre os países pobres para que estes, restringindo ainda mais seus gastos públicos, possam cumprir os compromissos de serviço da dívida externa, aumentando assim sua vulnerabilidade e, conseqüentemente, as chances de serem afetados por desastres. Nesse contexto, a autora ressalta que perdas econômicas, empobrecimento da população, escolha do tipo de culturas ou materiais de construção utilizados na construção das residências, emprego, condições e migração de trabalho, distribuição e controle de solo, indisponibilidade e acessibilidade às "redes de segurança" social demonstram especialmente tendência para risco e desastre (MANSILLA, 1996).

Isto vai contra a visão de que os desastres são causados por localização, intensidade e outras propriedades dos agentes naturais. Contradiz a percepção comum de desastres como eventos que "não discriminam" socialmente, afetando "ricos e pobres". Assim, os desastres revelam processos básicos de ordem social (op. cit.). Por fim, conforme Cardona (2001), em muitos lugares no mundo agências e sistemas de governos vêm sendo criados para a redução do risco e preparação para desastres, ainda que não tenham conseguido resultados eficazes porque o foco tem sido direcionado para resposta e ajuda de emergência e não para executar de forma sistemática e orgânica uma prevenção e mitigação duradoura. Estes organismos obedecem a modelos centralizados que não incorporam adequadamente os níveis locais de poder.

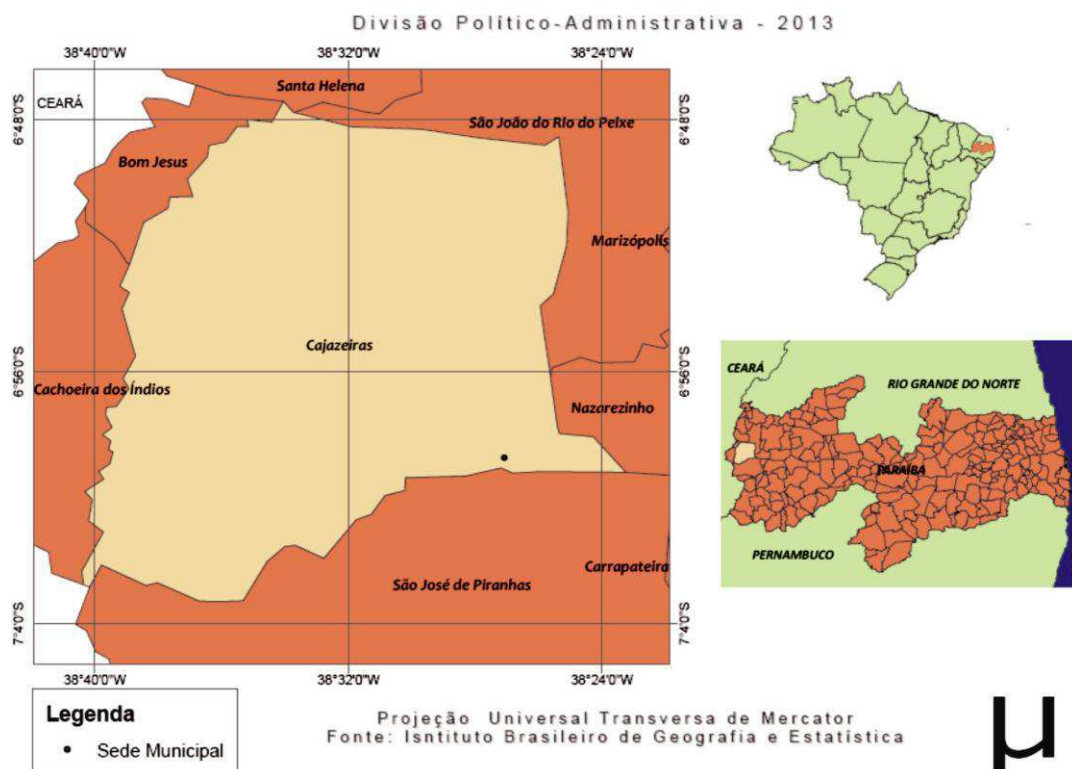
No entanto, apesar dos esforços, continuam a existir lacunas significativas na gestão preventiva e nas articulações entre a prevenção e redução de riscos e desastres com a gestão e proteção do ambiente, embora esteja claro que, para conciliar o ecossistema natural e a sociedade que ocupa e explora, é necessário dosar e orientar a ação do homem sobre o meio ambiente e vice-versa.



## METODOLOGIA

### 5.1 Metodologia da pesquisa: descrição do ambiente estudado

O estudo realizou-se no município de Cajazeiras, que integra a mesorregião Sertão Paraibano e a microrregião de Cajazeiras (Figura 03). O município de Cajazeiras foi elevado à categoria de cidade em 1876. A origem do nome *Cajazeiras* está relacionada à existência de um sítio que levava esse nome, devido à grande quantidade de cajazeiras (*Spondias mombin* ou *Spondias lutea*), árvores produtoras do fruto cajá. Localiza-se às margens da BR-230, a 497 km da capital, no extremo oeste da Paraíba, nas coordenadas geográficas entre os paralelos 6°47' e 6°54' de latitude Sul e entre os meridianos 38°32' e 38°38' de longitude Oeste de Greenwich, ocupando uma área de 567,5 km<sup>2</sup>. Limita-se ao oeste com Cachoeira dos Índios e Bom Jesus; ao sul, com São José de Piranhas; ao norte com Santa Helena; ao norte e leste com São João do Rio do Peixe; e ao sudeste com Nazarezinho. Com uma população de 61.816 habitantes, sendo a sétima cidade mais populosa da Paraíba (IBGE, 2016).



**Figura 03** – Mapa da Paraíba com destaque para o município de Cajazeiras

Fonte – IBGE (2013).

A cidade está localizada em um ponto estratégico em relação aos estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte e outros municípios que compõem o Sertão Paraibano (IBGE, 2016). A mesma é importante para região sertaneja por ser centro de comércio e serviços, além de centro polarizador educacional em relação aos estados vizinhos, como Ceará e Pernambuco.

### ***5.1.1 Olhares historiográficos do município de Cajazeiras***

A atual cidade de Cajazeiras originou-se de um sítio denominado "Cajazeiras", pelas árvores desse nome, existentes no local, parte da sesmaria concedida em sete de fevereiro de 1767, pelo Governador da Capitania, Jerônimo José de Melo, ao pernambucano Luís Gomes de Albuquerque. Como presente de casamento, Luís Gomes de Albuquerque doou à sua filha, Ana de Albuquerque, o sítio "Cajazeiras", com a doação, o local tornou-se uma grande fazenda de gado (PREFEITURA DE CAJAZEIRAS, 2017).

Em 1804, próximo ao sítio, foi construída a Casa Grande da fazenda e o Açude Grande (que servia para abastecer a população local, bem como para a criação de animais). Da união matrimonial entre Ana e Vital, nasceram alguns filhos, entre os quais destaca-se Inácio de Souza Rolim, nascido no Sítio Serrote em 22 de agosto de 1800 e ordenado como sacerdote no Palácio Episcopal de Olinda, em Pernambuco, em setembro de 1825. Padre Inácio de Sousa Rolim, fundador do colégio de salesianos foi quem sugeriu o nome Cajazeiras (op. cit.).

A cidade de Cajazeiras tem sua origem ligada à fundação de uma instituição de ensino pelo Pe. Inácio de Sousa Rolim que, em 1829, teria iniciado suas atividades com uma pequena escolinha localizada no Sítio Serraria no extremo oeste da cidade. Este estabelecimento logo teve reconhecimento por toda a região devido à qualidade do ensino que ali era ministrado. Em decorrência disso, houve uma grande procura pelos serviços educativos que o religioso prestava. Em 1843, a escola foi transferida para uma área maior e, posteriormente, conseguindo a autorização do então Presidente da Província, para ser um Colégio de instrução secundária. Em 1860 o Colégio do Padre Rolim atinge seu auge, com um currículo contendo; o ensino de Latim, Francês e Geografia para 85 alunos. Assim, o lugarejo foi crescendo e se desenvolvendo em torno desse colégio, sendo em 1863 elevado à categoria de Vila e sede do município, o qual foi instalado em 20 de junho de 1864, subindo à categoria de cidade, somente em 10 de julho de 1876 (ROLIM, 2010).

Segundo a historiografia oficial de Cajazeiras, o Colégio Padre Rolim recebeu esse nome em 1903 e seria a continuação da escolinha construída na primeira metade do século XIX. Foram educadas várias personagens de destaque na História do Nordeste, como na própria História recente brasileira, dentre os quais se podem citar: Padre Cícero Romão Batista; Joaquim Arcoverde de Albuquerque Cavalcante (o Cardeal Arcoverde); Des. Peregrino de Araújo (Governador da Paraíba de 1900 a 1904); Dr. Irine Joffily (historiador, jornalista, advogado e Deputado Provincial) e Tomás Duarte Rolim (herói da Guerra do Paraguai) (op.cit.).

Na década de 1920 a cidade de Cajazeiras começa a conhecer mudanças significativas na vida material e cultural, que denotam a chegada de ícones e ações de modernidade. O comércio já era uma atividade importante, que dinamizava a vida da população local e das cidades vizinhas com as quais os comerciantes cajazeirenses mantinham transações. Entretanto, os grandes negócios do algodão eram feitos com cidades mais desenvolvidas, como a capital cearense, pernambucana e Mossoró, no Rio Grande do Norte. O intercâmbio com a capital do estado de início era dificultado pelas condições de acesso, que só vão melhorar a partir da chegada do trem em 1923 e o melhoramento das estradas de rodagens já na década de 1930 (LEITÃO, 1999).

A instalação de usinas de algodão na cidade se configurou como grande propulsora para a economia e o desenvolvimento urbano na década de 1930. Usinas de beneficiamento de grande porte, como a Sociedade Algodoeira do Nordeste do Brasil –SANBRA, e a multinacional Anderson Clayton, trouxeram emprego e renda para o município. Vale ressaltar necessário que a cidade já possuía um empreendimento desse porte, desde a década de 1920. Era a Usina Santa Cecília, pertencente ao coronel Joaquim Matos, que exportava seus produtos pelo Porto de Fortaleza o progresso chega a Cajazeiras, sobretudo, pela produção do algodão. Era o *ouro branco*, o grande responsável pela geração da riqueza que possibilitou a renovação do perfil material do município, com as primeiras transformações urbanas. O algodão era até visto como a flor da cidade. Contribuindo para uma expansão urbana bastante significativa (SILVA FILHO, 1999).

Esse crescimento ocorreu pela atuação das instituições de ensino, que atraíam estudantes de todo o Sertão paraibano e do Cariri cearense e também devido à já existente rede rodoviária, que ligava a cidade a quase todas as regiões do Nordeste, e a presença da linha férrea, que possibilitava aos comerciantes locais se abastecerem das novidades, nas praças do Recife e de Fortaleza (LEITÃO, 2000). Cajazeira foi adquirindo traços de cidade

moderna, com as limitações próprias de sua condição de cidade do interior e sem as proporções das grandes metrópoles.

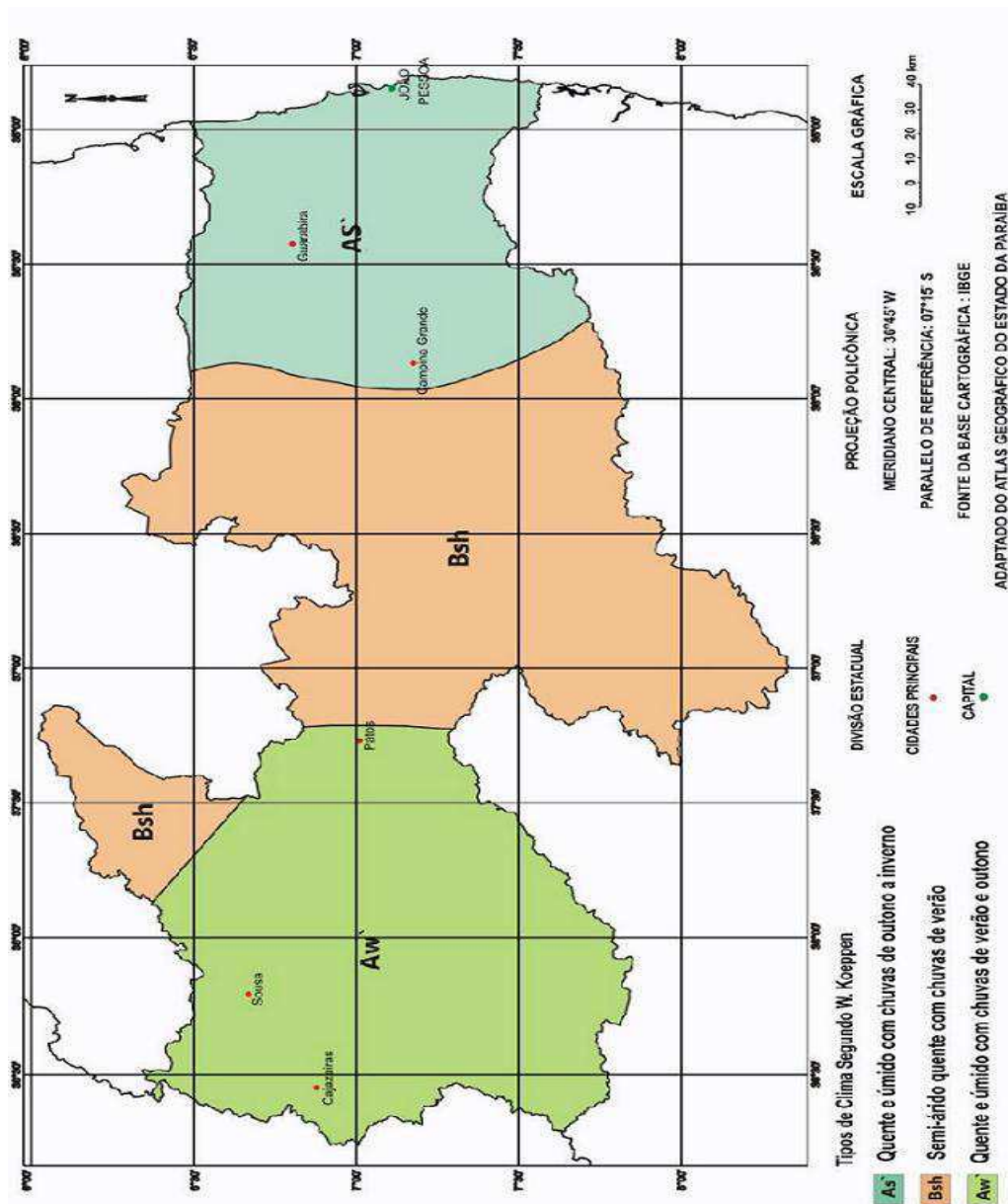
A Igreja Católica teve forte influência no desenvolvimento de Cajazeiras. A influência no cotidiano da sociedade local acabou refletindo na construção da cultura histórica local. A implantação da Diocese de Cajazeiras em 1914, foi um fato que contribuiu com a chegada do progresso na cidade. Este acontecimento responsável pelo primado cultural que projetou Cajazeiras dentre as demais cidades da região. Diante da visão do autor, percebe-se a questão da convivência entre tradição e modernidade na chegada das ideias que povoaram o imaginário da população de Cajazeiras, nas primeiras décadas do século XX (COSTA, 1986; LEITÃO, 1999; SOUZA, 1981).

### ***5.1.2 Aspectos Fisiográfico de Cajazeiras***

Em termos climatológicos o município acha-se inserido na Região Semiárida do Sertão da Paraíba, constituindo um tipo de clima Aw' de acordo com a classificação climática de Köppen (Figura 04), caracterizado por ser um clima quente e úmido com chuvas de verão-outono, nas áreas mais altas da depressão e em todos os contrafortes e topo do Planalto, influenciado pela Frente de Convergência Intertropical, apresentando temperatura elevadas durante o dia, amenizando a noite, média de 26,6°C, com variações anuais entre 28,7°C em novembro e 24,9°C em junho, com ocasionais picos mais elevados, principalmente durante a estação seca (VIEIRA, 2011; FRANCISCO, 2010).

O regime pluviométrico, marcado por baixo e irregular, com médias anuais de 880,6mm/ano. A região é caracterizada por ser área seca, recebe chuvas com mais frequência nos meses de janeiro a maio. A época de estiagens se estende de agosto a dezembro. O principal sistema meteorológico a produzir chuvas na região é a Zona de Convergência Intertropical (CPRM, 2005).

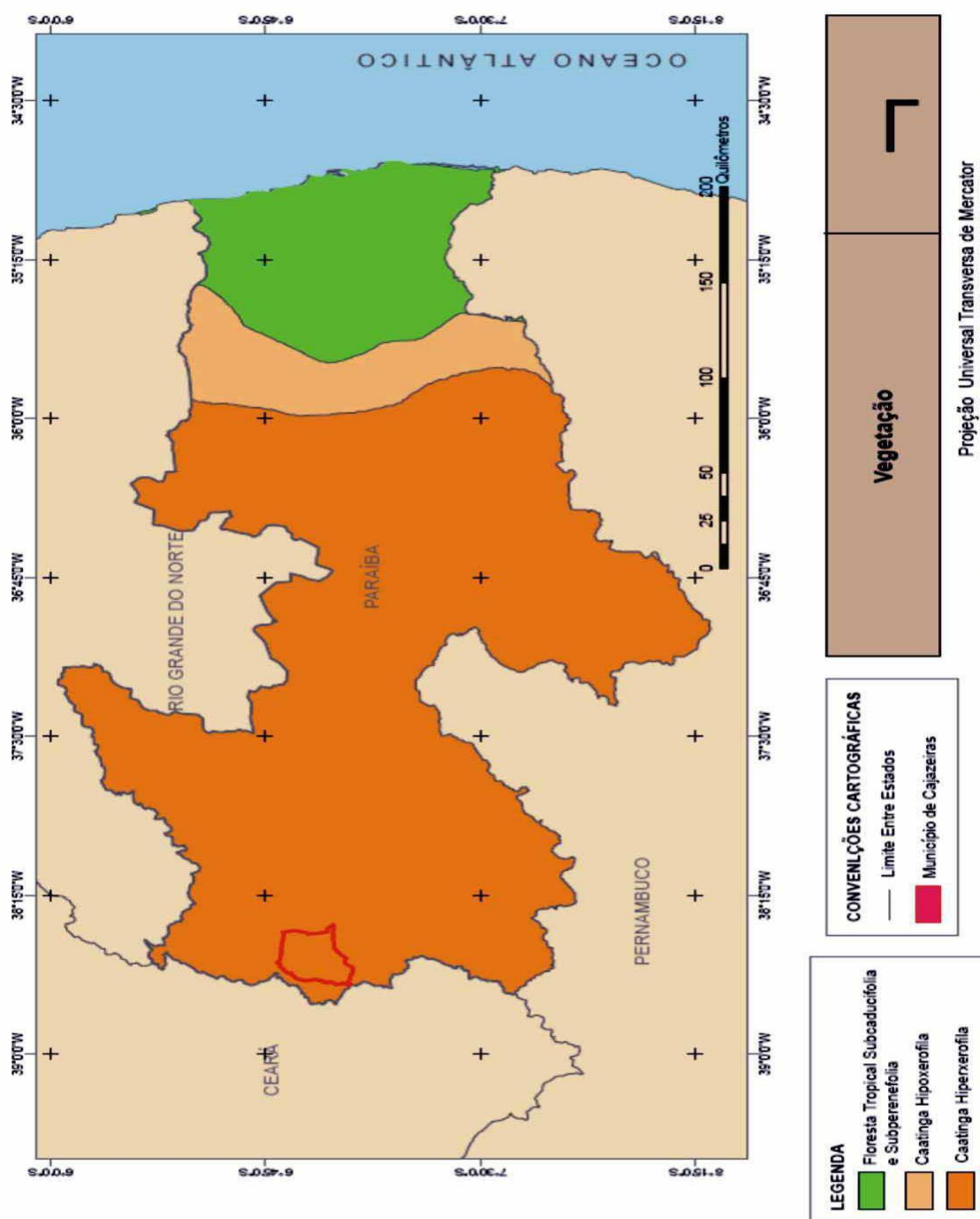
Classificação climática da Paraíba (Figura 04)



**Figura 04** – Mapa da classificação climática da Paraíba com destaque para o município de Cajazeiras

**Fonte** – Francisco (2010, adaptado do Atlas Geográfico do Estado da Paraíba).

A cobertura vegetal predominante é a caatinga hiperxerófila/hipoxerófila. Destacam-se as formações arbustivas arbóreas abertas com maior predominância, típica de caatinga xerofítica, em que se destaca a presença de cactáceas, arbustos, gramíneas, as efêmeras são encontradas com abundância, essas aproveitam os meses chuvosos para crescimento, germinação, floração e frutificação e desaparece no período de estiagem (Figura 05) (CÔRREA, 1996).



**Figura 05** – Mapa da classificação vegetacional da Paraíba com destaque para o município de Cajazeiras

Fonte – IBAMA (2012)<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/>> Acesso em: jan. 2012.

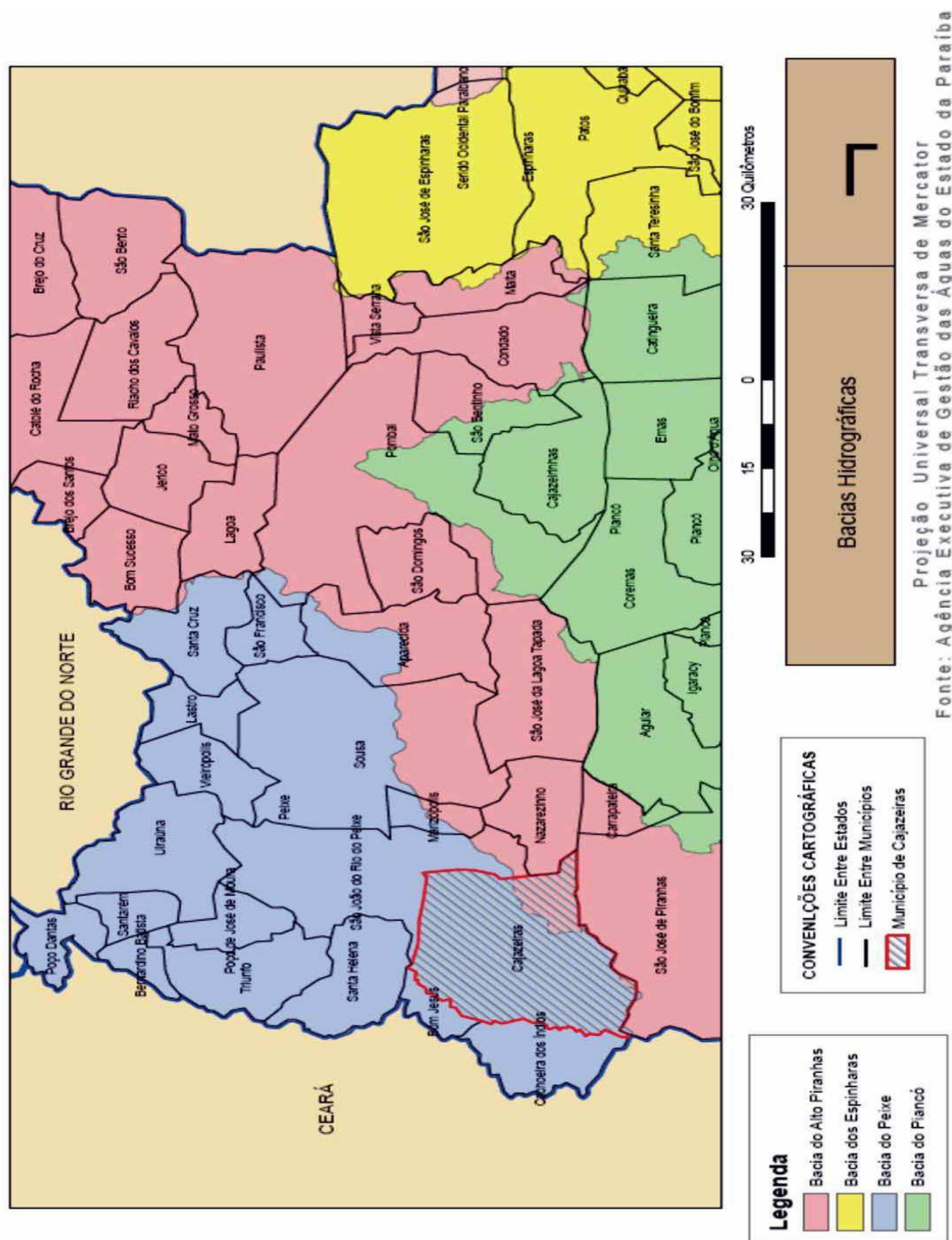
Também são encontradas árvores de pequeno e médio porte e as arbustivas arbóreas fechadas presentes em nas áreas ciliares de encosta de várzea e das margens de rios, riachos e reservatório hídrico permanente na região. O relevo desta região é descrito como domínio de baixas superfícies pediplanadas e alguns alinhamentos de serras com maiores elevações, apesar de sua descontinuidade caracteriza-se como prolongamento do conjunto da Borborema.

Os solos são resultantes da desagregação e decomposição das rochas cristalinas do embasamento, sendo em sua maioria do tipo brunos não cálcicos, mas são também comuns os solos litólicos eutróficos, pouco desenvolvidos, rasos ou muito rasos e afloramentos de rochas (gnaiesses e granitos são os mais comuns), na forma de grandes lajedos ou blocos desagregados, que formam a paisagem típica da região, tendo-se localmente porções restritas de latossolos (VELLOSO *et al.*, 2002).

A rede de drenagem é intermitente e seu padrão predominantemente dentrítico. Devido à existência de fraturas geológicas, mostra variações para retangular e angular. Os riachos e demais cursos d' água que drenam a área, São de pequeno porte e constituem afluentes da denominada Bacia do Rio do Peixe O relevo acha-se incluso na denominada “Planície Sertaneja”, a qual constitui um extenso pediplano arrasado, durante o Ciclo Paraguaçu período quartenário King (1956), onde localmente se destacam elevações residuais alongadas e alinhadas com o “trend” da estrutura geológica regional (CPRM, 2005).

Os principais corpos de acumulação de água do município de Cajazeiras são os açudes: Lagoa do Arroz (80.220.750m<sup>3</sup>) e Engenheiro Ávidos (255.000.000m<sup>3</sup>). Esse último é responsável pelo abastecimento de quase toda cidade de Cajazeiras. Há algumas áreas rurais e distritais da cidade de Cajazeiras que não são abastecidas pelo Açude Engenheiro Ávidos, a exemplo do Assentamento Santo Antônio e do Distrito de Divinópolis, dependentes da água retirada do Açude Santo Antônio, localizado no Assentamento de mesmo nome (CPRM, 2005).

Os riachos e demais cursos d'água que drenam a área são de pequeno porte. O município de Cajazeiras encontra-se inserido nos domínios da bacia hidrográfica do Rio Piranhas, sub-bacia do Rio do Peixe. Os principais cursos hídricos são os riachos: Papa Mel, Do Cipó, Terra Molhada, Dos Mirandas, Do meio, Da Caiçara, Do Amaro e Das Marimbas (Figura 06).



**Figura 06** – Mapa do sistema hidrográfico do município de Cajazeiras – PB

Fonte – AESA (2012) <sup>2</sup>.

<sup>2</sup> AESA – Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba. Disponível em: <<http://www.aesa.pb.gov.br/>> Acesso em: jan. 2012.



## 5.2 Caracterização da pesquisa

Pode-se definir pesquisa como a produção do conhecimento científico para responder ao problema proposto pelo investigador, o que envolve os aspectos das bases teórico-metodológicas. Nesse universo, o pesquisador depara-se com diferentes abordagens, cabendo ao mesmo fazer suas escolhas baseadas na natureza do problema investigado. Para Gil (2008, p. 17), a pesquisa científica pode ser caracterizada como uma forma de conhecimento objetivo, racional, sistemático, geral, verificável e falível: “Pesquisar é um procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos, esta, procura desenvolver os conhecimentos científicos sem preocupação direta com suas aplicações”.

Chizzotti, (2006, p. 19) corrobora: “é a busca sistemática e rigorosa de informações, com a finalidade de descobrir a lógica e a coerência de um conjunto, aparentemente disperso e desconexo de dados, para encontrar resposta a um problema delimitado, contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento científico”. Nesse sentido, pesquisar implica em conhecer as características da pesquisa científica e decidir por um tipo de pesquisa de forma segura e coerente. Isto proporciona as bases lógicas da investigação patenteadas na escolha do método e da metodologia.

Segundo Gil (2008), para que o conhecimento seja considerado científico é necessário identificar as operações mentais e técnicas capazes de possibilitar a sua verificação, ou seja, é preciso determinar o método possível para chegar a esse conhecimento. Assim, o método científico é um conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para atingir o conhecimento.

Para Santos (2006, p. 49), a questão do método é fundamental porque é “como uma construção de um sistema intelectual que permita, analiticamente, abordar uma realidade, a partir de um ponto de vista, não se trata de um dado em si, um dado *a priori*, mas uma construção. “Este não é um dado em si, um dado *a priori*, mas uma construção”. É assim que a realidade social é intelectualmente construída”.

Segundo Lakatos e Marconi (1991), o método (qualitativo ou quantitativo) consiste no “conjunto das atividades sistemáticas e racionais que com maior segurança e economia permite alcançar o objetivo e os conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando nas decisões do pesquisador”. Desta maneira, o método se constitui em um meio que, através da seleção de processos, chega ao objetivo da

pesquisa para que se possa estudá-lo e, assim, se obter a evolução do conhecimento e do progresso para toda e qualquer ciência.

Nesta pesquisa, chamou-se atenção para as condições socioeconômicas, ambientais, hídricas, tecnológicas, culturais e políticas dos Assentamentos Rurais de Cajazeiras que foram acompanhados pela Comissão Pastoral da Terra/Sertão no processo de Reforma Agrária no alto Sertão paraibano. Buscou-se também a história de vida dos assentados de cada Assentamento pesquisado através de depoimentos orais narrados pelos mesmos.

O estudo se enquadra como exploratório e descritivo, de natureza quali-quantitativa, orientado sob a metodologia de História Oral e do Diagnóstico das vulnerabilidades de ordem social, econômica, à seca, tecnológica, ambiental, cultural e política das comunidades pesquisadas com base na metodologia estabelecida por Medina (1994) adaptada por Rocha (1997) e ajustada às características locais do semiárido paraibano por Araújo (2002), Morais Neto (2003), Souza (2007), Duarte (2008), entre outros. Como técnica de coleta de dados, utilizou-se o estudo de campo, entrevistas semiestruturadas, aplicação de (entrevistas temáticas e de história de vida) questionários e observação participante.

### **5.3 Procedimentos metodológicos da pesquisa**

Os procedimentos metodológicos servem de base para classificar a pesquisa. No entanto, pesquisar exige uma definição clara dos procedimentos que produzem os dados. Quanto à natureza a pesquisa enquadra-se como Qualitativa e Quantitativa. Na pesquisa Qualitativa o pesquisador interpreta o mundo real do sujeito a partir das perspectivas subjetivas e características apresentadas pelo sujeito em estudo, em que o comportamento humano é visto como interativo e interpretativo, e de forma cautelosa o pesquisador tenta sentir dentro de si mesmo as experiências do sujeito (MOREIRA, 2004).

Segundo Minayo (2008, p. 57) “o método qualitativo é adequado aos estudos da história, das representações e crenças, das relações, das percepções e opiniões, ou seja, dos produtos das interpretações que os humanos fazem durante suas vidas, da forma como constroem seus artefatos materiais e a si mesmos, sentem e pensam”. Raupp e Beuren (2003) acrescentam que este método descreve a complexidade de um problema, analisando, compreendendo e classificando as variáveis com os processos dinâmicos ocorridos, sendo profunda a forma de tratar o fenômeno estudado.

Já a pesquisa Quantitativa além de empregar um instrumento estatístico como base de análise do processo, seja na coleta, seja no tratamento aos dados, também possui uma maior

preocupação com o comportamento dos acontecimentos, buscando entender às relações que uma determinada população possui (RAUPP; BEUREN 2003). Para Malhotra (2001), a pesquisa qualitativa proporciona uma melhor visão e compreensão do contexto do problema, enquanto a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e aplica alguma forma da análise estatística. A pesquisa qualitativa pode ser usada, também, para explicar os resultados obtidos pela pesquisa quantitativa.

Para coleta de dados a pesquisa utilizou uma abordagem bibliográfica, descritiva, exploratória e. Dessa forma, o trabalho de pesquisa teve sua execução pautada, nos seus primeiros passos, no levantamento bibliográfico e documental com base em materiais como livros, dicionários, enciclopédias, periódicos, publicações, artigos científicos, dentre outros, e tomada como material referencial para o desenvolvimento de estudo.

Segundo Marconi e Lakatos (2001), a pesquisa bibliográfica é o estudo das fontes secundárias, que abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao pesquisado, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, materiais cartográficos, etc. Tem como objetivo colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto.

Destaca-se também a pesquisa descritiva, essa responsável pela observação, registro, análise, classificação e interpretação, sem que haja a interferência do pesquisador, isto é, “os fenômenos do mundo físico e humano são estudados, mas não são manipulados pelo pesquisador” (ANDRADE, 2009, p. 114). Já na pesquisa exploratória “busca-se conhecer com profundidade o assunto, de modo a torna-lo mais claro ou construir questões importantes para a condução da pesquisa” (RAUPP; BEUREN, 2003, p. 80). Para Malhotra (2004), a pesquisa exploratória ajuda na compreensão do problema enfrentado pelo pesquisador, de maneira que identifique aspectos relevantes ou obtenha dados adicionais para o desenvolvimento de uma abordagem.

### ***5.3.1 A metodologia utilizada na pesquisa***

Para a realização das entrevistas de história de vida e temática utilizou-se da metodologia de História Oral. Para o levantamento do diagnóstico das vulnerabilidades observou-se a metodologia e o questionário adaptados do modelo desenvolvido por Medina (1994), adaptado por Rocha (1997), e ajustados às características locais do semiárido paraibano por Silva (2002), Araújo (2002), Morais Neto (2003), Duarte (2008), Souza, (2007) entre outros. Os entrevistados tiveram suas variáveis levantadas e analisadas com relação ao

núcleo familiar, social, econômico, hídrico, tecnológico, ambiental, político e cultural de suas comunidades através da aplicação de questionários contendo perguntas fechadas e abertas.

A metodologia de História Oral se apresenta como fio condutor dos caminhos delineados, permite o diálogo entre o passado e o presente dos personagens, podendo os mesmos reconstituírem suas experiências cotidianas vividas, e oferece a oportunidade da constituição de novas fontes para a pesquisa histórica com base nos depoimentos orais colhidos sistematicamente em pesquisas específicas, não precisando depender unicamente de textos escritos para estudar o passado e ao mesmo tempo abrindo a possibilidade para pessoas socialmente menos favorecidas serem ouvidas e poderem registrar sua própria visão de mundo e do grupo social ao qual pertencem (LOZANO, 2006). Alberti (2004, p. 118) corrobora:

[...] a história oral é um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica etc.) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. [...] Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, conjunturas, etc., à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou os testemunharam.

Para Thompson (1998), a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história e ao juízo autoritário inerente à sua tradição. As entrevistas são fontes históricas preciosas cabíveis de um rigor científico e procedimentos claros de análise. Não podem ser desmerecidas pela subjetividade ou pelas lacunas que surgem no ato de rememorar, nem rotuladas como um elemento complementar na investigação científica. “Se as fontes orais podem de fato transmitir informação fidedigna, tratá-las simplesmente como um documento a mais é ignorar o valor extraordinário que possuem como testemunho subjetivo, falado.” (op. cit., p.137).

### ***5.3.2 As técnicas de coleta de dados***

- 1) Estudo de Campo: o pesquisador coleta os dados observando a situação social ou institucional sem manipulação de qualquer variável, para poder estudar as relações entre atitudes, crenças, valores, percepções e condutas dos indivíduos e dos grupos (MOREIRA, 2004).

- 2) Entrevistas Semiestruturadas: o roteiro pode possuir até perguntas fechadas, geralmente de identificação ou classificação, mas possui principalmente perguntas abertas, dando ao entrevistado a possibilidade de falar mais livremente sobre o tema proposto (MINAYO, 2008). Dois tipos de entrevista foram selecionados: *a temática*, em que se prioriza a participação do entrevistado no tema escolhido; e *entrevistas de história de vida*, em que os narradores priorizam o próprio indivíduo na história, incluído sua trajetória de infância até o momento da fala (ALBERTI, 2004). Nesse tipo de entrevista as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal. Este tipo fornece uma boa amostragem da população em geral, uma vez que, o entrevistado não precisa saber ler ou escrever (MARCONI; LAKATOS, 2005).
- 3) Aplicação de Questionário: os questionários devem conter um conjunto de itens ordenados, com perguntas claras e organizadas, podendo ter perguntas abertas ou fechadas, sendo que nas primeiras, o entrevistado pode responder de maneira livre as perguntas, enquanto que no questionário fechado, as questões possuem várias respostas das quais se deve escolher uma ou mais alternativas (MARCONI E LAKATOS, 2011).
- 4) Observação Participante: segundo Lima (2008) e Minayo (2008), a observação participante é a técnica mais utilizada nas pesquisas de natureza qualitativa. Nesta técnica, o observador faz parte da vida dos observados e assim é parte do contexto em observação. Ao mesmo tempo em que investiga, é capaz de modificar o objeto pesquisado e também de ser modificado pelo mesmo. Esta ainda pode ser entendida como uma estratégia de campo que combina, ao mesmo tempo, a participação ativa do sujeito, observação intensiva em ambientes naturais, entrevistas abertas informais e análise documental (MOREIRA, 2004).

### ***5.3.3 Diagnóstico das vulnerabilidades social, econômica, à seca, tecnológica, ambiental, cultural e política***

Para serem obtidos os resultados sobre as vulnerabilidades; social, econômica, ambiental, à seca, tecnológica, cultural e política dos Assentamentos Rurais pesquisados, utilizou-se de questionário semiestruturado sobre diagnóstico das vulnerabilidades citadas. Foram aplicados aos Assentamentos; Valdecir Santiago, Santo Antônio, Mãe Rainha, Frei Damião, Frei Beda, Santa Cecília e Edvaldo Sebastião.

A caracterização se deu a partir do levantamento de informações primárias e com a realização das entrevistas semiestruturadas. Os questionários foram aplicados por amostragem (20% do total das famílias de cada assentamento pesquisado), considerando que o número de famílias entrevistadas varia de acordo com o total de famílias residentes em cada assentamento, totalizando 42 questionários.

A coleta de dados teve como objetivo estabelecer o grau de vulnerabilidade das famílias residentes na área de estudo. O cálculo da vulnerabilidade se dá a partir do levantamento de uma série de fatores sociais, econômicos, ambientais, hídricos tecnológicos, políticos e culturais. Para as vulnerabilidades, foram aplicados questionários de diagnóstico social, econômico, à seca, ambiental, tecnológico, cultural e político. Nestes questionários foram analisadas as vulnerabilidades:

#### 1 – Fator Vulnerabilidade Social

Variáveis: demografia, emprego e renda, habitação, consumo de alimentos, participação em organizações associativas, salubridade rural, salubridade humana.

#### 2 – Fator Vulnerabilidade Econômica

Variáveis: produção vegetal, animais de trabalho, animais de produção, verticalização, comercialização da produção, crédito e rendimento.

#### 3 – Fator Vulnerabilidade à Seca

Variáveis: recursos hídricos, variável produção agrícola no período de estiagem, armazenamento de alimentos humano e animal, redução do rebanho, previsões de chuvas, ocupação de trabalho no período de estiagens, variável participação em programas sociais (no ano que chove abaixo da média).

#### 4 – Fator de Vulnerabilidade Ambiental

Variáveis: área de preservação permanente, área de conservação, reflorestamento, manejo de caatinga, conflito ambiental, qualidade do ambiente.

#### 5 – Fator Vulnerabilidade Tecnológica

Variáveis: tecnologia e máquina e verticalização.

#### 6 – Fator de Vulnerabilidade Cultural

Variáveis: acesso à informação e tipo de lazer.

#### 7 – Fator de Vulnerabilidade Política

Variáveis: política, principais problemas dos assentamentos e atribuição da responsabilidade dos problemas.

### 5.3.3.1 Cálculo das vulnerabilidades

A equação da reta abaixo foi utilizada para calcular o grau das vulnerabilidades:

$$V = ax + b$$

Em que:

**V** – vulnerabilidade variando de zero (nula) até 100% (máxima);

**a e b** – constantes para cada variável;

**x** – valor significativo encontrado

Os valores encontrados de vulnerabilidade podem variar de zero (vulnerabilidade nula) até 100 (vulnerabilidade máxima) e serão divididos em quatro classes, de acordo com a tabela abaixo.

**Tabela 02** – Divisão das classes de vulnerabilidade

DIVISÃO DAS CLASSES DE VULNERABILIDADE (V)			
Classes de Vulnerabilidade (%)			
Baixa	Moderada	Alta	Muito Alta
1-15	16-30	31-45	>45

**Fonte** – Barbosa (1997).

A cada variável será atribuído um valor (códigos de 1 a 2, 1 a 6, 1 a 8, etc.) que varia de acordo com o número de itens a ela associados e crescente com a piora da situação, ou seja, o valor maior do código representa a maior vulnerabilidade, enquanto que o valor menor do código representa a menor vulnerabilidade. Cada item tem seu valor máximo correspondente ao número de alternativas de preenchimento que ele possui, e o mínimo é sempre igual a um. Assim, se em uma variável qualquer existirem quatro itens, cada um com três alternativas de preenchimento, a menor vulnerabilidade corresponderá ao código 4 e a maior ao código 12. A soma dos códigos das variáveis forma o código do Fator de Vulnerabilidade a qual as mesmas correspondem.

### 5.3.3.2 Tabulação e análise dos dados

A soma dos códigos das variáveis com valor mínimo e máximo determina os extremos do intervalo do fator de vulnerabilidade na qual é determinado o total da soma das variáveis de maior frequência entre os mínimos e máximos valores dos códigos das variáveis que é um

valor significativo encontrado (x). Para Araújo (2002), a tabulação consistiu em agrupar os dados utilizando planilha eletrônica conforme os códigos encontrados em cada item das variáveis. Cada formulário foi tabulado individualmente. Posteriormente foram feitos os gráficos da vulnerabilidade correspondente.

Ou seja, para tabulação dos dados foram agrupados os códigos encontrados em cada item das variáveis e repetidos aqueles de maior frequência, onde foram anotados os valores significativos encontrados (codificação significativa de maior frequência) e posteriormente analisados entre os valores mínimos e máximos de cada Fator de Vulnerabilidade. Por fim, os valores foram aplicados à equação das retas, determinada para cada caso, definindo assim o grau de vulnerabilidade para cada fator. A análise dos dados foi exploratória, ou seja, consistiu em uma análise descritiva para analisar as medidas estatísticas e os gráficos de histogramas.

#### **5.4 Realização das entrevistas com representantes de órgãos e entidades**

A entrevista é uma oportunidade de conversa face a face, utilizada para “mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes”, ou seja, ela fornece dados básicos para “uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações” em relação aos atores sociais e contextos sociais específicos (MINAYO, 2008; CERVO; BERVIAN, 2007). Para os representantes dos órgãos pesquisados, a metodologia utilizada foi a História Oral com entrevistas *temática* utilizando questionário semiestruturados.

Nesse tipo de entrevista buscou-se saber qual a participação ou a visão do entrevistado sobre o tema de pesquisa através de visitas à sede da entidade da Comissão Pastoral da Terra (CPT/Sertão) em Cajazeiras para realizar entrevista com o presidente da mesma. Em seguida visita a Diocese da Igreja Católica em Cajazeiras para realizar entrevista com o Bispo da mesma e com os secretários municipais das seguintes secretarias; Ação Social, Educação, Meio Ambiente e Agricultura em Cajazeiras, onde buscamos informações aos respectivos representantes, visando coletar informações sobre a relação e o trabalho desenvolvido por estes órgãos em relação aos assentamentos pesquisados, e quais as ações e programas desempenhados pelos mesmos voltados para os assentamentos em estudo.

Segundo Mello (2005), esse tipo de entrevista requer a organização de roteiro específico que por sua vez pressupõe o conhecimento mínimo dos temas em questão, conhecimento este obtido através do acesso a todas as fontes disponíveis (livros, jornais,



documentos, fotografias, etc.). É justamente esse conhecimento prévio que forneceu as informações para a elaboração do roteiro para a entrevista.

#### **5.4.1 Realização das entrevistas nos assentamentos rurais pesquisados**

O município de Cajazeiras possui sete Assentamentos Rurais. Todos contaram com a presença da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no seu processo de ocupação e desapropriação de terra. São eles: Santo Antônio, Valdecir Santiago, Frei Beda, Santa Cecília, Frei Damião, Edvaldo Sebastião e Mãe Rainha. Para as entrevistas sobre aplicação do diagnóstico das vulnerabilidades utilizou-se um roteiro comum a todos entrevistados de cada comunidade através de um questionário semifechado.

#### **5.4.2 Entrevistas semiestruturadas de história de vida**

As entrevistas semiestruturadas de *história de vida* aos assentados pesquisados tiveram formulação de questões/tópicos e não de roteiros específicos. Nas visitas prévias, algumas características singulares nos possíveis entrevistados foram percebidas (a exemplo de comunidades com agricultores que nasceram e vivem até hoje no mesmo lugar, que chegaram de sítios vizinhos ou que vieram de zona urbana). Escolheu-se esse tipo de entrevista, pois o foco, como o próprio nome diz, é a trajetória de vida das pessoas, como é viver no campo desde que nasceu ou como é viver na cidade e agora passar a viver no campo (algumas famílias sem-terra vieram das periferias urbanas em busca de uma vida melhor no campo), o que torna possível resgatar sua história, seus conhecimentos vividos, suas experiências, suas amizades e conflitos. Totalizou-se 14 (quatorze) entrevistas de histórias de vida.

Segundo (Alberti, 2004) na História Oral não se pode dizer com precisão quantos depoentes foram ouvidos para garantir o valor do resultado da pesquisa. O entrevistador para de realizar as entrevistas quando atinge seu ponto de saturação e chega o momento em que as entrevistas acabam por repetir-se, seja no conteúdo ou na forma como se constrói a narrativa. A história de vida proporciona um resgate de suas memórias. Segundo Ferreira (2000) memória é a construção do passado pautada por emoções e vivências, onde os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente. Para Nora (1993) memória é um fenômeno alimentado pelas lembranças do indivíduo que vivenciou algo, mas um fenômeno marcado por um embate constante entre as lembranças e o esquecimento, entre o passado e o presente.

Enquanto método, a História Oral enfatiza a importância de se partir do local em que o entrevistado ocupa no grupo e do significado de sua experiência. Defende que pessoas que participaram, vivenciaram e presenciaram fatos ou situações ligadas ao assunto em estudo podem fornecer depoimentos e informações relevantes, importantes e significativas para a questão (ALBERTI, 2004). Segundo Jovchelovitch e Bauer (2002), a entrevista de história de vida deve ser preparada considerando-se as fases e especificidades a seguir:

- a) Preparação: formulação de questões/tópicos e não de roteiros, como nas entrevistas comuns. Preparação do ambiente.
- b) Iniciação: apresentação, esclarecimentos, formulação do tópico inicial da narrativa e definição sobre meios auxiliares (gravador, câmara, registro escrito, etc.).
- c) Narração central: usar apenas encorajamentos verbais para a continuidade da narrativa (“e então?”). Não interromper. Observar sinais não verbais para finalizar cada seção ou parte.
- d) Perguntas: não julgar ou comentar a narrativa. Não discutir contradições e muito menos perguntar “por quê?” Deve-se apenas perguntar “O que aconteceu então?”.
- e) Conclusão: parar de gravar ou anotar. Agradecer e/ou agendar nova oportunidade para continuar. Se necessário, fazer anotações complementares à gravação logo depois da entrevista.

A aplicação do questionário do diagnóstico das vulnerabilidades (social, econômica, hídrica, tecnológica, ambiental, política e cultural) foi realizado no decorrer de 2016. As entrevistas temáticas e de história de vida foram realizadas a partir de janeiro de 2017. Das 15h00 às 17h30, no decorrer da semana e no final de semana, das 09h00 às 11h30, quando os moradores foram abordados em suas próprias residências.

Para as entrevistas de *história de vida* e *temáticas* utilizou-se a metodologia da História Oral, considerando que, na pesquisa de História Oral, não se deve realizar indiscriminadamente o maior número possível de entrevistas, se a simples quantidade puder por si só garantir a qualidade do acervo produzido. O critério levado em conta na História Oral é qualitativo, e não quantitativo, o número de entrevistados deve ser suficientemente significativo para viabilizar os resultados (ALBERTI, 2004). Para as vulnerabilidades, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas com questionários (contendo perguntas fechadas e abertas) de diagnóstico social, econômico, ambiental, político e cultural das comunidades rurais pesquisadas. Foram considerados os seguintes critérios para escolha dos entrevistados:

- ✓ Ser maior de 18 anos;
- ✓ Trabalhar na agricultura;

- ✓ Residir no assentamento há mais de cinco anos;
- ✓ Priorizar as famílias mais antigas das comunidades.

Naquelas entrevistas onde se utilizou a História Oral como metodologia, o ideal foi escolher entrevistados dispostos a revelar suas experiências de maneira franca e aberta, e além de informações particularizadas, com uma visão coletiva a respeito do universo estudado. Para identificar quais os “bons entrevistados”, foi realizado um conhecimento prévio do objeto de estudo recorrendo às fontes secundárias, à documentação primária e algumas entrevistas curtas de caráter exploratório. Primeiro, para conhecer o papel de cada grupo, e segundo, para identificar quais as pessoas que nesses grupos se destacam em função das questões que se pretendia investigar ao mesmo tempo. Essas informações prévias foram úteis no processo de escolha dos entrevistados (ALBERTI, 2004).

Segundo Ferreira (2000), a História Oral possibilita conhecer uma historicidade local singular visto que os pesquisados ocupam historicamente um tempo e um espaço. Ou seja, permite trazer à tona dados relevantes do cotidiano dos entrevistados, que talvez por outra fonte não se conseguisse. Assim, há de se considerar que o sujeito não está “mentindo”, mas ressignificando o que foi vivido em conformidade com seus valores e expectativas de papel vivido no presente.

A fim de obter informações diversificadas sobre os aspectos sociais, políticos, econômicos e ambientais dos grupos em estudo, e para dispor de dados capazes de ajudar na construção da pesquisa, todas as informações obtidas por meio das entrevistas aos representantes dos órgãos e dos moradores das comunidades terão caráter sigiloso, sendo utilizadas apenas para fins da pesquisa, não oferecendo qualquer risco de constrangimento uma vez que a participação de cada um dos participantes se deu de forma voluntária.

#### ***5.4.3 Material utilizado***

Na pesquisa de campo foi utilizado como material: câmera fotográfica, diário de campo para anotações, gravador de voz (MP4 e IPAD) para gravação das entrevistas e contatos diretos com a população da área de estudo. Segundo Minayo (2008), devem ser registradas as percepções diárias do pesquisador, seja de forma escrita (diário de campo), seja de forma gravada (dispositivo eletrônico que permita o registro). Devem-se registrar conversas informais, observações de comportamento, falas e impressões pessoais (que normalmente vão se modificando com o tempo) sobre as categorias ou pontos a serem investigados.

#### 5.4.4 Análise e interpretação dos dados

Quanto à técnica de análise e interpretação de dados utilizou-se da pesquisa quali-quantitativa. Os procedimentos adotados para a análise e interpretação dos dados foram baseados na sistematização e análise estatística, com base nas pesquisas bibliográficas e nas informações obtidas com as técnicas de coleta de dados, estudo de campo, entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários e observação participante.

Para a sistematização dos dados em gráficos ou tabelas utilizou-se do pressuposto da pesquisa Quantitativa. O observador parte de quadros conceituais de referências tão bem estruturados quanto possível, a partir dos quais formula hipótese sobre os fenômenos e situações que quer estudar. Os dados são analisados com apoio da estatística (multivariada) ou outras técnicas matemáticas (MOREIRA, 2004). Malhotra (2004, p. 154) “procura quantificar os dados e, normalmente, aplica alguma forma de análise estatística”, e se centra na objetividade, sem que esses dados tenham uma aplicação mecânica.

Para atingir os resultados manifestados nos dados levantados foram analisados com uma abordagem quali-quantitativa de forma comparativa, tratando-se de uma aproximação entre a análise qualitativa e quantitativa (entrevistas, questionários, observação, notas de campo, fotos, documentos, entre outros.). Os dados coletados foram tratados de forma estatística (elaboração de gráficos de barra) e também discutidos sob a narrativa descritiva (SATO, 1997). Nesse tipo de abordagem, ora predomina o quantitativo, ora o qualitativo, conforme a forma de análise do objeto (RAUPP; BEUREN, 2003).

As informações obtidas a partir da aplicação das técnicas de coleta de dados da pesquisa (estudo de campo, observação participante, entrevistas semiestruturadas e questionário semiaberto) foram analisadas levando em consideração as perspectivas individuais e de grupos, sendo tratadas segundo a técnica acima citada, e posteriormente enquadrada aos eixos temáticos do texto dissertativo.

De maneira complementar, recorreu-se à análise da conservação que procede com base em um material empírico reproduzindo conversações reais. Segundo Marcuschi (2005) não existe a melhor transcrição. Todas são um pouco boas. O essencial é que o pesquisador saiba quais seus objetivos e não deixe de especificar ou particularizar o que cabe no objeto da pesquisa. Para Marcuschi (1988, p. 319-320), a *conversação* é entendida “como uma interação centrada da qual participam pelo menos dois interlocutores que se revezam, tomando cada qual pelo menos uma vez a palavra, dando-se o evento comunicativo em uma identidade temporal”.

Para Fávero *et al.* (2010, p. 93) a conversação é “um processo interacional específico, que implica participação conjunta dos interactantes na dinâmica evolutiva de um evento comunicativo informal, localmente processado”. Enquanto Hilgert (2001, p. 65) salienta que “o texto conversacional caracteriza-se por ser processo e não produto, isto é, o texto falado, propriamente dito, constitui-se no próprio ato de produção”.

Segundo Garfinkel (1967, p. 01), “o objetivo é descrever os procedimentos por meio dos quais os participantes produziram seus próprios comportamentos e entendimentos e por meio dos quais lidam com os comportamentos dos outros”. Para Heritage e Atkinson (1984), a transcrição dos dados não é um mero procedimento que transforma texto oral em documento escrito, visto que ela obedece a uma série de convenções que sinalizam os diferentes aspectos que permearam uma determinada conversa (ou trecho de conversa) naquela hora e naquele local. As transcrições feitas depois (da gravação de uma interação) são utilizadas como uma forma conveniente para representar o material gravado de forma escrita, mas certamente não como uma possível substituição desse material (PSATHAS; ANDERSON, 1990).

O material transcrito é um recurso que possibilita, inclusive, que outros pesquisadores tenham acesso aos dados da forma “mais realística” possível. No entanto, a análise do pesquisador deve ser feita primordialmente com base no material que constitui a gênese de qualquer estudo que se encontra ancorado nos preceitos metodológicos, isto é, a gravação em áudio e/ou em vídeo da conversa ou dos extratos a serem analisados (SILNA *et al.*, 2009).

---

---

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 6.1 A formação da CPT/Sertão

O Sertão Paraibano abrange uma área de 22.697,50km<sup>2</sup>, que corresponde a 40% do território estadual, composto por 83 municípios, com uma população de 819.049 habitantes. Deste contingente, 326.327 pessoas residem no campo. Do total de municípios (83), 54 estão dentro da área de atuação da CPT/Sertão, compreendendo o território da Diocese de Cajazeiras/PB (CPT, 2015).

A Pastoral Rural da Paraíba em 1988 se vincula à Comissão Pastoral da Terra em âmbito nacional e continua apoiando os camponeses, inclusive prestando assessoria jurídica. A luta se estende rapidamente na região do Agreste e Brejo, se estendendo pela Zona da Mata, a Região da Borborema e avançando para o Sertão. O Alto Sertão Paraibano, na metade da década de 1980 e início da década de 1990, tornou-se palco de luta pela terra e de conflitos. Primeiro, com grileiros de terras públicas (ex-proprietários) e em propriedades privadas. Esse foi o começo de um movimento na região que avançou ganhando expressão até hoje (OLIVEIRA, 2013).

Alguns pontos que caracteriza a formação da CPT/Sertão em relação às demais CPTs na Paraíba. A luta se inicia em açudes públicos, pois é necessário que a terra possua água devido às condições climáticas sertanejas. Sem açude na terra a luta fica inviável. A CPT/Sertão tem como prioridade nas discussões dos seus projetos a convivência com o semiárido. A região do Alto Sertão contou com a presença da Pastoral Rural, das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e dos padres progressistas italianos. No alto Sertão não tem atuação do MST no campo, porém a CPT/Sertão é quem promove a luta nessa região fazendo com que suas ações vão além de assessoramento jurídico.

A formação da CPT/Sertão se inicia sem o apoio da própria Diocese de Cajazeiras que foi administrada por muitos anos por Dom Zacarias Rolim de Moura, um bispo conservador que se colocou contrário à formação de ações pastorais na região. Nesse contexto, o Bispo Dom Zacarias atuou no bloqueio da participação de Socorro Gouvêia, coordenadora diocesana de Cajazeiras, principal articuladora juntamente com o padre Cleides da luta pela terra no Sertão e da participação no seminário em João Pessoa – PB, que culminou com a

transformação da Pastoral Rural de Cajazeiras em CPT/Sertão. O depoimento do presidente da CPT/Sertão, A. C. G. corrobora:

O evento que fez emergir a CPT aconteceu na cidade João Pessoa, com o apoio do Arcebispo da Arquidiocese da Paraíba, Dom José Maria Pires e o Bispo da Diocese de Guarabira Dom Marcelo Pinto Cavalheira. Estes Bispos convocaram a Assembleia Regional da Pastoral Rural em 1989. Foi nesta ocasião que, nasceu em terras paraibanas, a Comissão Pastoral da Terra, nas quatro Dioceses, a citar: João Pessoa, Guarabira, Campina Grande e Cajazeiras. No entanto, as três pessoas: José Luiz Filho, José Lisboa e Valdeci Santiago Barreto, da Diocese de Cajazeiras, foram participar da Assembleia sem a autorização do Bispo Diocesano Dom Zacarias, que não concordava com o nascimento da Comissão Pastoral da Terra na Diocese. Dom José Maria Pires falou que eles podiam reunir-se à equipe da pastoral Rural para tornar a CPT independente da Diocese de Cajazeiras. Sendo assim, a (CPT – Sertão – PB) nasceu à revelia da Diocese de Cajazeiras, mas com a anuência do Bispo da Diocese de Patos. Por isto é denominada de CPT – Sertão - PB e, não CPT de Cajazeiras. A CPT/Sertão não era ligada à Diocese de Cajazeiras. Quando Dom Zacarias se aposentou, seu substituto Dom Matias era mais aberto, participava de alguns eventos da CPT, alguns projetos que fossem necessários ele assinava, mas a CPT ainda não era parte integrante da Diocese. Com sua transferência e chegada de Dom José Alonso, um bispo que tinha sido coordenador da CPT no Estado do Piauí, ele conhecia o trabalho da CPT, a partir de então a CPT passou a fazer parte da Diocese de Cajazeiras e também da coordenação pastoral Diocesana. Hoje tudo que é trabalhado e planejado na Diocese de Cajazeiras tem conhecimento do trabalho da CPT/Sertão. Está chegando um Bispo novo, vamos conhecê-lo e ver os desafios.<sup>3</sup>

Dom J. G. A. bispo da Diocese de Cajazeiras em Depoimento explica sua relação com a CPT/Sertão:

Eu J. G. A. tenho 74 anos e tomei posse canônica como Bispo da Diocese de Cajazeiras em 21 de Agosto de 2001. A CPT/Sertão já estava formada. Soube que na época de sua formação a Diocese não o apoiou. Acredito que foi por diferentes circunstâncias, entre elas, o de não conhecer o trabalho da CPT. Então quando cheguei a CPT/Sertão ainda não fazia parte da Diocese de Cajazeiras diretamente. Atualmente ela faz parte sim. É uma pastoral social, vinculada à CNBB e à Diocese de Cajazeiras. As comunidades Eclesiais de Base continuam no processo de conscientização dos trabalhadores dos seus direitos e a CPT acompanha os acampamentos até a posse da terra e hoje também acompanha os projetos nos Assentamentos de convivência com semiárido, de educação no campo entre outros, ela trabalha pela permanência dos agricultores na terra. Sem a CPT/Sertão o processo de reforma agrária no sertão paraibano estava bem mais atrasado, não tenho dúvida disso. O poder público não tem interesse de lutar por Reforma Agrária no semiárido. Acreditam que não pode dar certo devido à seca. Falta

---

<sup>3</sup> Trecho de entrevista concedida em janeiro de 2017.

interesse e conscientização política de que “a terra é para todos” especialmente para os que vivem e trabalham nela.<sup>4</sup>

Uma das fundadoras da Pastoral Rural complementa o surgimento da CPT/Sertão:

Então nós rompemos com a Diocese de Cajazeiras, a pastoral deixou de existir e passou a ser a CPT. A Comissão Pastoral da Terra foi criada e já tinha um problema, o problema é que tinha que ter um bispo pra assinar pela a gente, então pedimos apoio em Patos com Dom Gerardo Ponte, por isso que não podia ser a CPT de Cajazeiras e sim CPT/Sertão. A CPT faz parte da linha seis da CNBB e por isso teria que ter obrigatoriamente um bispo que respondesse por aquela equipe, Dom Gerardo aceitou assinar e por isso ficou a CPT/Sertão. A CPT nunca conseguiu se estruturar em Patos. Lá funcionavam mais outros grupos como a Cáritas, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos e as CEBs.<sup>5</sup>

Nos primeiros anos de atividades dos movimentos de luta pela terra no alto/Sertão contaram também com o apoio do Padre D. C. C. da Paróquia de Uiraúna (SILVA, 1997).

Foi nesse anseio grande, nas CEBs, nas comunidades, da vivência prática, sair da teoria, sair dos sermões, sem atingir a consciência crítica da cidadania, do católico, do irmão pobre e sofredor, da maioria empobrecida e daí você tem os instrumentos de todos os grandes teóricos da teologia da libertação, dos dois irmãos Leonardo e Clodovis Boff, os outros tantos que eles explicam como surgiu a CEBs e a Teologia da Libertação com explicitação da fé na consciência crítica na sua cidadania, no seu ser gente e no ser digno de viver como pessoa humana, livre. Não dependendo do sistema e não continuar pobre por ser pobre. E Dom Helder ensinava: ‘Não fazer os pobres de hoje, os opressores de amanhã’. Saber conduzir uma mística também. Quem pensa que as CEBs e os projetos não tinham mística, portanto eram um engano, uma tapeação, ou eram um puro horizontalíssimo, está enganado, as CEBs, também tinha uma alta espiritualidade, uma mística profunda, o que o próprio Leonardo Boff escreve sobre a teologia dos conflitos, a espiritualidade dos conflitos da libertação, é muito bonito.<sup>6</sup>

O início do movimento pela Reforma Agrária no Alto Sertão Paraibano ocorre no final da década de 1980 e conta com a presença das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em vários municípios sertanejos paraibanos por darem apoio aos trabalhadores rurais. Os municípios de Triunfo, Jericó, Bonito de Santa Fé e Riacho dos Cavalos todos contaram com o apoio das CEBs para a demarcação das terras nas áreas de açudes públicos situadas nesses municípios.

---

<sup>4</sup> Depoimento realizado em 2016, quando ainda era bispo da Diocese de Cajazeiras, deixando o cargo em 2016, quando completou 75 anos.

<sup>5</sup> Residente no assentamento de Acauã e ex-coordenadora da CPT-Sertão-PB, entrevistada em agosto de 2012, citado por Oliveira (2013).

<sup>6</sup> Depoimento do Padre D. C. C., entrevistado em novembro de 2012, citado por Oliveira (2013).



As lutas pela terra no Alto/Sertão iniciaram-se em Riacho dos Cavalos, com o apoio de Frei Dimas, que fazia parte das CEBs. Em 1930, foram desapropriados cerca de 1600 ha de terras, para a construção do açude no Município de Riacho dos Cavalos. As maiores partes das terras ficaram ociosas, sendo estas ocupadas por camponeses sem terra. Em meados de 1960, estabelece-se na região a Empresa Paraibana de Pesquisa Agropecuária (EMEPA) para fazer pesquisas relacionadas à criação de gado e à plantação de capim, mas as terras ainda estavam sendo utilizadas pela antiga família proprietária (SILVA, 1997).

Durante a década de 1970, a EMEPA-PB (Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba) começa a restringir o uso da terra pelas 60 famílias que trabalhavam no local, não permitindo que fizessem pequenas criações ou plantassem, mas tarde expulsam os camponeses de suas moradias. Estas famílias expulsas, somadas a outras famílias sem-terra, passaram a partir de 1985 a se organizar de forma coletiva com o apoio das CEBs e da CPT/Sertão. As famílias ocuparam 300 ha de terra improdutiva em volta do açude para obter o sustento das suas famílias. Em 1990, 126 famílias já lutavam pela posse das terras da fazenda pública do açude de Riacho dos Cavalos que estava ainda sob o poder da EMEPA, que proibia esses camponeses de viver na terra e desenvolver uma agricultura de subsistência (op.cit.).

As terras onde os açudes eram construídos pelos governantes, os proprietários das terras desapropriadas eram indenizados, mas o governo não emitia a posse. Acontecia que muita terra que ficava em volta dos açudes públicos continuava na posse dos antigos donos e muitos camponeses moravam nessas terras públicas trabalhando para os patrões sem ter o conhecimento de que a terra era do Estado e que eles tinham direito a posse das mesmas. A Comissão Pastoral da Terra faz esse trabalho de esclarecimento, com o tempo eles foram tomando consciência dessa realidade, passaram se organizando em grupos e decidiram lutar por estas terras. Isto se iniciou em Bonito de Santa Fé, Riacho dos Cavalos, na bacia do açude público de Pilões em Triunfo, especificamente na comunidade de Três Irmãos. Ocorreu também no açude de Carneiro em Jericó, no assentamento de Recanto. Então, foram essas quatro reivindicações no final da década 1980 que iniciou a luta pela Terra no Sertão. Digamos que foram de grupos de camponeses orientados e articulados pela CPT.<sup>7</sup>

A herança histórica do trabalho dos padres italianos com os camponeses da organização da luta pela terra, das Comunidades Eclesiais de Base, da Pastoral Rural, do Movimento de Evangelização Rural e do Circulo Operário no Sertão serviram como base para a consolidação da luta pela reforma agrária no alto-sertão. Os trabalhos da CPT/sertão

---

<sup>7</sup> Depoimento de A. C. G., coordenador da CPT-SERTÃO-PB, janeiro de 2017.

iniciaram com os conflitos em açudes públicos que mais tarde se espalharam para outras áreas, como ocupação dos latifundiários improdutivos. Em 1995, a CPT/Sertão faz sua primeira ocupação em área privada (OLIVEIRA, 2013).

A partir de 1995, a CPT/Sertão mais forte e madura passa a reivindicar a desapropriação de terras improdutivas em propriedades privadas. A primeira ocupação em terras de propriedade privada improdutiva no estado ocorreu em 1995 e é a partir daí que os protagonistas dessa luta passam a negociar com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A ideia de se ocupar Acauã, no município de Aparecida, se deu em 1995 durante a assembleia anual da CPT, como relata uma das participantes do movimento em depoimento:

Estávamos no final do mês de outubro, início de novembro, na assembleia anual da CPT, essas ocorrem desde a criação da CPT até os dias de hoje. Na reunião de avaliação e planejamento com os Bancos de Sementes e com a Comissão de Trabalhadores, em que estava presente o pessoal das áreas de assentamento de açudes públicos, recebemos uma cópia do Diário Oficial da União que dizia que Júlio César que era superintendente do INCRA na época disse que iriam haver quatro desapropriações do Estado e uma dessas desapropriações era Acauã. Então naquele dia que recebemos a notícia no jornal, decidimos ocupar Acauã. Foi uma coisa assim, extraordinária na vida daquele povo. Tinha em torno de 10 a 12 municípios presentes.<sup>8</sup>

Foram articuladas pessoas de todas as comunidades do município de Aparecida para ocupar Acauã, cerca de duzentas famílias. A conjuntura política da época estava desfavorável com a ocupação, relata um participante do movimento de ocupação de Acauã:

Acauã era o alvo, a primeira fazenda que foi ocupada por famílias na região, fazenda particular. Porque até então havia ocupação de áreas, terras públicas, Pilões é terra pública, Riacho dos Cavalos é terra pública, Bonito de Santa Fé é Terra Pública, e aqui não, aqui era propriedade particular que pertencia à família Gadelha. Na época, politicamente falando, os Gadelha, proprietários dessa fazenda, estavam no estado, o secretário da agricultura era Marcondes Gadelha, da família Gadelha. Na época o governador da Paraíba era Zé Maranhão. Imagine como era fácil a conjuntura política daquela época.<sup>9</sup>

A luta em Acauã iniciou-se em 1995, quando cerca de 60 famílias ocupam a Fazenda Acauã, no município de Aparecida, no Alto Sertão paraibano, uma área de 2.825 hectares.

---

<sup>8</sup> Depoimento de S. G., assentada e ex-coordenadora da CPT-SERTÃO-PB, entrevistada em agosto de 2012, citado por Oliveira (2013).

<sup>9</sup> Depoimento de A. D. V., ex-presidente da Associação de Três Irmãos e assentado em Acauã, entrevistado em agosto de 2012, citado por Oliveira (2013).

Essa luta teve êxito em 1996 com a imissão de posse do assentamento de Acauã. A conquista de Acauã foi muito importante porque marca um novo momento na luta pela terra no Alto Sertão da Paraíba, sendo a primeira desapropriação em área privada. Essa luta traz uma consciência de cidadania, com a qual os camponeses começam a vislumbrar uma nova vida e a descobrir sua importância dentro da sociedade (OLIVEIRA, 2013).

Acauã foi o primeiro assentamento que serviu de modelo para os demais. Aquilo que não ia dando certo, já se tentava evitar em outros assentamentos, por exemplo: no sertão muitos assentamentos foram construídos em agrovilas, porque os acampamentos são construídos por barracas de lona, e a espera de uma desapropriação pode chegar até cinco anos ou mais para o INCRA fazer um parcelamento pra depois eles terem um direito a uma casa nos lotes e por isso é melhor construir as agrovilas. A agrovila de Acauã foi uma experiência para melhorar as demais. Hoje as agrovilas tem de 1 hectare de distância de uma casa pra outra, o agricultor com 1 hectare pode criar um animal, plantar uma horta, um pomar, tendo mais opções de viver, sem necessariamente estar colado na casa do vizinho. A utilização do crédito fomento de alimentação, em Acauã comprou-se muitas ferramentas de trabalho, isso o povo já tinha. Nos próximos assentamentos os trabalhadores compraram animais como vaca, bode, porco entre outros, animais que poderia ajudar na alimentação e ao mesmo tempo melhorar a renda da família. Acauã foi o primeiro assentamento do INCRA na região, o que dava certo a gente copiava nos novos assentamentos, ou modificava de acordo as realidades de cada assentamento.<sup>10</sup>

A luta pela terra no Semiárido paraibano não se encerra com a desapropriação da terra. As condições climáticas do semiárido por irregularidades ou ausência das chuvas, ausência de rios perenes e solos poucos profundos. Os camponeses tiveram que aprender com base na dinâmica da própria natureza local novas tecnologias de convivência, foram experimentando e redescobrimo práticas tradicionais e/ou reinventando outras e, dessa forma, estão tornando possível produzir as condições de convivência neste espaço, apesar das fragilidades que a própria natureza impõe.

O acompanhamento da CPT/Sertão – PB vem mudando o cenário dessa região e transformando a vida de centenas de camponeses (as), fruto da luta coletiva e do trabalho da CPT. O universo da Reforma Agrária na referida região abrange 37 assentamentos situados em 18 municípios, ocupando uma área de, aproximadamente, 36.147,01 hectares. Neste espaço, estão assentadas 1.248 famílias. E, ainda, aguardando providências do INCRA, estão acampadas e em processo de luta 434 famílias em 09 áreas de conflito: acampamentos e posseiros, localizados em 07 municípios do Alto Sertão Paraibano (CPT, 2015).

---

<sup>10</sup> Depoimento de A. C. G., coordenador da CPT-SERTÃO-PB, janeiro de 2017.

A articulação de camponeses (as) e o trabalho coletivo tem sido fundamental para o alcance de conquistas nas diferentes dimensões: social, política e econômica. Tendo como centralidade a convivência com o Semiárido, os camponeses (as) assentados (as) organizam suas atividades em redes buscando a colaboração de todos e todas na construção de estratégias de convivência com o Semiárido brasileiro. No processo de acompanhamento e assessoramento feito pela CPT/Sertão está a luta pelo acesso e uso sustentável da terra desde a década de 1980, incluindo a luta constante pela água. A junção entre reforma agrária e convivência com o semiárido tem fortalecido a o movimento pela reforma agrária no Alto Sertão paraibano.

As experiências exitosas nos assentamentos mais antigos, ajudando, mediante o trabalho de articulação, as demais comunidades de agricultores/as assentados/as e a sua integração nas redes existentes das quais a CPT/Sertão participa: sementes; cultivos agroecológicos; saúde; alimentação e educação; redes locais ligadas à Articulação do Semiárido Paraibano (ASA/PB), participação do Fórum Estadual da ASA-PB, desde a sua criação em 1993; participação dos espaços de formação e discussão política sobre agroecologia e convivência com o Semiárido; participação da Rede de Educação do Semiárido Brasileiro (RESAB), da Rede de Educação Cidadã (RECID/PB); da Rede Solivida (reúne 27 organizações apoiadas pelo Aktionskreis Pater Beda no Brasil), esta funcionando em sete estados do Nordeste (Piauí, Ceará, Pernambuco, Bahia, Paraíba e Rio de Janeiro); participação de reuniões do Comitê de Energia Renovável do Semiárido (CERSA), a última acontecendo no município de Pombal/PB e favorável à discussão sobre energia renovável, pois a CPT trabalha com essa temática no Assentamento Acauã/Aparecida/PB; participação da Articulação da Frente Brasil Popular Núcleo de Cajazeiras/PB; participação nas reuniões e atividades articuladas com os assentamentos, como também no Núcleo da Frente Brasil Popular em Cajazeiras/PB composto por sindicatos, movimentos sociais, professores/as, estudantes, etc. (CPT, 2016).

Na Paraíba, a CPT/Sertão atua em trabalhos, projetos de desenvolvimento e ações sociais e ambientais conjuntas no campo. O movimento no Alto Sertão paraibano, cuja base social é constituída por camponeses sem terra, vem nas últimas décadas construindo uma nova práxis no exercício da cidadania ativa. Nesse contexto, a CPT/Sertão vem desenvolvendo um trabalho de Base e Formação Continuada nas áreas de Assentamentos, Acampamentos, áreas de Posseiros e Grupos Sem Terra.

Esse apoio da CPT/Sertão tem como objetivo o fortalecimento das organizações locais das Comunidades citadas e também a possibilidade de criação de novos bancos de sementes

comunitários, criação de abelhas, roças comunitárias, experiência de manejo de caatinga, estocagem de armazenamento de água, sementes e forragem. É um trabalho de convivência com o semiárido que a CPT desenvolve nas comunidades para que sejam produtivas e ofereçam condições de melhorias de vida para as famílias rurais, fazendo com que essas famílias permaneçam na terra.

A CPT percebe que há necessidade de retomar o Fórum dos Conflitos no Alto Sertão Paraibano, priorizando a formação política articulada com as lideranças das áreas em conflitos na região. A CPT/Sertão faz articulação com as demais Equipes de CPT do Regional NE, abrangendo 12 Equipes de CPT nos estados da Paraíba (João Pessoa, Campina Grande, Guarabira e Cajazeiras), Pernambuco (Litoral Norte, Palmares, Garanhuns, Floresta e Afogados da Ingazeira), Alagoas (Maceió) e Rio Grande do Norte (Mossoró e Natal), que tem se dado a partir das Reuniões do Conselho Regional que temos participado bimestralmente em Recife/PE e Caruaru/PB (CPT, 2016).

Nestas reuniões, realizam-se estudos sobre o Nordeste e discutem-se ações conjuntas, espaço de política de formação e deliberação das ações da CPT no Regional NE. Além das Reuniões do Conselho, participamos da Assembleia Regional da CPT NE. No tocante ao estado da Paraíba, participamos através de reuniões bimestrais dos Conselheiros das Equipes de CPT presentes em João Pessoa/PB e Campina Grande/PB. Nestas reuniões temos discutido questões dos conflitos e assentamentos, buscando fortalecer nossas ações nas regiões (op. cit.). Eis o momento atual da Comissão Pastoral da Terra/Sertão segundo depoimento do presidente da CPT/Sertão:

A aprovação de um Decreto no governo FHC em 1996 dizendo que áreas ocupadas não podem ser vistoriadas para desapropriação, e mesmo já sendo desapropriada se estiver ocupadas, mesmo só com plantações, não será emitida à posse da terra. Isso fez cair muito o número de acampamentos na Paraíba, desanimou muito o trabalhador, porque o que animava o povo era poder entrar na terra, já começar a plantar e resistir à luta. Hoje o movimento pela terra se encontra lento e são poucas as desapropriações. Nesse sentido a CPT teve que mudar suas estratégias de luta. Ela continua dando apoio aos movimentos que vão surgindo, principalmente os movimentos de posseiros que são trabalhadores que já vivem muito tempo no lugar, mas não tem a propriedade da terra. Continua dando apoios aos acampamentos e os grupos de sem terra. Estamos na luta negociando com o Incra pela desapropriação ou pela liberação de verbas para áreas já desapropriadas. As Comunidades Eclesiais de Bases continua existindo em Cajazeiras, fazem os trabalhos pastorais nas comunidades esclarecendo seus direitos assim como a CPT. A CPT não é um movimento, é uma pastoral de grande importância na luta pela terra. Sozinhos os camponeses dificilmente teria conquistado o que já conquistou, porque a CPT esclarece os trabalhadores dos seus direitos, como lutar, que arma usarem para a luta, dar todo um embasamento e isso faz o

povo perder o medo de lutar. A relação da CPT/Sertão com o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) é boa, nunca tivemos conflitos, ambos temos objetivos pela Reforma Agrária. O MST atua mais na região do Agreste e Litoral no Sertão, de Pombal até Cajazeiras sempre foi a CPT, mas quando temos que nos juntar para reforçamos uma luta fazemos sem problema.<sup>11</sup>

## 6.2 Trabalho desenvolvido pela CPT/Sertão em 2016 no tocante à luta pela terra no Alto Sertão paraibano

A tabela 03 apresenta a localização dos acampamentos e a situação atual que os encontram.

**Tabela 03** – Número de famílias Sem Terra acompanhadas pela CPT Sertão/PB – 2016

Acampamento	Município	Nº ha	Fam.	Início	Processo da área
Jatobá	Lagoa	875	46	2011	Aguardando Certidão
Areia	Santa Helena	775	16	2011	Aguardando Certidão
Catingueira	S. J. L. Tapada	1.000	40	2012	Aguardando Certidão
Mirante	S. J. L. Tapada	1.000	70	2012	Aguardando Certidão
<b>04 áreas</b>	<b>04 municípios</b>		<b>172</b>		

Fonte – CPT Sertão/PB – 2016.

A tabela 04 apresenta o número de famílias em fase de acampamentos que estão sendo acompanhadas pela CPT/Sertão.

**Tabela 04** – Número de famílias em áreas de acampamentos acompanhadas pela CPT/Sertão/PB-2016

Área	Município	Nº ha	Fam.	Início	Processo da área
Novo Horizonte	Cajazeiras	600	27	2005	Área do DNOCS - Aguarda a Reg. Fundária
Verdes	Aparecida	900	40	2006	Aguardando Certidão
Boa Conquista	Cajazeiras	600	08	2007	Aguardando Certidão
São Francisco	Jericó	1.000	60	2013	Aguardando Certidão
<b>04 áreas</b>	<b>04 municípios</b>	<b>3.100</b>	<b>135</b>		

Fonte – CPT Sertão/PB – 2016.

<sup>11</sup> Depoimento de A. C. G., coordenador da CPT/SERTÃO, janeiro 2017.

A tabela 05 apresenta o número de famílias em áreas de posseiros, são famílias que já residem na terra nas condições de empregados e agora luta para possuir a posse da terra e estão sendo acompanhadas pela CPT/Sertão.

**Tabela 05** – Número de famílias em áreas de posseiros acompanhadas pela CPT/Sertão/PB – 2016

Área	Município	Nº ha	Fam.	Início	Processo da área
Macacos	Sousa/PB	875	36	2010	Vistoriada
Brejo das Freiras	Triunfo/PB	3.200	600	2013	Aguarda Vistoria
<b>02 Áreas</b>	<b>02 municípios</b>	<b>4.075</b>	<b>636</b>		

Fonte – CPT Sertão/PB – 2016.

A última desapropriação nessas áreas mencionadas nas tabelas 01, 02 e 03 ocorreu em abril de 2016. Os agricultores estão aguardando a emissão de posse dada pelo INCRA. No atual momento, os processos de vistorias e desapropriação estão parados. Os grupos de sem-terra e posseiros continuam articulados. Por outro lado, nesta conjuntura não se constata novas ocupações (CPT, 2016).

A Tabela 05 mostra os assentamentos que tiveram o acompanhamento CPT/Sertão na luta inicial pela desapropriação da terra e que ainda continuam sendo acompanhados pela CPT/Sertão até o momento. A CPT/Sertão só deixa de fazer o acompanhamento quando os Assentamentos recebem todos os recursos de infraestrutura (casa cisterna, eletrificação e custeio para desenvolvimento agrícola) e quando a mesma sente que eles podem continuar sem precisar diretamente do seu apoio.

**Tabela 06** – Assentamentos que continuam acompanhados pela CPT/Sertão

Áreas	Municípios	Tamanhos	Famílias	Imissão Posse	Créditos implantados
Angélica II	Aparecida	993 ha	16	14/09/2010	Apoio inicial; PDA16 e parcelamento
Zequinha	Sousa	853 ha	20	14/09/2010	Apoio inicial; PDA e parcelamento
Jerimum	Lastro	1.087 ha	51	15/09/2010	Apoio inicial; PDA e parcelamento

Padre Cleides	Santa Helena	1.161 ha	16	15/09/2010	Apoio inicial; PDA, parcelamento, habitação, eletrificação
Morada Nova	São José da Lagoa Tapada	857 ha	27	13/02/2012	Apoio inicial
Frei Dimas	Catolé do Rocha	1.440 ha	30	08/05/2012	Apoio inicial
Santa Cecília	Cajazeiras	295 ha	12	22/11/2012	Apoio inicial
Floresta	Sousa	603 ha	13	06/06/2013	Apoio inicial
Jatobá	Sousa	771 ha	15	17/09/2014	Apoio inicial
<b>09 áreas</b>	<b>07 municípios</b>	<b>8.060 ha</b>	<b>200</b>		

Fonte – CPT Sertão/PB – 2016.

### ***6.2.1 A espiritualidade dentro do trabalho da pastoral***

A mística espiritual fortalece nosso trabalho enquanto CPT e também o nosso trabalho junto aos camponeses (as) que respeitam a pastoral da CPT. A espiritualidade tem se expressado nos diversos momentos de nossa caminhada: reuniões, encontros, etc. Seja nas comunidades junto aos camponeses, seja entre nós, são os cantos, as leituras bíblicas, os elementos da natureza, etc., são diversas as formas pelas quais os agentes e camponeses têm vivenciado a sua espiritualidade (CPT, 2016).

A mística é vivenciada quando fazemos a opção por um trabalho de cunho libertador, tendo o evangelho como o centro, é a Utopia da Construção do Reino de Deus que nos anima e nos faz ser proféticos denunciando as injustiças contra os povos do campo e lutando por uma sociedade mais justa mesmo em tempos bem difíceis. A CPT participa da articulação das pastorais sociais da Diocese de Cajazeiras/PB e também da coordenação diocesana de pastoral. Este espaço tem sido muito importante para a CPT Sertão/PB, pois ele favorece a integração do trabalho da mesma com a igreja diocesana local. Também participa de eventos diocesanos como a Romaria da Terra (op.cit.).



### 6.3 Caracterização dos assentamentos pesquisados

A pesquisa se deu em sete assentamentos rurais no Município de Cajazeiras em que foram acompanhados pela Comissão Pastoral da Terra/Sertão no processo de ocupação e desapropriação da área. A CPT atua no momento em cinquenta e quatro municípios do Sertão paraibano nas microrregiões de Cajazeiras, Sousa, Piancó e Catolé do Rocha. Até o momento são 37 Assentamentos Rurais nessas microrregiões citadas, sendo que todos contaram com acompanhamento da CPT/Sertão no processo de desapropriação da terra (CPT/SERTÃO, 2016).

No município de Cajazeiras existem sete assentamentos rurais até o momento da pesquisa. Logo, a pesquisa englobou todos os assentamentos do município de Cajazeiras. No processo de acompanhamento e assessoramento, a CPT/Sertão luta pelo acesso e uso sustentável da terra, incluindo a luta pela água, reforma agrária e convivência com o semiárido. A tabela 07 apresenta as características do assentamento Santo Antônio como; a data de emissão da posse da terra, o número de hectare que a terra possui, o número de famílias assentadas pelo o INCRA, o tipo de ocupação, como ocorreu o processo, e a participação da Comissão Pastoral da Terra/Sertão.

**Tabela 07** – Características do assentamento Santo Antônio, município Cajazeiras – PB

<b>Emissão de posse</b>	Emissão de posse ocorreu em 02/12/1997 tornando-se o primeiro assentamento rural do município de Cajazeiras
<b>Número de hectare</b>	Com uma área de 662 ha
<b>Número de famílias</b>	32 famílias assentadas
<b>Tipo de ocupação</b>	Acompanhada pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, caracterizou-se pela permanência dos antigos moradores e pela não-ocupação de pessoas vindas de outros lugares, pois o número de famílias (posseiros) era suficiente para o total de hectares.

**Fonte** – Freitas (2017).

A tabela 08 apresenta as características do assentamento Valdeci Santiago como; a data de emissão da posse da terra, o número de hectare que a terra possui, o número de famílias assentadas pelo INCRA, o tipo de ocupação, como ocorreu o processo a participação da Comissão Pastoral da Terra/Sertão.

**Tabela 08** – Características do assentamento Valdecir Santiago, município Cajazeiras – PB

<b>Emissão de posse</b>	Emissão de posse ocorreu em 22/12/1997
<b>Número de hectares</b>	Com uma área de 2579 ha
<b>Número de famílias</b>	53 famílias assentadas
<b>Tipo de ocupação</b>	Acompanhada pela Comissão Pastoral da Terra – CPT no processo de desapropriação, caracterizou-se por uma ocupação de pessoas vindas de fora (cidade de Souza) que se somaram aos moradores (posseiros) da comunidade, gerando conflito com os posseiros que não aceitaram bem as novas famílias.

**Fonte** – Freitas (2017).

A tabela 09 apresenta as características do assentamento Frei Damião como; a data de emissão da posse da terra, o número de hectare que a terra possui, o número de famílias assentadas pelo INCRA, o tipo de ocupação, como ocorreu o processo, e a participação da Comissão Pastoral da Terra/Sertão.

**Tabela 09** – Características do assentamento Frei Damião, município Cajazeiras – PB

<b>Emissão de posse</b>	Emissão de posse ocorreu em 17/08/2001
<b>Número de hectare</b>	Com uma área de 726 ha
<b>Número de famílias</b>	21 Famílias assentadas
<b>Tipo de ocupação</b>	Acompanhada pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, caracterizou-se por uma ocupação de moradores vindos de comunidades vizinhas (sem-terra) no processo de desapropriação da terra. Houve conflito no dia da posse. O antigo proprietário, mesmo sendo indenizado pelas terras, impediu os assentados de adentrarem nas terras.

**Fonte** – Freitas (2017).

A tabela 10 apresenta as características do assentamento Edvaldo Sebastião como; a data de emissão da posse da terra, o número de hectare que a terra possui, o número de famílias assentadas pelo o INCRA, o tipo de ocupação, como ocorreu o processo e a participação da Comissão Pastoral da Terra/Sertão.

**Tabela 10** – Características do assentamento Edvaldo Sebastião, município Cajazeiras – PB

<b>Emissão de posse</b>	Emissão de posse ocorreu em 17/08/2001
<b>Numero de hectares</b>	Com uma área de 367 ha
<b>Numero de famílias</b>	19 famílias assentadas
<b>Tipo de ocupação</b>	Acompanhada pela Comissão Pastoral da Terra - CPT no processo de desapropriação da terra, caracterizou-se por uma ocupação de moradores vindos de fora. Famílias (sem-terra) de comunidades vizinhas se somaram às famílias de moradores (posseiros).

**Fonte** – Freitas (2017).

A tabela 11 apresenta as características do assentamento Frei Beda como; a data de emissão da posse da terra, o número de hectare que a terra possui, número de famílias assentadas pelo INCRA, o tipo de ocupação, como ocorreu o processo, e a participação da Comissão Pastoral da Terra/Sertão.

**Tabela 11** – Características do assentamento Frei Beda, município Cajazeiras – PB

<b>Emissão de posse</b>	Emissão de posse ocorreu em 30/12/2004
<b>Número de hectares</b>	Com uma área de 1.308 ha
<b>Número de famílias</b>	34 famílias assentadas
<b>Tipo de ocupação</b>	Acompanhada pela Comissão Pastoral da Terra - CPT no processo de desapropriação da terra, caracterizou-se por uma ocupação de moradores vindos de fora (comunidades rurais vizinhas). Tiveram que enfrentar um conflito ambiental, sendo as terras localizadas em áreas de preservação ambiental. Os órgãos ambientais, até a posse da terra, não tinham emitido as licenças dando direito aos moradores para explorá-la.

**Fonte** – Freitas (2017).

A tabela 12 apresenta as características do assentamento Mãe Rainha como; a data de emissão da posse da terra, o número de hectare que a terra possui, número de famílias assentadas pelo INCRA, o tipo de ocupação, como ocorreu o processo, e a participação da comissão pastoral da terra/sertão.

**Tabela 12** – Características do assentamento Mãe Rainha, município Cajazeiras – PB

<b>Emissão de posse</b>	Emissão de posse ocorreu em 06/03/2007
<b>Número de hectare</b>	Com uma área de 377 ha
<b>Número de famílias</b>	28 famílias assentadas
<b>Tipo de ocupação</b>	Acompanhada pela Comissão Pastoral da Terra - CPT no processo de desapropriação da terra, caracterizou-se pela permanência dos moradores que já residiam na comunidade (posseiros), mais moradores de comunidades vizinhas (sem-terra) e algumas famílias vindas da cidade de Cajazeiras.

**Fonte** – Freitas (2017).

A tabela 13 apresenta as características do assentamento Santa Cecília como: a data de emissão da posse da terra, o número de hectare que a terra possui, o número de famílias assentadas pelo INCRA, o tipo de ocupação, como ocorreu o processo, e a participação da Comissão Pastoral da Terra/Sertão.

**Tabela 13** – Características do assentamento Santa Cecilia, município Cajazeiras – PB

<b>Emissão de posse</b>	Emissão de posse ocorreu em 03/12/2012
<b>Numero de hectare</b>	Com uma área de 296 há
<b>Numero de famílias</b>	12 famílias assentadas
<b>Tipo de ocupação</b>	Acompanhada pela Comissão Pastoral da Terra - CPT no processo de desapropriação da terra, caracterizou-se por uma ocupação de moradores vindos de comunidades vizinhas (sem-terra).

**Fonte** – Freitas (2017).

## 6.4 História de vida dos assentamentos

### 6.4.1 Assentamento Santo Antônio

#### 6.4.1.1 Entrevistado nº 1

A Fazenda Santo Antônio pertencia ao Major [...], era uma fazenda produtora de algodão arbóreo e criação de gado. Abrigava 32 famílias que trabalhavam nas condições de rendeiros e meeiros, uma dessas famílias era a minha. Os moradores podia plantar arroz, feijão, milho e capim para sua sobrevivência. Toda a produção era dividida em meia ou terça com os patrões pelo uso da terra, inclusive a lenha, pois era permitida a retirada da mesma para o consumo doméstico e para comercialização. Posteriormente, com a morte do Major, a fazenda passa a ser comandada por seus herdeiros, que transformaram em empresa agropecuária Fazenda Pires Agropastoril Ltda. (FAPISA<sup>12</sup>). Esta empresa era formada por nove comunidades rurais voltadas para a produção de produtos agropecuários, entre elas a Fazenda Santo Antônio. O período de 1973 a 1997, ano da desapropriação das terras, intensificou a produção de algodão arbóreo, pois era o produto principal da empresa. Os trabalhadores não eram remunerados, dava metade do algodão já colhido. A mão de obra não era inclusa, ficava por conta do trabalhador. Mesmo tendo que pagar a meia tinha que pagar dias de trabalho para os patrões. Assim nós não tínhamos como trabalhar alugado em outra fazenda para conseguir renda. Tinha que viver somente das plantações para consumo e a renda era só do algodão na época da colheita somente. Veneno a gente usava sim, os dono quem trazia, a gente aplicava no algodão e em toda plantação. O desmatamento era permitido para lenha, fazer pasto para o gado e colocar roça para plantações de milho e feijão, nos baixios áreas de riachos no ano que chovia, bom, a gente plantava arroz. Com a crise do algodão ocorrida na década de 1980, a fazenda foi hipotecada pelo Banco do Brasil, deixando os moradores em condições difíceis de sobrevivência, a gente ficou meses sem saber o que iria acontecer, foi um momento difícil. Procuramos o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cajazeiras e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Enviaram um ofício ao INCRA solicitando solução para as 32 famílias moradoras da fazenda. Com avaliação técnica o INCRA constatou a improdutividade da propriedade, iniciando um processo de desapropriação das terras. Os moradores permaneceram na comunidade e recebemos o direito de posse. Não houve conflito porque eram somente os moradores, não tinha ninguém de fora. Só houve um problema com o ex-gerente da terra, não queria que a comunidade utilizasse da casa sede da antiga Fazenda, mas acabou cedendo. A gente recebeu casa nova, cisterna de placa pelo INCRA. Por parte da CPT recebemos orientações de uma agricultura em convivência com o semiárido. No início a CPT nos ensinou a construir as mandalas para produção agroecológica, algumas existem até hoje, curso para nos ensinar fabricar defensivos naturais, canteiros de mudas, sistemas de rodízios para a terra descansar, adubo natural para o solo, entre outras técnicas que até hoje fazemos. Hoje não utilizamos agrotóxicos, desmatamentos é

---

<sup>12</sup> FAPISA (Fazenda Pires Agropastoril Ltda.), empresa criada em 1973, um aglomerado de várias propriedades rurais. Dentre as atividades desenvolvidas pela Fazenda Santo Antônio, destacava-se a criação bovina para comercialização do leite e carne e produção de algodão arbóreo para industrialização.

proibido e continuamos com as hortas, poucas devido às secas nos últimos anos, vendemos o excedente nas feiras agroecológicas na cidade de Cajazeiras, também vendemos os animais como aves, porcos, gado e bode. Nossa vida melhorou sim, temos liberdade. Isso é muito bom. A fazenda Santo Antônio foi desapropriada pelo Incra em julho de 1997, tornando-se o primeiro assentamento rural da microrregião de Cajazeiras, foi um marco no processo de desapropriação para outras comunidades rurais do Sertão. Diferentemente de outros assentamentos, as 32 famílias assentadas na Fazenda Santo Antônio já viviam em suas dependências na condição de meeiros e passam para a condição de proprietários das terras. Mas ainda não recebemos a escritura do INCRA.<sup>13</sup>

#### 6.4.1.2 Entrevistado nº 2

Eu nasci no Serrote Branco, sítio vizinho da antiga fazenda Santo Antônio. Aos 26 anos vim morar na fazenda Santo Antônio até os dias atuais. Nos tempos de patrão a gente vivia só para trabalhar para eles. A única fonte de renda era o algodão. Na época da colheita ou quando fazia cercas para o gado dos patrões, o dinheiro era muito pouco. Eu não tinha nada, só uma bicicleta velha como transporte, meu quintal era limpo, não tinha nada porque além de não ter água encanada, os moradores não tinha tempo para trabalhar pra gente e nem podia plantar qualquer planta ou criar um animal. O gerente da propriedade tinha que saber e vinha na sua casa verificar o que você plantava ou qual animal criava, aí preferia não plantar, a gente era muito humilhado, quase não tinha renda, o que trabalhávamos mal dava para comer. Ainda tinha que trabalhar dois ou três dias da semana para o patrão, aí restava pouco tempo para cuidar das nossas roças. Então plantar hortaliças no quintal ficava inviável. Ainda dava para plantar alguma coisa na vazante do açude. No período das grande secas na década de 1950 e 1980, eu não passei fome porque trabalhava na cidade como pedreiro e tinha uma ajuda do governo, era “as frentes de emergências”, era quase nada, ninguém sobrevivia daquilo. Hoje tenho minha liberdade de trabalhar no meu quintal e isso não tem dinheiro nenhum que pague, foi uma mudança de vida grande e para melhor, sou muito agradecido e satisfeito com minha vida e minha terra livre de patrão. Eu envenenava a roça para eu mesmo comer, e hoje sem veneno nenhum, esse quintal tem de tudo, eu tenho mandala, a CPT quem ensinou a fazer, eu planto o ano todo feijão, macaxeira, batata, gerimum, alface, coentro, tem pé de laranja, tangerina, graviola, coco e rumã e é tudo natural. A gente tem que apreender a trabalhar, não é só escutar os ensinamentos nas reuniões com os técnicos da assessoria técnica, ambiental social (ATES), colocamos os ensinamentos em prática, e isso eu faço. Agora está mais difícil devido às secas mais prologandas. No período que chove a gente planta nas mandalas sem agrotóxicos, tem uma moradora na comunidade que possui transporte, leva até a cidade para serem comercializados. Não existe o “atravessador”, todos contribuem com os gasto do transporte, e a agricultora que leva não cobra nada pelo trabalho prestado. Tenho 84 anos, e sempre digo não me imagino um dia só sem trabalhar na terra, mesmo que seja no meu quintal de casa, plantando uma planta, cuidando de minha horta, limpando um mato, olhando os animais, é muito bom ter terra pra trabalhar, ainda mais quando é sua. Eu sempre gostei de trabalhar na terra, mas naquele tempo a gente não tinha a liberdade que

---

<sup>13</sup> Reside há 36 anos na Comunidade Santo Antônio, depoimento realizado em janeiro de 2017.

temos hoje, o patrão olhava tudo que você fazia e proibia tudo. Hoje a terra é minha, não tem ninguém me olhando ou me mandando fazer nada, isso não tem preço. Antes eu envenenava tudo, pois era permitido pelo patrão, ele que mandava, e nós obedecia. Foi a Comissão Pastoral da Terra que ensinou várias maneiras de trabalhar agricultura saudável, sem agredir a natureza. Nos orientou usar os defensivos naturais, eu não uso agrotóxico, tem gente que ainda usa, mas são poucas, a maioria não usa mais. Hoje sou um homem feliz graças a Deus, livre do cambão do patrão. O abastecimento é do açude que fica na própria comunidade, através de uma bomba de água enche nossas cisternas. Como são duas vilas fica um dia para uma e outro para outra. Graças a Deus não temos problema no momento.<sup>14</sup>

## **6.4.2 Assentamento Valdeci Santiago**

### **6.4.2.1 Entrevistado nº 1**

Meu avô foi um dos primeiro habitantes desse lugar, quando ele chegou não morava quase ninguém, só a família dele e mais três famílias, até que chegou um suposto dono da cidade, chamava [...] que apresentou um documento dizendo que a terra o pertencia. Fez um acordo com as famílias moradoras, umas exigiram parte da terra e outras como a do meu avô só pediu para trabalhar na terra sem ter que pagar nada por toda vida, só que com seu falecimento seus filhos não tiveram mais o mesmo direito. A partir de 1950, a terra foi vendida para outro patrão, o [...] passou a cobrar pelo algodão plantado. Era o sistema de meia, cada tarefa de algodão plantada metade era para o proprietário. Se o agricultor se apertasse por dinheiro o proprietário comprava o algodão na folha antes da colheita pelo preço da arroba do momento, muitas vezes, quando chegava o tempo de colher, meses na frente o algodão estava valendo dez vezes mais, e os agricultores saíam perdendo, mas não tinha outro jeito era tempos muito difíceis ou era assim, ou pegava dinheiro a juros com eles mesmos, anotado na caderneta e pagava com o algodão, pagava aquele dinheiro que estava devendo e no mesmo dia já pegava novamente, era só um adiantando da dívida que nunca acabava [...] eles emprestavam a cinco por cento só para aqueles que produziam na terra, e que tinha algodão, eles tinha gerente que fiscalizava os agricultores e as produções na terra. A gente criava gado, mas era para o proprietário, os moradores não podia criar gado de jeito nenhum, sós aves e porcos, tinha que ser pouco e os bichos presos. Existia o “cambão”, durante a semana tinha que tirar dois dias para trabalhar para o patrão. Os moradores usava veneno, até meados de 1970 não tinha pulverizador, o veneno era em pó, colocávamos direto nas plantações, já cheguei a passar mal durante a aplicação [...]. Era o proprietário quem trazia o veneno, só parou de usar esse veneno em pó quando o gado começou a morrer. Depois passaram a trazer um veneno em líquido, era um tal de “andrek”, o pulverizador era um balde com uma vassoura, a gente enfiava a vassoura no balde e molhava a plantação, fazia mal também pra gente, mas nunca houve registro de morte na época por causa do veneno não. Foi Deus que nos protegeu. Existiam as frentes de trabalho chamadas de “emergências” no período de secas mais severas. Eu trabalhei muitas vezes fazendo açude e estradas, as mulheres trabalhava juntando pedra sem serventia nenhuma era só para não ficar

---

<sup>14</sup> Reside há 56 anos no assentamento Santo Antônio, depoimento realizado em janeiro de 2017.

parada, carregava pedra o dia todo e juntava os montes. Muita maldade [...] A seca e a vida difícil fez muita gente desse lugar ir embora para as cidades. Dos antigos moradores só ficou 18 famílias de mais de 35 famílias que morava nesse lugar. Em 1997 chegou os sem-terra, povo vindo da cidade de Sousa/PB, foi um susto pra nós porque não sabia que a terra tinha sido vendida e nem que vinha gente de fora. Depois fiquei sabendo que os patrões tinha uma dívida com o banco do Brasil e pagou com a terra. O INCRA construiu uma vila e disse que todos tinha que ir morar lá para poder ganhar uma casa, das 18 famílias 6 não quiseram ir, inclusive a minha. Olha, não fui porque nasci e até hoje morei nesse lugar, sempre morei em casa afastada, tranquila, não me acostumaria morar em sistema de vila com uma casa colada na minha, eles que morava, parte na cidade e outros em sítios no município de Sousa, não viram problema nisso. Eu só não achei certo o INCRA não dar as reformas das casas antigas das 6 famílias que não foram para a vila, eram famílias que viveram a vida toda trabalhando nessa terra e nunca recebeu nada por isso, as nossas casas são casas velhas sem estrutura nenhuma, eu construí essa com meu dinheiro, a velha estava caindo e as outras 5 famílias continuam até hoje morando nas casas velhas que nem banheiro tem, isso que não acho certo. Se nós somos assentados iguais aos outros como disse o INCRA, então o dinheiro para construir nossas casas veio. Esse tipo de coisa deveria ser explicada pelo INCRA para as 6 famílias. É direito nosso saber o que houve, eles nunca explicaram. Se hoje acho minha vida melhor? Eu acho que sim, porque não tenho patrão e tenho mais liberdade para trabalhar. O que vejo que piorou foi a quantidade de terras para trabalhar, o lote só tem 8 ha e mais uma área coletiva que plantamos capim, cana e banana quando chove, esses últimos quatro anos foi muito difícil ninguém conseguia produzir nada. Olha se eu não fosse aposentado [...]. Ficou pouca terra para colocar roça, assim fica difícil sobreviver da terra ainda mais com pouca água. O abastecimento de água teve ano que ficou complicado devido às secas prolongadas. Tem um pequeno açude na frente da minha casa que secou, mas este ano pegou água, nos anos que o açude secou tive que pagar para fazer 2 cacimbões e 2 poços artesianos, pois não resido na vila onde tem um poço coletivo feito pelo INCRA. Na minha casa tem uma cisterna que no período de seca o carro pipa enche a cada 15 dias. Não sinto falta do meu passado não, trabalhava muito e não recebia por esse trabalho. Era um sistema injusto para os pobres. Até hoje é, mas melhorou um pouco. Deus é pai!<sup>15</sup>

#### 6.4.2.2 Entrevistado nº 2

O início do movimento da desapropriação desta terra partiu dos próprios proprietários que procuraram a CPT para ocupar a terra para forçar a desapropriação, porque eles tinham uma dívida com o Banco do Brasil e queria usar a terra para pagar. Assim fizeram. Os antigos moradores não sabiam disso, foram pegos de surpresa pelos seus antigos patrões. Eu morava na cidade de Sousa e trabalhava de maneira autônoma como pedreiro. Quando a Comissão Pastoral da Terra me fez o convite para vir juntamente com outras famílias ocupar as terras que hoje é o Assentamento Valdecir Santiago, eu aceitei, porque na cidade as condições para pobre não são boas, o custo de vida é alto, o trabalho autônomo um dia você ganha outro não. No Assentamento você tem terra para plantar, pode criar animais e também

<sup>15</sup> Reside há 76 anos na Comunidade Valdecir Santiago, depoimento realizado em janeiro de 2017.



continuo com meu trabalho de pedreiro. É outra realidade para quem viveu na cidade e vem para uma zona rural, muitas famílias teve dificuldade de adaptação, algumas foram embora, mas a maioria que era de sítios mesmo municípios de Sousa se adaptaram e ficaram até hoje. Eu nunca tive problema com os antigos moradores, mas no início foi um pouco difícil a relação das famílias que chegaram com os moradores do lugar. Porque os moradores se sentiam injustiçados por terem vivido a vida toda na comunidade e não terem recebido seus direitos, por ser tratados por igualdade com quem estava chegando, agora todos ficaram na condição de sem-terra. Também teve um problema com as casas quando estas foram construídas, só ganhava quem vinhesse morar na vila, algumas famílias não quiseram e por isso não ganharam casas. Na época o INCRA disse que iria reformar as casas antigas, mas nem isso fez, tem família até hoje morando nas casas velhas da antiga fazenda. A comunidade Valdecir Santiago viveu e vive com alguns conflitos diversos, por serem compostas por algumas pessoas vindas de zona urbana, outras de sítios, município de Sousa, teve que se adaptaram a nova vida e aos agricultores do lugar. Dentro da própria vila aqui na comunidade eles não se entendem, têm duas associações comunitárias que geram conflitos e disputas entre os agricultores. As famílias que vão embora, o seu lote fica desocupado para outra família ocupar, que pode ser de fora, outras comunidades vizinhas desde que seja uma família sem terra, mas os assentados que já possuem lotes toma posse desses lotes gerando disputas e conflitos entre eles. Fora isto, considero minha vida melhor, tenho mais estabilidade e possibilidade de trabalho seja na agricultura ou autônomo. Sobre o abastecimento no assentamento temos o carro pipa, a cada quinze dias que enche as cisternas das nossas casas, tem um poço coletivo que todos podem pegar água e temos um açude pertinho para os animais.<sup>16</sup>

### **6.4.3 Assentamento Frei Damião**

#### **6.4.3.1 Entrevistado nº 1**

Eu nasci e me criei nesse lugar, as terras eram de herdeiros, tinha mais de um dono, mas o sistema era o mesmo, você podia plantar milho e feijão para o sustento e criar animais presos como jumento, porco e galinha. O gado não, só o patrão podia. O algodão era dividido pela metade com o patrão, a divisão era depois de colhido e pesado, o patrão acabava ficando com mais, porque o trabalho de plantar, cuidar e colher eram por nossa conta, aí ficava desigual, mas fazer o quê? Não tinha onde reclamar e era a única renda que tinha, ou era o algodão ou fazendo cerca para o patrão, aí ele pagava o dia trabalhado. Sempre tinha alguém a mando dos patrões que olhava os nossos serviços para ver se estava direito. Quando pegávamos um período de seca prolongando como na década de 1980 e 1990 a gente sofria porque não tinha legumes para comer, nem algodão, também não dava para fazer vazantes até certo tempo, porque depois secava tudo [...]. O açude é bom, mas não suporta muitos anos de chuvas fracas. A gente escapava com “as frente de emergências do governo” fazendo cercas, açudes e cacimbão pelas comunidades rurais. Minha casa era de tijolo, mas não tinha energia elétrica, nem banheiro. Minha relação com os patrões era boa, a gente não se

---

<sup>16</sup> Reside há 20 anos no assentamento Valdecir Santiago, depoimento realizado em janeiro de 2017.

estranhava, também fazia tudo como ele mandava e nunca reclamava nada para eles. Deus me livre! Hoje minha vida melhorou, sou aposentando, minha casa é melhor, tem energia, banheiro e água encanada. Não sinto falta do passado em nada.<sup>17</sup>

#### 6.4.3.2 Entrevistado nº 2

Eu não nasci nessa comunidade, morava num sítio vizinho chamado Sítio Balço, vim morar nesta comunidade quando soube da desapropriação. O movimento pela desapropriação começou em 1998 pela CPT. Eu vi a chance de ter um pedaço de terra e casa. Lá onde eu morava, as casas era de taipa, uma junção de barro com madeira, não tinha energia nem banheiro, era uma situação difícil. No antigo sítio plantava algodão de meia com o patrão, em todos os sítios da época era assim. Eles deixavam plantar milho e feijão, criar poucos animais presos como galinha e porcos, eu tinha um jumento, burro eu tinha, mas era dos patrões porque era um animal caro, eu não podia comprar, usava o burro nos serviço para o dono da terra. Criavam poucos animais por causa do milho para os bichos. Se não chovia não tem milho aí tinha que vender tudo. O gado só o patrão podia criar, tinha algumas comunidades que até podia criar uma vaca de leite. Na minha não podia. Eu não usava veneno na época, nem hoje, nunca gostei. No período de seca eu trabalhava fazendo diária, fazia cercas para o gado e também para cercar a propriedade do patrão. As cercas eram para separar a terra de outras comunidades vizinhas e também não entrar nem sair animais, as cercas eram feitas com estacas de madeira e arame, era assim, que a gente ganhava algum dinheiro. Também trabalhava na “emergência” do governo, era muito pouco, mal dava para sobreviver. Hoje no período de seca recebo o Seguro Safra um dinheiro pela colheita que a seca não deixou a gente colher. Tem ano que não chegamos nem a plantar devido à seca. Esse ano deu para plantar e colher alguma coisa, mas muito pouco. A água vem de um açude, quando fica muito baixo aproveitamos para fazermos vazantes, para beber, vem o carro pipa que enchem as cisternas de nossas casas a cada quinze dias. Os animais a gente diminui porque falta pasto para eles, se for para comprar pasto, fica caro, aí não compensa criar os bichos. Hoje sou satisfeito com minha vida graças ao meu bom Deus, tenho minha casa de tijolos, tem energia elétrica, água encanada e terra para plantar sem os olhos do patrão.<sup>18</sup>

### **6.4.4 Assentamento Edvaldo Sebastião**

#### 6.4.4.1 Entrevistado nº 1

Nasci nesta comunidade, ela se chamava Olho D' Água, meus pais já moravam nela e trabalhava para o dono que era [...]. Cuidava da terra para criação bovina. O forte aqui era a criação de gado para vender. Para os moradores não era permitido criar gado, só a terra para plantar milho e feijão. Criávamos poucos animais de porte pequeno, tinham que serem presos, era: galinhas, porcos e jumentos, os patrões davam um ou dois burros

<sup>17</sup> Reside há 76 anos no assentamento, depoimento realizado em janeiro de 2017.

<sup>18</sup> Reside há 19 anos no assentamento, depoimento realizado em janeiro de 2017.

para os vaqueiros que cuidava do gado, era necessário para o transporte e também para poder ajudar no tanger dos animais para levar de um lugar para outro. Chamava “manga de gado” o lugar onde eles pastavam. Era uma espécie de vaqueiro nesse caso, os vaqueiros recebia um valor por semana, o patrão que fazia o preço, a gente nunca dizia quanto queria ganhar. Minha relação era boa com meus patrões, eu fazia tudo que eles mandavam, por isso não tinha problema. Eu usava veneno para ajudar nas plantações se não a lagarta comia tudo. Hoje eu não uso mais, sei que não é bom para saúde. Quando foi para desapropriar essas terras a Comissão Pastoral da Terra trouxe umas 15 famílias de sítios vizinhos, eram pessoas sem terra como eu, mas houve moradores que não gostaram da chegada de gente nova, ocorreram alguns desentendimentos que levaram até para a justiça, também tivemos problemas com as associações porque já éramos associados em uma associação antiga, as famílias novas fizeram uma nova associação, tivemos que nos desligar da antiga e teve gente que não aceitou. Mas quando o INCRA fez a divisão dos lotes com as casas novas tudo melhorou. Nossas casas eram de taipa, não tinha energia, nem banheiro, nem água encanada. Hoje nossas casas são de tijolos, com cisternas de placas, água encanada e energia. A água que bebemos no período severo de seca vem de um carro pipa do exército para encher nossas cisternas a cada quinze dias e temos um açude para manter os animais. Mesmo com essa falta de água considero que minha vida melhorou sim. No sistema antigo minha vida iria ser sempre a mesma coisa, morando de favor em casa de taipa, no escuro e trabalhando de meia para o patrão. Mas Deus é grande!<sup>19</sup>

#### 6.4.4.2 Entrevistado nº 2

Eu vim do sítio Carnaubal município de Sousa juntamente com outras famílias para ocupar as terras do atual assentamento. Foi a CPT que reuniu com nós para orientar a ocupação. Eu era um dos líderes do movimento que há 18 anos conquistamos essa terra. Eu me sinto orgulhoso por isso. Lá onde eu morava não tinha nada, nem terra, nem casa com banheiro, não podia criar um animal. Dinheiro só quando trabalhava alugado para o patrão fazendo cerca na terra ou pasto para o gado. Tinha que viver só com o legume que plantava milho e feijão. No período de estiagem faziam vazante na beira do açude, plantava feijão, batata doce, quiabo e capim. Eu usava agrotóxico, era permitido pelo dono da terra. Também não sabia que o veneno era tão ofensivo para saúde. Depois dos esclarecimentos da CPT e da ATES eu sei que era errado. Hoje eu uso defensivo natural, apreendi a fazer com os técnicos da ATES e muitas vezes não uso nada, é só mandar cortar a terra com trator e esperar a chuva. O mais complicado de conviver é com a falta de chuva, sem ela não plantamos, não podemos criar muitos animais. Mesmo assim, minha vida não tem comparação com a vida que eu tinha lá em Carnaubal. Tenho uma casa de tijolos com banheiro, energia e água encanada. A água no período de seca vem de um carro pipa que enchem as cisternas a cada quinze dias, tem um poço coletivo que pegamos com lata mesmo e tem um açude para os animais. Tenho terra para plantar e criar animais. Já passei por muitos anos de seca, sobrevivia no passado com o programa chamado “emergência” do governo que pagava uma quantia para a gente, mas tínhamos que trabalhar fazendo açude, estrada e cacimão. O dinheiro era muito pouco, hoje temos mais auxílios e oportunidades.

---

<sup>19</sup> Morador há 72 anos no assentamento Edvaldo Sebastião, depoimento realizado em fevereiro de 2017.

Atualmente recebo seguro safra e bolsa família. Eu sou sincero a dizer não sinto falta do meu passado e agradeço a Deus por isso.<sup>20</sup>

#### **6.4.5 Assentamento Frei Beda**

##### **6.4.5.1 Entrevistado nº 1**

Eu nasci do Estado de Alagoas e vim morar no sítio Serrote Verde município de Cajazeiras em 1969. Eu plantava algodão de meia com o patrão, já o milho e o feijão era todo meu, não precisava dividir. Animais só podiam galinha e porcos, presos. Gado, cavalo e burro só quem podiam ter era o dono da terra, eram utilizados para transporte dos vaqueiros que cuidava do gado ou do gerente que olhava a terra. Eu só ganhava algum dinheiro quando surgia algum trabalho alugado que meu marido fazia para o patrão como cercas de arame e outros serviços para receber algum dinheiro. Era tempo muito difícil para quem era pobre, e quando não chovia as coisas ficava pior, eu já passei fome, já fui muito humilhada, sobrevivia com o programa chamado “emergência” do governo, é como o seguro safra hoje só que naquele tempo você tinha que trabalhar. Quando soube que a CPT estava reunindo famílias sem terra para ocupar esse assentamento, vi a oportunidade de ganhar um pedaço de terra, uma casa. Hoje minha vida é muito melhor, tenho terra para plantar, minha casa tem energia, banheiro e água encanada e posso criar meus animais livres. Só a seca que continua nos afetando, recebemos água de carro pipa para o consumo e tem um açude que dá para os animais até as próximas chuvas, hoje tenho melhores condições de enfrentar à seca. O assentamento tem uma associação, também temos a visita da agente de saúde uma vez ou outra, temos os técnicos da ATES que orientam para não desmatar, como fazer as plantações corretas. Mas agora parece que o Incra não vai mais pagarem para eles nos orientarem, não sei como vai ficar. Hoje tenho uma vida mais tranquila da que eu tinha no passado. Graças a Deus!<sup>21</sup>

##### **6.4.5.2 Entrevistado nº 2**

Eu nasci e vivi a vida toda no sítio Serrote Verde na condição de morador. Plantava algodão e dividia metade do algodão já colhido com o patrão, as despesas e o trabalho de plantar, limpar e colher era toda por conta do morador, a gente ficava em desvantagem, mas não podia dizer nada. Em todos os sítios o sistema era o mesmo, não adiantava sair de um sítio para outro. Eu pegava dinheiro emprestado com os donos da terra para pagar com o algodão, então nem chegava a receber o dinheiro, era logo descontado na conta que estava devendo. Às vezes nem dava para pagar a dívida. Os patrões só emprestava nessas condições somente para quem tinha algodão, o morador que não plantava algodão não tinha direito ao empréstimo, muitas pessoas passavam fome nos anos de seca. Tinha que sobreviver somente com o milho e o feijão e quando o algodão acabou os patrões passou exigir a terça do milho e do feijão que a gente plantava. Aí foi que complicou tudo,

---

<sup>20</sup> Morador há 18 anos no assentamento Edvaldo Sebastião, depoimento realizado em fevereiro de 2017.

<sup>21</sup> Reside há 12 anos no assentamento Frei Beda, depoimento realizado em fevereiro de 2017.

já era pouco, imagine dividindo? Dinheiro só conseguia quando surgiam dias de trabalhos alugados para o patrão para fazer cercas e pasto para o gado. O desmatamento era livre então os moradores desmatavam para fazer pasto para o gado, não era necessário plantar capim, porque tinha pasto nas áreas desmatadas. O uso de veneno era livre, ninguém orientava que era errado ou que o veneno fazia mal para saúde, hoje eu sei que faz. Animais criavam poucos, somente galinha e porcos todos presos. Era um tempo que só sobrevivia quem tivesse coragem de trabalhar. Devido às secas nos últimos anos o açude pegou pouca água, mas eu tenho um poço artesiano no meu lote que eu paguei para fazer com meu dinheiro, muito bom de água meu poço, com ele consigo manter a casa e plantar o ano todo milho, feijão, capim e verduras. Para o restante do Assentamento tem um poço coletivo feito pelo INCRA. Hoje minha vida é muito melhor, eu tenho tudo que não tinha, terra para trabalhar, casa com banheiro e água encanada, animais sem limite de quantidade e minha liberdade essa é melhor coisa que Deus me deu.<sup>22</sup>

#### **6.4.6 Assentamento Mãe Rainha**

##### **6.4.6.1 Entrevistado nº 1**

Eu nasci e me criei nas terras dos meus avós vizinha a fazenda Galdino Pires que hoje é esse assentamento, a terra dos meus avós era muito pouca, não dava para mais de uma família plantar. Parte da fazenda Galdino Pires foi vendida para terceiros, esse comprador [...] não produzia nada nas terras, era improdutivas mesmo, então os moradores que morava próximo à fazenda e não tinha terra para plantar perceberam isso e resolveram ocuparem a fazenda. Com isso a CPT negociou com o INCRA a desapropriação da fazenda juntamente com o restante da fazenda Galdino Pires. Não foi fácil a desapropriação dessas terras porque o proprietário não queria vender para o INCRA e nós tinha que continuar acampados, o acampamento era precário, não tinha saneamento básico, foi a CPT que nos ajudou a manter no acampamento até o impasse ser resolvido. Com a desapropriação o INCRA dividiu as terras em lotes para cada morador e veio o dinheiro para construirmos as casas. Hoje minha vida é melhor em relação ao passado porque a gente vivia do que plantava e a terra era quase nada para muita gente. Hoje tenho terra para trabalhar, minha casa é boa, posso criar animais e é muito sossegado o lugar. Só está um pouco difícil por causa da seca para agricultura, criação de animais e para o próprio consumo de água que estar sendo por carro pipa vindo da cidade, os animais tivemos que reduzir, os açudes que temos pegou pouca água. Temos dois açudes de tamanho razoável, nos últimos anos de seca eles secaram, esse ano pegaram um pouco de água aí tudo melhorou para as plantações e os animais. Temos como renda o seguro safra e o bolsa família.<sup>23</sup>

<sup>22</sup> Reside há 12 anos no assentamento Frei Beda, depoimento realizado em fevereiro de 2017.

<sup>23</sup> Miradora há 47 anos no assentamento Mãe Rainha, depoimento realizado em fevereiro de 2017.

#### 6.4.6.2 Entrevistado nº 2

Eu nasci em um sítio pertencente aos mesmos Donos da fazenda Minadoro que hoje é o assentamento Mãe Rainha, lá a gente plantava algodão dividido a meia com o patrão, isso depois do algodão colhido e pesado. Tinha morador que vendia o algodão na folha, aí era que perdia valor, porque o patrão comprava barato e quem vendia ainda tinha que colher para entregar para o patrão. Eles faziam isto por necessidade, não tinha renda, só o milho e o feijão para comer, e o restante das coisas para comprar? Animais, meus pais criava muito pouco, porque não adiantava criar muitos mesmo presos, se a gente não tinha como alimentar os mesmos. Dinheiro só quando tinha dias de serviços alugado para o patrão que era desmatar para fazer pasto para o gado e fazer cercas de arame para cercar a terra das terras vizinhas e para os animais não fugirem. A gente não podia criar gado só cuidava dos animais e ficava com uma parte do leite. No período de seca a situação piorava porque não podíamos plantar, aí faltava tudo em casa. Tinha o programa do governo chamado “emergência”, mas não cadastrava todos, tinha uma quantidade de vagas e só podia uma no máximo duas por família e o dinheiro era quase nada diante do preço dos alimentos. Muita gente como eu buscou serviço na cidade para sobreviver. Fiquei na cidade até saber que a CPT estava organizando o movimento para essa terra ser desapropriada. Vi a chance de ter terra para trabalhar, casa com água encanada, energia e banheiro. Nem na cidade, pobre tem direito a isso tudo. Na cidade o custo de vida é alto. Hoje minha vida é melhor, me sinto mais segura tendo terra e casa, mesmo com as dificuldades devido aos últimos anos de secas que enfrentamos, mesmo assim, a gente consegue caminhar, recebemos água do carro pipa para encherem as cisternas, temos um poço coletivo e outros moradores têm particulares, ainda tem água dos açudes na comunidade, esse ano pegou um pouco de água, a água dos açudes, eu uso para os animais e plantações, recebemos o seguro safra e o bolsa família, as poucas chuvas deu para plantar e formar pastos para os animais, também temos a orientação dos técnicos da ATES uma assistência técnica que o Incra manda acompanhar os assentamentos através da CAAASP. Parece que o Incra suspendeu essa assistência por um tempo. Em relação à vida rural que meus pais tiveram e eu vivenciei, hoje é muito melhor viver na zona rural do que antes.<sup>24</sup>

#### **6.4.7 Assentamento Santa Cecília**

##### 6.4.7.1 Entrevistado nº 1

Eu nasci no sítio Miranda que hoje é esse Assentamento. Meu pai tinha um pedaço de terra que foi herança do meu avô, próximo à fazenda Miranda. A terra era muito pouca, não dava para plantar e criar animais, a gente precisava de terra para trabalhar, a gente trabalhava para a fazenda Miranda. A fazenda era voltada para a criação bovina, e não plantação de algodão como a maioria das fazendas na época. Para fazer pasto para gado tinha duas maneiras: desmatar para o mato nascer ou plantar capim nas áreas baixas de riachos e perto do açude. Usava agrotóxico sim, era permitido, o dono da

---

<sup>24</sup> Moradora há 11 anos no assentamento Mãe Rainha, depoimento realizado em fevereiro de 2017.

terra quem comprava. Meu pai trabalha dias alugados, recebia pelos dias trabalhados. A gente não tinha gado, só galinhas e porcos criados presos. Tinha medo de passarem para a fazenda vizinha aí gerava problema. Em 2012 com ajuda da CPT a fazenda Miranda foi desapropriada. Meu pai já tinha falecido, então resolvi vir acampar na fazenda Miranda para poder ter direito um lote de terra. De 2012 até hoje ano de 2016 ainda estamos nas casas de taipas sem água encanada, sem banheiros, só tem energia. Por serem de taipa as casas, somos atacados por insetos e bichos do mato como cobras, escorpiões, baratas, ratos entre outros. Morro de medo, mas tenho que ficar até sair o dinheiro das casas. A água é de único poço tubular para toda a comunidade e carregamos na lata mesmo, essa água utilizo para tudo. Os poucos animais que temos se sustenta com a pouca água do açude que pegou um pouco este ano. Não podemos plantar porque não veio a verba do governo para cercar os lotes com cercas de arame. Se plantamos do jeito que estar, os animais invadem tudo, não adianta. Também estamos aguardando a verba para construir nossas casas, não vai ser assim, todas juntas como o acampamento, mas cada uma no seu lote. Eu prefiro assim temos mais privacidade. Minha vida hoje não estar muito boa, mas espero que com a chegada do dinheiro para a construção das casas e a das cisternas espero que melhore. Se Deus quiser vai melhorar.<sup>25</sup>

#### 6.4.7.2 Entrevistado nº 2

Eu nasci e me criei num lugar que chamava de Sítio Sítio. Era um lugar muito pequeno para a quantidade de moradores. As terras era muito pouca para plantar e criar animais. Muitos moradores procuravam trabalho alugado em sítios vizinhos. Trabalho alugado era geralmente fazendo cerca ou desmatando para formar pasto para o gado porque a maioria dos donos de terras nessa região criava gado para vender. Só criávamos animais em pequena quantidade como galinha e porcos. Plantava milho e feijão para o consumo mesmo, não dava para vender nada, tanto os animais como o legume era para consumo mesmo. Nossas casas eram de taipa, como essas que estamos morando hoje e a água não era encanada, pegava com latas em um pequeno açude que existia no lugar. Quando soubemos que a CPT estava organizando a desapropriação da fazenda Miranda, então muitas famílias de sítios vizinhos vieram acampar nesse Assentamento para conseguir a terra. A fazenda foi desapropriada em 2012, mas as verbas para as casas, cisternas, e cercamentos dos lotes não chegaram ainda, isto tem dificultado nossas vidas como assentados. Vivemos uma situação complicada porque as casas são de taipas, à noite ficam cheias de insetos, sem água encanada, sem banheiro, pegamos água numa caixa de plástico que é cheia pelo poço coletivo que fica no centro da vila do Assentamento. O meio de transporte que tenho é bicicleta para chegar aos sítios vizinhos para poder pegar transporte para a cidade quando precisamos. Há pessoas que tem moto fica mais fácil. Vivemos com a esperança que a verba do governo federal saia e que o INCRA cumpra o papel dele que é construir nossas casas de alvenaria com cisternas de placa, banheiro e água encanada. Aí, acredito que com as bênçãos de Deus e Nossa Senhora vai tudo melhorar. Sobrevivemos com o seguro safra e o bolsa família, não tem outra renda.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> Moradora há 05 anos no assentamento Santa Cecília, depoimento realizado em janeiro de 2017.

<sup>26</sup> Moradora há 05 anos no assentamento Santa Cecília, depoimento realizado em janeiro de 2017.

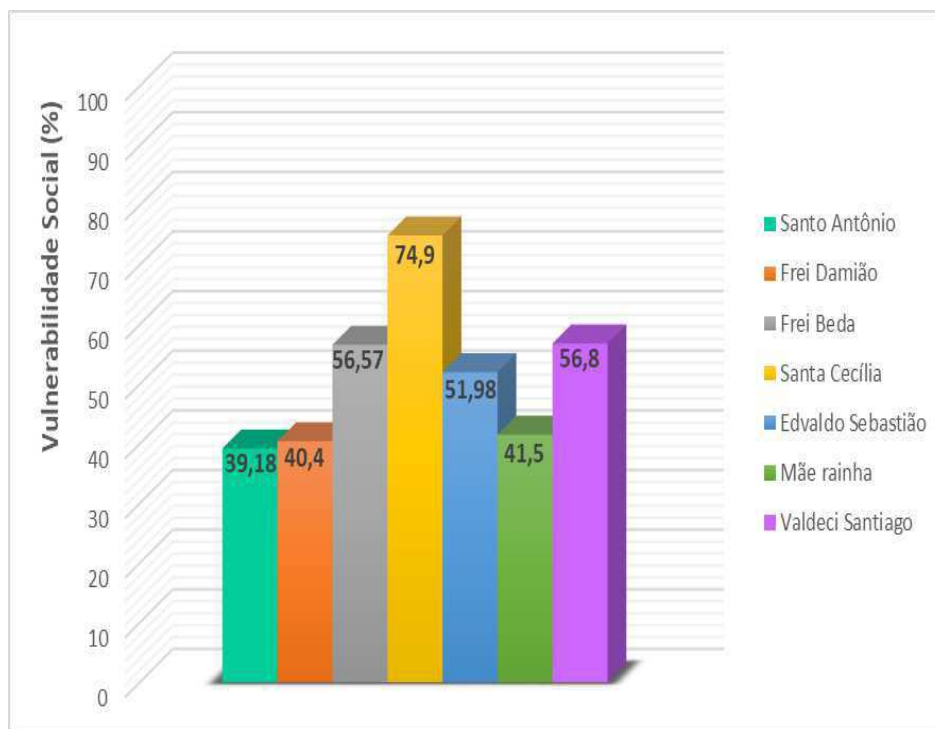
Para as histórias de vida contamos com os moradores que se dispuseram relatarem suas histórias no sentido de rememorar-las. O diálogo entre o passado e o presente dos personagens reconstitui suas experiências cotidianas vividas, levando para uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, motivações, lembranças e valores dos mesmos e oferece a oportunidade da constituição de novas fontes para a pesquisa histórica, com base nos depoimentos orais. As entrevistas também revelaram as condições fundiárias e as desigualdades das relações de trabalho que os mesmos eram submetidos. Os camponeses revelam um sistema de profunda desigualdade social e desrespeito as leis trabalhistas vigente na época. A precariedade de habitação, saneamento, eletrificação, renda entre outros, deixa claro as condições sub-humanas que esses camponeses conviviam. Após a desapropriação da terra percebe uma melhoria nessas condições. Mas os camponeses revelam a permanência de muitos problemas que a política de Reforma Agrária do INCRA e o apoio da CPT/Sertão não conseguiram solucionar as questões sociais, econômicas, ambientais, política e cultural dessas comunidades fazendo com que as mesmas continuem altamente vulneráveis.

## **6.5 Vulnerabilidade Social**

O estudo das vulnerabilidades constituiu-se no levantamento da situação das populações residentes nos sete assentamentos rurais no município de Cajazeiras – PB. Os dados citados (Figura 07) correspondem ao resultado do estudo da vulnerabilidade social nos assentamentos pesquisados. No que diz respeito à vulnerabilidade social foram consideradas as variáveis: demográfica (faixa etária, total de pessoas na residência e escolaridade), emprego e renda (total de habitantes economicamente ativos na família, total de aposentados na residência, renda mensal da família), habitação (tipo de habitação, fogão, destinação do esgoto, eliminação do lixo, fonte de energia, iluminação e paisagismo/arborização na comunidade), consumo de alimentos (tipos de alimentos mais consumidos pelas famílias), participação em organização (associação ou sindicatos), salubridade rural humana (infestações de doenças e a qualidade da assistência à saúde das comunidades pesquisadas) e a salubridade rural animal e vegetal (infestações de nematoides, cupins, formigas, infestações de doenças nos vegetais e nos animais).



De acordo com os dados apresentados os Assentamentos Frei Beda, Santa Cecília, Edvaldo Sebastião e Valdeci Santiago apresentaram vulnerabilidade muito alta, maior que 45% (Figura 07).

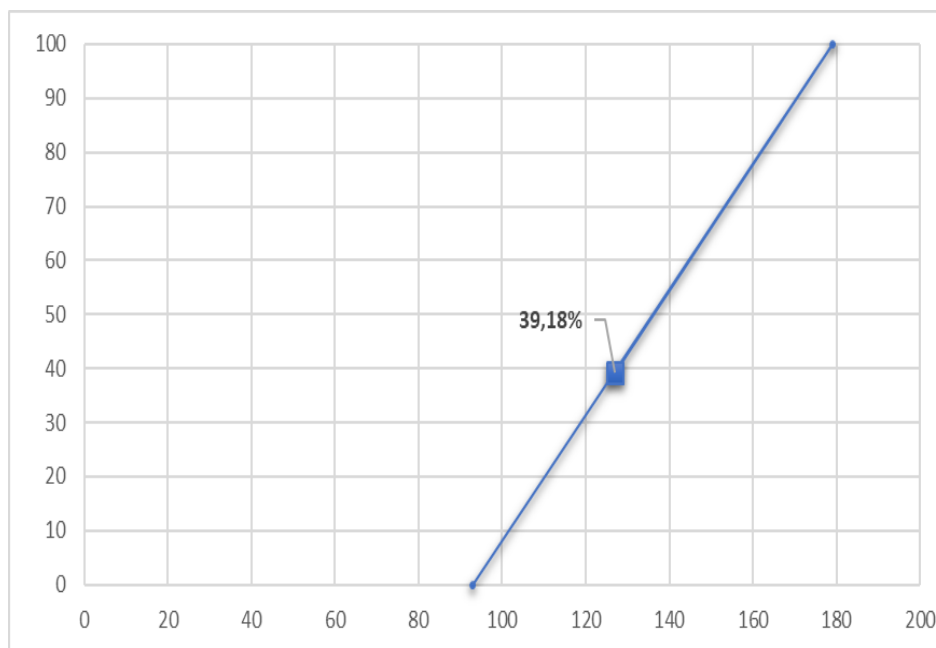


**Figura 07** – Vulnerabilidade social dos assentamentos rurais no município de Cajazeiras – PB

**Fonte** – Freitas (2017).

A vulnerabilidade é essencialmente uma condição humana, uma característica da estrutura social e um produto de processos sociais e históricos (LAVELL, 1994). Implica uma combinação de fatores que determinam o grau até o qual a vida e a subsistência de alguém ficam em risco por um evento distinto e identificável da natureza ou da sociedade (BLAIKIE *et al.*, 1996). Dos sete assentamentos pesquisados o Santo Antônio, Frei Damião e Mãe Rainha foram os que apresentaram vulnerabilidades menores, mas consideradas altas entre 30% a 45% como mostram as figuras 08, 09 e 10.

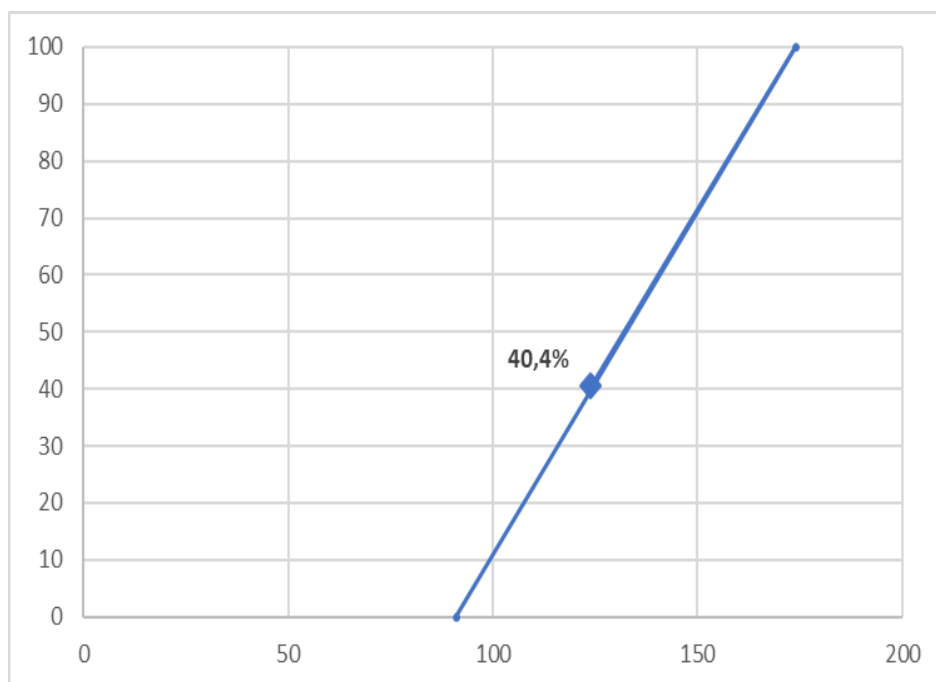
O Assentamento Santo Antônio apresenta a menor vulnerabilidade entre os sete pesquisados 39,18% (Figura 08).



**Figura 08** – Vulnerabilidade social, assentamento Santo Antônio

**Fonte** – Freitas (2017).

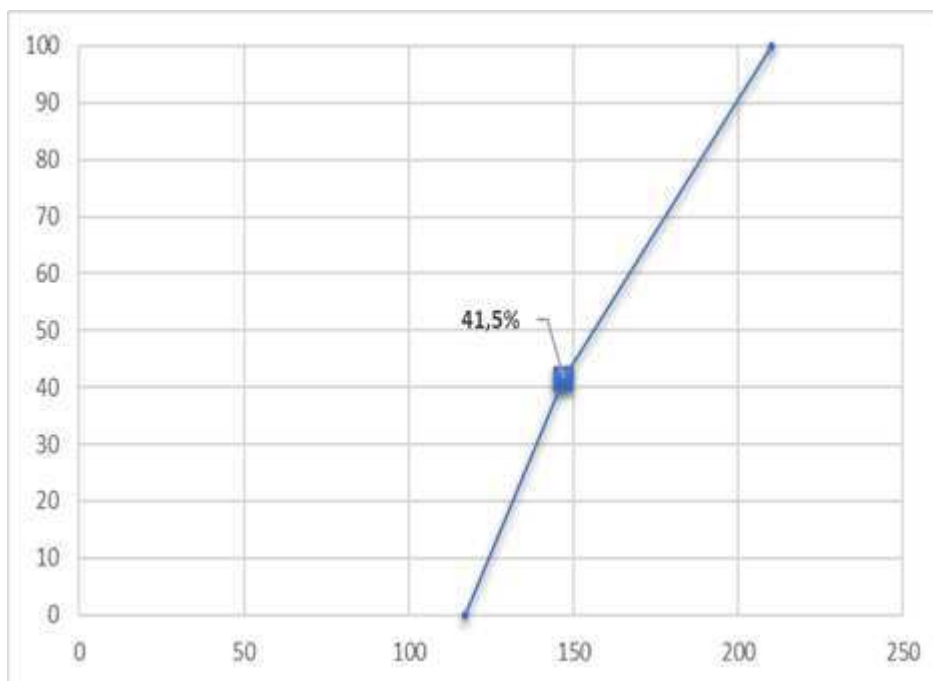
O Assentamento Frei Damião apresenta 40,4% considerada uma vulnerabilidade social alta (Figura 09).



**Figura 09** – Vulnerabilidade social, assentamento Frei Damião

**Fonte** – Freitas (2017)

O Assentamento Mãe Rainha apresentou uma vulnerabilidade social de 41,5%, considerada alta (Figura 10).



**Figura 10** – Vulnerabilidade social, assentamento Mãe Rainha

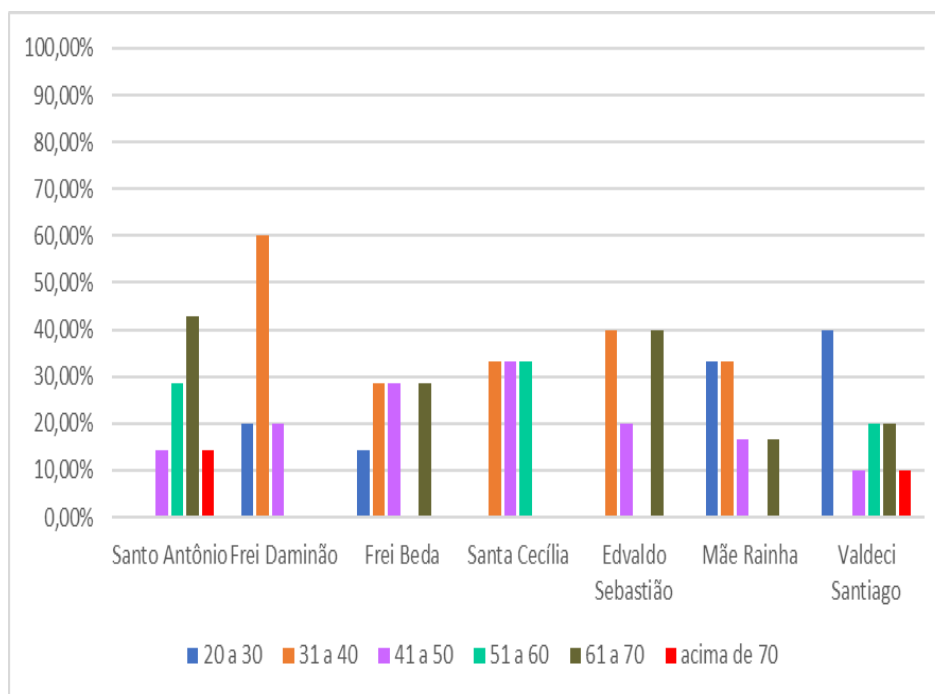
**Fonte** – Freitas (2017).

Mesmo com vulnerabilidades consideradas altas, os assentamentos Santo Antônio, Frei Damião e Mãe Rainha se apresentaram menos vulneráveis do que os demais. Justifica-se, pois são assentamentos próximos ao município de Cajazeiras – PB, isto facilita o acesso das famílias à cidade para estudar, trabalhar, comercializar suas produções agrícolas e animais, dando um maior poder de compras de alimentos e utensílios de modo geral para as famílias. Entre as variáveis pesquisadas construíram-se gráficos com informações adicionais necessárias para melhor entendimento da alta vulnerabilidade social diagnosticada nos Assentamentos pesquisados.

### **6.5.1 Variável demográfica**

Em relação à faixa etária, observa-se uma predominância dos entrevistados com idades de 31 a 40, seguidas de 41 a 50 anos. Deve-se chamar atenção para os chefes de família com idades de 61 e 70 anos por terem um peso importante na renda familiar, pois são contemplados com aposentadoria rural. De acordo com o gráfico acima, o assentamento mais

jovem é o Valdeci Santiago com maior número de pessoas entre 20 e 30 anos, enquanto que o mais velho é São Santo Antônio com maior número de pessoas acima de 70 anos (Figura 11).



**Figura 11** – Faixa etária das famílias dos assentamentos pesquisados, Cajazeiras – PB

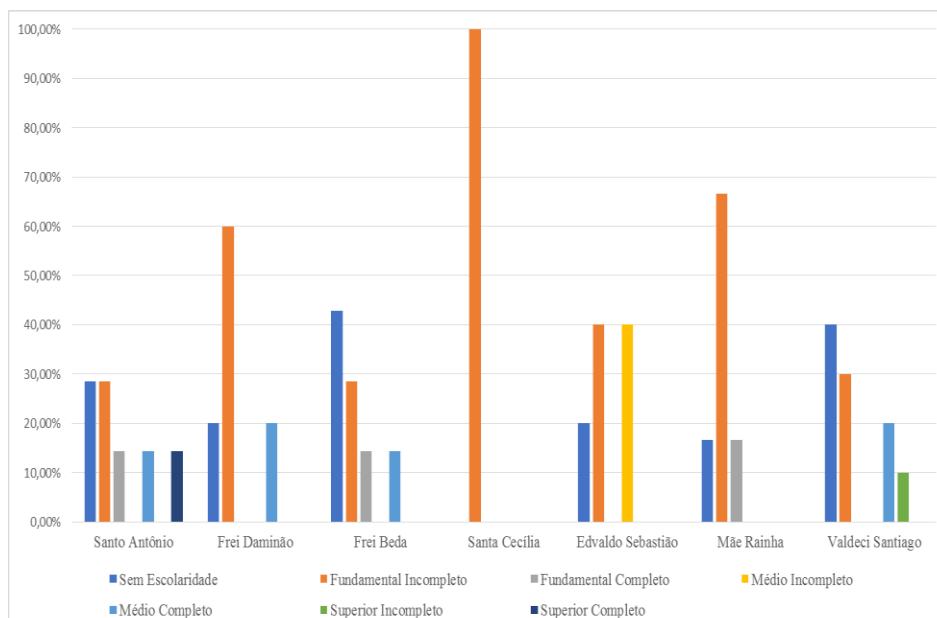
**Fonte** – Freitas (2017).

No que se refere à divisão das tarefas no âmbito familiar, cabe aos homens, dos mais velhos aos mais jovens, as tarefas de roçado; às mulheres e às crianças cabem os serviços domésticos, cuidar das criações de aves, animais de pequeno porte, da produção de hortaliças e plantas frutíferas nos quintais das casas. No período de “inverno” o espaço da mulher vai além do atribuído na casa, ela também trabalha no roçado, pois nessa época exige um número maior de trabalhadores no roçado para o plantio, colheita e beneficiamento dos alimentos. Sendo assim, todos os membros da família transformam-se em trabalhadores coletivos, visto que o alimento produzido por aquele roçado é fruto do esforço conjunto de toda a família que constitui um trabalho familiar.

#### 6.5.1.1 Grau de escolaridade

O grau de escolaridade nos assentamentos pesquisados predominou o ensino fundamental incompleto (Figura 12). Isto se justifica pelo fato da predominância dos entrevistados serem pessoas adultas e mais velhas, e que vivenciaram décadas em que o ens

no era de difícil acesso. A escolha por uma faixa etária mais velha se deu pelo fato de buscarmos, além das vulnerabilidades, a história de vida das pessoas dos assentamentos pesquisados.



**Figura 12** – Nível de escolaridade nos assentamentos rurais de Cajazeiras

**Fonte** – Freitas (2017).

No tocante às crianças e jovens, percebeu-se que entre as crianças há uma predominância maior de frequência do que entre os jovens. Isto se justifica pelo fato das escolas rurais ofertarem somente educação infantil (pré-escola) e o ensino fundamental que compreende o Básico I (1º ao 5º ano) e Básico II (6º ao 9º ano) resultando em um contingente maior de crianças estudando do que jovens.

Visto que o ensino médio e superior tem como local mais próximo a cidade de Cajazeiras, fica perceptível por que a escolaridade entre os jovens é menor. O fato de terem que locomover-se até a cidade e as dificuldades em ocorrência de sucessivas vezes haver a falta de transporte, principalmente no período chuvoso, devido às estradas serem de terra, afetam de maneira preocupante a educação entre os jovens e adultos dos assentamentos pesquisados, desmotivando e reduzindo suas expectativas pessoais em relação à educação.

Segundo Wilches-Chaux (1989), a vulnerabilidade educativa se expressa em uma educação deficiente ou que não tem uma boa cobertura em uma comunidade propensa ao desastre ou à ausência de conhecimento sobre as causas, os efeitos e as razões pelas quais se

apresentam os desastres. Segundo relato de uma moradora que reside há 12 anos no assentamento Mãe Rainha:

Todas as crianças desse Assentamento estudam na comunidade do Patamuté há 4 km do Assentamento e têm duas do Assentamento Valdeci Santiago que não moram na vila que estudam também no Patamuté, as outras do Valdeci que mora na vila estudam na escola da vila o ensino infantil (pré-escola) e do (1º ao 5º ano) todos numa sala só com única professora, quando é para cursarem do (6º ao 9º ano) vão para Engenheiro Ávido distrito de Cajazeiras há 7 km do Assentamento. O carro da prefeitura pega as crianças aqui dentro da comunidade. Os jovens que fazem o ensino médio estudam em Cajazeiras e os que fazem superiores estudam em Cajazeiras e Souza. O transporte é por conta do Estado para o médio, já o superior e por conta própria, nesse caso o estudante tem que ficar morando na cidade em que estar fazendo o curso superior. Nunca deixamos as crianças faltarem aula só quando não tem transporte, como agora final de 2016 a prefeita perdeu as eleições em Outubro aí não pagou mais os motoristas, eles ficaram uns dias parados. Houve um acordo eles voltaram só para terminarem o ano letivo que foi reduzido. Quando chove fica bem complicado para os carros passarem, devido os riachos que não dão passagem. Faltam fazerem as passagens molhadas, na zona rural, passa é de 2 (dois) anos sem mandam ajeitarem as estradas depois das chuvas. Esse ano ainda bem que fizeram.<sup>27</sup>

A tabela 14 apresenta a distribuição da localização das escolas, nível de ensino, transporte e distâncias que atendem os sete assentamentos pesquisados.

**Tabela 14** – Distribuição do nível, transporte e localização das escolas que atendem às crianças e jovens dos assentamentos pesquisados

<b>Assenta- mentos</b>	<b>Local de Estudo</b>	<b>Nível do Ensino</b>	<b>Turno</b>	<b>Transporte</b>	<b>Distância para Escola</b>
<b>Santo Antônio e Frei Damião</b>	Escola Divinópolis distrito de Cajazeiras/PB	Educação infantil (pré- escola criança de 4 a 5 anos de idade), ensino fundamental se divide em Básico I (1º ao 5º ano) e Básico II (6º ao 9º ano).	Diurno	Transporte coletivo fechado, micro- ônibus e Kombi, responsabilidade e da prefeitura Municipal de Cajazeiras/PB.	Para Santo Antônio 9 km, Frei Damião 10 km. Para escola do Distrito Divinópolis via BR 230 sentido cidade de Souza/PB.
<b>Mãe Rainha, Valdeci Santia-</b>	Escola localizada na Comunidade Patamuté município de Cajazeiras	Educação infantil (pré- escola criança de 4 a 5 anos de	Diurno e Noturno somente para	Transporte coletivo fechado, Kombi	Mãe Rainha 3 km. Valdeci Santiago 5 km e Santa Cecília 13

<sup>27</sup> Moradora há 12 anos no assentamento Mãe Rainha.

<b>go e Santa Cecília.</b>		idade), ensino fundamental se divide em Básico I (1º ao 5º ano) e Básico II (6º ao 9º ano).	jovens e adultos que não cursaram o Básico II 6º ao 9º ano	responsabilidade e da prefeitura Municipal de Cajazeiras/PB.	km. Para a escola do Sítio Patamuté
<b>Edvaldo Sebastião e Valdeci Santiago</b>	No assentamento Valdeci Santiago possui uma escola que oferta o ensino (de maneira multisseriado) Infantil (pré-escola) e Básico I (1º ao 5º). O Básico II (6º ao 9º) as crianças se deslocam para Escola localizada no Distrito de Engenheiro Ávido município de Cajazeiras/PB. Todas as crianças do Edvaldo Sebastião se deslocam para de Engenheiro Ávido.	Educação infantil (pré-escola criança de 4 a 5 anos de idade), ensino fundamental se divide em Básico I (1º ao 5º ano) e Básico II (6º ao 9º ano).	Diurno	Transporte coletivo fechado, micro-ônibus responsabilidade da Prefeitura Municipal de Cajazeiras/PB.	Valdeci Santiago 7 km, Edvaldo Sebastião 10 km. Para escola do Distrito Engenheiro Ávido Via estrada de terra.
<b>Frei Beda</b>	Escola localizada no Sítio Coco	Educação infantil (pré-escola criança de 4 a 5 anos de idade), ensino fundamental se divide em Básico I (1º ao 5º ano) e Básico II (6º ao 9º ano).	Diurno e Noturno somente para jovens e adultos que não cursaram do 6º ao 9º ano	Transporte coletivo fechado, Kombi responsabilidade e da prefeitura Municipal de Cajazeiras/PB.	5 km via estrada de terra sentido Sítio Coco

**Fonte** – Freitas (2017) com base em dados fornecidos pela Secretaria de Educação do Município de Cajazeiras/PB.

A Lei nº 12.796/2013 torna obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir dos 04 anos de idade, também estabelece que a educação infantil para crianças de 04 e 05 anos na pré-escola, organizada com carga horária mínima anual de 800 horas, distribuída por no

mínimo 200 dias letivos. O novo documento ajusta a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

As redes municipais e estaduais são obrigadas a acolherem alunos de 4 a 17 anos (todas as etapas da Educação básica que compreende a educação infantil (pré-escola), ensino fundamental (1º ao 9º ano) com duração de 09 anos e o ensino médio com duração de 3 anos, atendendo com o fornecimento de transporte, alimentação e material didático). A lei também engloba educação especial. De acordo com a Lei nº 12.796/2013, entende-se por educação especial a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 2013).

A população dos sete Assentamentos pesquisados busca o Ensino Médio na cidade de Cajazeiras sendo o transporte de responsabilidade do Estado da Paraíba. O ensino Superior é ofertado na cidade de Cajazeiras, Universidade Federal da Paraíba (UFCG), Instituto de Federal de Educação (IFPB), além da rede de faculdades particulares como: Faculdade de Filosofia – FAFIC, Faculdade Santa Maria – FSM, Faculdade São Francisco da Paraíba – FASP, todas em Cajazeiras, e ainda conta com UFCG campos Souza com distância de 45 km da cidade de Cajazeiras e Instituto Federal de Educação IFPB na cidade de Souza e no Distrito de São Gonçalo, município de Souza com distância de 32 km da cidade de Cajazeiras via BR-230.

O Assentamento Valdeci Santiago é o único assentamento que possui escola com ensino de educação infantil (pré-escola criança de 4 a 5 anos), ensino fundamental Básico I (1º ao 5º ano) ofertado em sistema multisseriado (Figura 13).



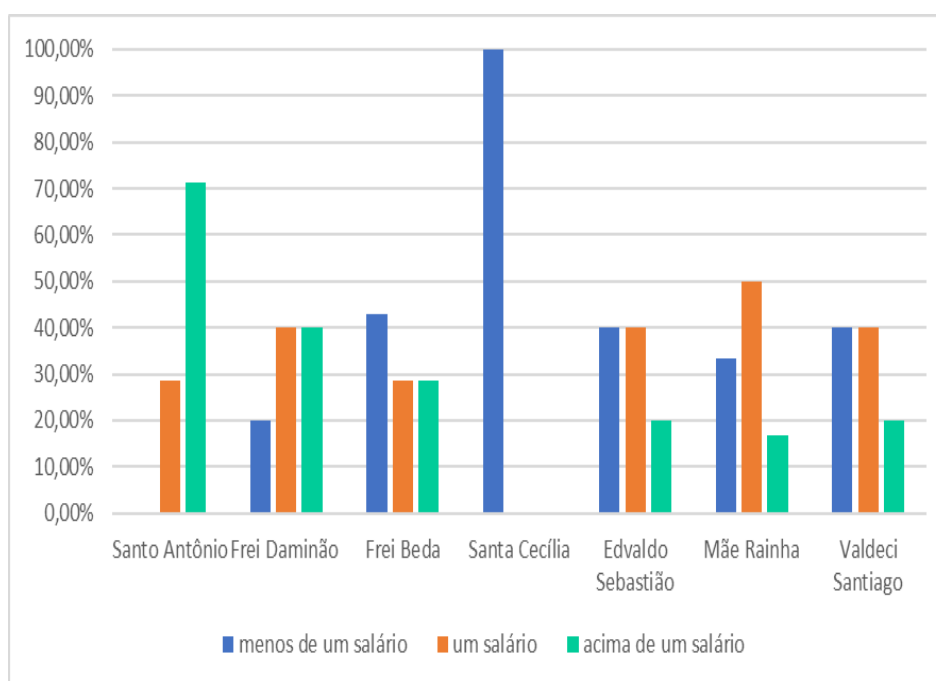
**Figura 13** – Escola Municipal do Assentamento Valdeci Santiago

**Fonte** – Freitas (2017).



### 6.5.2 Variável emprego e renda

Cerca de 70% das famílias entrevistadas do assentamento Santo Antônio recebem acima de um salário mínimo (Figura 14). Justificando-se por ser o assentamento de maior faixa etária de pessoas entre 61 a 70 anos e acima de 70 anos, com isso são contemplados com aposentadoria rural, favorecendo sua renda familiar. Em seguida vem Frei Damião com 40%, apresentando uma maior faixa etária de pessoas com idade de 31 a 40 anos, são pessoas com idade ativa de trabalho. O assentamento Frei Damião conta com produção de hortaliças e produção de mel de abelha, favorecendo no aumento da renda familiar.



**Figura 14** – Percentual do nível de renda entre os entrevistados dos assentamentos, município Cajazeiras – PB

**Fonte** – Freitas (2017).

No assentamento Santa Cecília cerca de 100% das famílias entrevistadas recebem menos do que um salário mínimo (figura 14), o que demonstra a vulnerabilidade muito alta. Considerada inaceitável. Para Wilches-Chaux (1989), a vulnerabilidade econômica refere-se aos setores economicamente mais deprimidos da humanidade, que são, por essa razão, os mais vulneráveis frente às ameaças naturais. Nesta variável, investigou-se a renda mensal que as famílias entrevistadas conseguem durante o mês, seja por meio de aposentadoria rural,

auxílio do governo, trabalho agrícola, trabalho autônomo ou assalariado na cidade de Cajazeiras – PB.

Quanto aos entrevistados que recebem menos de um salário mínimo, esta renda é atribuída ao Bolsa Família, auxílio do governo federal. As famílias que recebem acima de um salário possuem aposentados nas residências ou trabalham na cidade de Cajazeiras – PB como predeiros, motoristas e empregados assalariados na empresa Fiação Patamuté. Verificou-se que as principais fontes de rendas das famílias vêm da aposentadoria rural, trabalho não agrícola na cidade (autônomo e assalariado), agricultura (comercialização de animais com destaque para os bovinos e caprinos, mel de abelha, aves, hortaliças, Bolsa Família e Seguro Safra<sup>28</sup>).

No ano que não chove como esses últimos, a gente sobrevive com os empregos na cidade de Cajazeiras e retomamos no fim dia para o Assentamento, a Bolsa Família e o Seguro Safra também nos ajudam, mas são poucos para manter uma família. Os animais, este ano, vendemos quase todos para reduzir o rebanho, porque não temos água para o pasto, à gente busca renda na cidade de Cajazeiras, que fica a 9 km do Assentamento. O emprego que conseguimos na cidade são: pedreiro, motorista de carro de linha que são carros que leva o povo para a cidade todos os dias, motorista de transporte escolar, fábrica de gesso e na Fiação Patamuté. No final da tarde retornamos a nossa terra. Intensificam-se mais no período de estiagem, porque nesse período fica difícil trabalhar com agricultura e criação de animais. Mas não deixamos de plantarmos nem de criar nossos rebanhos. Nesse período é um desafio de conviver com a seca. Depois de assentamento foi que conhecemos algumas maneiras de convivência com a seca como: produzir nossa própria semente para plantar a semente crioula, fazer a rotação de culturas, consorciar os legumes com a vegetação nativa sem precisar retirar toda nem queimar, conservar o solo com palhada (cobertura morta) e adubação verde (cobertura viva), conservar as fontes e cursos de água para ajudar a manter o abastecimento o ano todo. Foi a CPT que nos ensinou no início da criação de assentamento, hoje a Ates através da CAAASP dão continuidade.<sup>29</sup>

Segundo Silva (2016), as atividades não agrícolas não constituem uma novidade no campo como formas alternativas para os pequenos proprietários rurais e camponeses obterem, em geral, rendas complementares. Com a modernização da agricultura, as unidades camponesas, para não serem eliminadas, tenderam a se “semi-proletarizar”, de forma que o

---

<sup>28</sup> O Seguro Safra criado pela Lei 10.420 de 10 de abril de 2002, o Fundo Garantia Safra está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e institui o Benefício Garantia Safra com o objetivo de garantir condições mínimas de sobrevivência aos agricultores familiares de municípios sujeitos a perda de safra em razão do fenômeno como a seca ou excesso hídrico, com renda familiar mensal igual ou inferior a um salário mínimo e que garante uma renda mínima às famílias que perderam sua safra. O benefício é para as famílias situadas na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2015).

<sup>29</sup> Relato de morador que reside há 12 anos na Comunidade Mãe Rainha.

trabalho assalariado passava a ser sua fonte principal de sobrevivência, enquanto a família conservava pequenos lotes de terra para o consumo doméstico. Com isso, a agricultura familiar cada vez mais se caracterizou por um caráter “multi-renda” como evidência de sua desintegração, resultando, entre outras possibilidades, na garantia de melhores condições de sustento da família.

### 6.5.3 Variável Habitação

Das 42 (quarenta e duas) famílias entrevistadas dos sete Assentamentos, somente as três famílias entrevistadas do Assentamento Santa Cecília residem em casa de taipa, uma junção de argila traçada com madeira (Figura 15).



**Figura 15** – Casas de taipa no assentamento Santa Cecília

**Fonte** – Freitas (2016).

Apesar de terem recebido a posse da terra em dezembro de 2012, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) até o momento não liberou o crédito de Implantação para os beneficiários da terra, o crédito é para o atendimento aos serviços básicos de moradia, assistência técnica, crédito rural e de infraestrutura econômica e social vinculados ao Programa Nacional de Reforma Agrária.

Verificou-se que o assentamento Santa Cecília não apresenta nenhuma infraestrutura socioeconômica que atenda os serviços básicos de higiene, saúde, habitação e trabalho. Os assentados contam com banheiros improvisados (Figura 16).



**Figura 16** – Banheiros improvisados no Assentamento Santa Cecília

**Fonte** – Freitas (2016).

Segundo o INCRA, quando é criado um projeto de assentamento, as famílias beneficiárias se credenciam para receber o Crédito de Implantação. Após aprovação do credenciamento a família recebe o crédito que compreende três modalidades: crédito Alimentação se destina à aquisição de gêneros alimentícios necessários à subsistência dos assentados e suas famílias, enquanto aguardam os primeiros resultados da produção; Crédito Fomento se destina à aquisição de ferramentas, equipamentos, insumos agrícolas, tratores, plantel de animais e outros itens indispensáveis ao início da fase produtiva do assentamento; e o Crédito Habitação é destinado à construção das moradias das famílias assentadas, em regime comunitário. Este crédito permite aos assentados, logo no primeiro ano, iniciarem as atividades de produção assegurando-lhes as condições mínimas necessárias para sua permanência na terra (INCRA, 2017).

Após terem acesso ao Crédito de Implantação, os assentados estão qualificados a utilizar os recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf<sup>30</sup>) destinados ao incremento da produção. As primeiras linhas disponíveis são

---

<sup>30</sup> PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar surgiu em 1996, fruto de fatores históricos como: a pressão dos diversos movimentos sociais voltados à questão da reforma agrária e agricultura familiar que ganharam força logo após o processo de redemocratização política brasileira, e também pelos vários estudos elaborados pelo convênio INCRA/FAO, que apontaram a multifuncionalidade e potencial econômico da agricultura familiar no Brasil. É um programa de parceria entre governos federais, municipais e estaduais e iniciativa privada, a ser executado de forma descentralizada. Os parceiros e beneficiários devem participar de todas as fases do mesmo, como programação, execução e aporte de recursos financeiros, e na mobilização de esforços por mais recursos (ROSA, 1998).

Microcrédito da Reforma Agrária, Investimento para a Reforma Agrária e Custeio da Reforma Agrária. O atual modelo foi instituído pela Lei 13.001/2014 e o trâmite para acesso aos valores disponibilizados em cada modalidade é iniciado com a seleção dos assentados conforme os parâmetros definidos no Decreto 9.066/2017<sup>31</sup> (INCRA, 2017).

Apesar do que diz o INCRA, os princípios da Reforma Agrária na prática são bem diferentes. Presenciou-se no assentamento Santa Cecília com 04 (quatro) anos de existência um lugar sem nenhuma infraestrutura socioeconômica que atenda os serviços básicos de higiene, saúde, habitação e trabalho (Figuras 15 e 16), o que justifica a vulnerabilidade social muito alta (Figura 17).

Eu vi morar nesse lugar sonhando em ganhar um pedaço de terra com tudo que o Incra disse que tínhamos; uma casa de alvenaria, banheiro com caixa de água , cisterna, lotes cercados e outras coisas que ele prometeu. Já se passou 4 anos não temos nada disso vivemos aqui sem direito a plantar nada porque os lotes não estão cercados, nossas casas e banheiros são improvisados. A noite é perigoso porque os bichos vêm para nossas casas é aranhas, ratos, escorpiões, baratas, morcegos e cobras. Todos têm medo eu deixo a luz acesa para espantar. A água, carregamos na cabeça mesmo, ou no carro de mão quem temos. A água é de uma caixa central que é cheia

<sup>31</sup> **Decreto Nº 9.066/2017.** (crédito Instalação)

Art. 1º Este Decreto regulamenta a concessão dos créditos de instalação previstos no inciso V do caput do art. 17 da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993.

§ 1º Compete ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA a gestão operacional da concessão dos créditos de instalação previstos neste Decreto.

§ 2º A concessão dos créditos de instalação previstos neste Decreto será realizada por instituição financeira federal contratada pelo INCRA para essa finalidade, dispensada a licitação.

§ 3º Os créditos de instalação são destinados exclusivamente aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA e deverão ser formalizados por meio de contrato individual.

Art. 2º Os créditos de instalação serão concedidos nas seguintes modalidades:

I – Apoio inicial – para apoiar a instalação no projeto de assentamento e a aquisição de itens de primeira necessidade, de bens duráveis de uso doméstico e equipamentos produtivos, no valor de até R\$ 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais) por família assentada;

II – Fomento – para viabilizar projetos produtivos de promoção da segurança alimentar e nutricional e de estímulo à geração de trabalho e renda, no valor de até R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), dividido em duas operações de até R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) por família assentada;

III – Fomento mulher – para implantar projeto produtivo sob responsabilidade da mulher titular do lote, no valor de até R\$ 3.000,00 (três mil reais), em operação única, por família assentada; e

IV – Semiárido – para atender a necessidade de segurança hídrica das famílias assentadas nos projetos de assentamento localizados nas áreas circunscritas ao semiárido, reconhecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, se destinando a apoiar soluções de captação, armazenamento e distribuição de água para consumo humano, animal e produtivo, no valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por família assentada.

Art. 3º Para receber o apoio inicial de que trata o inciso I do **caput** do art. 2º, os beneficiários deverão, cumulativamente:

I – ter seus dados atualizados perante o INCRA, nos termos do art. 9º;

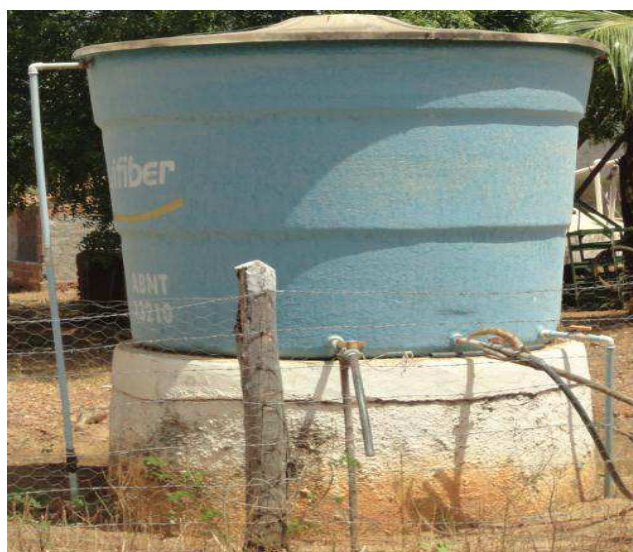
II – não ter recebido anteriormente o crédito de instalação nas modalidades previstas no § 1º do art. 3º da Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014; e

III – não ter contratado operações do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – Proceca e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf Grupo “A”.

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9066.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9066.htm)

através de um motor do único poço que tem na comunidade (figura 17). Foi a CAAASP que conseguiu para nós. A comunidade mais próxima é a Patamuté há 12km onde tem carro de linha para irmos para cidade de Cajazeiras. São estradas de terra, quando são feitas pela prefeitura fica melhor e tem ano que não faz aí complica mais. Quem é aposentado ainda aguenta um lugar desse e quem só tem o Bolsa Família o que faz?<sup>32</sup>

O abastecimento para o consumo humano no Assentamento Santa Cecília é por meio de uma caixa central que é cheia através de um motor do único poço artesiano que a comunidade possui (Figura 17).



**Figura 17** – Caixa de água para abastecer o assentamento Santa Cecília

**Fonte** – Freitas (2016).

As condições precárias de habitação, higiene, saúde, falta de água e trabalho, como também, a ausência de recursos financeiros por parte do INCRA têm contribuído para que os moradores do Assentamento Santa Cecília convivam com uma alta vulnerabilidade social e ameaças diversas, podendo levar as famílias ao risco que pode se materializar no desastre. Duas famílias já pediram transferência ao INCRA para migrarem para o assentamento Mãe Rainha, o que comprava o risco ao desastre.

Cardona (2001) considera como vulnerabilidade física a localização dos assentamentos humanos em zonas de risco, as deficiências de resistência dos elementos expostos para absorver os efeitos da ação do fenômeno que representa a ameaça, e a fragilidade social que surge como resultado do nível de marginalidade e segregação social da condição humana em desvantagem por fatores socioeconômicos. Para Wilches-Chaux (1989),

---

<sup>32</sup> Relato de uma agricultora moradora há 04 anos no assentamento Santa Cecília.

a vulnerabilidade social é o baixo grau de organização e coesão interna de comunidades sob o risco de desastre, que impede sua capacidade de prevenir, mitigar ou responder a situações de desastres.

O risco é destruição ou perdas esperadas, que corresponde ao potencial de perdas que podem ocorrer ao sujeito ou sistema exposto, resultado da convocação da probabilidade de ocorrência de ameaças e da vulnerabilidade dos elementos expostos a tais ameaças (MASKREY, 1994), enquanto que o desastre é qualquer perda de vidas humanas que seja bens materiais ou ambientais causado por um evento perigoso, de origem natural ou humana, que pode ter uma escala pessoal, familiar, regional ou nacional (GONZÁLES *et al.*, 2002). Assim, uma das famílias que pediu transferência relata:

O INCRA não cumpriu com o combinado quando fizemos o cadastramento, que dentro de um ano as famílias iria receber o crédito de Implantação para construir as casas, cercar os lotes, compra sementes, ferramentas e comprar animais. Ficamos 4 (quatro) anos aguardando, estava acertado para este ano 2016, mas as questões políticas atrapalhou tudo. Acredito que agora não vai mais sair, por isso pedi ao INCRA minha transferência para morar em outro Assentamento, o Mãe Rainha é um assentamento mais estruturado e mais próximo da cidade, tem outra família também pedindo transferência e outras famílias desistindo do assentamento, acredito que só vão ficarem quem já era morador do lugar e já estão acostumados com a situação.

Seria o que Wilches-Chaux (1989) classifica como vulnerabilidade institucional: se reflete na obsolescência e rigidez das instituições, onde a burocracia e a decisão política, entre outros, impedem respostas adequadas e ágeis.

Nos demais assentamentos pesquisados, as casas são de alvenaria, banheiro com fossa séptica, cisterna de placas ou caixa de polietileno (um material plástico) para abastecimento (Figura 18).



**Figura 18** – Casas de alvenarias construídas pelo INCRA nos assentamentos: Edvaldo Sebastião, Mãe Rainha, Frei Beda e Santo Antônio

**Fonte** – Freitas (2016).

Deve-se ressaltar que em alguns assentamentos as casas foram construídas em sistemas de vila como mostra a Figura 19. A construção em sistema de agrovila é recomendação do INCRA, segundo as famílias entrevistadas, o INCRA alega minimização dos custos, (com abastecimento e eletrificação) como também facilita reunir os moradores para reuniões de associações e com os técnicos da Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES).

Para outras famílias do assentamento Valdeci Santiago o sistema é negativo, pois a distância para área de plantio leva à acomodação dos assentados, que se mantêm na agrovila ao invés de estarem em suas atividades agrícolas. Segundo relata um agricultor morador da agrovila do assentamento Valdeci Santiago: “*O pessoal aqui fica jogando dominó, cartas, batendo papo, bebendo, isso já gerou muitas confusões. Esse sistema se assemelha com uma favela, mas se tivesse o lote junto com nossas casas, isso não ocorria, porque você acordaria e iria direto para seu lote trabalhar*”.



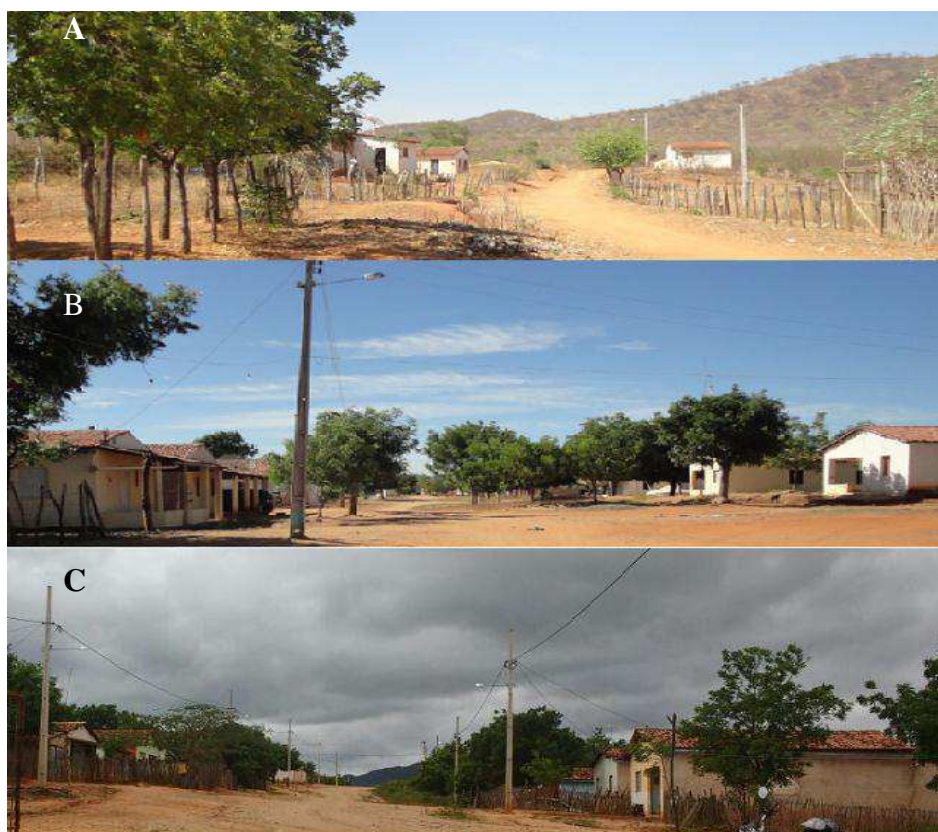
Para as famílias do assentamento Valdeci Santiago o sistema de agrovila é negativo, pois a distância para área de plantio leva à acomodação dos assentados, que se mantêm na agrovila ao invés de estarem em suas atividades agrícolas (Figura 19).



**Figura 19** – Casas habitadas pelos antigos moradores do assentamento Valdeci Santiago

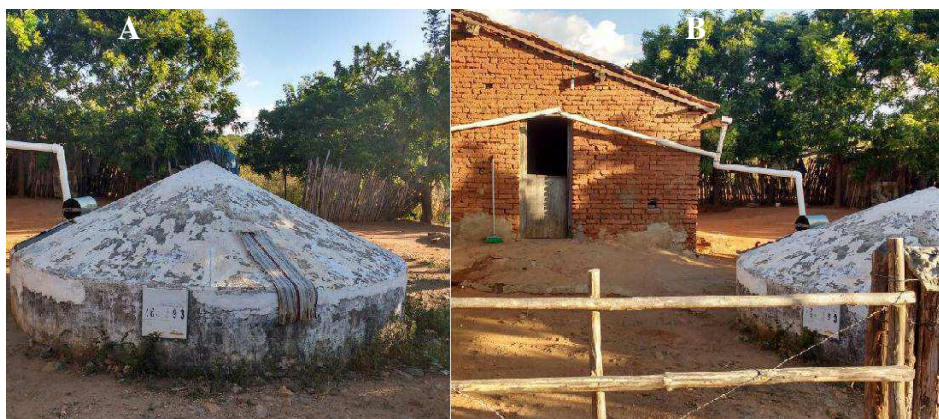
**Fonte** – Freitas (2017).

O sistema de construção das casas em modelo de agrovila gerou conflito no Assentamento Valdeci Santiago, pois algumas famílias que viviam na terra na condição de moradores não aceitaram sair de suas residências para ir morar na agrovila, e permanecem até hoje nas suas antigas casas, sem reforma, as residências constituem uma ameaça que leva os moradores ao risco, podendo ocasionar um desastre (Figura 20).



**Figura 20** – Vila dos assentamentos: Frei Beda, Santo Antônio e Valdeci Santiago  
**Fonte** – Freitas (2016; 2017).

Segundo essas famílias, o INCRA ficou de reformar as antigas casas, pois esses moradores foram cadastrados pelo INCRA como assentados igualmente os que foram para vila. Só que essas reformas nunca saíram e, como mostra a Figura 20, essas residências estão deterioradas além de não possuírem banheiros. O benefício que esses antigos moradores receberam foi somente uma cisterna (Figura 21).



**Figura 21** – Cisterna construída na residência de moradores que não residem na Vila do Assentamento Valdeci Santiago

**Fonte** – Freitas (2017).

Como relata um morador que reside em uma dessas residências:

O INCRA nos enganou, disse que iria reformar nossas casas, e até hoje só construiu uma cisterna e pronto. Sabemos que o dinheiro para a construção de nossas casas veio juntamente com o dinheiro que construiu as casas da vila, se todos foram cadastrados como assentado então o dinheiro veio. O INCRA deveria explicar e responder por um fato que considero grave como esse. Minha casa é velha, não tem banheiros e não tenho condições para reformar ou construir outra.<sup>33</sup>

Segundo o INCRA (2017), o Crédito Recuperação Material de Construção é disponibilizado pelo INCRA para a recuperação das moradias que apresentem necessidade de reforma ou ampliação em razão de deterioração ou de risco aos moradores. A reforma inclui: construção de fossas sépticas, banheiros, reparos em telhados, cintamento (amarração) das residências, instalação de portas e janelas, reboco, construção de piso, além de reparos na parte hidráulica e elétrica. No assentamento Valdeci Santiago as famílias que não foram para

<sup>33</sup> Morador há 80 anos no assentamento Valdeci Santiago.

vila não obtiveram o direito das reformas de suas residências como relata uma família que construiu com recursos próprios sua nova residência (Figura 22).



**Figura 22** – Casa construída pelo antigo morador ao lado da casa antiga, assentamento Valdeci Santiago

**Fonte** – Freitas (2017).

Se eu estivesse esperado pelo INCRA até hoje estaria nessa casa velha caindo. O INCRA nunca explicou o porquê de não fazerem as reformas nas casas velhas, e olha que era só reformas, não era construir novas casas como a cadastramento dizia; que todos assentados tinha direito uma casa de alvenaria com banheiro e cisternas, só fizeram a cisterna e pronto. Eu que paguei com meu dinheiro e ajuda dos meus filhos para construir essa casa. Poço artesiano e cacimbão no período de estiagem eu também que paguei para fazer. O INCRA fez um poço na vila, para nós que não fomos para a vila ele não fez nada. Acredito que o INCRA ficou com raiva da gente por não termos aceitado morar na vila, e fez isso por vingança. De uma coisa tenho certeza o dinheiro veio e o INCRA sabe o que fez com ele.<sup>34</sup>

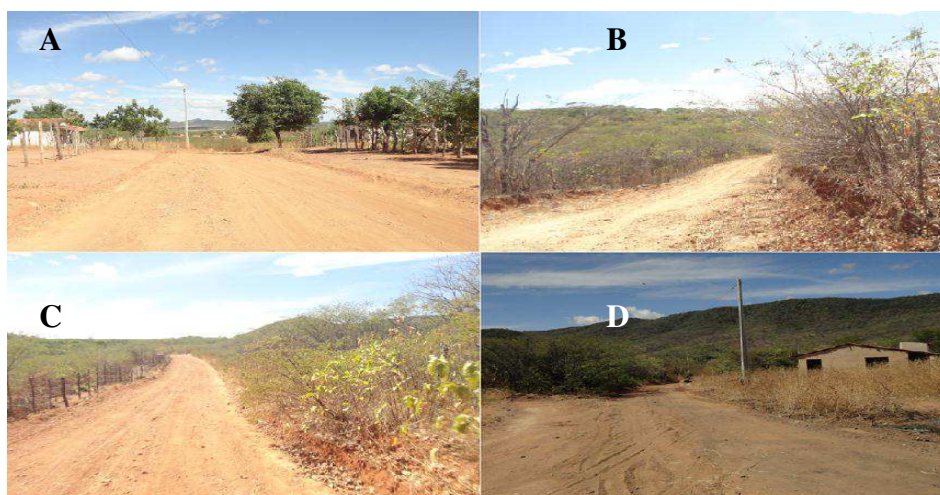
Com relação à eliminação dos resíduos Sólidos a maioria das famílias entrevistadas relatou que enterra ou queima os resíduos sem separar. As famílias que trabalham com plantação de hortaliças para as feiras agroecológicas fazem a separação para gerar adubos naturais para hortaliças como relata uma agricultora do Assentamento Frei Damião que faz a separação dos resíduos sólidos:

A gente separa as cascas dos ovos, de frutas, restos de alimentos e verduras e colocamos direto nos canteiros. Fazemos isso todos os dias não dá nenhum trabalho. Não faço a separação por completa, porque não temos coleta. A

<sup>34</sup> Morador há 76 anos no assentamento Valdeci Santiago.

coleta do município de Cajazeiras que passa na BR 230 não é uma coleta selecionada.

Sobre as vias de acesso dos Assentamentos ao município mais próximo, que é o Município de Cajazeiras, observou-se que é por meio de estradas de terra, a maioria dos assentados utiliza transportes particulares sendo na maioria motocicletas. O Transporte coletivo é pouco presente nos assentamentos (Figura 23).

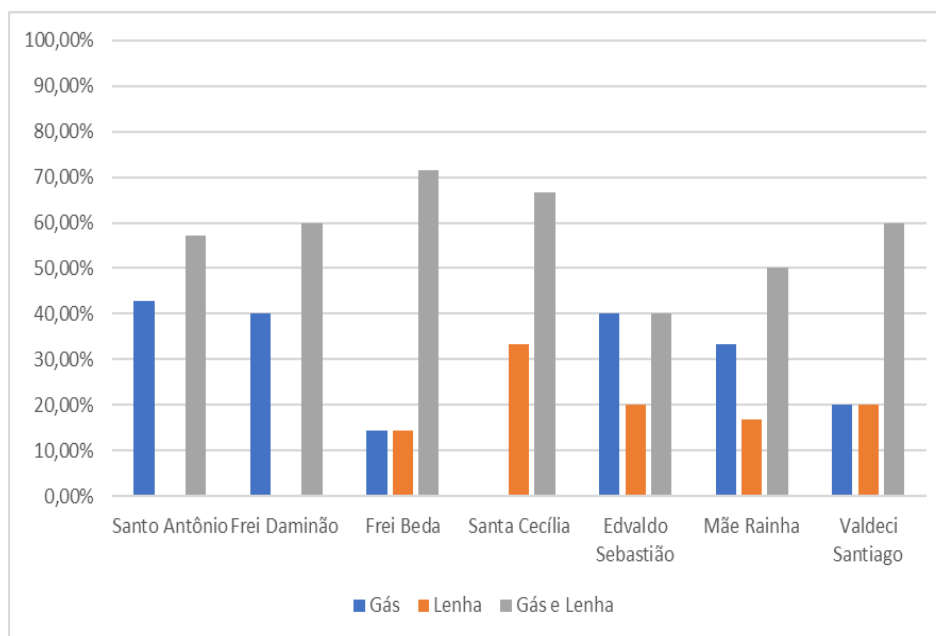


**Figura 23** – Via de acesso aos Assentamentos Santo Antônio (A), Valdeci Santiago (B), Mãe Rainha (C) e Frei Damião (D).

**Fonte** – Freitas (2016).

Para o assentamento Mãe Rainha o transporte coletivo próximo fica na comunidade Patamuté, para o Santo Antônio e Frei Damião o transporte coletivo se dá por táxis que passam na BR-230 e fazem linha sentido Souza à Cajazeira. Para os assentamentos Valdeci Santiago e Edvaldo Sebastião, são os carros de linhas entre o Distrito de Engenheiro Ávido e Cajazeiras. Os assentados aguardam na estrada principal. Os assentados do Frei Beda utilizam os carros que fazem linha entre as cidades de São José de Piranhas e Cajazeiras. Os assentados aguardam no sítio Coco que fica entre os dois municípios. Vale ressaltar que essas vias de acesso aos Assentamentos sofrem alteração no período chuvoso, o que dificulta a vida dos assentados.

Os resultados da figura 24 demonstra que há uma predominância no uso do fogão a gás associado com o de lenha.



**Figura 24** – Uso do fogão nos assentamentos pesquisados no município de Cajazeiras – PB

**Fonte** – Freitas (2017).

O depoimento de um morador justifica o uso:

Nós moramos um pouco distante da cidade aí o gás pode faltar à noite, então mantemos o fogão a lenha somente para quando precisarmos. Também têm famílias que não podem comprar o botijão. Outras acham a comida mais saborosa cozida no fogão a lenha ou carvão. A lenha a gente pega no nosso lote e na área de conservação permanente é coletiva para todos assentados que precisar tirar lenha ou plantar capim para os animais. Temos um controle não podemos tirar muito e também plantamos a parte que desmatamos é tipo um manejo. Os técnicos da ATES quem nos orientavam, mas agora foi suspenso pelo Incra esse ano, não sabemos se vai retornarem. Acho que vai piorar essas questões de desmatamento, queimada e uso de agrotóxico, porque tem muita gente que se não tiver uma fiscalização permanente eles voltam a fazerem tudo como fazia na época de moradores. Naquele tempo desmatar, queimar e usar veneno era ordem dos patrões. Isso permanece até hoje na cabeça de muitos agricultores, por isso é preciso uma orientação e uma fiscalização permanente por parte do INCRA que infelizmente suspendeu esses serviços.<sup>35</sup>

<sup>35</sup> Morador há 40 anos no assentamento Frei Damião.

Percebeu-se que a manutenção do fogão a lenha é mais frequente entre as famílias mais idosas, isto demonstra a manutenção da cultura dos tempos passados, e nas residências que possuem renda abaixo de um salário mínimo. Justificado pela a renda não ser compatível com o preço do botijão de gás (Figura 25).



**Figura 25** – Fogão à lenha no assentamento Frei Damião e lenha cortada para o uso, assentamento Edvaldo Sebastião

**Fonte** – Freitas (2016).

#### ***7.5.4 Variável consumo de alimentos***

Nesta variável constatou-se que as famílias entrevistadas alimenta-se predominantemente dos seguintes itens alimentares (Arroz/feijão, derivados de milhos, ovos, carne bovina, carne suína, aves, peixe, frutas, legumes e verduras).

Observou-se que o consumo proteico com maior frequência semanal foi de carne bovina, ovo, carne suína, complementado com aves e peixes em menor frequência de consumo. Um dado importante que é as famílias entrevistadas apesarem de produzirem produtos agrícolas como: frutas, legumes e verduras apresentaram um baixo consumo entre os mesmo. Esse baixo consumo é atribuído aos costumes alimentares do modelo antigo de fazenda quando eram meeiros e rendeiros, não podia plantar e não tinha remuneração suficiente para comprar, vale ressaltar que os entrevistados foram pessoas adultas, observou-se que o consumo de frutas, verduras e legumes é mais frequente entre as crianças.

#### ***6.5.5 Variável de participação em associações e sindicatos***

Sobre a variável de participação em organização, consideramos associação comunitária e sindicatos rurais. Todas as famílias entrevistadas afirmaram participar das associações presentes nos assentamentos. Cada assentamento possui uma associação rural

com estatuto e registro em cartório, as reuniões acontecem uma vez por mês. Somente o Assentamento Santa Cecília até o momento das entrevistas não tinha formado associação comunitária.

As reuniões geralmente ocorrem no primeiro domingo do mês para discutir os problemas do assentamento. Também é critério do INCRA para o assentamento ter direito as fontes de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) através do Banco do Brasil e Banco do Nordeste. Quanto aos sindicatos rurais as famílias entrevistadas não participam. Como relata uma moradora que reside há 20 anos no Assentamento Frei Damião:

O assentamento tem a associação criada com estatuto aprovado e registrado, se esforça para conscientizar os seus associados, da importância do trabalho coletivo e da necessidade da participação dos jovens, mulheres e homens no processo produtivo como também da integração dos mesmos no assentamento. As reuniões acontecem no primeiro domingo de cada mês. A maioria dos associados participa. O que acordamos na reunião levamos para as instâncias superiores para resolverem seja Prefeitura, CAAASP, ATES ou INCRA. Nem sempre resolvemos, mas não podemos deixar de lutar por nossos direitos. Quanto aos sindicatos rurais não pagamos porque as associações de cada Assentamento são registradas igualmente os sindicatos então não têm necessidades de pagarem os dois.

O assentamento Valdeci Santiago possui duas associações e os assentados escolhem qual participa. Como relata um morador que reside há 37 anos no assentamento:

São duas associações por questões de conflitos porque quem fundou a segunda associação não aceitava os acordos que eram discutidos na primeira associação. São conflitos por terra, porque tem famílias que foram embora e venderam seus lotes para outras pessoas que já possuía lote, isso segundo o INCRA não pode, porque ninguém recebeu a escritura dos lotes enquanto tem filho de morador que construiu família nos últimos anos e não possuem lote nenhum. O INCRA fez um novo cadastramento dessas famílias, mas não voltou para dar a posse dos lotes e liberar os créditos para essas novas famílias. As novas famílias que foram cadastradas pelo INCRA ainda continuam sem terra para trabalhar, e tem morador com cinco lotes de terra.

#### **6.5.6 Variável salubridade rural (humana)**

As principais doenças relatadas pelas famílias assentadas são: pressão alta, diabetes, doença no coração, gripe, verminose, anemia, dengue, sinusite. Variam entre médio e baixo. O atendimento de saúde nos Assentamentos pesquisados segundo as famílias entrevistadas é através de visitas domiciliares dos agentes de saúde às residências. Estes encaminham as



peessoas para atendimento em comunidades rurais que possuem posto de saúde através do Programa Saúde da Família – PSF.

Para os assentamentos Mãe Rainha e Santa Cecília o atendimento é no posto de saúde na Comunidade Patamuté. Para o Santo Antônio e Frei Damião o atendimento é no posto de saúde do Distrito de Divinópolis município de Cajazeiras. Para o Valdeci Santiago e Edvaldo Sebastião o atendimento é no posto de saúde do Distrito de Engenheiro Ávido município de Cajazeiras. O atendimento para assentamento Frei Beda é no posto de saúde do sítio Coco município de Cajazeiras.

Segundo a Secretaria de Saúde, a assistência à saúde pelo município de Cajazeiras é baseada nos serviços de saúde para as comunidades rurais através do Programa Saúde da Família – PSF. Com campanhas de Saúde da Mulher, Pré-Natal, Programa Saúde da Criança, Programa Saúde do Idoso, Saúde do Homem, Planejamento Familiar e Zoonose (vacinação de gatos e cachorros). Os atendimentos de alta complexidade são encaminhados ao hospital de urgência e emergência município Cajazeiras.

#### ***6.5.7 Variável salubridade rural (animal e vegetal)***

Considera-se nessa variável as infestações nos vegetais (nematóides, lagarta, gafanhotos, cupins, formigas entre outras) e nos animais como: verminoses, calazar, doenças parasitárias, raiva, febre aftosa entre outras. Segundo as famílias entrevistadas as infestações nos vegetais são baixas como relata um agricultor que reside há 47 anos no assentamento Santo Antônio:

Olha não vou dizer que não tem, porque estaria mentindo, têm formigas, lagartas, pulgão, às vezes aparece sim, quando aparece à gente usa defensivo natural que apreendemos com os técnicos da ATES. Fazemos com fumo de corda, sabão de coco e álcool para combater o pulgão e lagarta nas plantas frutíferas, hortaliças ou na lavoura no período de roça. Têm outras misturas que fazemos com folhas de angico preto, para formigas, cupins e besouros, sementes secas do NIM para mosca branca e gafanhotos. Eu sempre digo, a mistura é de acordo com a praga que surge. Sempre conseguimos combater as pragas com os defensivos naturais. Não uso veneno comprado na cidade não. Os técnicos agora foram suspensos, mas nos primeiros anos de assentamentos tanto a CPT como os técnicos da ATES ensinaram para todos, não só fazer defensivos naturais mais muitas outras coisas que a gente fazia errado por não saber.

Em relação aos animais há relatos de morte bovina por tristeza parasitária. Segundo as famílias entrevistadas, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, que

conta com um escritório regional no município de Cajazeiras, não faz nenhum acompanhamento aos assentamentos para fiscalizar a salubridade rural. Segundo relato de um morador que reside há 37 anos no assentamento Valdeci Santiago:

Somos nós agricultores quem procuramos a EMATER para fazermos o cadastramento dos animais para aplicação da vacina de febre aftosa que é obrigatória, somos nós que compramos a vacina e que aplicamos nos animais. Nesse assentamento são os próprios criadores dos animais sem formação técnica que compram e aplicam as vacinas de febre aftosa e outras que não são obrigatórias, mas matam animais nessa região. Por exemplo, a vacina contra doenças parasitárias, este ano morreu gado nesse assentamento com essa doença. Eu que procurei veterinário particular para me orientar sobre as causas e tratamentos da doença. Eu tive que vender os demais animais para não morrerem também. Nas aves quando tem gripe ou outras doenças também procuramos veterinários particulares.

A tristeza parasitária bovina é um complexo de doenças que compreende duas enfermidades bem conhecidas: a babesiose, causada pelos protozoários *Babesia bigemina* e *Babesia bovis*, e a anaplasmose causada pela *Anaplasma marginale* (ALMEIDA *et al.*, 2006; GUEDES JÚNIOR *et al.*, 2008), responsáveis por grandes prejuízos econômicos como mortalidade no rebanho, queda na produção de leite, diminuição do ganho de peso, além de gastos com controle e profilaxia (GONÇALVES, 2000; GRISI *et al.*, 2002; BARROS *et al.*, 2005).

Nos bovinos, a manifestação clínica da tristeza parasitária está na dependência da presença do vetor, caracterizando a região para condições de instabilidade ou estabilidade enzoótica, do clima, do manejo dos animais, das condições fisiológicas do hospedeiro e da raça (SOUZA *et al.*, 2000ab).

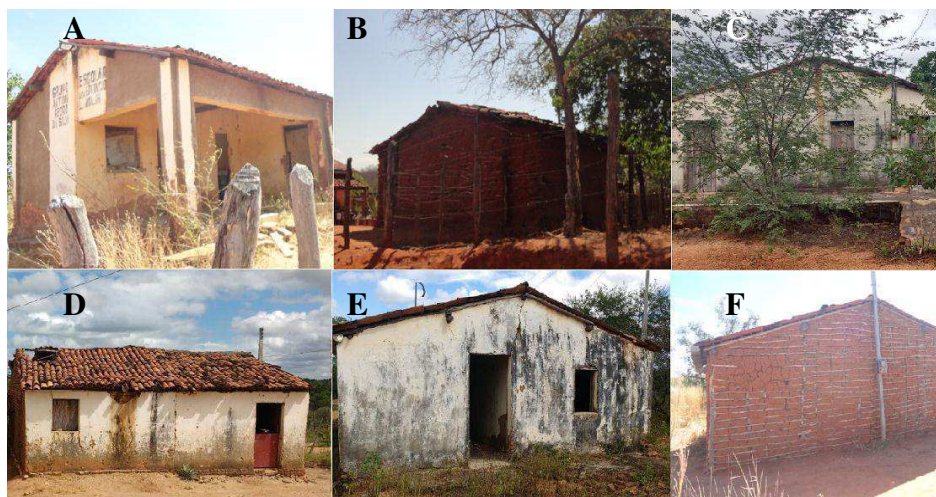
A transmissão é feita principalmente por carrapatos *R. microplus* e também por moscas, mosquitos e outros insetos picadores, como os Tabanídeos (mutuca) e os *Stomoxys calcitrans* (mosca do estábulo) (MARQUES, 2003; ARTECHE *et al.*, 1992). Segundo Scoles *et al.* (2005) a transmissão biológica feita por carrapatos é pelo menos duas vezes mais eficiente que a transmissão feita pela mosca de estábulo.

Com relação aos assentamentos, segundo a CAAASP, os mesmos contavam com assistência técnica disponibilizada pelo INCRA, através de uma equipe do Programa de Assistência Técnica, Social e Ambiental (ATES), desde 2008, que era prestada pela Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP), composta por uma equipe multidisciplinar de 02 agrônomos, 01 zootecnista, 02 assistentes sociais, e 04 técnicos agrícolas, que realizavam visitas periódicas aos Assentamentos, mas que foram suspensas

pelo INCRA em meados de 2016 (CAAASP, 2016). Há relatos de moradores sobre a presença de morcegos hematófagos na região:

Não só neste assentamento, mas em toda região existem presença de morcegos transmissores da raiva que podem atacar tantos os bovinos, como caprinos, aves e humanos. Na maioria dos assentamentos têm várias casas velhas abandonadas pelos antigos moradores que foram para casas novas e não derrubaram as velhas, que servem de abrigos para os morcegos, cobras entre outros animais. Eu vacino os animais contra a doença. Tenho conhecimento de ataques desses morcegos em bovinos, burros e cavalos, nas pessoas e nas aves nunca aconteceram ataques nesse assentamento.<sup>36</sup>

Segundo os moradores as antigas residências abandonadas servem de abrigos para os animais (Figura 26).



**Figura 26** – Casas abandonadas pelos antigos moradores, assentamentos: Valdeci Santiago, Edvaldo Sebastião, Frei Beda e Mãe Rainha **Fonte** – Freitas (2017).

A raiva é uma encefalite viral aguda, disseminada em diversos países do mundo, seu ciclo epidemiológico é classicamente dividido em: ciclo urbano, ciclo rural, silvestre terrestre e silvestre aéreo (VELASCO-VILLA *et al.*, 2006). No meio rural, é transmitido principalmente por morcego hematófago, em especial o *Desmodus rotundus*, que no campo infecta os herbívoros. Este morcego tem sido, portanto, historicamente o principal transmissor da doença nos animais de produção na América (UIEDA *et al.*, 1998; FERNANDES, 2001; KOTAIT *et al.*, 1998).

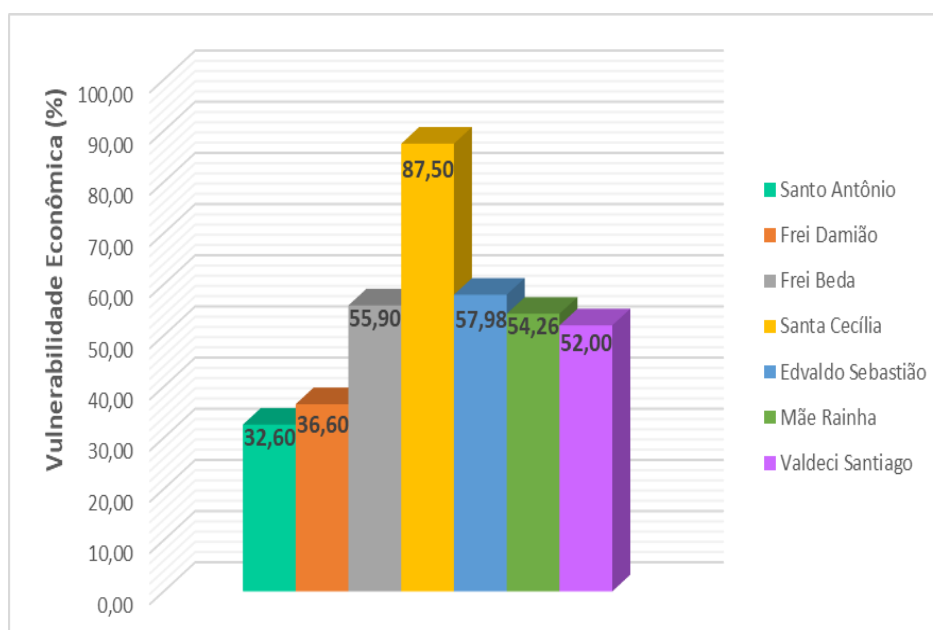
<sup>36</sup> Morador há 47 anos no assentamento Edvaldo Sebastião.

Os morcegos hematófagos são bastante propensos a mudanças e têm uma grande capacidade de se adaptarem às modificações introduzidas pelo homem ao meio ambiente (GREENHALL, 1963). A epidemiologia do vírus da raiva pode sofrer influências dos fatores de ordem ambiental desencadeados pelo homem, principalmente devido a alguns tipos de atividade econômica que geram alterações na natureza, como uso e cobertura do solo. (SILVA, 2001).

No Brasil, a doença apresenta variações de acordo com a região geográfica. Em face de sua distribuição desigual, em um mesmo país podem existir áreas livres e outras endêmicas, apresentando eventuais epizootias (KOTAIT *et al.*, 2010). O ciclo silvestre da raiva possui grande relevância, pois dentro de um determinado ecossistema, morcegos e outros animais silvestres, como carnívoros e roedores, podem ser potenciais transmissores do vírus, como raposas (*Dusicyon vetulus*), guaxinins (*Procyon cancrivorus*), saguis (*Callithrix sp.*), jaritatacas (*Conepatus sp.*), cachorro-do-mato (*Cerdocyon thous*), morcegos hematófagos (*Desmodus rotundus*) e não hematófagos (ictiófagos, insetívoros, etc.) (UIEDA *et al.*, 1995; ALBAS *et al.*, 2009).

## 7.6 Vulnerabilidade Econômica

De acordo com a figura 27, a vulnerabilidade econômica se encontra muito alta em cinco dos sete assentamentos pesquisados. A vulnerabilidade maior que 45% é considerada inaceitável o que demonstra uma situação de extrema pobreza.

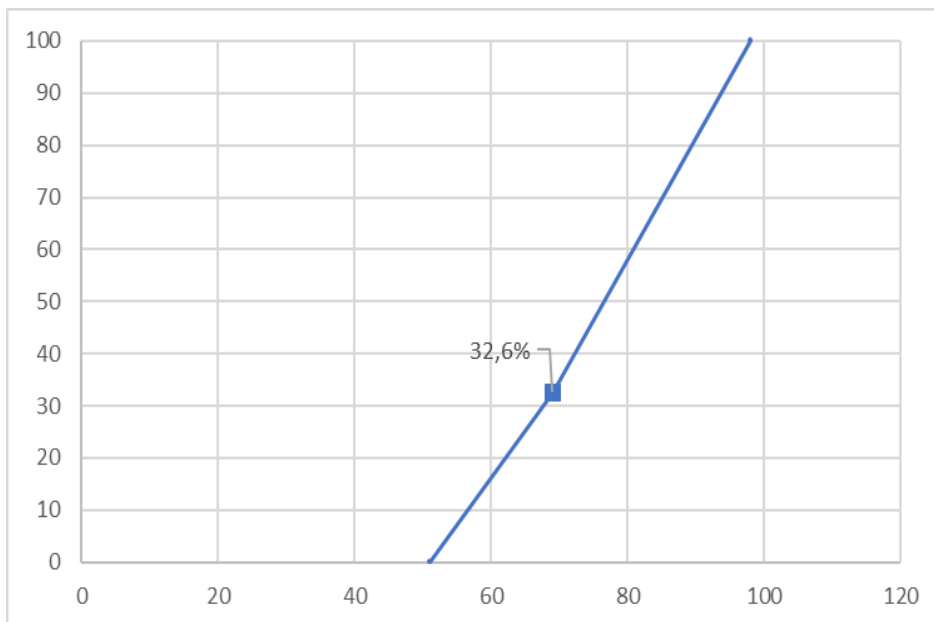


**Figura 27** – Vulnerabilidade Econômica nos Assentamentos Rurais município de Cajazeiras – PB

**Fonte** – Freitas (2017).

Somente dois assentamentos apresentaram vulnerabilidades econômicas inferiores a 45% foram; Santo Antônio com 32,6% (Figura 28) e Frei Damião com 36,6% (Figura 29), o que representa um índice de vulnerabilidade considerada alta, entre 30 a 45%. Consideramos as variáveis: produção vegetal, animais de trabalho, animais de produção, comercialização, crédito e rendimento, a principal fonte de crédito. Os altos índices de vulnerabilidade econômica encontrados nos demais Assentamentos se explicam em função das fortes limitações socioeconômicas e ambientais, além dos períodos de seca prolongados.

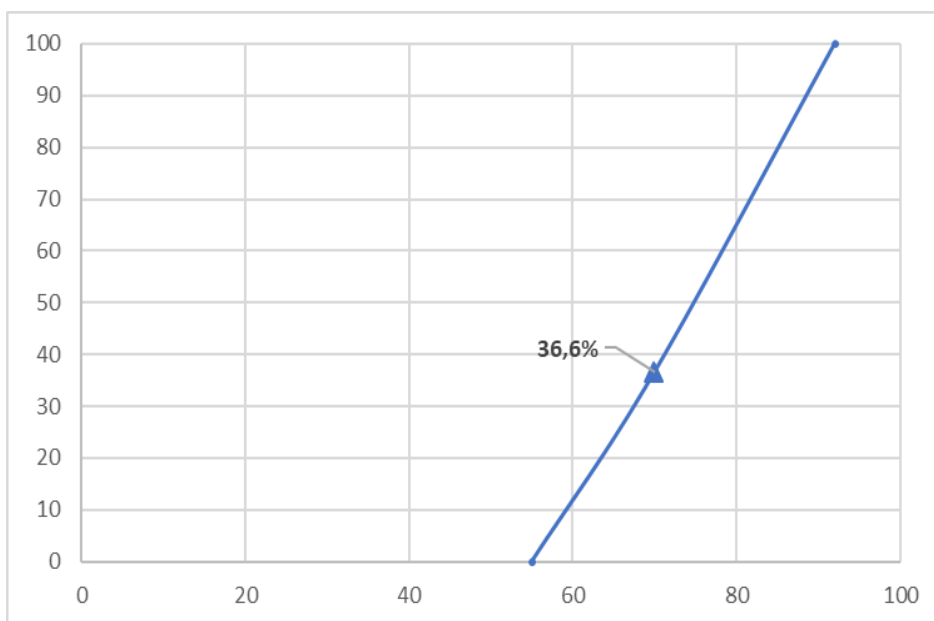
O Santo Antônio foi o que apresentou a menor vulnerabilidade econômica entre os sete pesquisados com 32,6% (Figura 28).



**Figura 28** – Vulnerabilidade econômica, assentamento Santo Antônio

**Fonte** – Freitas (2017).

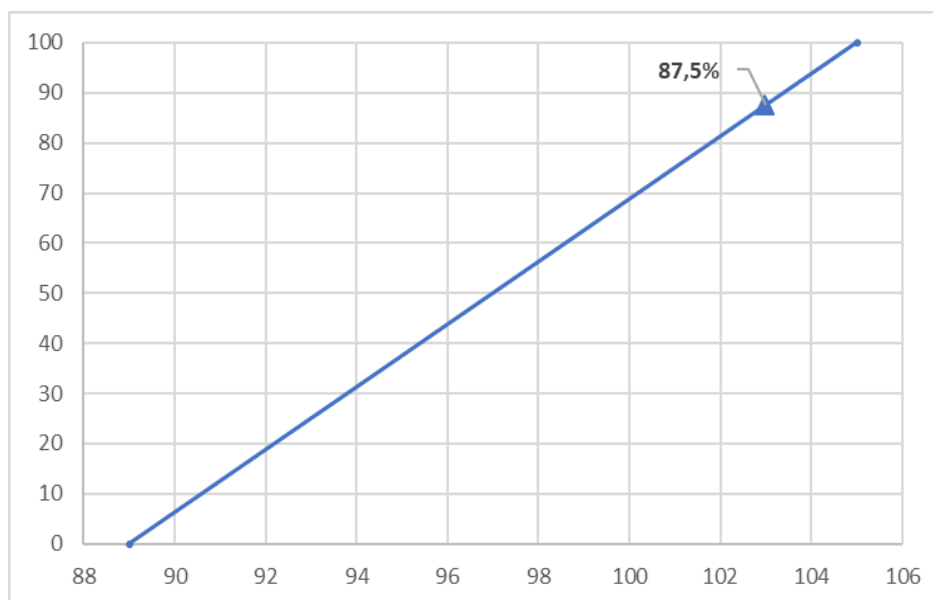
De acordo com a Figura 29 o assentamento Frei Damião apresentou uma vulnerabilidade econômica de 36,6%, considerada uma vulnerabilidade.



**Figura 29** – Vulnerabilidade econômica, assentamento Frei Damião

**Fonte** – Freitas (2017).

O assentamento Santa Cecília apresentou vulnerabilidade muito alta 87,5%, justificado por ser um assentamento que ainda não foi contemplado com o crédito de Implantação que assegura as condições de moradia e trabalho na terra (Figura 30).



**Figura 30** – Vulnerabilidade econômica, assentamento Santa Cecília

**Fonte** – Freitas (2017).

Constatamos que a principal fonte de crédito para custear a produção animal e vegetal advém de empréstimos ao Banco do Brasil e Banco do Nordeste através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). São empréstimos que os assentados têm direito individualmente, voltados à estruturação do lote para financiamento de atividades agropecuárias. Para adquirir esses empréstimos é preciso que o assentamento tenha associação registrada e conte com os serviços de Assistência Técnica Rural (ATES).

O assentamento Santo Cecília não pode participar do Pronaf porque não recebeu a primeira linha de crédito que é o crédito Implantação, somente depois do recebimento do crédito Implantação é que poderá participar da segunda linha de crédito do Pronaf.

Segundo relato de um morador, há 38 anos no assentamento Valdeci Santiago, os assentados do assentamento Valdeci Santiago estão impossibilitados de fazerem empréstimo pelo Pronaf:

Esses empréstimos oferecidos pelo Pronaf, temos que pagarmos ao Banco que dá em média 3 (três) anos de carência com juros de 4% ao. Num período

prologando de seca, como esses últimos, pegar um empréstimo com um juro desse para plantar e criar animais, sem água? Depois, nosso Assentamento não tem direito esse empréstimo, porque para ter direito precisa que a associação esteja registrada em cartório e os cadastros dos assentados estejam regularizados perante o Incra. Aqui tem duas associações, são registradas. O problema são os cadastros das famílias que foram embora e as novas famílias escritas para preencher as vagas não são regularizadas pelo Incra. Isso já faz alguns anos, e o Incra não regulariza prejudicando os assentados que tem os cadastro regularizados a fazerem empréstimos pelo Pronaf. Mas agora temos outro problema em meados de 2016 com a mudança do governo, o Incra suspendeu a assistência técnica em todos assentamentos, com isso não tem como o Banco liberar empréstimo nenhum.

Segundo Ministério do Desenvolvimento Agrário (BRASIL, 2015), para ter acesso às linhas de Crédito do Pronaf o agricultor precisa da Assistência Técnica Rural para que os técnicos auxiliem os mesmos na elaboração dos projetos a serem financiados de acordo com a linha de crédito disponibilizada no Plano Safra e encaminhar o projeto para uma agente financeira. Sendo aprovado, o beneficiário já poderá aplicar os recursos de acordo com o projeto e com o devido acompanhamento dos técnicos da Assistência Rural (op. cit.).

Segundo Wilches-Chaux (1993), qualquer tipo de programa para alargar a base econômica da comunidade local é uma maneira bem sucedida de aliviar a vulnerabilidade econômica não só contra riscos esporádicos, mas também enfrentar o desafio de sobrevivência, em comparação com o diário, o principal risco que ameaça as "vítimas da vida". Na medida em que, sem ignorar a inter-relação necessária entre mercados, as comunidades podem autonomamente se moverem no sentido de satisfazer as suas necessidades básicas, essa medida dependerá cada vez mais de factores externos fora do seu próprio controle.



### 7.6.1 Variável produção vegetal

Nessa variável analisamos os tipos de cultivos produzidos pelos agricultores. Verificou-se que todos os assentamentos produzem um sistema básico de subsistência para o consumo familiar, sendo as culturas exploradas no regime de sequeiro (Figura 31).



**Figura 31** – Plantações em regime de sequeiros, assentamentos Frei Damião (A), Frei Beda (B), Edvaldo Sebastião (C) e Santo Antônio (D).

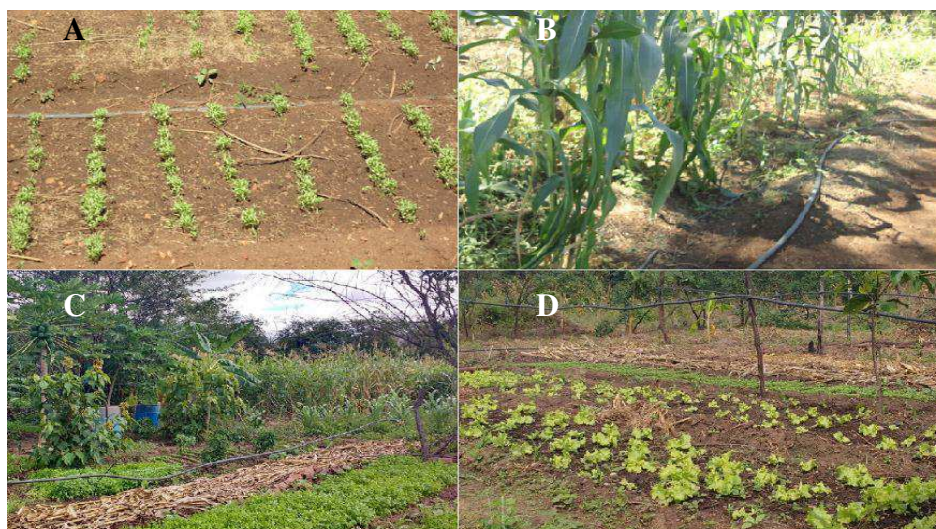
**Fonte** – Freitas (2016).

Vale ressaltar que plantações de arroz e algodão são inexistentes entre as famílias entrevistadas. Segundo relatos de um morador que reside há 56 anos no assentamento Santo Antônio justifica-se:

As plantações no geral caíram devido os anos seguidos de secas, então só plantamos aquilo que é mais produtivo e que necessita menos água, o arroz precisa de muita água. Já o algodão, a gente não planta mais. Ninguém planta, porque não tem comércio por aqui, aquele período do algodão no sertão passou, então plantamos o milho consorciado com o feijão ou com a fava, mandioca e banana. Plantamos também capim e palma para os animais. Não utilizo veneno nenhum. Quando as plantações precisam fabricamos os defensivos naturais que apreendemos com os técnicos da assessoria técnica.

Cultura de sequeiro é uma cultura na qual a oferta de água é exclusivamente dependente do regime climático e da capacidade de armazenamento de água dos solos. Os agricultores só realizam seus plantios no período de chuva, que no Semiárido costuma ser de dezembro a março (SILVEIRA *et al.*, 2002).

No período de estiagem os agricultores utilizam o sistema de irrigação localizada por gotejamento em áreas próximas dos açudes ou nos quintais de suas residências utilizando água de poços tubulares, mandalas, caixa de polietileno e poços amazonas. Observou-se que a maior parte do sistema de irrigação localizada é por gotejamento com pequenos furos nas mangueiras, um sistema chamado de linhas laterais (mangueiras de onde saem os emissores como miniaspersores e gotejadores) sendo manuseado pelos assentados para irrigação de hortaliças e plantas frutíferas de pequeno porte (Figura 32).



**Figura 32** – Sistema de irrigação por gotejamento, assentamento Frei Damião (A), Santo Antônio (B), Valdeci Santiago (C) e Mãe Rainha (D).

**Fonte** – Freitas (2017).

É um sistema de baixo custo, sendo apropriado para fruteiras ou hortaliças, pois se baseia em baixa carga hidráulica podendo usar água de uma caixa elevada, no mínimo 2,5 m acima do solo, dispensando bombeamento. O sistema é simples e consiste de linhas laterais conectadas à linha de derivação por registros. Cada linha lateral irriga duas fileiras de plantas, as mesmas ficam centralizadas entre as duas fileiras. Dois segmentos de mangueira plástica ou polietileno são conectados à linha lateral para aduzir água a duas plantas (KELLER *et al.*, 1990; COELHO *et al.*, 2012).

#### 6.1.1.1 Unidos em prol da agricultura familiar: construção de um saber agroecológico

No período de estiagem os agricultores dos assentamentos pesquisados mantêm as plantações de hortaliças e plantas frutíferas nos quintais de suas casas. Parte das frutas e das

hortaliças tem como principal finalidade a comercialização. Verificou-se que a feira agroecológica retornou em 2017. A mesma é realizada todas as sextas-feiras na parte da manhã na Praça Cristiano Cartaxo município de Cajazeiras – PB (Figura 33).



**Figura 33** – Feira Agroecológica na Praça Cristiano Cartaxo, no município de Cajazeiras

**Fonte** – Freitas (2017).

O assentamento Frei Damião também produz, com base nos princípios da agroecologia, frutas, hortaliças, mel de abelha entre outros produtos, mas não participa da feira porque tem dez famílias da cidade de Cajazeiras que compram direto no assentamento. Segundo uma das famílias produtoras é melhor porque diminui os custos com transportes.

A gente participava da feira, mas as famílias foram ficando clientes certos e queria toda semana uma quantia certa de todas as hortaliças ou legumes, e na feira não podemos para fazer isso, guardar mercadoria para cliente, tem que vender para os clientes que procuram a gente. Também a nossa produção não é suficiente para atender as dez famílias toda semana e ainda abastecer a feira. Então optamos pelas dez famílias que são clientes certos e vêm pegar direto no assentamento.<sup>37</sup>

<sup>37</sup> Moradora há 47 anos no assentamento Frei Damião.

Percebeu-se que os agricultores não contratam trabalhadores temporários, o cultivo é garantido apenas com a força do trabalho da família sendo esta o núcleo fundamental da produção camponesa. Dos sete assentamentos do município de Cajazeiras cinco participam da feira com base nos princípios agroecológicos, dentre eles o Assentamento Santo Antônio, Edvaldo Sebastião, Mãe Rainha, Frei Beda e Valdeci Santiago participam da feira.

A feira é importante para o comércio da cidade porque contribui para o mercado local com maior diversidade de produtos e oferta, resultando em uma maior valorização do comércio da região. Além de geração de renda promove mudança nos hábitos alimentares das famílias consumidoras trazendo uma maior segurança alimentar e nutricional, pois apresenta uma variedade de produtos saudáveis livres de agrotóxicos proporcionando uma melhor qualidade de vida.

Algumas famílias do assentamento utilizam o sistema de mandalas<sup>38</sup> para a produção de hortas agroecológicas, uma técnica de sistema de irrigação comunitária, baseada em canteiros ao redor de um círculo de água (Figura 34).



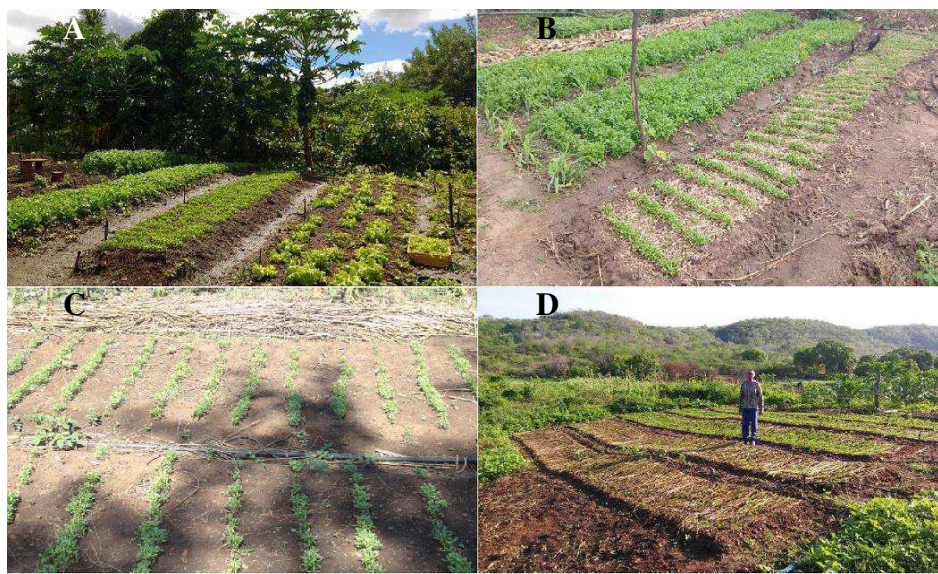
**Figura 34** – Mandalas, assentamento Santo Antônio

**Fonte** – Freitas (2016).

---

<sup>38</sup> O Projeto Mandalla foi desenvolvido pela Agência Mandalla de Desenvolvimento Holístico e Sistêmico Ambiental – DHSA, uma Organização Não Governamental que tem a missão de estimular processos de desenvolvimento sustentável, facilitando a aplicação e a disseminação de tecnologias sociais. A Rede Mandalla atua através da pesquisa, desenvolvimento e difusão de tecnologias sustentáveis orientadas para a geração de renda, emprego e segurança alimentar, no campo e nas cidades, através do apoio ao empreendedorismo, focado na construção de cadeias de produção, assistência técnica, beneficiamento e comercialização de alimentos ecologicamente corretos, ambientalmente sustentáveis e economicamente acessíveis. Disponível em: <http://nucleomandalla.blogspot.com.br/>

Os assentamentos realizam uma plantação com base nos princípios agroecológicos livre de agrotóxicos, utilizando os saberes populares associado com o potencial dos agrossistemas locais (Figura 35).



**Figura 35** – Produção agroecológica nos assentamentos: Santo Antônio (A), Mãe Rainha (B), Frei Damião (C) e Valdeci Santiago (D).

**Fonte** – Freitas (2017).

A Agroecologia como ciência propõe o manejo dos recursos naturais, desde as identidades dos agroecossistemas locais. A existência da matriz sociocultural pode contribuir como elemento essencial na configuração de um potencial endógeno humano que mobilize a ação social e coletiva, sendo esta a base da Agroecologia. Assim sendo, os aspectos sociais da Agroecologia resultam fundamentalmente na geração de metodologias que permitam registrar a visão da própria identidade local, revalorizando os conhecimentos dos atores envolvidos no contexto (GUZMÁN; MOLINA, 2005).

Além das hortaliças as famílias complementam a feira com aves, ovos, pamonha, feijão-verde, queijo, doces caseiros, farinha de fubá caseira, sabonete de aroeira, vassouras de palhas e diversos produtos artesanatos (Figuras 36 e 37).



**Figura 36** – Produtos/Artesanatos confeccionados por agricultora no assentamento Santo Antônio/Cajazeiras – PB

**Fonte** – Freitas (2016).



**Figura 37** – Vassouras de palha retiradas das carnaubeiras, no assentamento Santo Antônio

**Fonte** – Freitas (2016).

No assentamento Frei Damião tem quatro famílias que possuem no seus lotes criatórios de abelhas com ferrão, conhecidas populamente como abelha de italiana (*Apis mellifera ligustica*), as colmeias são instaladas nas áreas próximas à reserva legal do assentamento. As famílias fabricam o próprio mel no assentamento e comercializam em embalagens de garrafas e bisnagas de plásticos lacradas. Segundo uma família produtora, a

assistência técnica prestou capacitação para as famílias produtoras sobre a biologia das abelhas, as floradas apícolas, a instalação dos apiários, os métodos de povoamento e de manejo das colmeias, as ferramentas necessárias ao apicultor, o controle fitossanitário para coleta, processamento de produção e armazenamento do mel (Figura 38).



**Figura 38** – Produção de mel de abelha com ferrão no assentamento Frei Damião

Fonte – Freitas (2016).

A produção média de mel é 700 a 1000 litros nos anos chuvosos e 400 litros nos anos que não chove dentro da média. A colheita ocorre duas vezes por ano, após a colheita, o mel passa pelo o processamento de produção e embalagem, depois é que colocamos para ser comercializado para as famílias que compra nossas hortaliças, para as comunidades vizinhas e para o próprio assentamento. O mel do sertão é bem aceito por sua cor clara e seu sabor refinado, isto se dá pelo o tipo da florada da região. A produção é uma alternativa para agricultura familiar para gerar renda para família, a apicultura pode ser desenvolvida numa área pequena não precisa de muitos investimentos, e se o manejo for correto a produção é certa ainda tem a cera que também pode ser comercializada. É uma atividade lucrativa, importante para aumentar a renda do agricultor que convive com períodos prolongados de secas, mesmo nos anos se seca dar para produzir e gerar renda para a família. A produção diminui com a seca, devido polinização das plantas que diminui com a falta de água.<sup>39</sup>

De acordo com Guimarães (1989), pela sua natureza a apicultura é uma atividade conservadora das espécies. Não sendo destrutiva ao meio ambiente, é uma das poucas

<sup>39</sup> depoimento de uma família produtora do Assentamento Frie Damião, janeiro de 2017.

atividades agropecuárias que preenche todos os requisitos do tripé da sustentabilidade: o econômico porque gera renda para os agricultores, o social porque utiliza a mão-de-obra familiar no campo, diminuindo o êxodo rural, e o ecológico porque não se desmata para criar abelhas.

Mel confeccionado em garrafas e bisnagas de plásticos lacradas, nas embalagens contém rótulo frontal identificando o produto, o tipo e data da colheita da florada (Figura 39).



**Figura 39** – Mel confeccionado e embalado para comercialização, assentamento Frei Damião

**Fonte** – Freitas (2016).

Para Kautsky (1986), as atividades não agrícolas, mesmo que elas ocorram fora ou dentro da terra, são entendidas como formas complementares de obtenção de renda e inserção econômica para o pequeno produtor rural.

A diversificação de plantação agrícola é muito importante, pois além de ser oposta à monocultura, constitui estratégias simples e baratas de evitar a proliferação de insetos. As espécies consorciadas oferecem vantagens complementares visto que enquanto uma fixa o nitrogênio no solo outra fornece sombra, o proveito mútuo do consórcio entre espécies oferece mais garantia de se ter uma melhor produtividade (NOGUEIRA; DUQUE, 2010).

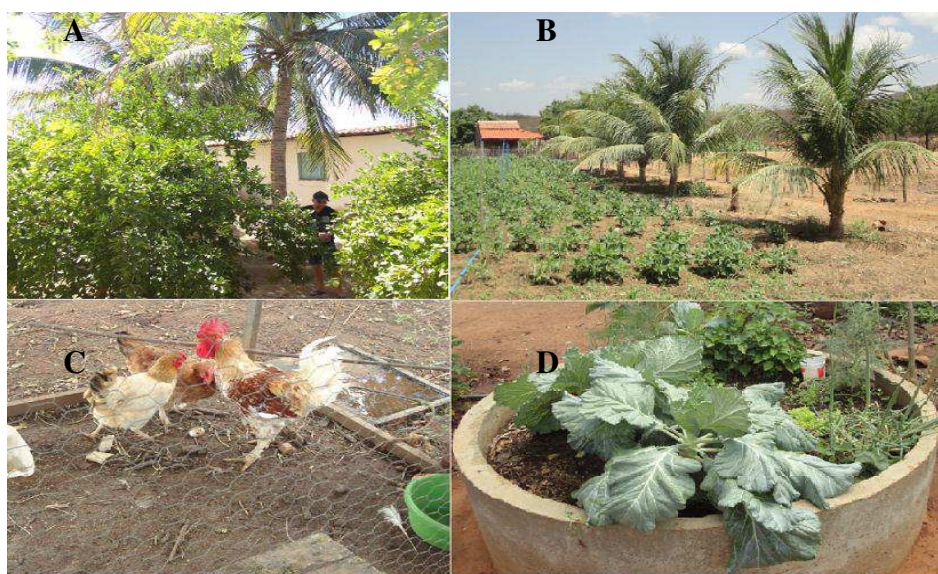


Os agricultores aproveitam os quintais para plantar árvores frutíferas, fazer hortas, criar aves e também plantar forragens como palma e capim para os animais (Figuras 40 e 41).



**Figura 40** – Plantação de hortaliças, plantas frutíferas e capim nos quintais dos moradores dos assentamentos: Santo Antônio, Mãe Rainha, Edvaldo Sebastião e Frei Damião

**Fonte** – Freitas (2017).



**Figura 41** – Plantação de hortaliças, plantas frutíferas e criação de aves nos quintais dos moradores dos assentamentos: Santo Antônio, Frei Beda, Edvaldo Sebastião e Frei Damião

**Fonte** – Freitas (2016).

A diversidade de plantas de diferentes ciclos e tamanhos contribui também para a reciclagem de nutrientes do solo, as folhas e os frutos que caem sobre o solo, as raízes em diferentes profundidades absorvem os nutrientes, e além de alimentar os animais domésticos, atrai os animais silvestres, aumentando a biodiversidade do ecossistema local.

A convivência com o Semiárido requer outros valores e outros padrões de produção, como as alternativas baseadas na agroecologia, no manejo sustentável da Caatinga, na criação e pequenos animais e nos projetos associativos e cooperativos, que expressam uma economia solidária. (SILVA, 2006, p. 235).

### 6.6.2 Variável animais de trabalho

Observou-se que a criação de animais de trabalhos, como equinos, muares e asnos, ocorrem em pequenas proporções entre os assentados (Figura 42).



**Figura 42** – Animais de trabalho nos assentamentos Santo Antônio e Valdeci Santiago

**Fonte** – Freitas (2017).

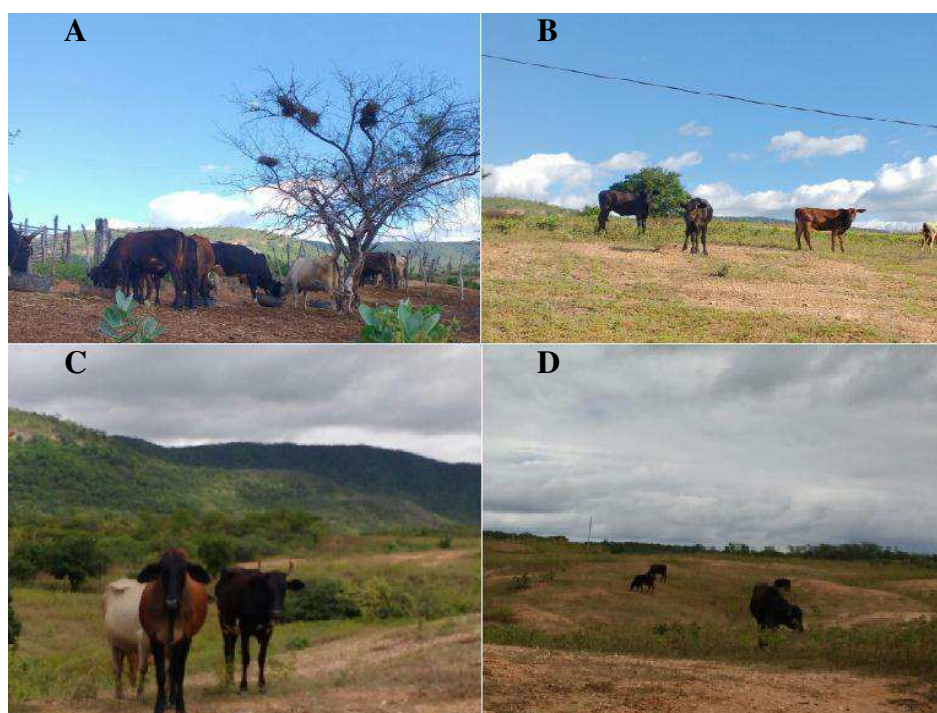
Assim, um agricultor justifica:

Quando a gente trabalhava para os patrões criavam muito gado, então tinha os vaqueiros para levar o gado de um lugar para outro, para dar água, também tinha a produção de algodão que usava carroça de burro para transportar o algodão da roça até o local que armazenava. Hoje criamos mais bode, galinhas, porcos e poucas cabeças de gado, no próprio quintal de casa, então não precisamos de muitos animais, cada agricultor tem um ou dois para ajudar no transporte de ração para o gado. Também não são animais baratos, e se comprar é para possuir e não para comercializar. Por isso temos poucos.<sup>40</sup>

<sup>40</sup> Agricultor há 76 anos no assentamento Valdeci Santiago.

### 6.6.3 Variável animais de produção

Verificou-se que os animais de produção nos assentamentos pesquisados são bovinos, caprinos, suínos e aves. A criação bovina se dá pela pecuária extensiva (caatinga), uma criação a pasto sem grandes investimentos (Figura 43).



**Figura 43** – Criação bovina de maneira extensiva no assentamento Mãe Rainha e Valdeci Santiago

**Fonte** – Freitas (2017).

As principais vantagens da pecuária extensiva é a baixa necessidade de investimentos, embora ainda existam gastos com reposição mineral e suplementação. Por outro lado, esse tipo de criação exige ocupação de grandes áreas, o que pode gerar problemas ambientais, a disponibilidade de pasto e a carência que a alimentação do gado nesse tipo de criação possui. Segundo relatos de moradores, algumas famílias do assentamento Valdeci Santiago utilizam a área de Preservação permanente do assentamento para pecuária extensiva, como relata um agricultor que reside há 37 anos na comunidade:

Na criação do Assentamento foram deixados 20% de área do Assentamento para a preservação permanente e uma área coletiva de conservação. As áreas de preservação permanente são áreas de serrotes, morros, encostas, margem de açude, nascentes e riachos. Como são áreas mais verdes devido

terem mais águas durante parte do ano os criadores acabam aproveitando para soltar os animais para comerem nessas áreas, geralmente são gado mesmo. Não tem fiscalização neste Assentamento pelo INCRA nem pela CAAASP e nunca tivemos assistência da ATES. Então os moradores acabam fazendo o que acham certo. Existe um mal estar entre esse Assentamento e o INCRA. Isso devido a divisão inicial das terras que o INCRA acabou fazendo uma divisão errada. Dividiu o Assentamento em 64 lotes sendo que tinha 47 famílias que já ara muitas famílias para área. Pois ficou somente entre 8 hectares de terra para cada família muito pouco para agricultura e criação de animais. Sendo que sobraram 17 lotes que foram divididos em grupos de três famílias, ou seja, cada grupo de três famílias ficava com um lote, só que isto não foi documentado na época pelo superintendente do INCRA que fez um acordo de boca. Com a mudança da superintendência do INCRA este acordo formado anteriormente não tem valor. Segundo a superintendência atual os lotes vão serem entregues para novas famílias o que tem gerado conflito entre os assentados e o INCRA. Com o isto vai ficar inviável 8hectares de terra para plantar e criar animais, então acredito que as áreas de preservação permanentes e de conservação vão serem mais utilizadas pelos moradores.

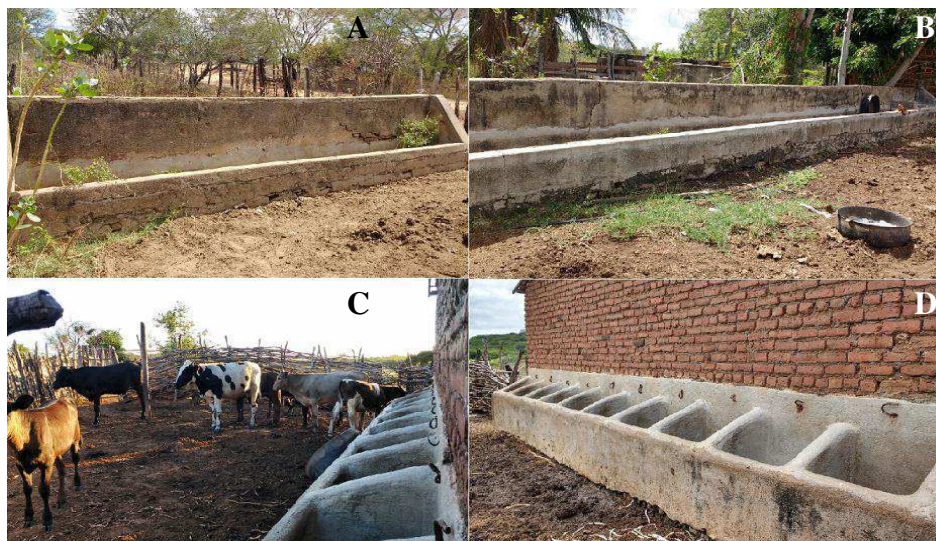
Segundo Andrade (1999), as práticas econômicas nem sempre adequadas aos ecossistemas locais são frutos do processo de ocupação do semiárido, a pecuária foi a primeira forma de ocupação do sertão no período colonial. Verificou-se que o sistema de criação do rebanho bovino, caprino, equino, muares (menores proporções), apresenta-se sem planejamento no manejo reprodutivo e manejo sanitário nas áreas de confinamento noturno, as instalações para os bovinos se encontram inadequadas (Figura 44).



**Figura 44** – Instalações para confinamento de animais no assentamento Valdeci Santiago

**Fonte** – Freitas (2017).

Verificou também que os recipientes para alimentação dos animais se encontram inadequadas (Figura 45).



**Figura 45** – Cochos de alvenaria para alimentação e casa de forragem para animais nos assentamentos: Santo Antônio, Frei Damião, Valdeci Santiago e Mãe Rainha

**Fonte** – Freitas (2017).

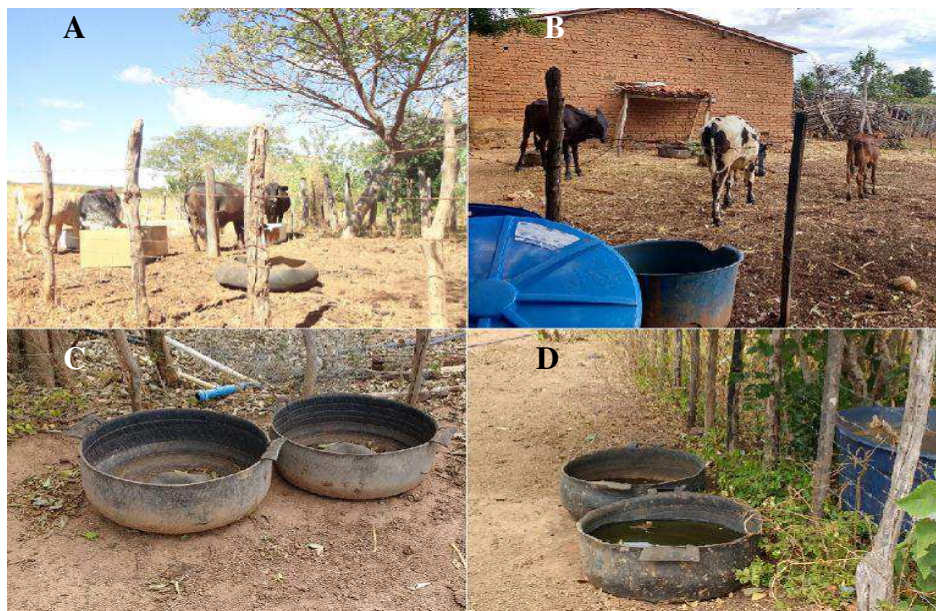
Com relação à água, verificou-se que os bovinos, por consumirem muita água, estes tomam direto nos açudes no período de cheia. Já no período de estiagem os assentados constroem tanques na área seca do açude para que o gado não fique preso na argila do açude (Figura 46).



**Figura 46** – Tanque de alvenaria para o gado tomar água no período de estiagem, assentamento Valdeci Santiago

**Fonte** – Freitas (2017).

Alguns utilizam recipientes de plásticos ou madeira direto nas instalações de confinamentos que servem tanto para água como para alimentação triturada no picador de forragens (Figura 47).



**Figura 47** – Recipientes para água e alimentação do gado nos assentamentos: Mãe Rainha, Valdeci Santiago, Santo Antônio e Frei Damião

**Fonte** – Freitas (2016).

Segundo as famílias criadoras, os recipientes são limpos todos os dias e nunca ocorreram problemas de doenças com os animais devido a isto: “A gente limpa a caixa de água e os cochos das rações todos os dias para os animais não beberem ou comerem as sobras, e não adoeceram. Nunca tivemos problemas com essa prática. Se fizermos a limpeza correta não tem problema”<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Morador há 37 anos no assentamento Valdeci Santiago.

Vale ressaltar que em alguns assentamentos os moradores constroem cercas de arame ou de madeira para separar a água dos animais no período de estiagem, para que os mesmos não fiquem presos na argila dos açudes (Figura 48).

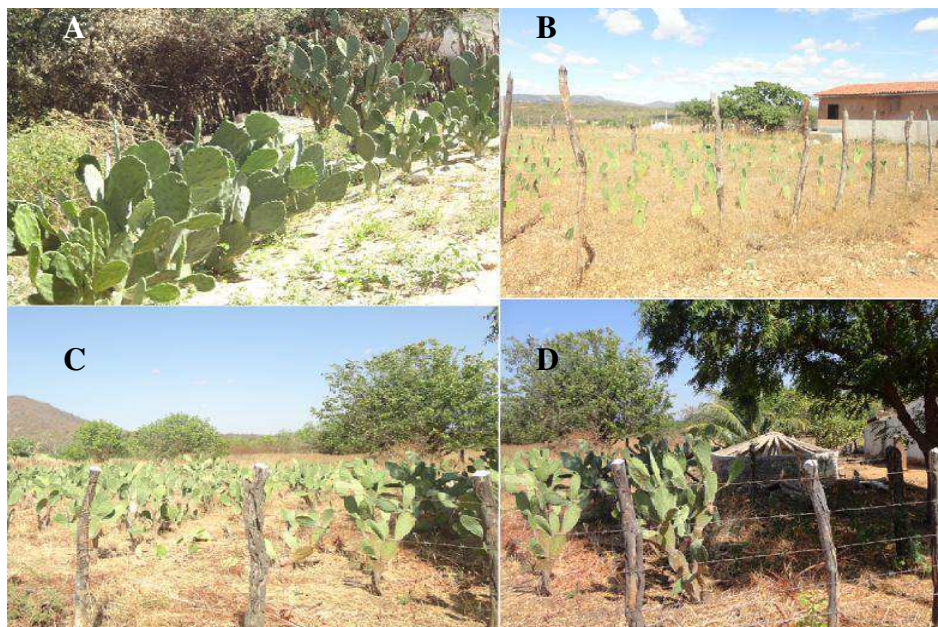


**Figura 48** – Cerca de madeira construída dentro do açude do assentamento Valdeci Santiago  
**Fonte** – Freitas (2017).

Segundo os moradores no período de chuva às cercas são retiradas. Observamos que em alguns assentamentos às cercas se mantêm, estas podem acarretar prejuízos para água, como também ameaças para as pessoas que adentrarem na água.

Verificou-se que a palma é mais presente nos Assentamentos que criam caprinos, como em Santo Antônio, Frei Damião, Frei Beda e Mãe Rainha. A palma forrageira cactácea veio do México e se adaptou ao Semiárido paraibano. A mesma ainda pode ser cultivada em consórcio com árvores e arbustos nativos e exóticos, favorecendo a criação de microecossistemas, adaptando-se aos ecossistemas naturais; ainda permite diversificar e balancear a alimentação dos animais. Esse mesmo manejo de biodiversidade vegetal também pode ser realizado no roçado (NOGUEIRA; DUQUE, 2010).

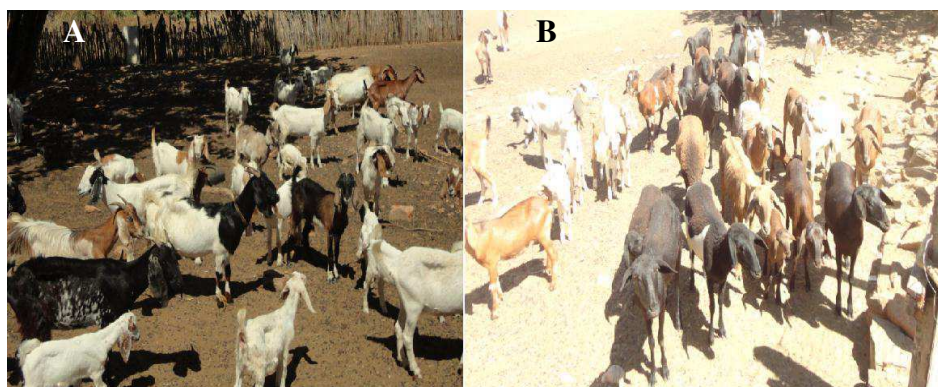
Além do capim, a maioria dos assentamentos planta a palma durante o período de estiagem para complementar a alimentação dos animais (Figura 49).



**Figura 49** – Plantação de palma forrageira, assentamentos Santo Antônio, Mãe Rainha, Frei Beda e Frei Damiano

**Fonte** – Freitas (2016).

Os caprinos vêm cada vez ganhando espaço nos assentamentos rurais de Cajazeiras (Figura 50).



**Figura 50** – Criação de caprinos no assentamentos Frei Beda e Santo Antônio

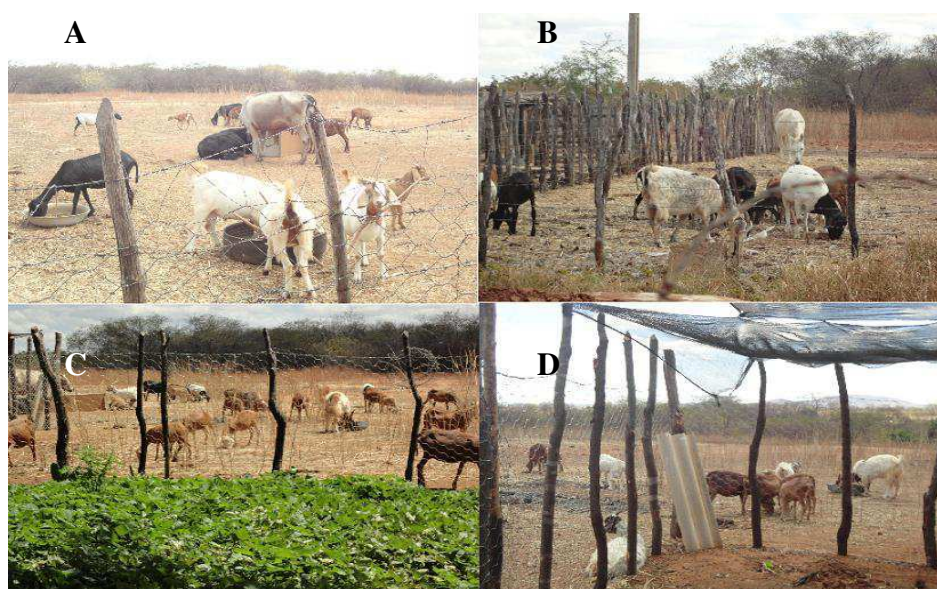
**Fonte** – Freitas (2016).

Como relata uma moradora:



*“Eles são animais de pequeno porte então podemos criarmos nos próprios quintais de nossas casas consociados com plantações de hortaliças. Ele também combina com o gado e com burros ou jumentos, então para criarmos bode não precisamos desfazer dos outros animais”<sup>42</sup>.*

No Semiárido, a criação de animais de pequeno porte é mais indicada, pois o custo com a alimentação e a quantidade de água exigida para criação desses animais é significativamente menor em relação à bovinocultura. Segundo Silva (2006) são exemplos de pecuária adequada ao Semiárido a caprinocultura ou a ovinocultura, pois possuem fácil adaptação a essas regiões, além de produzirem um adubo que facilita a absorção da água da chuva nos solos, fortalecendo sua fertilidade para a produção agrícola (Figura 51).



**Figura 51** – Criação de caprinos, bovinos e muales nos assentamentos: Mãe Rainha, Santo Antônio, Frei Damião e Frei Beda

**Fonte** – Freitas (2016).

<sup>42</sup> Moradora há 46 anos, assentamento Santo Antônio.

Com relação às aves, essas são de dupla aptidão (carne e ovo), com sistema de criação extensivo para famílias que não possuem hortas nos quintais (Figura 52).



**Figura 52** – Aves em sistema de criação extensiva no assentamento Santo Antônio e Frei Damião

**Fonte** – Freitas (2016).

Em alguns assentamentos as aves são criadas em sistema confinamento para famílias que possuem hortas nos quintais com alimentação à base de milho (grão) e sobras de alimentos domésticos (Figura 53).



**Figura 53** – Aves em sistema de confinamento, Edvaldo Sebastião e Frei Beda

**Fonte** – Freitas (2016).

A criação é presente em todos os assentamentos pesquisados, uns em maiores, outros em menores proporções de cabeças. Segundo as famílias criadoras, a produção destina-se para o consumo da família e comercialização. Verificou-se que esta atividade se intensificou pós-assentamento, os quintais ficaram livres para criação de aves, animais, frutas e hortaliças. Em alguns assentamentos os suínos são criados confinados em instalação imprópria, a alimentação é à base de milho (grão) e sobras de alimentos domésticos (Figura 54 e 55).



**Figura 54** – Instalações para confinamento de suínos, assentamento Edvaldo Sebastião

Fonte – Freitas (2016).

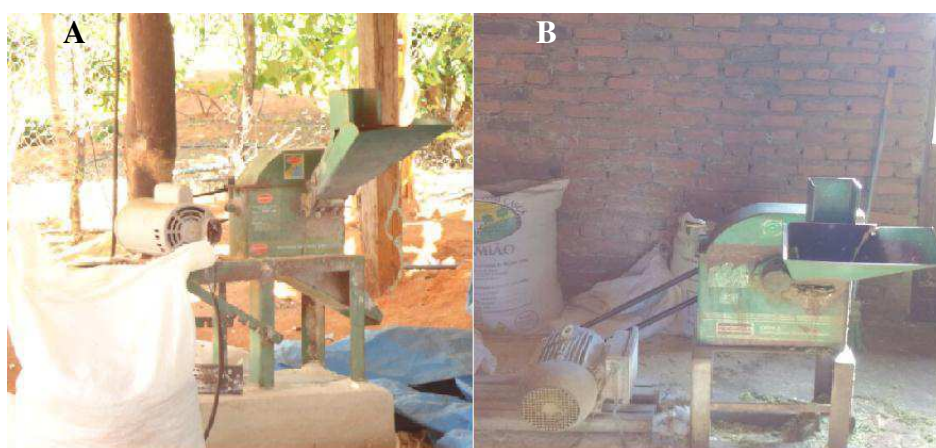


**Figura 55** – Criação de suínos em sistema de confinamento, assentamento Edvaldo Sebastião

Fonte – Freitas (2016).

#### 6.6.4 Variável verticalização

A alimentação dos animais (bovinos, caprinos, equinos e muares) é a vegetação caatinga durante o dia com suplementação alimentar de capim. Verificou-se que os Assentamentos Santo Antônio, Frei Damião e Valdeci Santiago usa a cana-de-açúcar e o milho para misturar com o capim utilizando o triturador de forragem (Figura 56) para picar as forragens fazendo uma única mistura, servida aos animais em cochos construídos de alvenaria ao lado da casa de forragem.



**Figura 56** – Máquinas para triturar pastagens para os animais, assentamento Frei Damião e Valdeci Santiago

**Fonte** – Freitas (2017).

As áreas destinadas à produção de forragem são na sua maioria insuficientes para alguns assentados no período de estiagem, pois precisa irrigar com água de poço artesiano ou poço Amazonas, nem todos os agricultores possuem poços ou motobomba. O INCRA contempla cada assentamento com um poço artesiano em para uso coletivo que geralmente tem como finalidade o consumo humano, como relata um morador há 18 anos no assentamento Valdeci Santiago:

No período de estiagem, ou nos anos que o açude não enche temos que irrigar o capim, o milho e a cana com água de poço ou de cacimbão, para isso precisamos de um motor e mangueira nem todo agricultor tem condição para isso. Tem um poço para toda agrovila não dá para fazer irrigações por ser insuficiente e pela distância da área de plantação. Esses últimos anos foram muito difíceis para criar qualquer animal que seja. O açude quase secou, o poço e as cisternas ficavam somente para o consumo humano. O carro pipa a cada 15 dias enche as cisternas. Se não fosse os carros pipas não sei o que seria da gente. Tivemos que diminuir bastante os animais.

Para irrigar o capim os agricultores utilizam água de poços amazonas e poços artesianos através de motor bomba para irrigação. Durante o período de estiagem os assentados utilizam pastagens das jusantes dos açudes presentes nos Assentamentos pesquisados (Figura 57).



**Figura 57** – Plantação de capim irrigado com água de poço artesiano, para criação de animais, assentamento Valdeci Santiago e Mãe Rainha

**Fonte** – Freitas (2017).

Tanto as plantações como os poços (artesiano e amazonas) não são utilizados de maneira coletiva entre os assentados. A maioria é de uso individual, pois foram adquiridos por recursos próprios (Figura 58).



**Figura 58** – Poço amazonas e poço tubular nos assentamentos Valdeci Santiago e Mãe Rainha

**Fonte** – Freitas (2017).

Segundo a CAAASP (2009), as pastagens da jusante dos açudes são compostas de brachiaria e capim andrequicê. As áreas capineiras presentes nos assentamentos município de Cajazeiras são de capim elefante (variedade roxo), com áreas de plantações aproximadas entre 03 e 04 hectares.

Os agricultores compram as sementes do capim (Figura 59), como já citado acima, pela CAAASP para plantar no período de estiagem na jusante dos açudes e nas áreas de várzea. Com o método de irrigação por aspersão (sulcos e inundações) necessita-se de motor bomba, tubulações e aspersores. O método de irrigação localizada por gotejamento seria mais indicado para região semiárida.



**Figura 59** – Semente de capim elefante para plantação, assentamentos Mãe Rainha e Valdeci Santiago

**Fonte** – Freitas (2017).

#### ***6.6.5 Variável comercialização, crédito e rendimento***

Verificou-se que os assentados não utilizam o atravessador para venda da produção agrícola e animal. A venda da produção agrícola ocorre nas feiras agroecológicas na cidade e se concentra mais em hortaliças e frutas produzidas nos quintais das residências e nas áreas de açudes no período de estiagem por meio de sistema de Mandalas, irrigação localizada por gotejamento, miniaspersores e por aspersão. A venda da produção animal é por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) pela Prefeitura Municipal, como relata um morador há 38 anos no Assentamento Valdeci Santiago:

A gente vende os animais para Prefeitura através do programa PNAE o agricultor para ter direito tem que possuir uma DAP que é uma Declaração do Pronaf para dizer que o agricultor pode vender. Isso melhorou muito para

o agricultor que se livrou do atravessador com isso o rendimento e maior para o agricultor.

A Secretaria de Educação solicita à Secretaria de Agricultura, esta solicita a Empresa de Assessoria Técnica Rural, ou EMATER para realizar um mapeamento dos produtos da agricultura familiar local (produto, quantidade e época da colheita). Além dos animais e hortaliças podem ser adicionados doces, bolos entre outros. No caso dos assentamentos se dá pela Assessoria Técnica Social e Ambiental (ATES), que solicita a Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) um documento exigido ao agricultor familiar para acessar qualquer política pública, voltada para o crédito à comercialização como programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>43</sup> ou o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Para tanto, ela possui várias faixas econômicas que variam de acordo com a renda das famílias e também se estabelecem um teto, podendo o produtor familiar acessar mais de uma modalidade por ano. O programa incorpora, assim, elementos relacionados à produção, acesso e consumo, com o objetivo de oferecer alimentação saudável aos alunos de escolas públicas do Brasil e estimular a agricultura familiar nacional (PNAE, 2015).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)<sup>44</sup> foi criado em 2009 para priorizar a compra de produtos, orgânicos ou agroecológicos, e que sejam produzidos no próprio município onde estão localizadas as escolas, com especial atenção aos assentamentos rurais e comunidades indígenas e quilombolas. Nesse sentido, para o município significa a geração de emprego e renda, fortalecendo, diversificando a economia local, e valorizando as especificidades e os hábitos alimentares locais (op. cit.).

---

<sup>43</sup> O PAA é um instrumento de política pública, instituído pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº. 6.447, de 07 de maio de 2008. Posteriormente a Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 foi alterada pela Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, e foi regulamentada pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Esta política é uma linha de crédito em que o governo financia a produção e tem o compromisso de comprar o excedente. Os produtos adquiridos pelo PAA são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais e pessoas em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária, atingidos por barragens, etc. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, 2017).

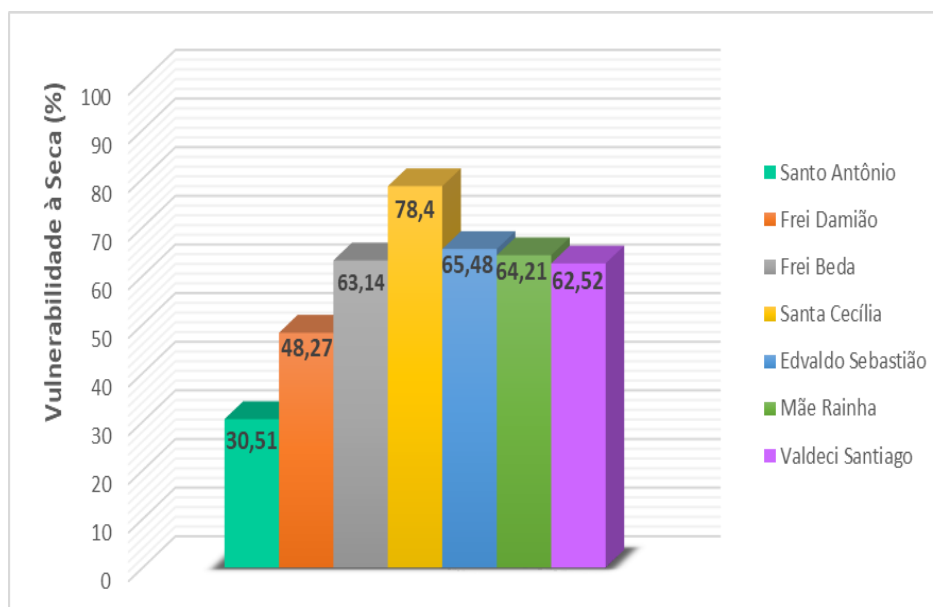
<sup>44</sup> A Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas. A aquisição dos produtos da Agricultura Familiar poderá ser realizada por meio da Chamada Pública, dispensando-se, nesse caso, o procedimento licitatório. Regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 26, de 17 de junho de 2013 (atualizada pela Resolução CD/FNDE nº 04, de 2 de abril de 2015), que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE (PNAE, 2015).

### 6.6.6 Variável fonte principal de crédito

A principal fonte de crédito para os assentamentos pesquisados se dá pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) através do Banco do Brasil e Banco do Nordeste. Verificou-se que dos sete assentamentos o Valdeci Santiago e o Santa Cecília estão sem poderem participar do programa. Isto dificulta a produção tanto agrícola como animal nos assentamentos. O acesso ao crédito (Pronaf) pelos assentados é de suma importância para ações de manejo e captação de recursos hídricos, investimento em culturas forrageiras e manejo da caatinga, como também para comercialização, venda de hortaliças nas feiras agroecológicas, aves e animais o que minimizaria a vulnerabilidade econômica nos Assentamentos como também os conflitos ambientais.

### 6.7 Vulnerabilidade à Seca

De acordo com a figura 60 os assentamentos se encontram altamente vulneráveis em relação ao abastecimento hídrico.



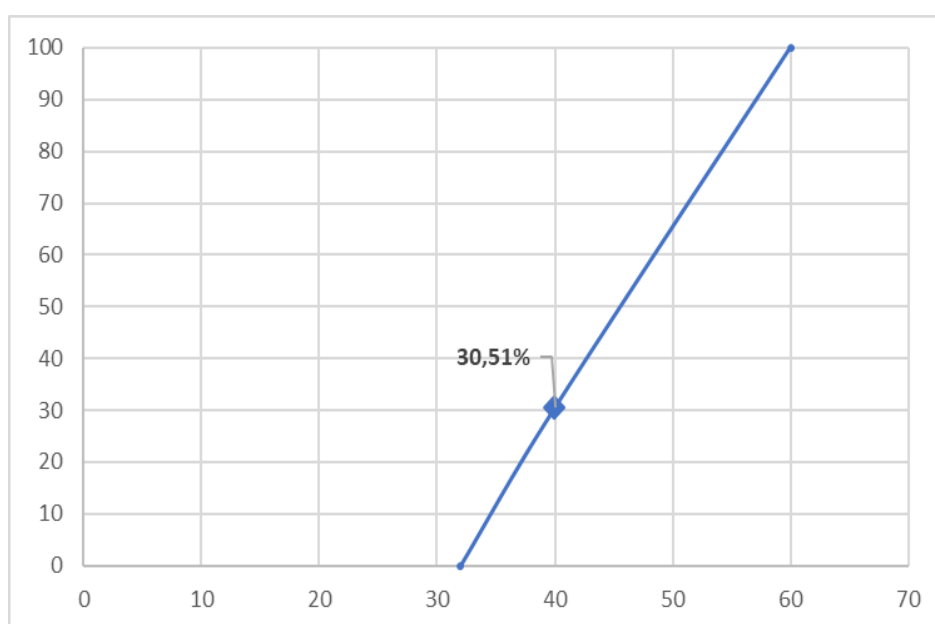
**Figura 60** – Vulnerabilidade à seca nos assentamentos rurais de Cajazeiras – PB

**Fonte** – Freitas (2017).

Neste fator de vulnerabilidade à seca, consideramos as variáveis: recursos hídricos (formas de armazenamento de água, formas de abastecimento, racionamento de água, se as



águas das fontes permitem abastecimento humano, animal e irrigação para o ano todo). Variável de produção agrícola no período de estiagem (irrigação agrícola no período de estiagem e cultivos de vazantes); variável de armazenamento de alimentos humanos; variável de armazenamento de alimento animal; variável redução de rebanho no período de estiagem; variável observação das previsões das chuvas; variável forma de ocupação no período de estiagem e variável ajuda financeira no período de estiagem. O assentamento que apresentou a menor vulnerabilidade hídrica foi o Santo Antônio com 30,51% (Figura 61), uma vulnerabilidade considerada moderada e justificada por ser o assentamento que possui o maior reservatório hídrico entre os assentamentos pesquisados.



**Figura 61** – Vulnerabilidade à seca, assentamento Santo Antônio

**Fonte** – Freitas (2017).

O assentamento Santo Antônio conta com a presença de um manancial hídrico, conhecido como açude Santo Antônio, com pouco mais de 3 milhões m<sup>3</sup> (Figura 62) (INCRA, 1997).



**Figura 62** – Barragem Santo Antônio, assentamento Santo Antônio

**Fonte** – Freitas (2017).

### 6.7.1 Variável recursos hídricos

Como forma de armazenamento os assentamentos dispõem de açudes, cisternas de placas, cisternas calçadões, poços artesianos e poços amazonas (Figura 63).



**Figura 63** – Formas de armazenamento, assentamentos: Santo Antônio, Frei Damião, Edvaldo Sebastião, Mãe Rainha, Valdeci Santiago e Frei Beda

**Fonte** – Freitas (2017).

Cada assentamento possui um poço artesiano feito pelo INCRA, este é utilizado de maneira coletiva. A água do poço enche uma caixa de polietileno e os assentados pegam manualmente quando precisam, pois cada residência possui uma cisterna encanada para a caixa d'água das residências.

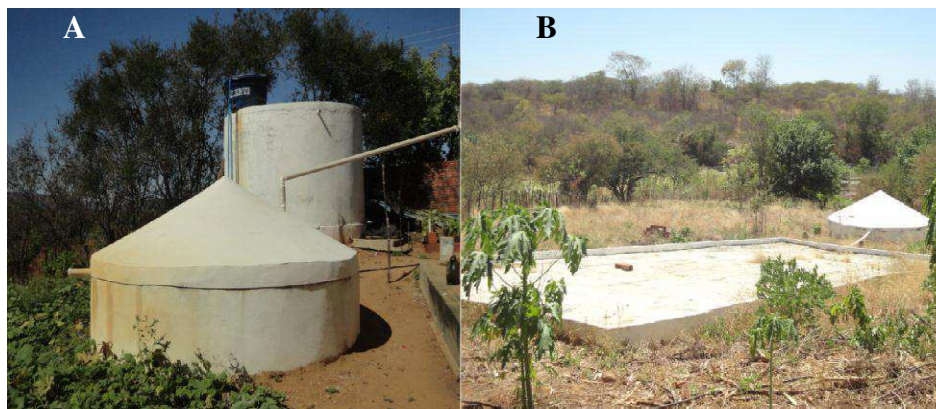
Nos últimos anos as chuvas foram insuficientes para enchê-las e passaram a ser abastecidas por carro pipa a cada quinze dias, sob a responsabilidade de Governo Federal em parceria com a Prefeitura Municipal de Cajazeiras até o momento atual. Verificou-se que no período de estiagem os agricultores fazem racionamento de água e o Assentamento Santo Antônio faz o reaproveitamento das águas residuais (utiliza água da pia da cozinha e do banheiro que passa por um sistema de tratamento chamado bioágua) para irrigação agrícola (descrevemos melhor o sistema mais na frente).

A construção de cisternas de placas para o Semiárido surge oficialmente em 2003 pelo programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC) adotado pela ASA/Brasil em parceria com o Ministério do Meio Ambiente. A cisterna de placa é construída de forma cilíndrica, fabricada com placas de cimento pré-moldadas, que são produzidas na própria comunidade e que se mostraram mais econômicas e resistentes (ASA/BRASIL, 2010).

Capacidade em média de 16000 mil litros. Atende uma família composta por cinco pessoas durante oito meses do ano. Já a cisterna-calçadão foi ampliação do (P1MC) agora chamado (P1+2), o "1" significa a garantia de uma terra para produção (animal e vegetal). O "2" corresponde a dois tipos de água, a potável, para consumo humano, e a água para produção agropecuária, a capacidade e a forma de captação de água desta cisterna são diferentes (op. cit.).

A água da chuva é captada por meio de um calçadão de cimento de 200 m<sup>2</sup>, construído sobre o solo. Com essa área do calçadão, 300 mm de chuva são suficientes para encher a cisterna, que tem capacidade para 52 mil litros. Por meio de canos, a chuva que cai no calçadão escoar para a cisterna, que deverá ser construída na parte mais baixa do terreno e próxima à área de produção. A água captada é utilizada para irrigar plantar fruteiras, hortaliças e para criação de animais (ibidem).

A água para consumo humano nos assentamentos é proveniente das cisternas de placas com captação de água das chuvas. A água captada da cisterna calçadão é para produção agrícola e animal (Figura 64).



**Figura 64** – Cisterna de placa e cisterna calçadão, assentamentos: Santo Antônio e Frei Damião

**Fonte** – Freitas (2016).

Para implementar o P1MC, a ASA criou, ainda no ano de 2002, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e a Associação Programa Um Milhão de Cisternas para o Semiárido (AP1MC). A AP1MC é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, educacional, ambiental e filantrópico. O objetivo do Programa é atender as famílias de baixa renda, localizadas na zona rural, que se encontra em situação de vulnerabilidade social, que vivem em situação de extrema pobreza e que não dispõem de fonte de água ou meio suficientemente de armazená-la para o suprimento das suas necessidades (ASA, 2003).

A ASA utiliza alguns critérios para selecionar as famílias, um dos que merecem destaque é o incentivo a promoção da educação. Para as famílias serem atendidas, caso haja crianças com até 06 anos de idade, essas precisam estar frequentando a Escola. Também têm prioridade as residências com pessoas acima de 65 anos ou deficientes mentais e físicos (op. cit.).

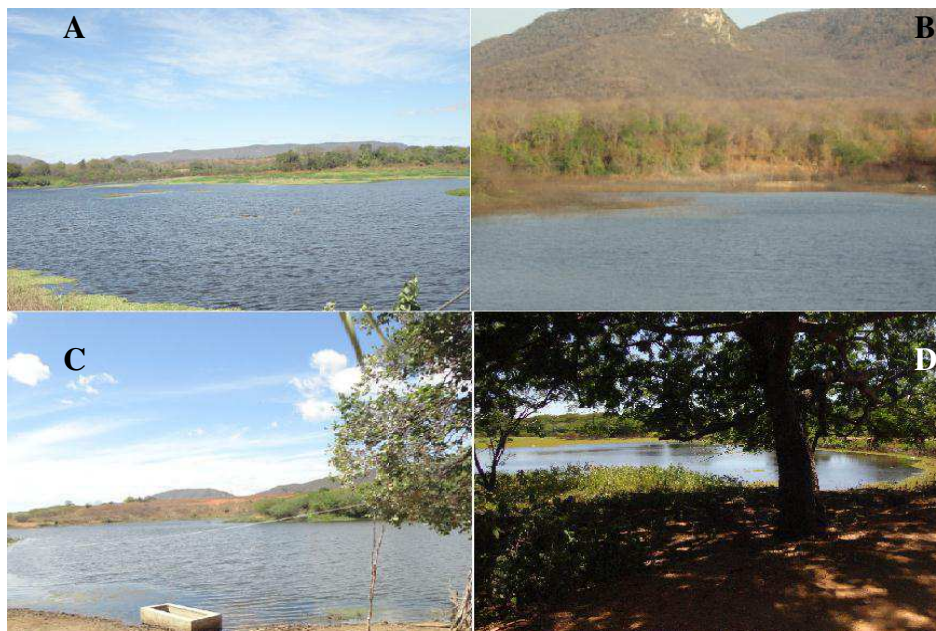
De acordo com Carvalho (2010), embora ASA/BRASIL possa ser considerada que deu o primeiro passo em direção ao P1MC, o que marcou sua constituição foi a formação do GT Cisterna, que foi a união de diversas entidades, órgãos e ONGs de todo Nordeste que somaram forças e estratégias para o programa. Este GT foi responsável pelo processo de construção das cisternas, agrupando centenas de instituições, agricultores, Governo e

parceiros nacionais e internacionais na consolidação do Programa. O P1+2 surge da premissa de se tratar em conjunto o acesso e manejo sustentável da terra e das águas no semiárido, e, para tanto, é preciso garantir esses dois elementos, terra e água.

A rede hidrográfica presente nos assentamentos pesquisados tem um efetivo potencial de uso razoável pelo baixo volume de água captado durante o período chuvoso nos últimos anos. Todos os assentamentos pesquisados possuem açudes de pequeno porte (Figura 65), somente o Santo Antônio possuindo açude de médio porte. A oferta hídrica nos assentamentos varia de acordo com as chuvas. No ano que as chuvas ficam dentro da média a oferta é permanente, no ano que as chuvas ficam abaixo da média a oferta é temporária para alguns assentamentos, sendo abastecidos a cada quinze dias por carros pipas.

Verificou-se que como forma de tratamento da água para o consumo, os assentados apenas utilizam o cloro distribuído pelos agentes de saúde. Dos sete assentamentos pesquisados, entre 2012 a 2015, a maioria dos açudes secou, ficando somente o do assentamento Santo Antônio com um pouco de água. A duração média dos açudes suportarem a seca segundo relatos dos agricultores são no máximo dois anos. Somente o do assentamento Santo Antônio suporta mais do que dois anos.

Com as chuvas de 2016 os açudes retornaram a captar um pouco de água, os quais se encontram com capacidade razoável (Figura 65).



**Figura 65** – Açudes dos assentamentos: Santo Antônio, Santa Cecília, Valdeci Santiago e Edvaldo Sebastião

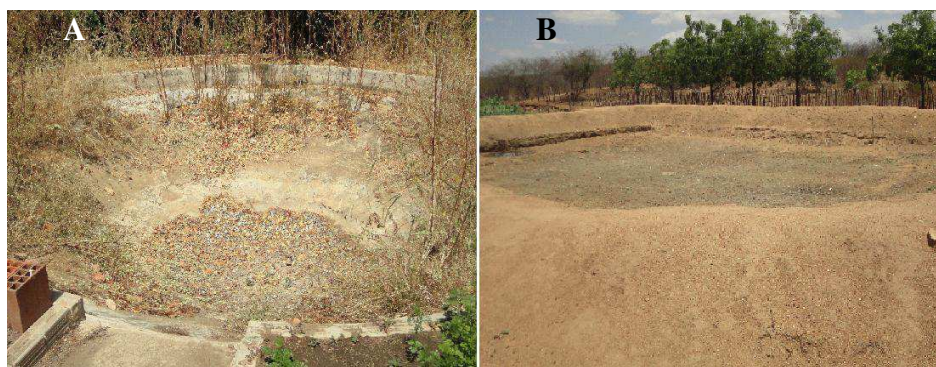
**Fonte** – Freitas (2016).

Segundo relatos de um morador do Assentamento Valdeci Santiago:

Eu estou com 76 anos e nunca vi esse açude secar e olha que participei da construção dele. Desde 2011 as chuvas foram diminuindo o açude resistiu até 2013 em 2014 secou mesmo. Aí ficou a cisterna para consumo humano que o carro pipa vem a cada 15 dias para encher e para os animais fiquei pegando água de dois cacimbões que mandei fazer. Teve um ano, acho que 2015 os dois cacimbões secaram, aí tive que pagar para perfurar dois poços artesianos somente um, deu água. No inverno de 2016 o açude pegou um pouco de água aí tudo melhorou. Foram anos difíceis para quem vive da agricultura. De 2012 a 2015 ninguém colheu quase nada, a gente plantava, mas a roça não produzia por falta de água. Eu já passei por diversas secas nas décadas de 1950, 1960, 1970, 1980 e 1990, mas era no máximo dois anos seguidos de seca. Essa agora foi de quatro anos, uma dessa nunca tinha enfrentado antes. Hoje temos mais auxílios do governo para suportar a seca, é carro pipa, seguro safra, bolsa família se fosse nessas décadas que falei todos teria ido embora para cidade ninguém teria ficado. Olha nesse lugar em 1950 existiam 35 famílias a cada seca, partes dessas famílias iam embora, na década de 1990 restavam apenas 18 famílias, por causa da seca.

### 6.7.1. Formas de abastecimento

A água é encanada para as residências dos assentados através de motobomba movido por energia elétrica, com exceção do Assentamento Santa Cecília que apresentou uma vulnerabilidade considerada muito alta de 78,4% (Figura 60). Isto se justifica pelo fato do Assentamento não possuir cisternas (placa e calçadão), nem água encanada nas residências. Como armazenamento de água possui apenas um pequeno açude e um poço artesiano coletivo para abastecimento humano, animal e produção agrícola. Os recursos hídricos superficiais existentes em alguns assentamentos são insuficientes para atender uma demanda para consumo humano, animal e irrigação (Figura 66).



**Figura 66** – Vulnerabilidade à seca, assentamento Santa Cecília

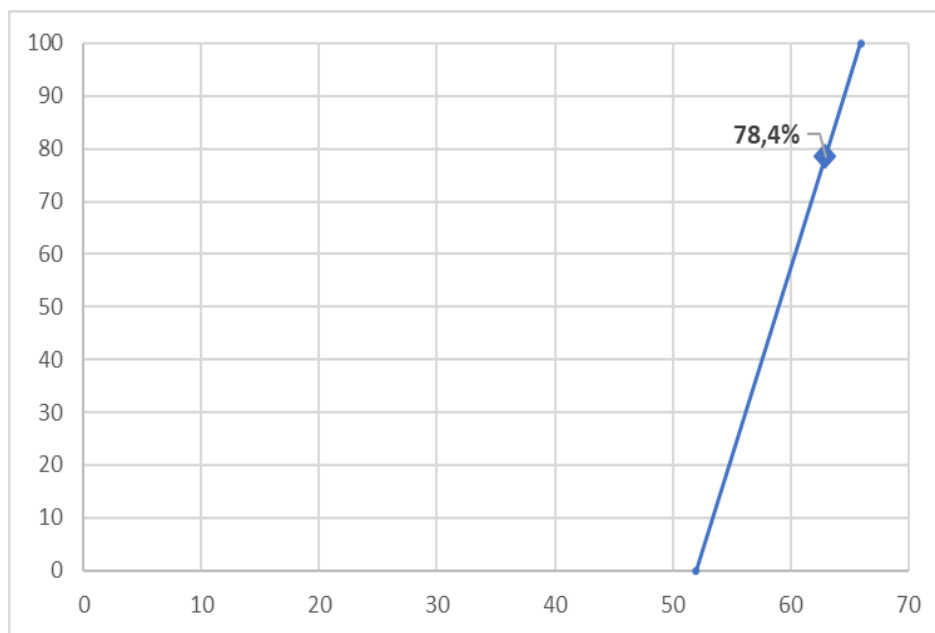
**Fonte** – Freitas (2016).

Neste sentido, Ab’Sáber (2003) lembra que a convivência com o semiárido não significa adaptação à situações de miséria. Os trabalhadores das Caatingas não podem conviver com o desemprego, a fome e o drama familiar das secas prolongadas.

## 6.7.2 Variável de produção agrícola no período de estiagem

### 6.7.2.1 Irrigação agrícola no período de estiagem

Nos anos de 2012 a 2016, os pequenos barreiros secaram, ficando inviável a produção por irrigação para famílias assentadas (Figura 67).



**Figura 67** – vulnerabilidade hídrica assentamento Santa Cecília

**Fonte** – Freitas (2017).

Tinha que escolher ou as hortaliças, ou a gente, a água ficou muito pouca, ficamos só com o poço artesiano e com o carro pipa para encher a caixa. O açude secou completamente. Os animais ficaram poucas cabeças só para manter mesmo. Esse ano 2016 as chuvas foram melhores aí o açude pegou um pouco de água, então estamos retornando as plantações de hortaliças e criação de animais.<sup>45</sup>

Segundo Ab'Sáber (2003), a seca é, portanto, um conjunto de fatores hidrológicos e ecológicos relacionados ao clima semiárido regional, “muito quente e sazonalmente seco, que projeta derivadas radicais para o mundo das águas, o mundo orgânico das caatingas e o mundo socioeconômico dos viventes dos sertões”. As mesmas são caracterizadas tanto pela escassez como pela alta variabilidade temporal das chuvas. O longo período seco, com alta evaporação, leva a uma desperenização generalizada dos rios, riachos e córregos endógenos.

<sup>45</sup> Morador há 34 anos, assentamento Santa Cecília.



A área de domínio do semiárido brasileiro, também conhecida como sertões nordestinos, é a mais homogênea delas do ponto de vista fisiográfico, ecológico e social.

Os armazenamentos do Semiárido são insuficientes devido à ausência de rios perenes, o que pode ser considerado o indicador mais evidente da variável em questão. Os solos também não contribuem por serem pouco profundos, daí são pouco permeáveis e por apresentarem uma topografia ondulada necessitam de uma rede de drenagem rápida, inviabilizando a oferta regular de água na superfície capaz de suprir as demandas dos agroecossistemas (SILVEIRA *et al.*, 2002).

Assim, os principais mediadores de armazenamento de água acabam sendo os captadores e acumuladores, como pequenos açudes, poços, cisternas, barragens, tanques de pedras, entre outros, cujo armazenamento varia de acordo com o tempo e o espaço, em razão da irregularidade das chuvas e das estruturas dos armazenamentos hídricos, visto que quando a unidade possui poucas estruturas mediadoras, dependendo sempre do mesmo reservatório, um período de seca prologada irá comprometer a segurança hídrica dos agrossistemas (SILVEIRA *et al.*, 2002).

Para Wilches-Chaux (1993), as consequências das secas que varrem periodicamente algumas regiões no mundo são exemplo típico de um desastre que ocorre principalmente, mas não exclusivamente, por vulnerabilidade econômica devido à ausência prolongada de chuva. Junta-se a isto o fato de que a única fonte de renda para as comunidades afetadas seja a agricultura. Portanto, as culturas perdidas devido à falta de água, o desastre é configurado automaticamente. Parece claro, portanto, que a forma de atenuar essa vulnerabilidade é através da diversificação da economia local através do desenvolvimento de atividades produtivas paralelas que garantam uma renda maior a comunidade em tempos normais, e renda alternativa em tempos de seca.

Para Silva (2008), a convivência com o semiárido exige a melhoria da qualidade de vida dos sertanejos, passando pela construção de novas relações com o meio e pela construção de novas perspectivas de desenvolvimento e pela satisfação de suas necessidades.

Com a retomada das chuvas em 2016 os assentamentos voltaram à prática de irrigações. Em regiões semiáridas é mais indicada a irrigação por gotejamento localizada devido aos benefícios: economia de água, menor evaporação de água da superfície molhada, menor acumulação de sais na água do solo. A agricultura é reconhecidamente a atividade humana que mais consome água, em média 70% de todo o volume captado, em áreas de clima seco o consumo para irrigação chega a 85% dos recursos hídricos disponíveis (CHRISTOFIDIS, 2001).

Verificou-se que em alguns assentamentos, as famílias utilizam o sistema de irrigação por aspersão (Figura 68). Isso demonstra a falta de assessoria técnica nas comunidades.



**Figura 68** – Produção agrícola por sistema de irrigação com aspersão, assentamentos: Frei Beda e Frei Damião

**Fonte** – Freitas (2016).

Algumas famílias utilizam a irrigação localizada por gotejamento sendo mais adequada ao Semiárido, pois requer menos consumo de água e evita o processo de lixiviação do solo (Figura 69).



**Figura 69** – Sistema de irrigação localizada por gotejamento, assentamentos; Frei Damião, Mãe Rainha e Santo Antônio

**Fonte** – Freitas (2016).

Esse sistema em regiões semiáridas é mais indicado por tubulação sob o solo por sofrer menor interferência do sol nas mangueiras obtendo maior vida útil, porém pode apresentar desvantagens como entupimento da tubulação e também pode dificultar para reparos e manutenção devido à falta de visualização. Por esses motivos citados é que os agricultores relataram preferir tubulação exposta.

A gente já trabalhou com tubulação embaixo do solo, mas dava muito trabalho, porque entupia muito aí teria que retirar tudo limpar e também não dar para ver onde água estar saído eu prefiro exposta mesmo. A temperatura do sol quebra as mangueiras por isso temos que comprar bem reforçadas. É um sistema muito bom de trabalhar, apreendi com os técnicos da ATES e melhorou bastante a produção e economia de água. Principalmente nesses últimos anos que foram bem complicado trabalhar com irrigação, mesmo por sistema de gotejamento.<sup>46</sup>

Verificou-se que a média do período de irrigação nos assentamentos é de quatro meses, entre os meses de junho a setembro, como explica uma agricultora que produz hortaliças no assentamento Santo Antônio:

Nos meses de janeiro a maio é o período de inverno, para plantar hortaliças é complicada devido às chuvas, então a gente prioriza as culturas de sequeiros milho e feijão. A partir de junho as chuvas acabam aí retomamos com os canteiros de hortaliças até setembro, de outubro a dezembro é muito quente, mesmo com sombreamento para amenizar o sol as hortas murcha, então priorizamos algumas hortaliças mais resistente e alguns legumes de cultura de vazante que resiste melhor nesse período. Como: pimenta de cheiro, fava, bata doce, macaxeira, milho, feijão verde, Também é um período que plantamos capim ou na margem do açude ou nas áreas baixa de maneira coletiva irrigado com água de poço artesiano.

Algumas famílias do Frei Damião tentam manter o ano todo as hortas devido à freguesia que o assentamento tem de famílias que compram hortaliças, direto no assentamento.

A gente trabalha para sempre ter alguma coisa para os fregueses, no período de chuva a gente perde algumas hortaliças, mas complementamos com frutas, mel, ovos e outros produtos. No período mais quente a gente faz sombreamento nos canteiros e tenta mantê-los com a irrigação por gotejamento assim conseguimos manter até o final do ano.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> Morador há 46 anos, do assentamento Santo Antônio.

<sup>47</sup> Moradora há 47 anos, assentamento Frei Damião.

Existem técnicas adequadas a cada tipo de solo, e a disponibilidade hídrica com um custeio baixo e fácil acesso aos agricultores possibilita às pequenas irrigações uma valorização na segurança alimentar como: irrigação de salvação em que se aproveita a água de barreiros, açudes ou poço amazonas durante o inverno para irrigar as lavouras sem prejudicar o abastecimento humano e animal; e irrigação por gotejamento em que a água é para todas as plantas, utilizando-a racionalmente de forma que as raízes das plantas ficam sempre úmidas, além de se evitar o desperdício, podendo ser feita também por garrafas PET (SILVA, 2006). Algumas famílias do assentamento Santo Antônio trabalham com um sistema de horta econômica (Figura 70), como explica a moradora:

Esta é uma horta muito viável para o nosso semiárido pois além de ter um custo baixo para confeccionar consome muito pouca água. Para ter uma horta dessa você precisa de uma lona de plástico, esterco de animal, canos de expressura 30cm e telha. Ela pode ser construída no quintal de sua casa como em áreas de vazantes. Você cava 12cm de profundidade põe a lona em seguida coloca o cano deixando duas pontas de fora no início e no final da horta que é onde vai ser colocada a água, faz várias perfurações no cano que vai ficar coberto pelas as telhas para poder proteger do esterco que é colocado em seguida sobre as mesmas. Deixando a horta pronta para o plantio. Uma horta dessa coloco água três vezes por semana se fosse em canteiros comuns teria que regar todos os dias.



**Figura 70** – Sistema de irrigação utilizando canteiros econômicos para produção de hortaliças, assentamento Santo Antônio

**Fonte** – CPT (2017).

A viabilização das atividades econômicas necessárias ao desenvolvimento sustentável atrelado à combinação de princípios e valores da convivência nas regiões semiáridas é um dos grandes desafios enfrentados atualmente. Do ponto de vista da dimensão econômica, a convivência é a capacidade de aproveitamento sustentável das potencialidades naturais em

atividades produtivas, apropriadas ao meio ambiente, sendo necessário que se criem práticas e métodos produtivos que se adequem as mesmas, pois nesse cenário o homem é um coadjuvante, sendo o ator principal a natureza (SILVA, 2006). As articulações da perspectiva da convivência com o semiárido com um conjunto de concepções, valores e proposições que estão conformando um novo paradigma de desenvolvimento baseado na sustentabilidade.

#### 2.7.2.1 Cultivos de vazantes

A cultura de vazante também é praticada pelos moradores dos assentamentos pesquisados, na faixa úmida da montante do reservatório hídrico permanente, condicionada pela pequena declividade do terreno e ao deslocamento relativo da linha que separa as áreas emersas das submersas, a área da vazante destinada para cada agricultor, de acordo com a intensidade das chuvas ou com a severidade da falta da mesma. As culturas são irrigadas por meio de técnicas manuais ou de gotejamento através de motobomba. Percebeu-se que predominam as lavouras de capim e cana para pecuária, feijão, milho, fava, abóbora, macaxeira e hortaliças (Figura 71).



**Figura 71** – Plantação de macaxeira e abóbora em sistema de vazante, assentamento Frei Damião e Santo Antônio

**Fonte** – Freitas (2017).

Segundo Molle (1994), a cultura de vazante é uma cultura que o sertanejo faz no leito dos rios ou nas margens dos açudes. À medida que o nível d'água vai baixando, os agricultores aproveitam a área úmida descoberta. O limo fertilizante depositado com o recuo

das águas é matéria orgânica e muito útil para as plantações. Assim, as vazantes tornam-se a garantia de produção do agricultor, principalmente no ano que não tem “inverno”.

Aproveitamos as margens de açude para plantar capim e alguns legumes como barata doce, feijão, milho, quiabo e jerimum, mas teve ano como de 2012 a 2015 que nem isso deu para fazer, o nível do açude ficou muito baixo. Sobrevivemos com o Bolsa família e Segura safra do governo Federal.<sup>48</sup>

A plantação de cana-de-açúcar e capim irrigados em sistema de vazante é presente em quase todos assentamentos pesquisados, para a produção de forragem para alimentação dos animais (Figura 72).



**Figura 72** – Plantação de cana-de-açúcar e capim irrigados em sistema de vazante, assentamentos Mãe Rainha e Valdeci Santiago

**Fonte** – Freitas (2017).

---

<sup>48</sup> Agricultor que reside há 47 anos, assentamento Frei Damião.

Os agricultores do Assentamento Santo Antônio realizam a plantação de capim irrigado por gotejamento em sistema de vazante (Figura 73).



**Figura 73** – Plantação de capim irrigado por gotejamento em sistema de vazante, assentamentos Santo Antônio e Frei Damião

**Fonte** – Freitas (2017).

A gente planta capim e cana para moer para o gado tem agricultor que faz a silagem para manter a pastagem verde durante a estiagem, mas eu prefiro manter a forragem verde assim mesmo, eu tiro um pouco todos os dias da cana e do capim e pico na máquina de forragem. Também adiciono na mistura uma pasta de algodão e complemento a ração para os animais.<sup>49</sup>

---

<sup>49</sup> Agricultor há 76 anos, assentamento Valdeci Santiago.

### 6.7.3 Variável armazenamento de alimento para consumo humano

Verificou-se que os agricultores dos assentamentos utilizam diversas formas de armazenamentos (Figura 74). Sendo que a mais predominante é em garrafas pets. As formas de armazenamento devem ser melhoradas para aumentar a vida útil dos alimentos, o armazenamento em garrafas pets pode influenciar de forma negativa na qualidade do produto, se não tiver o devido cuidado no manuseio. O armazenamento em silos e sacaria deve ser feito em ambientes protegidos das variações climáticas, para não ser contaminado por pragas de armazenamento. Recomenda-se o uso de palets, para evitar o contato dos silos e sacarias com o solo devido à umidade e temperatura. Também é recomendado lonas para cobrir a sacaria. Segundo relatos de um agricultor o estoque dos alimentos é de acordo com a quantidade de chuvas daquele ano.



**Figura 74** – Formas de armazenamento dos assentamentos Edvaldo Sebastião, Mãe Rainha, Santo Antônio e Valdeci Santiago

**Fonte** – Freitas (2017).

A gente trabalha para estocar o necessário para a manutenção da família o ano todo, mas quando as chuvas são poucas, como esses últimos quatro anos, essa estocagem se torna insuficiente para o ano todo, nesse caso temos que comprar. A maioria dos agricultores fazem estoques de feijão e milho em garrafas pets e silos, prefiro as garrafas pela facilidade de manuseio, porque o silo não serve para o uso do dia-dia, pois se você abrir tem que fechar bem, se não perde todo o legume, para quem precisa todos os dias do legume as garrafas são melhores, são de dois litros, a medida certa para uso



diário de feijão e milho pode usar duas ou três. Elas são fechadas com tampas rosqueadas e colocamos dente de alho dentro para evitar pragas.<sup>50</sup>

O uso de embalagem adequada, as condições e o período de armazenamento representam componentes importantes do histórico dos lotes de sementes e exercem efeitos no desempenho após a semeadura (MARCOS FILHO, 2005). Os agricultores relataram que utilizam a semente crioula para plantações. De acordo com Fornazieri (2007), as sementes crioulas ainda apresentam menor custo e são uma importante ferramenta para a sobrevivência da agricultura familiar, considerando suas características socioeconômicas e utilização de baixa tecnologia.

A gente seleciona as melhores espigas e as melhores baje seja feijão ou fava e debulhamos na mão, retiramos algumas sementes ruins para depois serem armazenadas em garrafa PET separadas daquelas do consumo, e guardamos em lugar mais escuro. A gente faz esse processo todo ano.<sup>51</sup>

#### ***6.7.4 Variável armazenamento de alimento para animais***

As tecnologias mais divulgadas pela ASA-PB para o armazenamento de forragem, para alimentação do rebanho no período de estiagem são: a fenação, que consiste na secagem ou armazenamento de plantas forrageiras encontradas com abundância na Caatinga, e a ensilagem, consistindo na conservação da forragem no seu estado verde, na ausência de ar em silos totalmente fechados, ou pode ser feita no chão coberto por lonas. O processo de ensilagem deve ser feito corretamente, para não haver perda do valor nutritivo das plantas (NOGUEIRA; DUQUE, 2010).

---

<sup>50</sup> Agricultor reside há 18 anos no assentamento Edvaldo Sebastião.

<sup>51</sup> Agricultor que reside há 58 anos no assentamento Santo Antônio.

Verificou-se que todos os assentamentos mantêm o capim, sendo na sua maioria o capim elefante e cana-de-açúcar verde para alimentação dos animais. Algumas famílias trabalham com a silagem são nos Assentamento Frei Damião, Santo Antônio e Mãe Rainha (Figura 75).



**Figura 75** – Silagem, assentamentos Santo Antônio e Mãe Rainha

**Fonte** – Freitas (2017).

A silagem nos assentamentos é por colheita manual, geralmente feita a facção levando-se a planta para picagem (capim e cana-de-açúcar e milho) em picadoras de forragem em pequena escala, de forma totalmente artesanal. No assentamento Mãe Rainha a forragem é compactada com os pés, já nos assentamentos Santo Antônio e Frei Damião os agricultores utilizam o trator contratado para fabricação da silagem, e a vedação é feita pela união da lona inferior (por baixo do silo) e a lona superior (cobertura) devidamente enterradas.

De acordo com Souza *et al.* (2009), para melhorar o potencial qualitativo ou fermentativo de uma silagem, existe uma série de substâncias que podem ser utilizadas no momento da ensilagem ou quando fornecer a silagem aos animais, nos quais são os aditivos. Dentre as substâncias utilizadas e indicadas como aditivo, destaca-se a ureia, que é adicionada no momento da ensilagem. Esta atua promovendo um poder tampão da silagem, além de incrementar as frações nitrogenadas, diminuindo a população de leveduras e mofos e as perdas de carboidratos solúveis, proporcionando melhor composição bromatológica da silagem. As articulações da perspectiva da convivência com o semiárido com um conjunto de concepções, valores e proposições estão formando um novo paradigma de desenvolvimento baseado na sustentabilidade nos assentamentos de Reformas Agrárias no município de Cajazeiras.

### 6.7.5 Variável redução de rebanho

Verificou-se que os agricultores geralmente fazem essa redução nos anos que as chuvas são abaixo da média esperada, no ano que chove dentro da média, eles não fazem, pois não acham necessário. Geralmente os rebanhos de bovinos, caprinos, suínos e aves não são grandes. Equinos, muares e asnos são os mais reduzidos, em média dois animais por famílias.

Nos anos de seca como foi esses últimos, a gente teve que diminuir todos os animais, as aves foram as que mais ficaram, pois consomem menos alimentos, mas o gado que consome muita forragem e bebe muita água tivemos que vender quase todo. Agora se o inverno for normal como esse ano 2017, a gente vende para o comércio para adquirir renda, e não por falta de água e forragem, porque esse ano os açudes pegaram água tivemos roças, tudo isso é bom para a criação de animais.<sup>52</sup>

### 6.7.6 Variável observação das previsões das chuvas

Na variável de observação das chuvas, verificou-se que entre os agricultores mais velhos predominam as orientações das crenças antigas para a previsão das chuvas, já entre os agricultores mais jovens, a observação das chuvas se dá por meio de previsões oficiais vistas em jornais de televisão ou rádio. Segundo um morador, ele aprendeu com o pai as previsões que hoje faz:

Meu pai me ensinou que se você encontrar um cupinzeiro em árvores muito perto da margem do riacho é porque o ano seguinte não vai ter inverno. E quando o carão começa a cantar sem parar no mês de dezembro é porque vem chuva boa. Também tem uma data especial para o sertanejo 19 de Março dia de São José se nesse dia chover é sinal que as chuvas vão continuarem boas até o final do inverno.<sup>53</sup>

Para os assentados entrevistados, a seca vem ficando mais frequente nos últimos anos: *“Foram quatros anos seguidos secos, isso não era muito comum eu era acostumado ver dois até três anos de seca seguida, mas quatro foi a primeira vez na minha vida”*<sup>54</sup>.

Para Cardona (2001), conhecer os efeitos ou perdas potenciais que podem surgir no contexto social e material permite que os planos de desenvolvimento e programas de investimento definam medidas para prevenir ou mitigar as consequências de catástrofes

<sup>52</sup> Morador há 38 anos no assentamento Valdeci Santiago.

<sup>53</sup> Morador há 84 anos, assentamento Santo Antônio.

<sup>54</sup> Morador que reside há 84 anos, assentamento Santo Antônio.

futuras, seja na ocorrência do evento, se isso é possível, ou modificando as condições propícias para ocorrer seus efeitos.

#### ***6.7.7 Variável de ocupação no período de estiagem***

No período de estiagem, principalmente quando as chuvas são abaixo da média os agricultores buscam trabalho fora do assentamento, buscam na cidade de Cajazeiras-PB como pedreiros, motoristas e empregados assalariados na empresa Fiação Patamuté, retornando às suas residências no final da tarde.

#### ***6.7.8 Variável participação em programas sociais (no ano que chove abaixo da média)***

Os agricultores contam com ajuda financeira nos anos que chove abaixo da média. Verificou-se que se a safra não for produtiva os agricultores recebem o Garantia-Safra. É uma das ações do Pronaf para compensar a safra perdida pelo agricultor no período de seca. Tem direito o agricultor de possuir uma renda bruta mensal até um salário e meio, excluindo a aposentadoria rural. Estão cobertos pelo programa os agricultores que perderem no mínimo 50% da produção e que cultivem entre 0,6 5hectares as culturas de feijão, milho, mandioca, arroz e algodão. Fica sob a responsabilidade da Prefeitura Municipal fazer as vistorias nas áreas rurais. A Lei nº 10.420/2002 instituiu o Fundo Garantia-Safra e o benefício Garantia-Safra. (alterada pela Lei nº 12.766/2012) (BRASIL, 2017).

A gente recebe um salário mínimo dividido em cinco parcelas é muito pouco para um ano que são doze meses, como podemos viver com uma renda dessa? Por isso buscamos trabalho na cidade a maioria é trabalho autônomo, trabalhamos o dia na cidade e voltamos no final do dia até o ano seguinte para esperar as chuvas voltarem.<sup>55</sup>

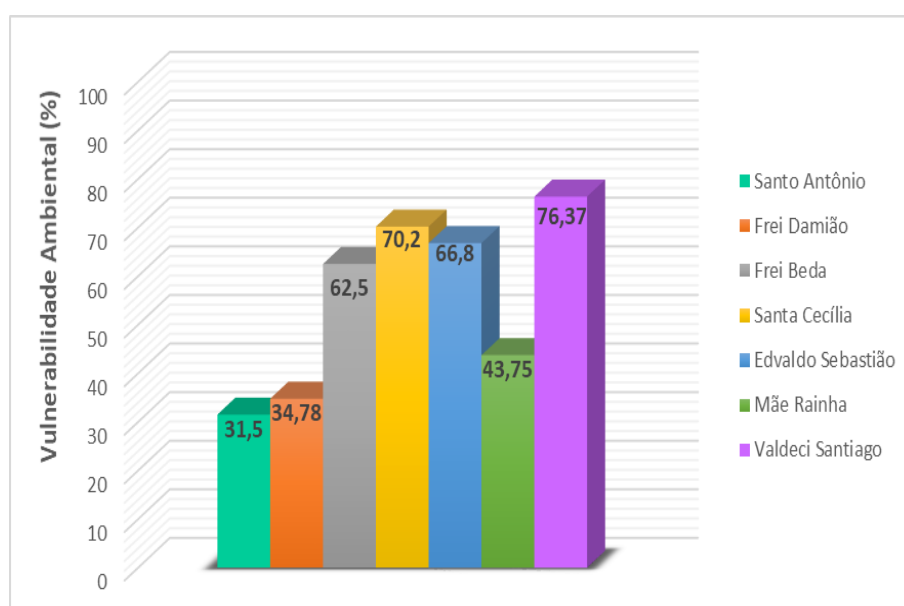
Para Gbetibouo (2009), a dimensão dos impactos das mudanças climáticas para a agricultura familiar varia de acordo com as estratégias de adaptação adotadas em resposta às alterações. Weber (1997) acredita ser necessário primeiramente entender as percepções, julgamentos e ações dos agricultores. A percepção das alterações climáticas é um pré-requisito para a busca de estratégias adaptativas e de mitigação (MADISSON, 2007).

---

<sup>55</sup> Morador há 8anos no assentamento Mãe Rainha.

## 7.8 Vulnerabilidade Ambiental

Neste fator de vulnerabilidade consideramos as variáveis: áreas de preservação permanente; área de conservação; reflorestamento; manejo de caatinga; conflito ambiental e qualidade ambiental. Somente três assentamentos apresentaram vulnerabilidade menor que 45% foram o Santo Antônio 31,5%, o Frei Damião 34,78% e o Mãe Rainha 43,75%. Vale ressaltar que é vulnerabilidade considerada alta entre 30 a 45% de acordo com a classificação da classe das vulnerabilidades (Figura 76).

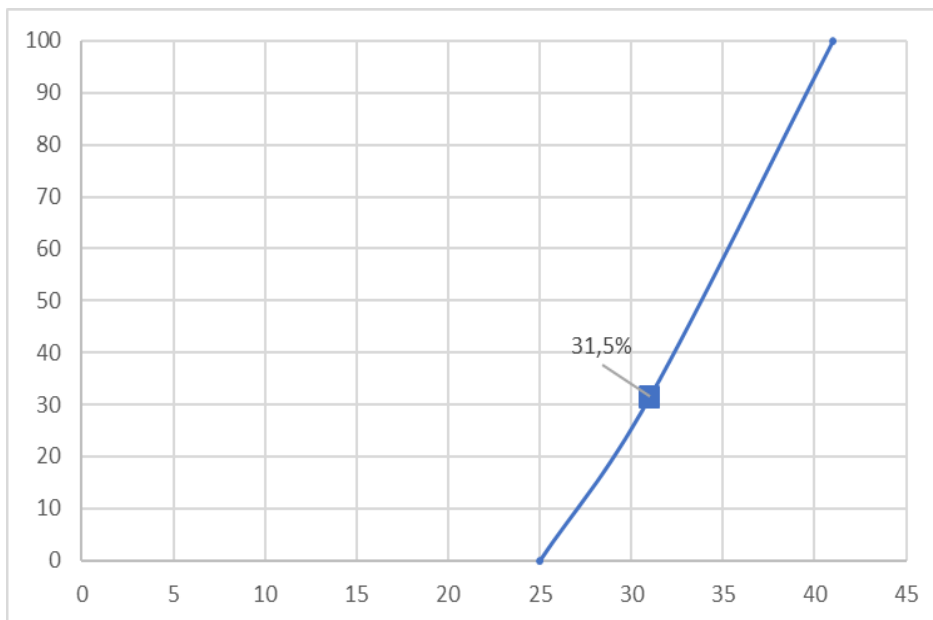


**Figura 76** – Vulnerabilidade ambiental dos assentamentos do município de Cajazeiras – PB

**Fonte** – Freitas (2017).

Os demais assentamentos apresentaram vulnerabilidade ambiental muito alta, maior que 45% o que se torna preocupante para instabilidade da biodiversidade dos assentamentos. A manutenção de um ambiente equilibrado assegura aos assentados a proteção contra os impactos advindos da exploração inadequada dos recursos naturais, tais como deslizamentos, enchentes e instabilidade climática. A remoção da vegetação, sem critérios de manejo, expõe o solo à ação erosiva das chuvas, provocando o transporte de partículas para os corpos hídricos e causando o gradual assoreamento dos reservatórios da região.

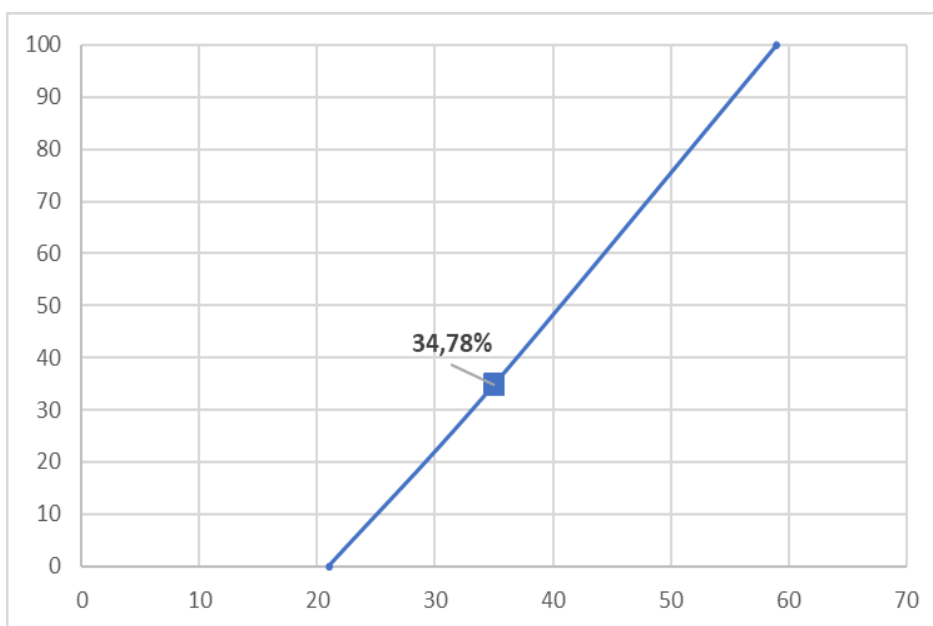
O assentamento que apresentou o índice menor de vulnerabilidade ambiental foi o Santo Antônio 31,5% (Figura 77).



**Figura 77** – Vulnerabilidade ambiental, assentamento Santo Antônio

**Fonte** – Freitas (2017).

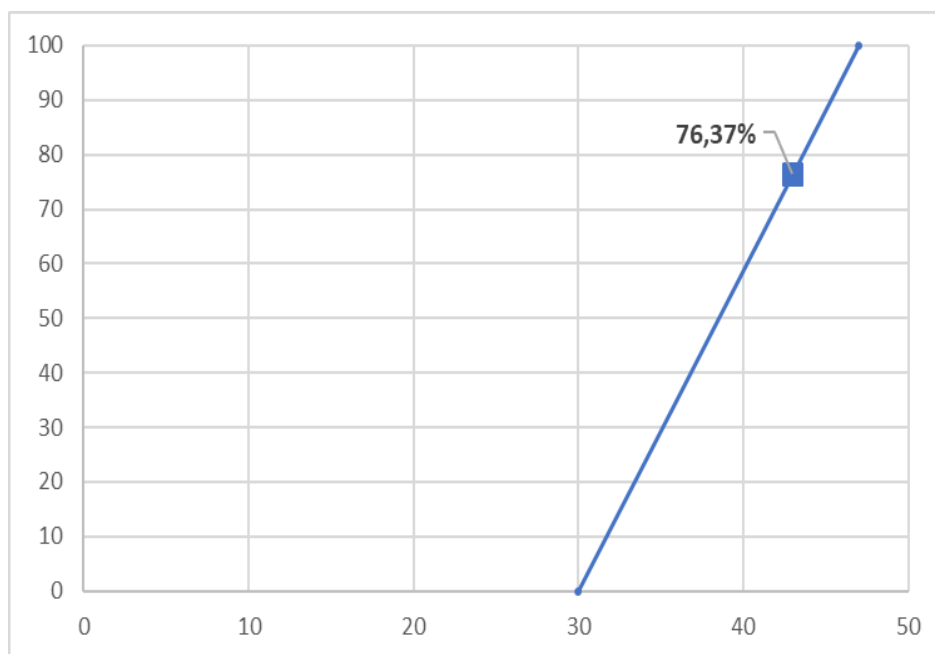
O assentamento Frei Damião apresentou o índice de vulnerabilidade ambiental 34,78% (Figura 78).



**Figura 78** – Vulnerabilidade ambiental, assentamento Frei Damião

**Fonte** – Freitas (2017).

O assentamento que apresentou maior vulnerabilidade ambiental foi o Valdeci Santiago com 76,37% (Figura 79) considerada uma vulnerabilidade muito alta.



**Figura 79** – Vulnerabilidade ambiental, assentamento Valdeci Santiago

**Fonte** – Freitas (2017).

Verificou que algumas famílias do assentamento Valdeci Santiago utilizam as áreas de preservação permanente como (encosta de serras, morros, margens de açudes, riachos e nascentes) para criação de animais e retirada de madeira. Isto justifica a vulnerabilidade ambiental ser muita alta no assentamento.

Segundo relatos de um morador há 37 anos no assentamento Valdeci Santiago:

Cada assentamento possui uma área de preservação permanente, essa área não deve ser utilizada pelos assentados. São as margens de açudes, riachos, encostas de serrotes e morros. Mas esse assentamento faz muito tempo que recebeu visita da ATES devido conflitos dos técnicos com os assentados, então sem orientação e fiscalização os criadores de animais usam essas áreas e também retira madeira para consumo e comercialização.

### **6.8.1 Variável área de preservação permanente**

Nos assentamentos pesquisados há uma área de 20% de todo território de cada assentamento destinada à preservação permanente, são áreas que não podem ser utilizadas pelos assentados. De acordo com Ministério do Meio Ambiente (2011), a função das Áreas de

Preservação Permanente é preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas.

Verificou-se que o Valdeci Santiago e Mãe Rainha não fazem essa preservação nas margens dos dois pequenos açudes presentes nos assentamentos (Figura 80).



**Figura 80** – Desmatamento em áreas de preservação permanente, assentamento Valdeci Santiago

**Fonte** – Freitas (2017).

Em açudes de alguns assentamentos observou-se que há trechos que a mata ciliar secundária começa a se regenerar (Figura 81).



**Figura 81** – Açudes com vegetação ciliar secundária, assentamentos Santo Antônio e Frei Damião

**Fonte** – Freitas (2017).

Verificou-se que algumas famílias assentadas não têm compreensão sobre a finalidade da preservação dessas Áreas e não reconhecem a importância ecológica para o local em que



vivem e conseqüentemente, não se sentem responsáveis pela proteção e manutenção das áreas de preservação Permanente. Para eles é uma área imposta pelo IBAMA (Instituto Brasileiro Meio Ambiente e dos Recursos Naturais) e que a mesma deveria ceder lugar para finalidades como roçados e pastagens para os animais.

Isto justifica o fato de alguns assentamentos a mata ciliar dos açudes serem inexistente devido à exploração para roçados, plantação de capim, como também as margens mantêm um contato constante com os animais para tomarem água (Figura 82).



**Figura 82** – Açudes com ausência da vegetação ciliar, assentamento Valdeci Santiago e Mãe Rainha

**Fonte** – Freitas (2017).

Formações vegetais do tipo arbustivo-arbórea que se encontram associadas aos corpos d'água e podem estender-se por dezenas de metros a partir das margens dos mesmos, apresentando variações na composição florística e na estrutura comunitária, dependendo das interações estabelecidas entre o ecossistema aquático e o ambiente terrestre adjacente (LACERDA *et al.*, 2010).

### **6.8.2 Variável área de conservação**

Diferentemente da Área de Preservação Permanente, a Reserva Legal de acordo o Código Florestal (Lei 12.651/2012) pode ser explorada economicamente através de manejo

sustentável dos recursos já existentes ou ser recuperada com espécies de valor econômico. De acordo com a Lei nº 12.651/2012 Art. 12, todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente observadas os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel excetuado os casos previstos no art. 68 desta Lei.

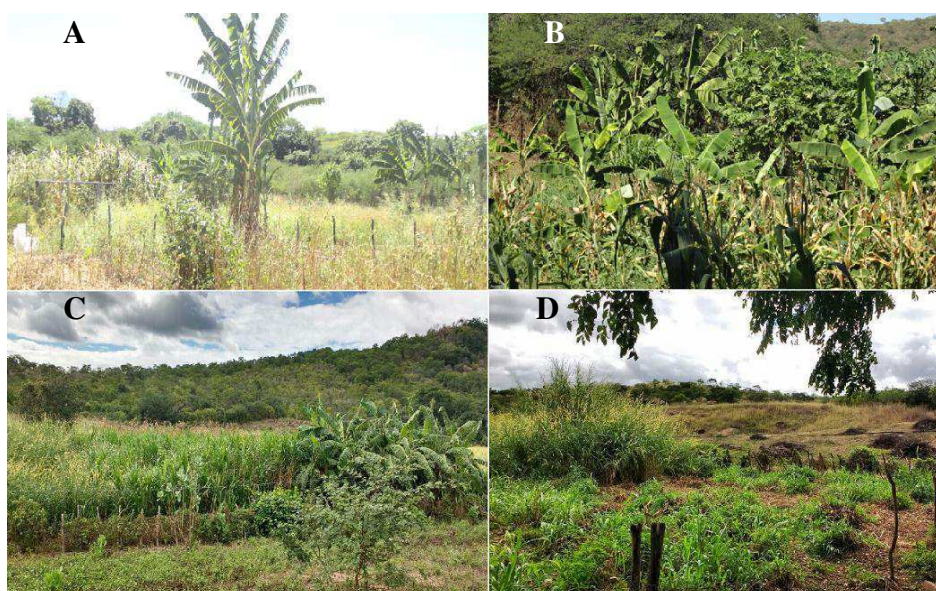
I - localizado na Amazônia Legal:

- a) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas;
- b) 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado;
- c) 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de campos gerais;

II - localizado nas demais regiões do país: 20% (vinte por cento).

§1º Em caso de fracionamento do imóvel rural, a qualquer título, inclusive para assentamentos pelo Programa de Reforma Agrária, será considerada, para fins do disposto do caput, a área do imóvel antes do fracionamento (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE 2011).

Nos assentamentos pesquisados os agricultores utilizam essas áreas para retirada de lenha para consumo e também para formação de roças e pastos para os animais. As áreas possíveis de irrigações os agricultores utiliza para plantação de banana para consumo e comercialização e capim para os animais (Figura 83).



**Figura 83** – Área de reserva legal utilizada para o plantio de banana e capim, assentamentos Santo Antônio, Frei Damião, Valdeci Santiago e Mãe Rainha

**Fonte** – Freitas (2016; 2017).

### 6.8.3 Variável de reflorestamento

O manejo dessas áreas com reflorestamento é muito baixo entre os assentamentos pesquisados, algumas famílias dos assentamentos Santo Antônio e Frei Damião realizam esse manejo através de mudas de plantas nativas e exóticas criadas nos seus quintais para reflorestamentos dessas áreas (Figura 84).



**Figura 84** – Mudas de plantas nativas e exóticas para reflorestamentos, assentamentos Santo Antônio e Frei Damião

**Fonte** – Freitas (2017).

Segundo as famílias que trabalham com mudas para reflorestamento, elas têm as nativas como também as exóticas. Entre as nativas: aroeira (*Myracrodruon urundeuva* Allemão), catingueira (*Poincianella bracteosa* – Tul. – L. P. Queiroz), sabiá (*Mimosa caesalpinifolia* Benth), tamarindo (*Tamarindus indica* L), graviola (*Annona muricata*), trapiá (*Crateva tapia* L.), goiaba (*Psidium guajava*), limão (*Citrus limon*), acerola (*Malpighia glabra* Linn.), manga (*Mangifera indica*). Entre as exóticas estão: leucena (*Leucaena leucocephala* – Lam.), gliricídia (*Gliricidia sepium*), neem (*Azadirachta indica* – A. Juss.), lírio branco (*Lilium longiflorum*).

A produção caiu devido aos últimos anos de seca, mas as famílias estão retornando a produção. A média era de 04 mil mudas por ano, sendo comercializada em feiras

agroecológicas, para famílias do próprio assentamento e para o Programa Uma Terra e Duas Águas (P<sub>1+2</sub>)<sup>56</sup>. Um trabalho satisfatório para as famílias, pois além de ser uma alternativa de renda é um trabalho de reflorestamento saber que elas estão contribuindo para uma educação ambiental da região.

#### 6.8.4 Variável manejo de Caatinga

Dentro da caatinga raleada no próprio lote, realiza-se um plantio em um processo agroecológico de plantas como: capim, cana, palma forrageira, banana, plantas frutíferas e hortaliças (Figura 85).



**Figura 85** – Manejo de Caatinga nos assentamentos Frei Damião e Santo Antônio

**Fonte** – Freitas (2016).

<sup>56</sup> O Programa Uma Terra e Duas Águas (P<sub>1+2</sub>) é uma das ações do Programa de Formação e Mobilização Social para Convivência com Semiárido da ASA-Brasil. O objetivo do programa é incentivar a construção de processos participativos de desenvolvimento rural no Semiárido brasileiro e promover a soberania, a segurança alimentar e nutricional e a geração de emprego e renda às famílias agricultoras, através do acesso e manejo sustentáveis da terra e da água para produção de alimentos. O 1 significa terra para produção. O 2 corresponde a dois tipos de água – a potável, para consumo humano, e água para produção de alimentos. Disponível em: [http://www.asabrasil.org.br/portal/Informacoes.asp?cod\\_menu=1151](http://www.asabrasil.org.br/portal/Informacoes.asp?cod_menu=1151). Acesso em: 20 jan. 2017.

Os agricultores preservam as árvores nobre, como aroeira (*Myracrodruon urundeuva* Allemão), catingueira (*Poincianella bracteosa* – Tul. – L. P. Queiroz) Angico (*Anadenanthera colubrina*), pau d'arco (*Tabebuia serratifolia*) entre outras. É um trabalho considerado relevante pelos agricultores pois além de proporcionar a conservação da caatinga traz um incremento para a produção de forragem para os animais, hortaliças e frutas para o consumo e comercialização. Segundo uma moradora há 23 anos no assentamento Santo Antônio:

Nas áreas mais altas da caatinga onde não dá para irrigar frutas, hortaliças e capim a gente planta nativas e exóticas como; leucena (*Leucaena leucocephala*. – Lam.), gliricídia (*Gliricidia sepium*), neem (*Azadirachta indica*. – A. Juss.) e lírio branco (*Lilium longiflorum*) as nativas plantamos tapiá (*Crateva tapia* L.) sabiá (*Mimosa caesalpinifolia* Benth), e tamarindo (*Tamarindus indica* L). O agricultor aguarda um período mínimo de 3 anos para poder colocar os animais nas áreas reflorestadas, por isso é preciso uma cerca para separar as áreas de manejo mais antigas das mais recentes. Além de gerar renda com a venda da madeira no caso da sabiá as estacas são bem aceitas para comercialização. O tamanho da área manejada vai de acordo com cada agricultor.

Nos assentamentos a vegetação predominante é caatinga nativa chamada de Hiperxerófila e Hipoxerófila, por apresentar um grau elevado de xerofilismo, isto é, há máxima adaptação dos vegetais à carência hídrica. Há uma predominância da caatinga sucessora, onde grande parte foi substituída pelo plantio de algodão, milho, feijão no passado e atualmente são áreas de plantio de milho, feijão, fava, macaxeira, exploração de hortaliças, plantas frutíferas e criação de animais.

Na mata nativa sucessora nos assentamentos são encontradas espécies, como mostra a Tabela 16 uma pequena parte é conservada, onde existe um grande problema em relação à degradação da vegetação como o desmatamento para retirada de lenha e as queimadas no período de estiagem. Ao longo dos rios, riachos e ao redor dos açudes em alguns assentamentos como o Santo Antônio e o Frei Damião existem pequenos trechos de vegetação sucessora com a presença de poucas espécies pioneiras como: aroeira, angico e pau d'arco, existindo algumas espécies exóticas, como é o caso da algaroba (*Prosopis juliflora*) em menor proporção e Neem (*Azadirachta indica*) em maior proporção.

**Tabela 16** – Espécies vegetais mais representadas nos assentamentos pesquisados, Cajazeiras – PB

Nome Popular	Nome Científico
Angico	<i>Anadenanthera colubrina</i>
Aroeira	<i>Myracrodruon urundeuva</i>
Catingueira	<i>Caesalpinia pyramidalis</i>
Cumaru	<i>Amburana cearensis</i>
Carnaúba	<i>Copernicia prunifera</i>
Coaçur	<i>Triplaris surinamensis</i>
Imburana	<i>Commiphora leptophloeos</i>
Juazeiro	<i>Ziziphus juazeiro</i>
Jucá	<i>Caesalpinia férrea</i>
Jurema-branca	<i>Piptadenia stipulacea</i>
Jurema-preta	<i>Mimosa tenuiflora</i>
Mandacaru*	<i>Cerus jamacaru</i>
Marmeleiro	<i>Croton sonderianus</i>
Mufumbo	<i>Combretum leprosum</i>
Mororó	<i>Bauhinia forficata</i> Linn
Oiticica	<i>Licania rígida</i>
Pau-d'arco	<i>Tabebuia serratifolia</i>
Xiquexique*	<i>Pilocereus gounellei</i>
Pereiro*	<i>Aspidosperma pyriforme</i>

\*Espécies endêmicas

**Fonte** – Inventário da flora realizado pela equipe técnica do INCRA (2011).

A fauna típica do bioma Caatinga foi suprimida pelas ações antrópicas como a caça predatória e a supressão dos habitats naturais pelo desmatamento e queimadas. Essas práticas vêm diminuindo nos assentamentos pesquisados, mas ainda são presentes na cultura de parte das famílias assentadas. Segundo Linhares e Gewandszajder (1998), a maioria dos animais

da caatinga tem hábitos noturnos, o que evita que se movimentem em horários mais quentes. Os lagartos são muito comuns na região como o calango verde e o calanguinho. Ainda entre os répteis, também se destacam as serpentes. As mais comuns são jiboia, jararaca (*Bothrops jararaca*) cobra de cipó (*Chironius bicarinatus*), cobra verde (*Ophedrys aestivus*), cobra preta (*Pseudoboa nigra*) e a cobra cascavel (*Crotalus · Sistrurus*).

Dos anfíbios mais conhecidos, podemos citar o sapo cururu (*Rhinella marina*) rã (*Ranidae*) e perereca (*Scinax perereca*). Segundo as famílias entrevistadas algumas aves ainda são vistas na caatinga, é o caso do carcará (*Caracara plancus*), rolinha (*Columbina picui*) Azulão (*Passerina brissonii*) Coruja (*Speotyto cunicularia*), Galo de campina, cardeal-do-nordeste (*Paroaria dominicana*), Anu preto (*Crotophaga ani*), bem-te-vi (*Pitangus sulphuratus*) e a gralha-canção (*Cyanocorax cyanopogon*). Também existem muitos mamíferos na caatinga como gatos selvagens (*Felis silvestres*), gambás (*Didelphis*), preás (*Cavia aperea*), macacos-prego, (*Sapajus*), veado-catingueiro (*Mazama gouazoubira*) e suçuarana (*Puma concolor*). Mesmo com toda expansão humana e a degradação dos ecossistemas, ainda é possível encontrar várias espécies (LINHARES; GEWANDSZNAJDER, 1998).

Conforme relata um morador no Assentamento Valdeci Santiago:

Todos sabem que é proibido desmatar, queimar e matar as aves e os animais. Se disserem que não receberam orientação estão mentindo. Todos receberam no início da implantação do Assentamento através do Incra e da CPT e depois com os meninos da ATES continuou orientando. Muitos caçam por hábitos de terem os pássaros em casa na gaiola, os meninos caçam rolinhas por cultura dos antepassados, outros caçam para comer a caça, tem uma família que caça veado, este é o mais caçado, mas anda sumido. Aqui ainda tem onça parda, esta foi caçada no passado hoje ela não é mais caçada. Também está rara. Percebi que tem alguns animais voltados aparecer como os macacos-prego, gato-do-mato e própria onça parda foi vista ultimamente. Cobra a gente mata sempre, pois elas são perigosas e nosso assentamento é distante da cidade se alguém for picado por uma cascavel ou jararaca não dar tempo socorrer, por isso matamos. Ultimamente a jiboia e a cascavel estar sendo muito encontrados no capim devido os ratos que vivem no capim. Temos que ter muito cuidado com a cascavel. Já matei várias delas.<sup>57</sup>

### 6.8.5 Variável conflito ambiental

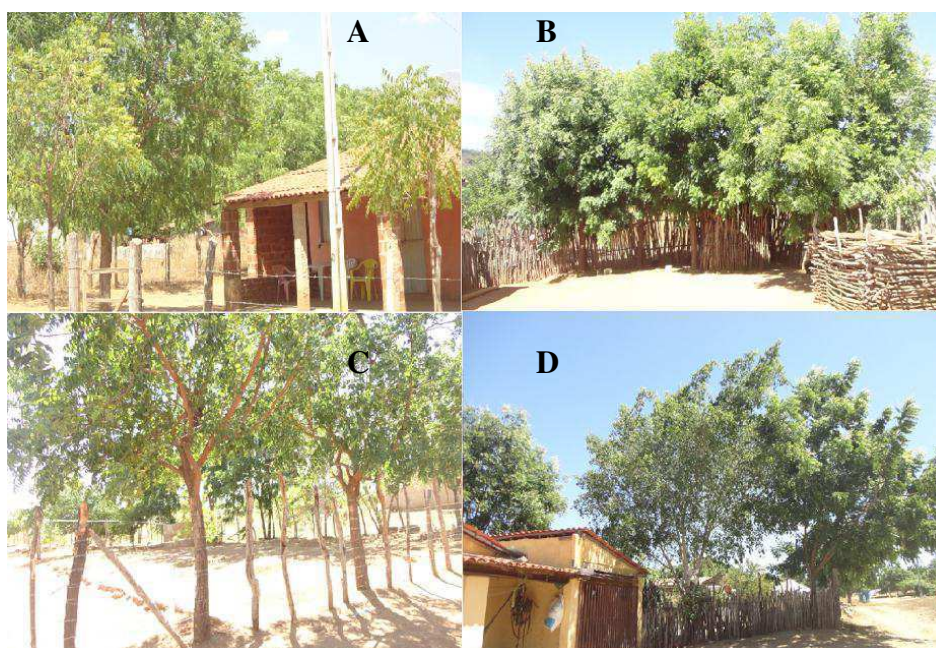
Verificou-se que os conflitos ambientais presentes em alguns assentamentos estão relacionados ao desmatamento de área de preservação permanente, queimadas e caça de

<sup>57</sup> Agricultor que reside há 37 anos, assentamento Valdeci Santiago.

animais. Segundo as famílias pesquisadas, elas comunicam à Associação Comunitária local as práticas inadequadas, esta não resolvendo, as famílias procuram a CAAASP (que prestava assistência Técnica aos assentamentos através da ATES até meados de 2016) para a mesma procurar o INCRA e tomarem as devidas providências. Hoje os assentamentos encontram-se sem assistência técnica rural.

#### 6.8.6 Variável qualidade ambiental

Para os assentados a qualidade do ambiente não se encontra muito boa, devido aos últimos anos consecutivos de seca. Agora é que os corpos de água e a vegetação começaram a se restabelecerem. Segundo os moradores, o Neem (*Azadirachta indica* A. Juss.) está sendo muito usado para reflorestamento próximo às residências para amenizar o calor (Figura 86).



**Figura 86** – Plantação de Neem próximo às residências dos assentados, assentamentos Frei Beda, Frei Damião, Valdeci Santiago e Santo Antônio

**Fonte** – Freitas (2016).

A gente plantam árvores próximas de nossas casas, o Neem estar sendo muito bem aceito porque cresce rápido e se mantém verde mesmo no período seco, também plantamos goiaba, limão, laranja, acerola, mangueira e coqueiro, mantemos as que já existiam como: juazeiro, cajazeiras, aroeira, angico entre outras para que no período de estiagem amenizem o calor e ajuda manter um ar mais saudável.<sup>58</sup>

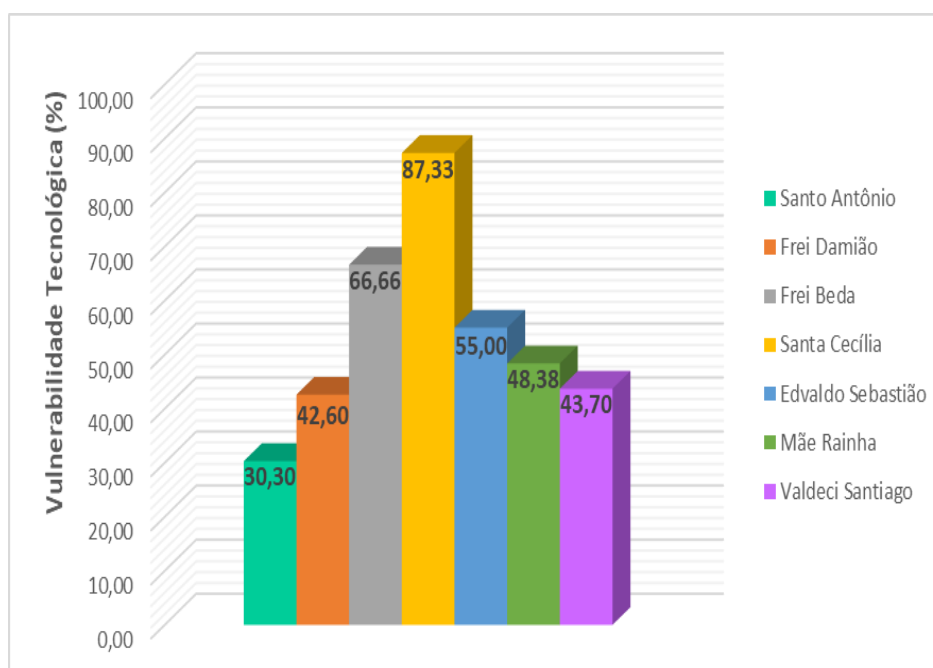
<sup>58</sup> Moradora há 20 anos, assentamento Santo Antônio.



O Neem é uma planta de origem Asiática. Há registros que indicam sua existência em alguns países da Ásia e África. Esta árvore se adapta muito bem aos países quentes, inclusive nas regiões semiáridas. O Nim tem um crescimento rápido, pode chegar a alcançar 15 a 20 metros de altura, mesmo em situações de pouca chuva (MOURA *et al.*, 2006). Isso explica a boa aceitação dos assentados com a planta. Vale ressaltar que carece de pesquisa para comprovar a eficácia ou não da planta para o ecossistema local.

### 6.9 Vulnerabilidade Tecnológica

Nesse fator de Vulnerabilidade consideramos as variáveis: tecnologia (área da propriedade, tipo de posse, assistência técnica, práticas de conservação do solo); variável máquina e verticalização (uso de máquinas agrícolas, uso de agrotóxicos/defensivos naturais, capacitação para exploração da terra, uso de novas tecnologias de produção em convivências com o semiárido) (Figura 87).



**Figura 87** – Vulnerabilidade tecnológica nos assentamentos rurais de Cajazeiras – PB

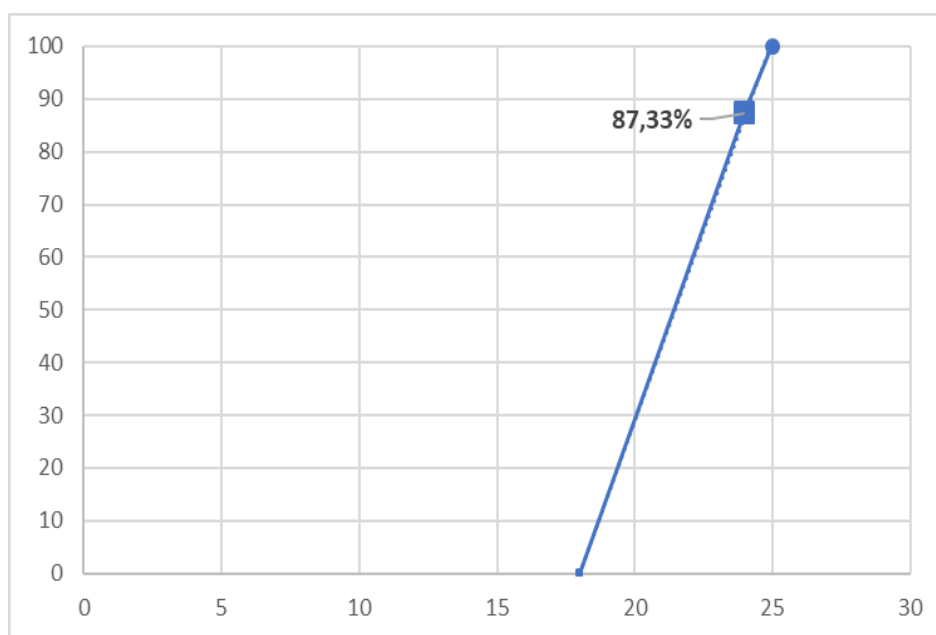
**Fonte** – Freitas (2017).

O assentamento que apresentou a menor vulnerabilidade foi o Santo Antônio com 30,30% considerada uma vulnerabilidade moderada, os assentamentos que apresentaram as

maiores vulnerabilidades foi o Santa Cecília com 87,33% seguido do Frei Beda 66,66%, Edvaldo Sebastião 55% e o Mãe Rainha com 48,38% são consideradas vulnerabilidades muito altas, chegando ser inaceitável. O Frei Damião com 42,60%, o Valdeci Santiago com 43,70% também se encontra com vulnerabilidade alta entre 30 a 45% (Figura 87).

### 6.9.1 Variável tecnologia

O assentamento que apresentou a maior vulnerabilidade tecnológica foi o Santa Cecilia 87,33% (Figura 88), considerada uma vulnerabilidade muito alta. Portanto, aqui está reforçada a tese de que grande parte da população rural, além da vulnerabilidade social em que se encontra, não dispõe de recursos, nem conhecimentos suficientes para empregar tecnologia em suas atividades agropecuárias.



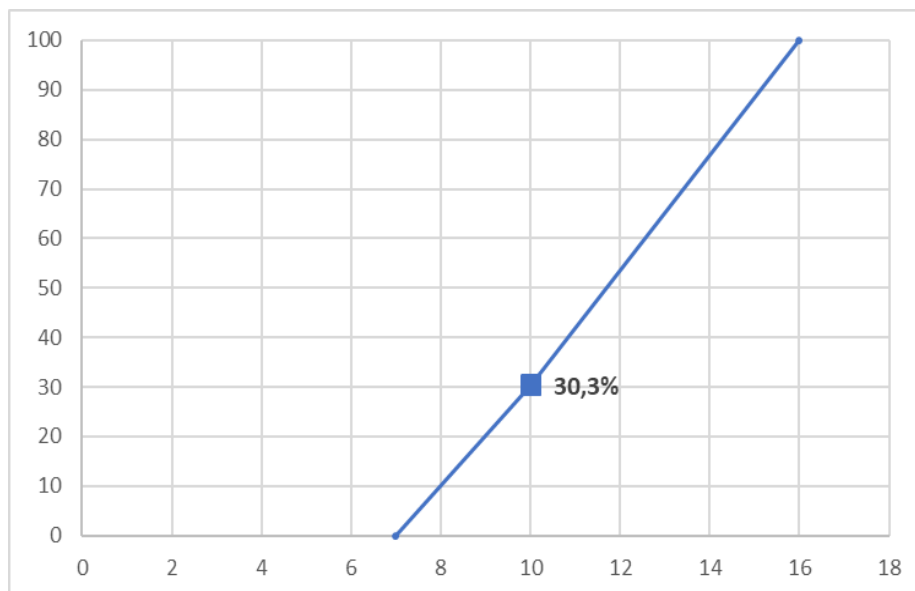
**Figura 88** – Vulnerabilidade tecnológica, assentamento Santa Cecília

**Fonte** – Freitas (2017).

O assentamento Santa Cecília até o momento não recebeu o Crédito de Implantação por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para aquisição de ferramentas, equipamentos, insumos agrícolas, tratores, plantel de animais e outros itens indispensáveis ao início da fase produtiva do assentamento. Após terem acesso ao Crédito de Implantação é que o assentamento poderá participar da segunda linha de crédito do Programa

Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) destinado ao incremento da produção.

O assentamento que apresentou a menor vulnerabilidade tecnológica foi o Santo Antônio com 30,3%, considerada uma vulnerabilidade moderada (Figura 89).



**Figura 89** – Vulnerabilidade tecnológica, assentamento Santo Antônio

**Fonte** – Freitas (2017).

#### 6.9.1.1 Área da propriedade e tipo de posse

Os sete assentamentos pesquisados possuem área entre os valores 2.579 ha (Valdeci Santiago) a 296 ha (Santa Cecília), divididos pelo número de família assentada, considerando as áreas de preservação permanentes e de conservação estabelecidas pelo INCRA no ato da divisão. Todos os agricultores entrevistados são considerados assentados da Reforma Agrária pelo INCRA, portanto nenhum possui escritura dos seus lotes até o momento, sendo que os lotes se encontram divididos e liberados para exploração dentro dos preceitos do INCRA.

Segundo o INCRA (2017), a quantidade de glebas ou lotes de um assentamento depende da capacidade da terra de comportar e sustentar as famílias assentadas. O tamanho e a localização de cada lote são determinados pela geografia do terreno e pelas condições produtivas que o local oferece. Os trabalhadores rurais que recebem um lote comprometem-se em morar e a explorá-los para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar. Até que possuam a escritura do lote, os assentados e a terra recebida estarão vinculados ao INCRA. Portanto, sem portar a escritura do lote em seu nome, os beneficiados não poderão

vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar sua terra a terceiros. Não é a realidade do Assentamento Valdeci Santiago como relata um morador:

No início foram assentadas 57 famílias, mas muitas foram embora nos primeiros anos de assentamentos era gente da cidade de Sousa não sabia trabalhar com agricultura. Quando foram embora venderam seus lotes entre 4 (quatro) e 5 (cinco) mil cada lote, mesmo sem documento só de boca, quem comprou utiliza para criação de animais soltos. O INCRA veio e disse que não podia então pegou os 21 lotes vazios e cadastrou novas famílias, só que os antigos compradores não entregaram, e continua explorado os lotes, enquanto as 21(vinte e uma) famílias continuam sem lotes. Isso já tem 10 (dez) anos e o INCRA nunca mais veio dizer nada.<sup>59</sup>

#### 6.9.1.2 Uso de agrotóxico e defensivo natural

A maioria dos agricultores entrevistados relatou que não utilizam agrotóxicos. Os mesmos fabricam defensivos naturais que aprenderam com a Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES), e só utiliza quando necessário como relata um morador:

A mudança nos hábitos de plantar diminuiu bastante as pragas nas plantações, porque a gente planta mais variedade de plantas consorciada e também não tiramos todas as árvores da roça como fazíamos antigamente, também não queimamos mais, porque enfraquece o solo. Hoje deixamos árvores maiores dentro das plantações e isso ajuda no controle dos insetos nem precisamos usar defensivo natural para manter as roças. A diversidade de espécies plantas e animais trouxe uma estabilidade e um maior controle de insetos e plantas daninhas. Mas quando precisa a gente faz os defensivos naturais são muitos bons e baratos para fabricá-los.<sup>60</sup>

Observou-se que nos Assentamentos Frei Beda, Edvaldo Sebastião e Valdeci Satiago há algumas famílias que ainda utilizam o agrotóxico nas plantações, uma vez que os mesmos alegaram que não sabem fabricar o defensivo natural e não têm pessoas especializadas para ensiná-los e que a assistência técnica raramente visita os assentamentos e são poucas pessoas na equipe. De acordo com o relato de um agricultor:

A visita técnica nesse Assentamento é muito difícil, a plantação é manual mesmo, as vezes uso um animal para arar a terra no período de chuva. Irrigação muito pouca devido à seca, faço no quintal de casa mesmo. Eu uso veneno porque não sei fazer defensivo caseiro. No início do Assentamento os técnicos da ATES e CPT ensinou para alguns moradores, eu não apreendi porque não tenho estudo, aí fica difícil, porque tem que saber as medidas

<sup>59</sup> Morador há 76 anos, assentamento Valdeci Santiago.

<sup>60</sup> Moradora há 20 anos, assentamento Santo Antônio.

certas. Então deixei pra lá. Teria que ensinar na prática e acompanhar a gente. Eu tenho vontade de apreender, mas por enquanto, preciso do veneno para manter as plantações. As embalagens eu descarto junto com o lixo que é enterrado ou queimado. Fiz uma vez empréstimo pelo Pronaf, para perfurar um poço artesiano que fica no meu quintal. Ele mantém minha casa e minhas plantações no período de secas. Tem um feito pelo Incra para o resto da Comunidade.<sup>61</sup>

Segundo relatos de um morador do Valdeci Santiago eles só receberam assistência técnica no início do assentamento e depois não mais:

No início do assentamento a CPT e depois a CAAASP prestava assistência, só para os que moravam na vila, mas já faz uns 10 (dez) anos que ninguém veio mais nesse assentamento. Uma vez veio um técnico da ATES no tempo que estava construindo cisterna calçadão e me disse; o senhor não tem direito a cisterna calçadão porque até plantação de coco o senhor possui em frente de sua casa, então com certeza não estar precisando de água. Ele se referiu a 4 (quatro) pés de cocos que tenho. Acredito que os técnicos deveria orientar o agricultor e não insultar e desrespeitar como ele fez.<sup>62</sup>

### 6.9.1.3 Assistência técnica

A assistência técnica encontra-se suspensa nos sete assentamentos pesquisados. Segundo a presidente da CAAASP que prestava o serviço aos assentamentos em contrato firmado pelo INCRA desde 2008:

O INCRA começou atrasando os salários dos técnicos em meados de 2016 até a suspensão por completa no mesmo ano. Não tem data para retornar os trabalhos, o que é lamentável. Com isso os Assentamentos que já se encontravam em situações complicadas, vão complicar mais ainda. A equipe era pequena para cobrir sete Assentamentos, mas a gente fazia o que podia, orientava nas plantações e criação de animais, buscávamos informações junto ao poder público e ao INCRA.<sup>63</sup>

A Lei de Ater nº 12.188/2010 institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER) e define os princípios e os objetivos dos serviços prestados. O decreto nº 7.215/2010 regulamenta a Lei de Ater (INCRA, 2017).

<sup>61</sup> Morador há 13anos no assentamento Frei Beda.

<sup>62</sup> Moradora há 70 anos no assentamento Valdeci Santiago.

<sup>63</sup> Presidente da CAAASP.

A assistência técnica especializada é de suma importância para orientar o pequeno produtor e aperfeiçoar suas produções, adequando-a à dinâmica climática. As técnicas de manejo e produção adequadas à sua realidade ajudam a amenizar o alto nível de vulnerabilidade tecnológica presente na maioria dos assentamentos pesquisados (gráfico). Verificou-se pelos assentados que os técnicos enfrentavam dificuldades de desenvolver os seus trabalhos, devido às limitações impostas pelo INCRA e o baixo número de pessoas para atender sete assentamentos, mas por outro lado apresentava falha na maneira de se comunicar com os agricultores, se portando de maneira inadequada com os mesmos.

Mesmo assim, com todos os impasses institucionais, os assentados consideram que a assistência é de fundamental importância para o desenvolvimento do assentamento e o seu bom funcionamento. Para os assentados é difícil compreender as razões que levaram o INCRA a suspender a assistência técnica. Segundo os agricultores deveria aumentar a equipe e aperfeiçoar os profissionais para uma melhoria na parceria com os agricultores resultando em um trabalho mais eficiente.

#### 6.9.1.4 Práticas de conservação do solo

A prática de conservação do solo é muito importante para o semiárido em uma região que possui o subsolo constituído por 70% de rochas cristalinas, sendo um fator limitante para o armazenamento subterrâneo das águas pluviais (SANTOS, 2003). Entretanto, observa-se que a disponibilidade hídrica das águas subterrâneas tem se agravado principalmente pelas práticas inadequadas de manejo do solo e dos recursos hídricos desenvolvidos na região (BRASIL, 2005).

Para Duque (2004), é necessário que se evite o desnudamento do solo para que não se chegue ao aumento da incidência direta dos raios solares, ao aquecimento excessivo, ao ressecamento intenso e à erosão. A maioria dos agricultores reaproveita os solos descobertos e utilizam “adubos orgânicos” como: esterco de animais e palhadas para o melhoramento da produtividade dos solos, evitando assim o desmate, como relata um agricultor que sempre residiu na comunidade:

O desmatamento caiu muito porque a gente aprendeu utilizar o mesmo solo descoberto, não precisa brocar<sup>64</sup> todos os anos, eu uso esterco de animais, para fazer uma cobertura morta no solo utilizamos a palha dos legumes, a palhada é boa porque faz um controle de temperatura e mantém a umidade

---

<sup>64</sup> Brocar: como é chamado pelos agricultores o corte de arbustos ou matos, preparando o terreno para roça.

do solo, depois do solo preparado é só plantar e esperar as chuvas, no período de estiagem fazemos a irrigação por gotejamento. Não uso agrotóxico, no início do assentamento aprendemos com os técnicos da assessoria técnica a fazer defensivo natural para substituir pelo uso do agrotóxico, através de palestra e vídeo compreendemos o mal que o veneno causa, antes a gente não sabia e invenenava a roça para nós mesmo comer. Hoje fazemos um manejo no nosso próprio lote entre criação de animais e palntação agrícola. Eu deixei de criar gado e passei a criar animais de pequeno porte como bode, porco e aves em consórcio com as plantas frutíferas e hortaliças. Uma combinação que vem dando rendimento para família.<sup>65</sup>

Alguns assentamentos utilizam a palha das culturas que foram colhidas como cobertura para conservação do solo, evita o ressecamento pela a incidência dos raios solares mantendo mais tempo de umidade (Figura 90 e 91).



**Figura 90** – Palhada para conservação do solo assentamentos, Mãe Rainha e Santo Antônio

**Fonte** – Freitas (2017).



**Figura 91** – Palhada para conservação do solo assentamentos, Santo Antônio

**Fonte** – Freitas (2017).

<sup>65</sup> Moradora há 20 anos, assentamento Santo Antônio.

Para Carson (2005), a fina camada de solo ajuda no controle da vida na terra. O reino dos solos é compreendido por populações de insetos, bactérias e fungos, tendo em vista que contribuem para o arejamento, drenagem, infiltração da água, nutrientes e o desenvolvimento do sistema radicular, a exemplo da minhoca e alguns fungos que auxiliam as plantas. A operação de preparo do solo tem a finalidade de melhorar suas condições físicas, melhorando a aeração e a absorção de água, facilitando a semeadura, a germinação das sementes e mudas.

A diversidade de plantas promove o controle de ervas-daninhas, formigas, lagartas, cigarrinha, cupins e outras pragas. O manejo apropriado do solo e das plantas, os sistemas de policultura são preferíveis, pois a combinação de cultivos é um dos segredos de convivência com os ecossistemas (GUZMÁN, OTTMANN & MOLINA, 2006; ALTIERI, 2009), incluindo o replantio de árvores resistentes à seca, o aproveitamento de forrageiras rasteiras, as lavouras de chuva, irrigação apropriada e o cuidado na extração dos produtos vegetais (DUQUE, 2004; SILVA, 2008).

Outra técnica que algumas famílias vêm utilizando é um barramento construído com pedras cuidadosamente arrumadas e em formato de arco deitado, realizada na rede de drenagem da microbacia hidrográfica local, em pequenos riachos afluentes de um rio principal.



A técnica contribui para evitar a erosão e permitir mais tempo de umidade no solo, também ajuda a impedir que a água leve os nutrientes do solo. Evita o assoreamento dos reservatórios e rios, mantém a fertilização gradual do solo e a oferta de água em quantidade e qualidade nos riachos e rios da microbacia hidrográfica contribuindo significativamente para o ressurgimento da biodiversidade da caatinga (Figura 92).



**Figura 92** – Construção de barramento zero no assentamento Santo Antônio

Fonte – CPT (2016).

Segundo as famílias que participaram da construção:

É uma técnica de baixo custo e fácil de fazer só precisa de orientação da escolha do local e ficar atento o sentido que a água desce. Tem que ser da nascente para foz. Os benefícios são muitos, diminui as perdas dos nutrientes do solo como; as sementes e o adubo, além de aumentar a capacidade do solo de armazenar água e com isso aumenta a produção vegetal e animal.<sup>66</sup>

## 6.9.2 Variável máquinas e verticalização

### 6.9.2.1 Uso de máquinas agrícolas

Verificou-se que no período chuvoso chamado de inverno pelos agricultores, as famílias contratam o trator para cortar a terra. Outros utilizam o arado puxado por animal,

<sup>66</sup> Agricultor há 47 anos, assentamento Santo Antônio.

também utilizam máquina para desbulhar milho e feijão. Essa prática vem diminuindo nos últimos anos devido aos anos consecutivos de chuvas abaixo da média. Segundo relatos das famílias entrevistadas o longo período de seca dos últimos anos fez as mesmas mudarem seus hábitos agrícolas e concentrarem as plantações nos quintais de casa manualmente.

A gente contrata através da CAAASP o trator para cortar a terra e máquina para debulhar o milho e o feijão, mas como não choveu nos últimos anos as roças ficaram poucas, aí passamos realizar a colheita manual mesmo. Hoje os agricultores utilizam mais os quintais e as margens de açudes para colocar suas roças e criarem animais. Aprendemos que não precisa de muita terra para produzir, se você souber trabalhar o próprio quintal produz tudo sem precisar desmatar. Hoje as famílias se concentram mais em plantação de frutas e hortaliças junto com o milho e feijão em convívio com criação de aves e caprinos. Aprendemos com assessoria técnica maneira de trabalhar em convivência com o semiárido. Com maior variedade de plantas e animais e menos consumo de água. Antigamente a gente desmatava e queimava todos os anos, hoje isso diminuiu.<sup>67</sup>

#### 6.9.2.2 Novas tecnologias para produção agrícola em convivência com o Semiárido

O assentamento Santo Antônio apresentou uma vulnerabilidade tecnológica moderada 30,30%. Observou-se que é o assentamento que vem desenvolvendo mais técnicas de convivência com semiárido. Algumas famílias vêm utilizando a técnica de sistema de bioágua através do reuso de água para irrigação de frutas e hortaliças e biodigestores para fabricação do biogás e biofertilizante.

Essas novas técnicas de convivência com o semiárido no Sertão da Paraíba são implementadas com apoio do IFBDS, CPT, e o Núcleo Campo Solar IFPB-Cajazeiras que conseguiram aprovar um projeto junto ao Fundo Socioambiental - CASA. Na Paraíba o sistema bioágua iniciou-se em 2015 através da implementação das ações do projeto ECOFORTE (financiado pela Fundação do Banco do Brasil FBB e Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social- BNDS).

Um projeto que apoia Rede de Cultivos Agroecológicos. Na Paraíba o ECOFORTE (Programa de Ampliação e Fortalecimento das Redes de Agroecologia e Produção Orgânica) é gerido pelo Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social – IFBDS e tem apoio do Núcleo de Estudo de Cultivos Agroecológicos do Sertão Paraibano – NAESP (NAESP, 2017). As quatro famílias tidas como experimentadoras do Assentamento Santo Antônio já utilizam a

---

<sup>67</sup> Morador há 58 anos, assentamento Santo Antônio.

prática do reuso da água através do sistema de bioágua que é reaproveitamento das águas cinza residuais (Figura 93), como também o sistema de biodigestores (Figura 94).



**Figura 93** – Reuso de água para produção de hortaliças, assentamento Santo Antônio

**Fonte** – Freitas (2016).

Uma moradora que reside há 20 anos no assentamento Santo Antônio descreve o processo de construção do sistema:

A gente canaliza a água das pias, do banheiro e da cozinha para uma caixa de gordura por gravidade utilizando cano de PVC, essa caixa tem uma redução na saída para a água passar aos poucos para o filtro biológico por gravidade, este deve estar mais baixo que a caixa de gordura. O filtro biológico é construído de areia e cimento em média 2,5 m de diâmetro e 1m de profundidade, depois de pronto enchemos de baixo para cima 20 cm de seixos ou pedra bruta, 10 cm de brita, 10 cm de areia lavada e por ultimo 10 cm de esterco animal curtido, esse filtro biológico recebe ás águas cinza da caixa de gordura e faz o tratamento, depois do filtro a água já tratada vai para o tanque de reuso que é conectado ao filtro biológico através de cano de PVC. A água do tanque de reuso é bombeada por motobomba e conectada por mangueiras de polietileno para os canteiros de hortaliças utilizando o sistema de gotejamento. O bom é que podemos manter os canteiros econômicos de hortas o ano todo. A cada três meses a gente faz a manutenção da tubulação e dos reservatórios.<sup>68</sup>

<sup>68</sup> Moradora há 20 anos no assentamento Santo Antônio.

É um sistema de baixo custo e utiliza as capacidades locais para a implantação, manejo e manutenção, além de prever uma unidade para tratamento de água cinza (água cinza é qualquer água não-industrial que foi usada em processos domésticos, como o banho, lavar a louça e a roupa) que após passar pelo o sistema bioágua podem ser usada na produção de alimentos para as famílias e os animais. Gera, ainda, aprendizados a partir da prática de princípios agroecológicos, sobretudo, de manejos do solo, da água, da agrobiodiversidade e da ciclagem de nutrientes, que são aplicáveis às demais áreas dos agroecossistemas de gestão familiar.

O uso de águas cinza residuais tratada, para irrigação pode diminuir consideravelmente ou mesmo eliminar a necessidade do emprego de fertilizantes comerciais. Além dos nutrientes (e dos micronutrientes, não disponíveis em fertilizantes sintéticos), a aplicação dessas águas proporciona a adição de matéria orgânica, que age como um condicionador do solo, aumentando a sua capacidade de reter água. O sistema de reuso de água para fins agrícolas adequadamente planejados e administrados proporcionam melhorias ambientais e melhorias de condições de saúde, entre as quais: minimização das descargas de esgotos em corpos de água; e conservação de recursos subterrâneos (HESPANHOL, 2003; HESPANHOL, 2008).

Segundo as famílias experimentadoras das técnicas (bioágua e biodigestores) a tecnologia tende se expandir para outras famílias do próprio assentamento e de outros assentamentos que se interessarem pelas novas tecnologias. A construção de biodigestores deve começar com a escolha do local onde será instalado. O mesmo deve estar próximo à cozinha, mas não ao lado da casa, como no caso das cisternas de placas. Em média 15 metros de distância, a operação de um biodigestor envolve o manuseio de esterco animal fresco e um local que receba sol, pois o calor é um importante fator na eficiência da produção de biogás.

No assentamento Santo Antônio duas famílias trabalham com biodigestores, considerado pelas famílias uma tecnologia positiva e muito importante para produção de biogás e de biofertilizante (Figura 94).



**Figura 94** – Construção de biodigestor no assentamento Santo Antônio

Fonte – CPT (2016); Freitas (2017).

O biogás alimenta o fogão e motores de combustão à gasolina ou álcool, e também geradores para gerar energia elétrica. Ele substitui o gás de botijão, lenha, querosene ou gasolina. O biofertilizante no seu estado sólido é um adubo rico em nutrientes para as plantações e no seu estado líquido serve para pulverizar as plantas contra pragas. No momento estamos utilizando o gás para cozinhar e o biofertilizante nas plantações de hortaliças e nas plantas frutíferas, além de ajudar no crescimento rápido ajuda no controle das pragas é muito bom o resultado.<sup>69</sup>

O agricultor explica como se constrói um biodigestor:

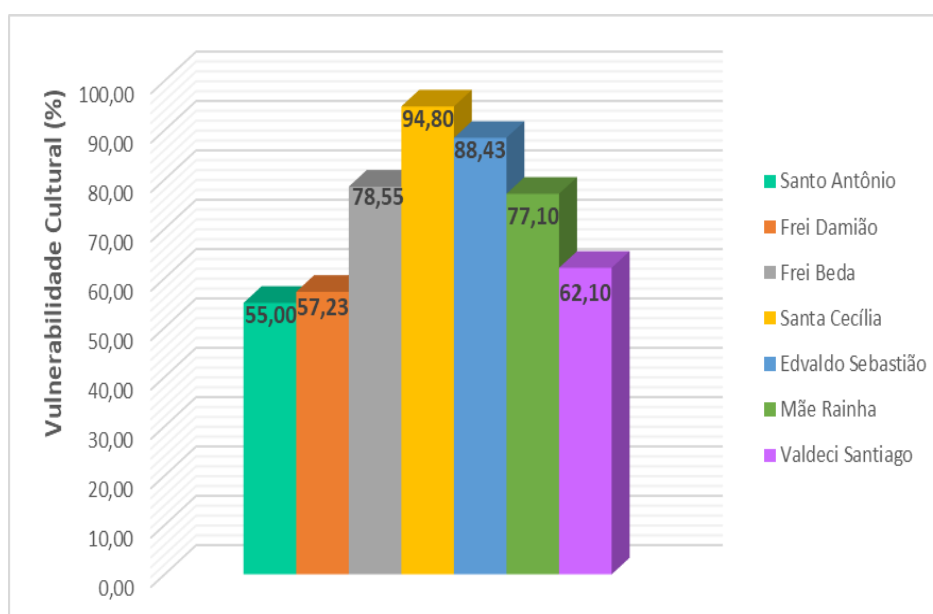
Primeiro cavamos um buraco de 2 m de profundidade e cerca de 3 m de largura, o tanque principal é construído em sistema de placas como as cisternas de placas, depois colocamos uma caixa de plástico de 5mil litros com a boca para baixo e outra também de 5mil litros cortada cheia de areia em cima da que estar emborcada para poder equilibrar. Para confeccionar as placas utilizamos moldes feitos de madeira no chão liso com areia peneirada.

<sup>69</sup> Moradora experimentadora da tecnologia reside há 20 anos assentamento Santo Antônio.

Fazemos as placas maiores para o tanque principal com furos em duas placas para conectar os canos as caixas de carga e descarga. O furo deve ser feito com o próprio cano que vai ser conectado para não ter erro. Depois fazemos as placas menores para as caixas de carga e descargas. Depois são escavados os locais para instalação da caixa de carga, onde recebem os esterco dos animais e a caixa de descarga com duas saídas, uma para o gás que é feito uma tubulação para o fogão e outra para o biofertilizante que retiramos direto da caixa. Para instalar os canos que conecta as caixas ao tanque principal, são escavados na parte baixa do tanque principal, uma profundidade de 1,80 m. O comprimento do cano da caixa de carga para o tanque principal é 2 m e 3 m para a caixa de descarga. O fundo do tanque principal deve ser nivelado. O piso é nivelado com um prumo feito de ferro na parte interna e por fora é de plástico por causa da ferrugem. Para facilitar o prumo utilizamos uma cruz com outros 2 pedaços de ferro. Abastecemos sempre pela manhã com dois carros de mão de esterco frescos que pode ser bovino, suíno ou aves.<sup>70</sup>

## 6.10 Vulnerabilidade Cultural

Nesse fator de vulnerabilidade todos os assentamentos pesquisados apresentaram-se com vulnerabilidades muito altas maior que 45%. Nesse fator consideramos as variáveis: acesso à informação (internet, jornal/ revistas, televisão, rádio), tipos de lazer (teatro, cinema, festas, balneário, shows musicais, futebol, vaquejada e outros) (Figura 95).

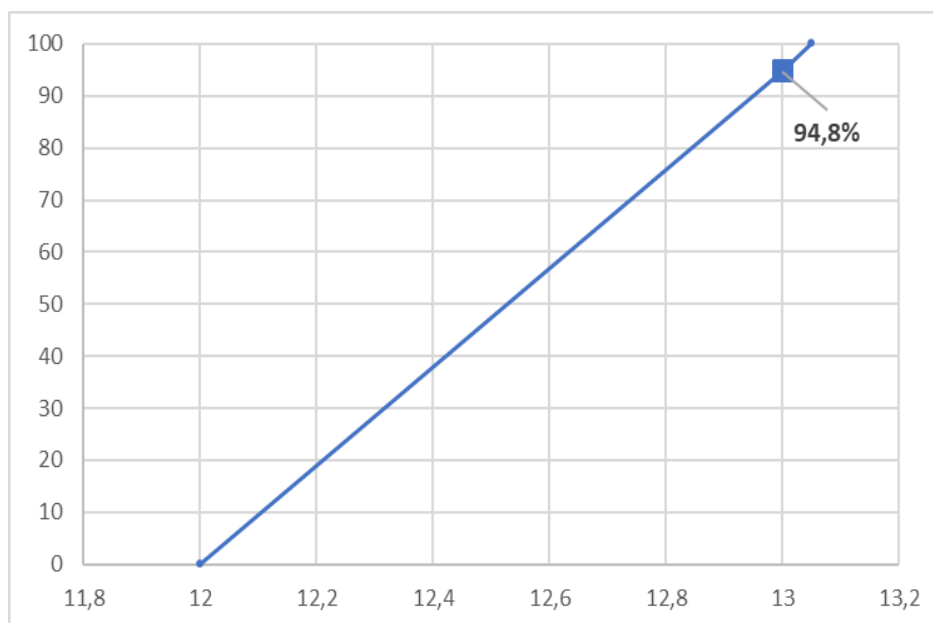


**Figura 95** – Vulnerabilidade cultural dos assentamentos rurais de cajazeiras – PB

**Fonte** – Freitas (2017).

<sup>70</sup> Família experimentadora da tecnologia reside há 47 anos assentamento Santo Antônio.

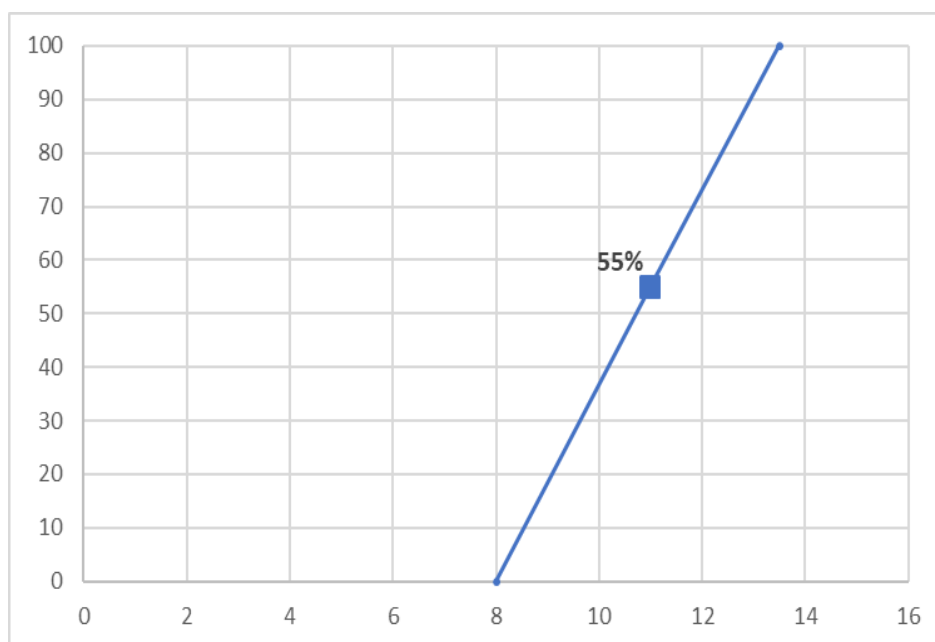
A maior vulnerabilidade cultural foi do assentamento Santa Cecília com 94,8%, considerada muito alta, justificada pelo fato do assentamento não ter sido contemplado com o crédito Implantação, em que são oferecidas as condições de infraestruturas básicas para a organização de funcionamento do assentamento (Figura 96).



**Figura 96** – Vulnerabilidade cultural, assentamento Santa Cecília

**Fonte** – Freitas (2017).

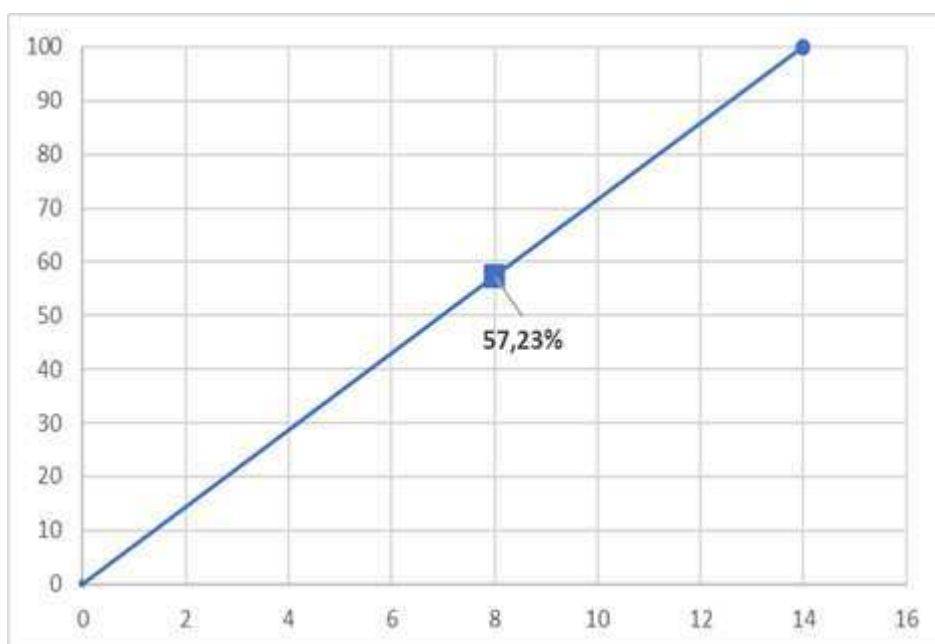
O assentamento que apresentou a menor vulnerabilidade cultural foi o Santo Antônio com 55% (Figura 97).



**Figura 97** – Vulnerabilidade cultural, assentamento Santo Antônio

**Fonte** – Freitas (2017).

O assentamento Frei Damião apresentou 57,23%. É uma vulnerabilidade considerada muito alta (Figura 98).



**Figura 98** – Vulnerabilidade cultural, assentamento Frei Damião

**Fonte** – Freitas (2017).



Para Wilches-Chaux (1993) a vulnerabilidade cultural pode ser expressa pela identidade das comunidades sem cultura de autodefesa, sofrendo influência dos meios de comunicação, que frequentemente levam à formação de imagens estereotipadas, transmitindo-lhes informações deturpadas.

#### ***6.10.1 Variável acesso à informação***

Os assentamentos pesquisados mantêm o acesso à informação por meio de televisão e rádio. Nenhum dos assentamentos pesquisados possui telefone de uso comum (orelhões públicos), a telefonia pública é pouco difundida e a comunicação é feita através da incidência de celulares presentes em poucas casas de alguns assentamentos como Frei Damião, Santo Antônio, Mãe Rainha e Valdeci Santiago, os demais não possuem. Justifica-se todos com vulnerabilidade cultural muito alta.

A existência de telefonia coletiva é determinante na vida dos assentados, seja para os aspectos cotidianos da vida como para relação com a cidade (compras, problemas de saúde, acesso a educação, entre outros) seja para aspectos mais propriamente produtivos (como a compra de alimentos, insumos e o escoamento da produção). Somente os assentamentos Santo Antônio, Frei Damião e Valdeci Santiago dispõem de sinal de internet particular em poucas residências. Os assentamentos Santo Antônio e Frei Damião conseguem um acesso à internet e telefonia com uma frequência melhor do que os demais devido à proximidade com o município de Cajazeiras. São os assentamentos mais próximos do município, 9 km para o Santo Antônio e 8 km para o Frei Damião.

#### ***6.10.2 Variável tipo de lazer***

Não existem maiores destaques na cultura dos assentamentos pesquisados, prevalecem as festividades comunitárias e as datas comemorativas religiosas. Os assentamentos Santo Antônio, Frei Damião e Frei Beda possuem capelas e acompanham as datas comemorativas das suas respectivas religiões.

Os assentamentos Mãe Rainha e Edvaldo Sebastião estão se organizando para construção de suas capelas (Figura 99).



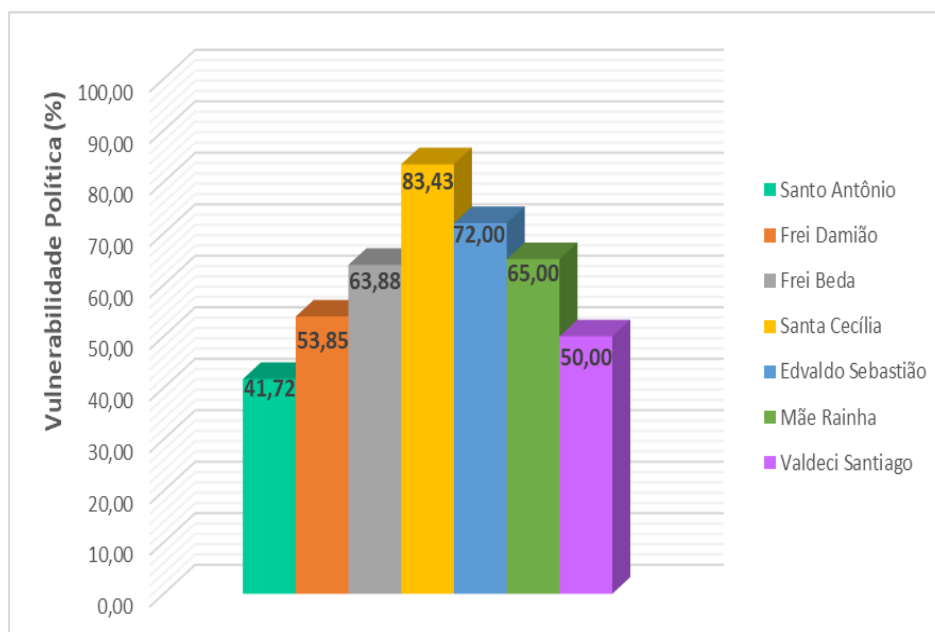
**Figura 99** – Capelas do assentamento Santo Antônio e Frei Damião

**Fonte** – Freitas (2017).

### **6.11 Vulnerabilidade Política**

Nesta vulnerabilidade consideramos as variáveis: política (qual candidato votou na última eleição, interesse pela atuação política do candidato, conhece ou já ouviu falar na lei Ficha Limpa, voto facultativo, interesse pela política de seu município), principais problemas do assentamento (falta de água, perda da colheita, falta de alimentação humana e animal, falta de saneamento básico, falta de auxílio técnico e financeiro para enfrentar a estiagem, manutenção de vias de acesso), e atribuição da responsabilidade dos problemas (INCRA, CPT, CAAASP, ATES, Estado e Prefeitura Municipal).

Todos os assentamentos apresentaram vulnerabilidade maior que 45% o que é considerada uma vulnerabilidade muito alta, sendo inaceitável (Figura 100).



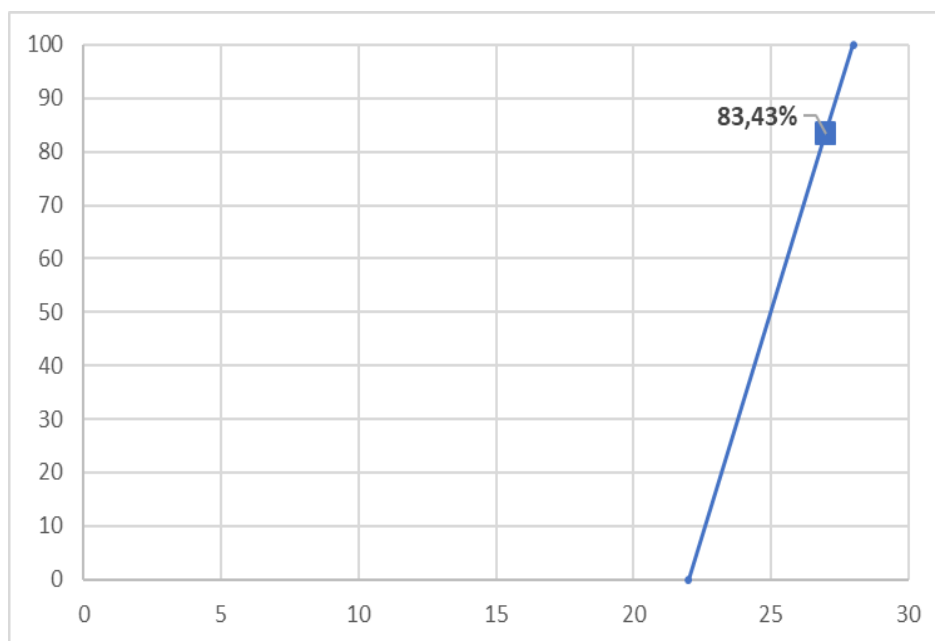
**Figura 100** – Vulnerabilidade política dos assentamentos rurais de Cajazeiras – PB

Fonte – Freitas (2017).

### 6.11.1 Variável política

O assentamento que apresentou a maior vulnerabilidade política foi o Santa Cecília com 83,43% (Figura 101) considerado um índice de vulnerabilidade muito alto, o que preocupa, pois, segundo Wilches-Chaux (1993), a vulnerabilidade política é relativa à capacidade da população para formular por si mesma a solução dos problemas que lhe afetam. É o nível de autonomia que uma comunidade possui para tomar decisões que lhe afeta, ou seja, quanto maior a autonomia, menor a vulnerabilidade política da comunidade.

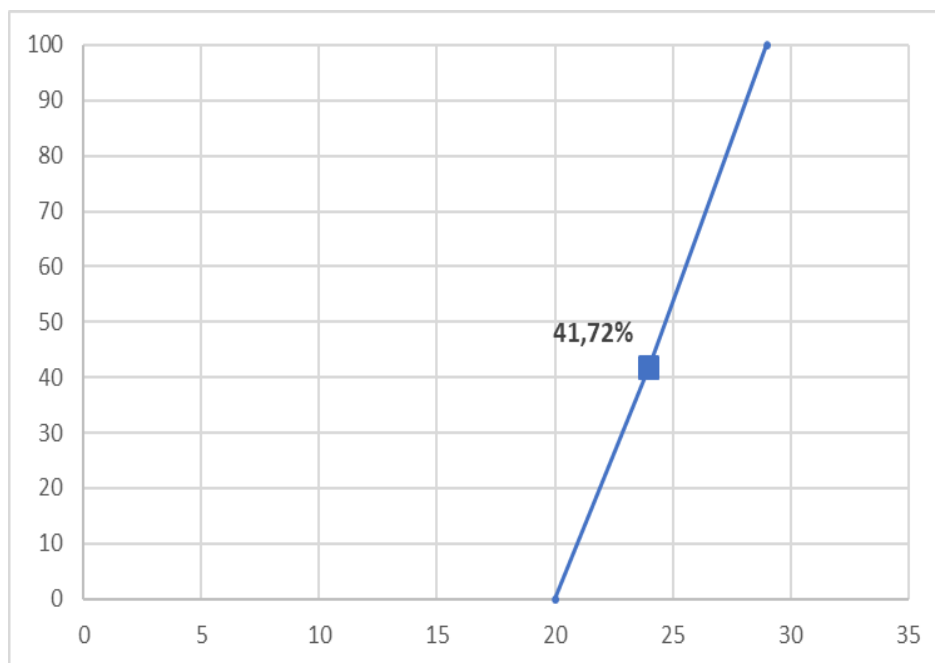
A ausência de uma associação comunitária no Assentamento Santa Cecília ou um representante para comunidade dificulta a interlocução dos assentados com os diferentes agentes de instâncias governamentais na cobrança de escolas, posto de saúde, coleta de lixo, estradas, transporte, rede elétrica pública, rede telefônica pública entre outros. Isto torna o assentamento com uma vulnerabilidade muito alta com 83,43% (Figura 101).



**Figura 101** – Vulnerabilidade política, assentamento Santa Cecília

**Fonte** – Freitas (2017).

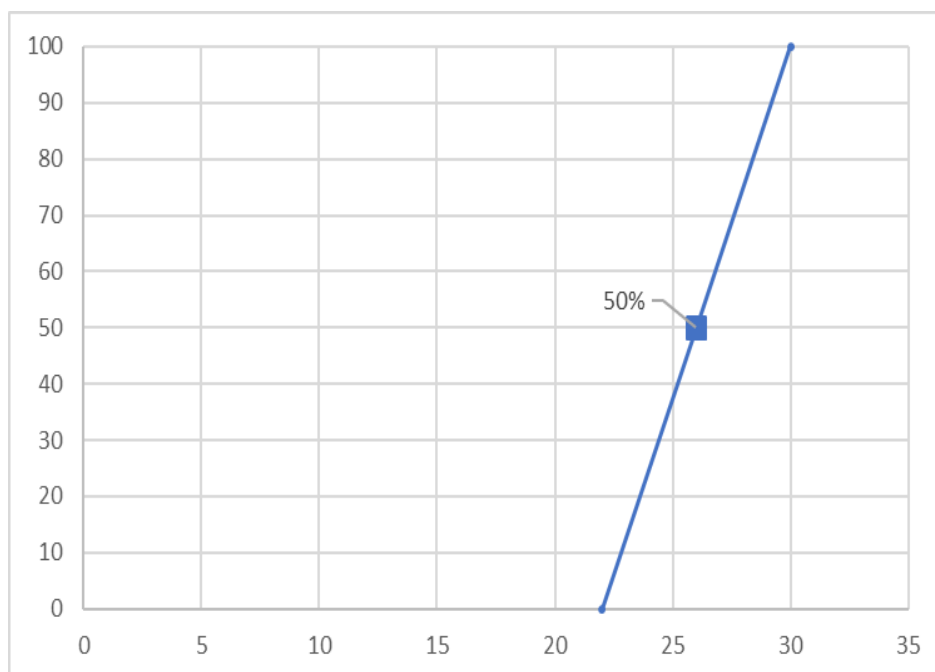
O assentamento que apresentou a menor Vulnerabilidade política foi o Santo Antônio com 41,42% (Figura 102)



**Figura 102** – Vulnerabilidade política, assentamento Santo Antônio

**Fonte** – Freitas (2017).

Seguido do Valdeci Santiago com 50% (Figura 103). Justifica-se pelo fato de serem os assentamentos que apresentaram maior número de pessoas com curso superior (Figura 12).



**Figura 103** – Vulnerabilidade política, assentamento Valdeci Santiago

**Fonte** – Freitas (2017).

Mesmo assim são consideradas vulnerabilidades altas. A vulnerabilidade é uma condição que permanece continuamente ao longo do tempo e está intimamente ligada aos aspectos culturais e ao nível de desenvolvimento das comunidades (MASKREY 1989; MEDINA, 1994).

### **6.11.2 Variável dos principais problemas dos assentamentos**

Os principais problemas relatados pelos assentados estão relacionados às dificuldades de acesso a saúde, educação, iluminação pública, abastecimento de água, coleta de lixo, auxílio técnico e financeiro para enfrentar a estiagem, dificuldades para acesso aos programas do governo federal como o PRONAF. O caso mais grave das dificuldades se encontra no assentamento Santa Cecília na questão de habitação, abastecimento de água, saneamento básico, falta de acesso às políticas e programas do governo federal.

Para reivindicar os problemas citados os assentados procuram primeiro a associação comunitária local, esta através do seu presidente busca outros órgãos superiores para

solucionar os problemas. As associações são presentes em todos os assentamentos pesquisados, com exceção do assentamento Santa Cecília. As associações comunitárias são de suma importância, pois funciona como espaço para reivindicações dos problemas presentes na comunidade, espaço para discussão de trabalho coletivo como mutirão para manutenção das estradas, das sedes da associação, das cercas das áreas coletivas, manutenção das áreas de preservação permanente e troca de dias de trabalho entre os assentamentos.

O envolvimento das associações comunitárias nos aspectos das vidas dos assentados é positivo, para organização e comercialização da produção dos assentamentos. As associações também podem ser espaços para promoverem atividades educativas, culturais, recreativas, sociais e assistenciais para a comunidade local (Figura 104).



**Figura 104** – Associações comunitárias nos assentamentos: Santo Antônio, Frei Beda, Frei Damião e Valdeci Santiago

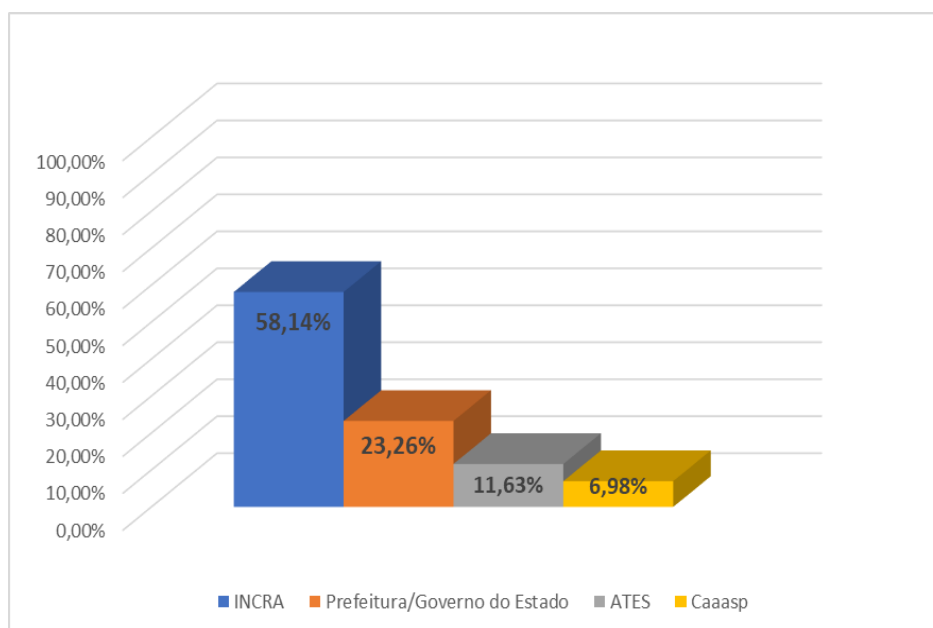
**Fonte** – Freitas (2017).

Para Wilches-Chaux (1993), a vulnerabilidade também está relacionada com o nível de coesão interna que a comunidade possui. Uma comunidade é socialmente vulnerável na medida em que as relações que apontam seus membros, uns com os outros e com a sociedade como um todo, não são meras relações de proximidade física, na medida em que as ações pertençam a sentimentos e propósitos, mas estão presentes formas de organizações da sociedade civil que incorporam esses sentimentos e traduzem em ações concretas.

A relação da associação com os movimentos sociais se dá através da filiação com a Central das Associações do Assentamento do Alto Sertão Paraibano – CAAASP. Nas áreas coletivas presentes nos assentamentos dá para potencializar escola, brinquedoteca, praça, igreja, posto de saúde e centro profissionalizante bem como a ampliação das sedes das associações.

### 6.11.3 Variável da atribuição da responsabilidade dos problemas

Para 58,14% das famílias assentadas que foram entrevistadas a responsabilidade dos principais problemas presentes nos assentamentos é do INCRA, seguido da Prefeitura Municipal e governo do Estado com 23,26% (Figura 105).



**Figura 105** – Atribuição dos principais problemas presentes nos assentamentos rurais no município de Cajazeiras – PB

**Fonte** – Freitas (2017).

Para os assentados a deficiência do serviço prestado pela ATES é devido à quantidade insuficiente de pessoas para atender sete assentamentos rurais. A situação se agravou com a suspensão do serviço da ATES pelo INCRA, colocando os assentamentos em uma situação de vulnerabilidade ainda maior. Para os assentados a falta de manutenção das estradas, falta de linha telefônica, coleta de lixo, presença de escolas e posto de saúde dentro dos assentamentos



é de responsabilidade da Prefeitura Municipal local em parceria com o Estado, como também a ausência de atendimento técnico aos animais por parte da EMATER local.

Na ausência da assistência técnica social e ambiental ATES por parte do INCRA aos assentamentos, a filiação das associações locais com Central das Associações do Assentamento do Alto Sertão Paraibano – CAAASP é positiva, pois a CAAASP assume a liderança para reivindicação dos problemas dos assentados.

Segundo Wilches-Chaux (1998), a presença de uma liderança eficaz em uma comunidade, que impõe os interesses coletivos da comunidade, ou organizações capazes de empurrarem sentido e práticas de coerência e propósito desses interesses, traz mais empoderamento à comunidade. A adesão e participação da comunidade empodera confiança e segurança na mudança para fomentar a criatividade, promover através da prática social, descobrir os valores de autonomia, solidariedade, dignidade e transcendência; em suma, ajuda a construir a identidade individual e social da comunidade e de seus membros para descobrir e desenvolver seu potencial para construir uma nova sociedade a partir da crise presente.

---

## CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES FINAIS

### 7.1 Conclusão

Os assentamentos rurais de reforma agrária são considerados espaços produtivos de segurança alimentar e nutricional. Com o trabalho familiar baseado nos princípios ecológicos, combinam os produtos de subsistências com outros voltados para comercialização, trazendo para o mercado local uma maior diversidade de produtos e oferta, resultando uma maior valorização do comércio da região. A transformação de latifúndios em assentamentos rurais é extremamente importante no que se refere às questões sociais, econômicas e ambientais, visto que os assentamentos são considerados espaços de relações sociais em que as características individuais precisam ser homogeneizadas no processo de luta pela terra e após a aquisição desta terra, o que resulta em uma complexidade social que tem seu respaldo na forma de apropriação dos recursos naturais.

Os resultados obtidos na pesquisa atestam a importância da existência de iniciativas e reais mudanças na vida dos moradores dos Assentamentos pesquisados. Estas mudanças ficam claras nos relatos de histórias de vida contados pelos mesmos. Trata-se de famílias que viviam em condições de moradias precárias e com relações de trabalhos desiguais. Nestas questões pode-se dizer que houve avanços. Para as famílias entrevistadas, a Comissão Pastoral da Terra foi a entidade principal pelos resultados das conquistas alcançadas por eles, tanto no momento inicial pela desapropriação, como nos anos iniciais de assentamento que trouxeram mudanças significativas no modo de vivência das comunidades, especialmente no que diz respeito à convivência com o semiárido.

Os depoimentos dos trabalhadores participantes na pesquisa confirmaram não apenas a função social e econômica da Reforma Agrária juntamente com entidades não governamentais, mas também o poder que as mesmas exercem na inclusão de trabalhadores no processo produtivo somado ao protagonismo da família na definição das estratégias produtivas e na determinação das funções de cada membro familiar.

As famílias têm percebido que as experiências voltadas para uma agricultura de base ecológica de convivência com o semiárido, apreendidas inicialmente com a CPT/Sertão (Comissão Pastoral da Terra Sertão), e depois tendo continuidade com a ATES (Assessoria Técnica, Social e Ambiental ), têm contribuído para a melhoria de vida nas comunidades de

reforma agrária, que acaba entendendo que essa maneira de produzir é uma maneira correta de conviver com o Semiárido, e vem adotando as práticas desenvolvidas pelas famílias experimentadoras. Disseminar os conhecimentos testados na prática com outras famílias tem gerado novas perspectivas de vida para as comunidades.

Para as famílias experimentadoras, este é um trabalho que favorece a participação coletiva com outras famílias na valorização do saber popular do agricultor. A troca de conhecimentos com a implantação de novas tecnologias apropriadas para o Semiárido e a implementação de políticas ambientais estão trazendo transformações socioeconômicas positivas para o meio rural.

Para as famílias a criação dos assentamentos significou uma melhoria das condições de vida (alimentação, moradia, autoestima) e foi importante para o município de Cajazeiras no abastecimento de alimentos. Porém, verificamos sérios problemas em termos de ação operacional por parte do governo em relação à instalação de infraestrutura básica para o assentamento Santa Cecília, a não liberação do crédito Implantação por parte do INCRA, que tem tornado o assentamento Santa Cecília muito vulnerável.

O assentamento Valdeci Santiago está impedido de realizar empréstimo pelo Pronaf devido a não regularização pelo o INCRA de novas famílias assentadas. Isto dificulta economicamente a vida dos assentados. A assistência técnica rural se encontra suspensa para todos os assentamentos pesquisados, sendo esta de fundamental importância para diminuir a vulnerabilidade nos assentamentos, que segundo os resultados da pesquisa se encontra alta na maioria dos assentamentos, em alguns sendo considerada muito alta. Quando a vulnerabilidade é maior que 45% sendo considerada inaceitável. A suspensão da assessoria técnica rural tende aumentar as vulnerabilidades dessas comunidades. O papel da assessoria técnica rural deve ser para a orientação de como plantar e criar da melhor maneira em convivência com o semiárido, auxiliar em técnicas de manejo de fornecimento e abastecimento de água, energia renováveis, incentivar e orientar os assentados a formarem cooperativas e associações como necessidade de mantê-los unidos. Para que essas práticas possam diminuir suas vulnerabilidades.

Com a suspensão do trabalho de ATES em meados de 2016 (Assessoria Técnica, Social e Ambiental) pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), os assentamentos tendem a ficarem mais vulneráveis, visto que a vulnerabilidade se determina por certos processos sociais, econômicos e políticos, sendo os pobres os mais vulneráveis. Comunidades localizadas em uma região semiárida com escassez de chuvas e solos empobrecidos pelas ações antrópicas, no caso dos assentamentos, a ausência de organização

institucional e de gestão do poder público podem levar os assentados ao risco de deixarem a zona rural.

As populações com menos recursos e sem orientações técnicas aumentam suas vulnerabilidades como também os riscos de deixarem os assentamentos, a exemplo do Assentamento Santo Cecília. A combinação desses fatores determina o grau de vulnerabilidade e até onde a sobrevivência de alguém fica em risco. De forma geral, a pobreza e vulnerabilidade não são sinônimas, ainda que estejam estreitamente relacionadas. Mas devemos considerar que a pobreza dificulta as populações de enfrentarem, resistirem e se recuperarem dos impactos negativos, tornando, assim, as vulnerabilidades e as ameaças mais próximas do risco, uma vez que este pode culminar no desastre que seria a saída das populações dos assentamentos.

Vale ressaltar que o resultado do estudo das vulnerabilidades nos assentamentos serve como base para futuras pesquisas como também para o INCRA, ATES, CAAASP e CPT/Sertão reavaliarem e aprimorarem suas políticas públicas voltadas para os assentamentos pesquisados. A Reforma Agrária, seja através de assentamentos ou regularizações fundiárias, torna as políticas de permanência dessas famílias na terra necessárias para compreender que os efeitos não são unicamente econômicos. Devem considerar as relações sociais, políticas e culturais desse povo, pois poucas são discutidas, tanto pelos agentes de mediação quanto pelo Estado. A questão agrária vai além do tempo de um governo. Portanto, é fundamental assegurar a presença regulamentadora do Estado na gestão do território e na redistribuição social da terra.

Nesse contexto, a CPT/Sertão vem desenvolvendo um trabalho de base e formação continuada nas áreas de assentamentos, acampamentos, áreas de posseiros e grupos sem-terra no alto sertão paraibano. Esse apoio da CPT/Sertão tem como objetivo o fortalecimento das organizações locais das comunidades rurais e também a possibilidade de criação de novos bancos de sementes comunitários, criação de abelhas, roças comunitárias, experiência de manejo de caatinga, estocagem de armazenamento de água, sementes e forragem. É um trabalho de convivência com o semiárido que a CPT/Sertão desenvolve nas comunidades para que sejam produtivas e ofereçam condições de melhorias de vida para as famílias rurais, fazendo com que essas famílias permaneçam na terra.

A Comissão Pastoral da Terra/Sertão (CPT) reconhece que não há como atender todas as necessidades das comunidades rurais, pois essas comunidades precisam de apoio governamental maior. A CPT/Sertão vem priorizando a formação política articulada com as lideranças das áreas em conflitos que ainda não conseguiram a posse da terra, ou que se

conseguiram, ainda não receberam os recursos necessários para implementação de Assentamento Rural na região do Sertão paraibano.

Assim, conquanto a principal estratégia produtiva familiar dos assentamentos pesquisados tem relação com a diversidade de espécies vegetais e animais produzidas no período chuvoso, verificou-se que o maior desafio das comunidades é conviver com a escassez de chuvas que se intensificou nos últimos anos, sendo que, neste período de estiagem, torna-se necessário que busquem diferentes trabalhos na cidade de Cajazeiras, e depois retornem para sua comunidade no final do dia.

## **7.2 Recomendações finais**

- ✓ A Prefeitura Municipal deve firmar convênios com a Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP) incluindo no seu orçamento as propostas de trabalho da CAAASP para que a mesma possa implantar ou dar continuidade às propostas de perspectivas sustentáveis, sociais e ambientais nos Assentamentos Rurais do Município, como a construção de escolas e estabelecimento de postos de saúde dentro dos assentamentos. O meio rural e sua população devem ser vistos como um ambiente, um lugar singular, mas não isolado. O poder público local juntamente com as entidades não governamentais deve cobrar do INCRA a manutenção da Assistência Técnica aos assentamentos rurais, como também participar diretamente da construção de alternativas para segmentos com a população rural na busca por novos caminhos e novos paradigmas de convivência com o semiárido;
- ✓ A Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (CAAASP) deve lutar por proposta de assessoria técnica, diferenciada e multidisciplinar, vista como uma ação contínua, sistêmica, pautada pelas demandas, interesses e necessidades locais das famílias dos assentamentos, com um posicionamento técnico baseado nos princípios da agroecologia, da coletividade e da convivência sustentável com semiárido;
- ✓ As famílias assentadas devem participar das discussões sobre às questões ambientais junto às organizações governamentais e não governamentais, primando por uma produção sustentável que garanta a preservação dos recursos naturais e do desenvolvimento sustentável dos assentamentos, na organização social e produtiva para autoconsumo e comercialização de alimentos saudáveis e de qualidade, segundo os princípios da segurança alimentar;

- ✓ A Diocese de Cajazeiras através do seu grupo de Pastorais, entre elas a Comissão Pastoral da Terra (CPT), deve disponibilizar mais agentes pastorais para fortalecer e ampliar a atuação da CPT nas comunidades de acampamentos rurais, como também nas comunidades de Assentamentos Rurais, principalmente neste momento atual quando se encontram sem Assistência Técnica Rural por parte do INCRA. A Diocese deve também mobilizar-se para uma cobrança ao INCRA da suspensão da assistência técnica aos assentamentos rurais. Utilizando os meios de comunicações e as próprias celebrações para informar o povo da real situação do campo Paraibano.
- ✓ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como órgão responsável pela formulação e execução da política fundiária nacional da Reforma Agrária tem o dever de dar continuidade ao trabalho desenvolvido pela equipe de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) para garantir aos agricultores o acesso às políticas de governos, voltadas para a Agricultura Familiar através das linhas do PRONAF como: compra direta, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa de Aquisição de Alimento (PAA), Garantia Safra, entre outros. Criar condições para o alcance, por parte dos agricultores assentados, de uma qualidade de vida digna no campo e o desenvolvimento comunitário que garanta a sustentabilidade dos assentados;
- ✓ A Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) é de suma importância para a manutenção dos assentados nas comunidades rurais, visto que suas diretrizes são permeadas pelos conceitos de agricultura familiar, desenvolvimento rural sustentável e segurança alimentar, com atuações nas áreas: Agrícola, Zootécnica, Ambiental, Social e Saúde, e profissionais especializados. Assim, a ATES deve capacitar, articular e interagir com as famílias assentadas de forma a orientar e facilitar a execução de suas ações tornando-as mais fortalecidas e enraizadas no lugar.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: EDUSP, 2007, 294 p.
- AB'SÁBER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ALBAS, A., SOUZA, E.A.N.; LOURENÇO, R. A.; FAVORETTO, S. R.; SODRÉ, M. M. Perfil antigênico do vírus da raiva isolado de diferentes espécies de morcegos não hematófagos da região de Presidente Prudente, estado de São Paulo. **Revista da Sociedade Brasileira de Medicina Tropical**, 42 (1), jan.-fev., 2009.
- ALBERTI, V. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALMEIDA, M. B.; TORTELLI, F. P.; RIET-CORREA, B.; FERREIRA, J. L. M., SOARES, M. P.; FARIAS, N. A. R.; RIET-CORREA, F.; SCHILD, A. L. Tristeza parasitária bovina na região sul do Rio Grande do Sul: estudo retrospectivo de 1978-2005. **Pesquisa Veterinária Brasileira**, v. 26, n. 4, 2006.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120p.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto. O que há de novo no rural brasileiro? In: Geografia, política e cidadania. Revista Terra Livre, n.15, 2000.
- AMORIM, L. M. B. A economia paraibana na etapa da articulação comercial (1930-1970). In FERNANDES, I. R. e AMORIM, L. M. B. **Atividades produtivas na Paraíba**. João Pessoa: Editora UFPB, 1999.
- ANA. Agência Nacional de Águas. **Outorga de direito de uso de recursos hídricos**. Brasília: SAG, 2011.
- ANDRADE, Manuel Correia. **A problemática da seca**. Recife: Líber Gráfica, 1999.
- \_\_\_\_\_. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 7. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2005.
- \_\_\_\_\_. **Lutas camponesas no Nordeste**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2000.
- \_\_\_\_\_. **Nordeste: A Reforma Agrária ainda é necessária?** Recife: Guararapes, 1986.
- ANDRADE, Manuel Correia de. As tentativas de organização das massas rurais: As ligas camponesas e a sindicalização dos trabalhadores do campo. 1963.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ARAÚJO, A. E. de. **Construção social dos riscos e degradação ambiental: Município de Sousa, um estudo de caso.** 2002. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Departamento de Engenharia Agrícola, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2002.

ARTECHE, C. C. P. Imunoprofilaxia Parasitária Bovina (TPB) no Brasil. Uso de cepas atenuadas de *Babesia spp.* e cepa heteróloga de Anaplasma. **A Hora Veterinária**, v. 11, n. 66, 1992.

ASA. Articulação do Semiárido Brasileiro. **Programa de Formação e Mobilização Social Para a Convivência com o Semiárido.** Recife: ASA, 2001.

ASA BRASIL. **Articulação no Semiárido Brasileiro: Construindo futuro e cidadania no semiárido.** Publicação comemorativa 10 anos ASA. Recife (PE): ASABRASIL, 2010.

ASSELIN, V. **Grilagem: Corrupção e violência em terras Carajás.** Petrópolis: Revista dos Tribunais, 1991.

AQUINO, J. R. de; SANTOS, R. F. dos. Novos desafios para o desenvolvimento sustentável da agricultura a familiar Nordestina. **Raízes**, v. 21, n. 01, jan./jun. 2002, Campina Grande – PB.

AZEVEDO, Fernando Antônio. **As Ligas Camponesas.** Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1982.

BANDEIRA, L.M.; SILVEIRA, R.M.G.; MIELE, N. (Orgs.). **Eu marcharei na tua luta: a vida de Elizabeth Teixeira.** João Pessoa: editora universitária/UFPB, 1997.

BARBOSA, M. P. **Vulnerabilidade de risco a desastre.** Apostila, Campina Grande, DEAg / UFPB. 1997.

BANDEIRA-DE-MELO, R.; SILVA, A. B. (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais – paradigmas, estratégias e métodos.** São Paulo: Saraiva, 2010.

BARROS, S. L.; MADRUGA, C. R.; ARAÚJO, F. R.; MENK, C. F.; ALMEIDA, M. A. O.; MELO, E. P. S.; KESSLER, R. H. Serological survey of *Babesia bovis*, *Babesia bigemina*, and *Anaplasma marginale* antibodies in cattle from the semi-arid region of the state of Bahia, Brazil, by enzyme-linked immunosorbent assays. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, v. 100, n. 6, 2005.

BLAIKIE, P.; CANNON, T.; DAVIS, I. **At risk: natural hazards, people's vulnerability and disasters** Second edition. 2003.

BLAIKIE, P.; CANNON, T.; DAVIS, I.; WISNER, B. **Vulnerabilidad: el entorno social, político y económico de los desastres.** Colombia: ITDG/LA RED, 1996.

BECK, U. *et al.* **Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.** UNESP. São Paulo. 1997.



BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira; NORDER, Luis Antonio Cabello. O que são assentamentos rurais? São Paulo: Brasiliense, 1996.

BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base?** São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense, 1981.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** De 05 de outubro de 1988. Brasília. 20. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 1998.

BRASIL, Governo Federal (2003) Plano Nacional de Reforma Agrária. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília. [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br) >. Acesso em: 05 maio. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 12.796/ de 4 de abril de 2013. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/211-218175739/18563-criancas-terao-de-ir-a-escola-a-partir-do-4-anos-de-idade>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 8629**, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Estatuto da Terra. 14. ed. atual. São Paulo: Saraiva 1999.

BRASIL. **Lei nº 12.651**, de 25 de maio de 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm)>. Acesso em: 29 maio 2017

\_\_\_\_\_. **Novo Código Florestal.** Lei Nº 12.651, de 25 de Maio de 2012. Brasília, 191º da Independência e 124º da República. Decretado pelo Congresso Nacional e sancionado pela presidenta Dilma Rousseff. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis n.ºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Lei n.ºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166- 67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas:** Decreto Nº 94.076, de 05 de março de 1987. Brasília: Agência Nacional das Águas, 1987.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei n. 4504**, de 30 de novembro de 1964. Dispões sobre o Estatuto de Terras e dá outras providências. Brasília: 1964.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 18 jun. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Relatório de Inspeção da área atingida pela tragédia das chuvas na Região Serrana do Rio de Janeiro.** Janeiro de 2011.

BRUNO, Regina. Agronegócio e novos modos de conflituosidade. FERNANDES, Bernardo Mançano (coord.). **Campeinato e agronegócio na América Latina:** a questão agraria atual. Buenos Aires: CLACSO no prelo. 2008.

BUAINAIN, A. MÁRCIO, *et al.* Agricultura familiar e o novo mundo rural. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 5, n. 10, jul./dez. 2003.

CAAASP – CENTRAL DAS ASSOCIAÇÕES DOS ASSENTAMENTOS DO ALTO SERTÃO PARAIBANO. **Ações para o desenvolvimento agroecológico em áreas de assentamentos da Reforma Agrária localizadas no Território do Médio Piranhas**. Cajazeiras, 2015.

CAJAZEIRAS (PB). **Prefeitura 2017**. Disponível em: <[http://cajazeiras.pb.gov.br/historia\\_do\\_municipio/](http://cajazeiras.pb.gov.br/historia_do_municipio/)>. Acesso em: 06 jun. 2017.

CALADO, Alder Júlio; HAM, Antônia M. Van; SEZYSHTA, Arivaldo J.; GIACOMELLI, Gabriele; IENO, Gláucia M. de Luna. (Orgs.). **Memórias do povo: João Pedro Teixeira e as Ligas Camponesas na Paraíba**. João Pessoa: Ideia, 2007.

CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular. 2004.  
FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento camponês rebelde à Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo.

CAMPIGOTO, José Adilçon. **O MST em Santa Catarina: narrativa de um trabalhador rural**. Blumenau: Edifurb, 2006.

CAMPOS, S, A. *Educación y prevención de desastres*. Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales. Ed. Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina. 2010.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A Lanterna na Popa: memórias*. Rio de Janeiro: Topbook, 1994.

CARDONA, O. D. **Evaluación de la amenaza, la vulnerabilidad y el riesgo: Elementos para el ordenamiento y la planeación del desarrollo**, en: *Los desastres no son naturales*. A. Maskrey (compilador). LA RED, Ed. Tercer Mundo Editores,. 1993.

CARDONA, *Omar Darío A.* **La necesidad de repensar de manera holística los conceptos de vulnerabilidad y riesgo: Una crítica y una revisión necesaria para la gestión**. Artículo y ponencia para International Work-Conference on Vulnerability in Disaster Theory and Practice. Disaster Studies of Wageningen University and Research Centre, Wageningen, Holanda. 29 y 30 de Junio de 2001.

\_\_\_\_\_. *Medición de la gestión del riesgo en América Latina*. **Revista Internacional de Sostenibilidad, Tecnología e Humanismo** 3, 2008.

\_\_\_\_\_. **The need for rethinking the concepts of vulnerability and risk from a holistic perspective: A Necessary Review and Criticism for Effective Risk Management**", in *Mapping Vulnerability: Disasters, Development and People*, G. Bankoff, G. Frerks, D. Hilhorst, Ed. Earthscan Publishers. Londres. 2004.

CARON, P.; SABOURIN, E. **Camponeses do Sertão: Mutação das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil**. Brasília: Embrapa, 2003.

CARDOSO, C. F. S. **O trabalho na América Latina Colonial**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995. Série Princípios.

CARSON, Raquel L. **Primavera silenciosa**. Barcelona: Crítica, 2005.

CARTER, M. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a Reforma Agrária no Brasil**. São Paulo: EDUNESP, 2010.

CARVALHO FILHO, José Juliano. **Política Fundiária: Oportunidades perdidas, Revolução Cultural e Lampedusa**. São Paulo em Perspectiva: Brasil Agrário. São Paulo: SEADE, V.11/nº 2, p. 26-34, 1997.

CARVALHO, H. M. de; **O campesinato no século XXI possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2005.

CARVALHO, F. P. de. **Assentamentos de Reforma Agrária e perspectivas de desenvolvimento rural: um estudo de caso**. Monografia apresentada ao Departamento de Administração e Economia da Universidade Federal de Lavras, curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão de Programas de Reforma Agrária e Assentamento. MG. 2010.

CARVALHO, Horácio Martins de. **A interação social e as possibilidades de coesão e de identidade sociais no cotidiano da vida social dos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de Reforma Agrária no Brasil**. Curitiba, 1999.

CARVALHO, L. D. **Ressignificação e reapropriação social da natureza: Práticas e programas de convivência com o Semiárido no Território de Juazeiro – Bahia**. São Cristovão: UFS, 2010.

CARVALHO, P. P. de. *et al.* **Caatinga - Uso do nim: uma árvore de muitas utilidades**. Ouricuri – PE, 2006.

CASTRO, Antônio Luiz Coimbra de. **Manual de desastres: desastres naturais**. Brasília (DF): Ministério da Integração Nacional, 2003. 182 p.

CAUME, D. J. **A tessitura do “assentamento de Reforma Agrária”**: discursos e práticas instituintes de um espaço agenciado pelo poder. Tese de doutorado, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2002.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CHAYANOV, A. V. On the theory of non-capitalist economic systems. In: D. Thorner (compil.). *The theory of peasant economy*, Kerblay y Smith. Illinois, 1966.

CHARDON, A. C. La percepción del riesgo y los factores socioculturales de vulnerabilidad. **Revista Desastres & sociedad: La RED**. año 5. n. 8. ene./dic. 1997.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

CHRISTOFIDIS, D. **Disponibilidade de água e fruticultura irrigada no Nordeste**. Brasília: Instituto Sociedade, População e Natureza/CNPq/FUNAPE, UFG, 2001.

CNBB. **Igreja e problemas da terra**. Documento aprovado pela 18ª Assembleia da CNBB, Itaici, 14 fev. 1981.

COCA, E. L. de Freitas. Análise e mapeamento dos tipos de assentamentos no Brasil: compreender a diversidade e a atualidade da reforma agrária brasileira. **Estudo dos assentamentos das regiões Norte e Nordeste**. Presidente Prudente: NERA, 2008.

COELHO, Eugênio Ferreira; *et al.* Sistemas de irrigação para agricultura familiar. **Revista EMBRAPA**, Circular Técnica, Cruz das Almas, BA, dezembro, 2012.

COLETTI, Claudinei. A instrutora Sindical no Campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas: Unicamp. Ed, 1998.

COLETTI, Claudinei. **A trajetória política do MST: da crise da ditadura ao período neoliberal**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp, Campinas (SP), 2005.

CORRÊA, M. P. **Dicionário das plantas úteis do Brasil e das exóticas cultivadas**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, 1996, v. 2.

CORSO, João Carlos. **Herdeiros da terra prometida: discursos, práticas e representações da Comissão Pastoral da Terra e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra nas décadas de 1980/1990**. Tese apresentada ao Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

COSTA, J.P. *et al.*, AGRICULTURA FAMILIAR, TENTATIVAS E ESTRATÉGIAS PARA ASSEGURAR UM MERCADO E UMA RENDA. UNICAMP CAMPINAS – SP. 2013.

COSTA, F. S. de Medeiros, *et al.* **Reforma Agrária no Brasil via mercantilização ou democratização fundiária?** 2011.

COSTA, Antonio Assis de. *As Cajazeiras que eu vi e onde vivi*. João Pessoa: Gráfica Progresso, 1986.

CPRM, Serviço Geológico do Brasil. Programa de Desenvolvimento Energético dos Municípios. PROJETO CADASTRO DE FONTES DE ABASTECIMENTO POR ÁGUA SUBTERRÂNEA ESTADO DE PARAÍBA: diagnóstico do Município de Cajazeiras. 2005.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Relatório de Atividades CPT SERTÃO-PB**. Cajazeiras, 2015. Disponível na sede da Comissão Pastoral da Terra em Cajazeiras-PB

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Relatório de Atividades CPT SERTÃO-PB**. Cajazeiras, 2016. Disponível na sede da Comissão Pastoral da Terra em Cajazeiras-PB

CUTTER, S. L. The vulnerability of science and the science of vulnerability. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 93, n. 1, 2003.

CUTTER, S. L. **Respuestas sociales a los riesgos ambientales**. 2001 Disponível em: <<http://www.poam.org/articulos-estudios/fenomenos/respuestas.pdf>>. Acesso em: ABRIL.2017.

DEAN, Warren, **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEL GROSSI, M. E. ; MARQUES, V. Agricultura familiar no censo agropecuário 2006: o marco legal e as opções para sua identificação. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), v. 18, 2010.

DEL PRIORE, M. Renato Venâncio. **Uma breve historia do Brasil**. Editor Planeta, 2010.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1985.

DIAS, Marcelo Miná. **As ONGs e a construção de alternativas para o desenvolvimento rural**: Um estudo a partir da assessoria e serviços a projetos em agricultura alternativa (AS-PTA). Rio de Janeiro: UFRJ/CPDA, 2004.

DIAS, Marcelo Miná. Extensão rural para agricultores assentados: Uma análise das boas intenções propostas pelo “Serviço de ATES”. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, set./dez. 2004.

DINIZ, Célia Regina; SILVA, Iolanda Barbosa da. **Metodologia científica**. Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN – EDUEP, 2008.

DUQUE, José Guimarães. **Solo e água do polígono das secas**. 6. ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

DUARTE, S. M. O desastre da desertificação do município de Taperoá do Estado da Paraíba – Brasil. 2008. Tese (Doutorado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, UFCG. 2008.

EGLER, C. A. G. **Risco ambiental como critério de gestão do território**: uma aplicação à Zona Costeira Brasileira. 1997.

EIRD (Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres). **Los desastres naturales y el desarrollo sostenible**: considerando los vínculos entre el desarrollo, el medio ambiente y los desastres naturales. 2002 (Documento base n. 5). Disponível em: <<http://www.eird.org/esp/varios/documento5.htm>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 2000.

ERTHAL R. A colonização portuguesa no Brasil e a pequena propriedade. **GEO Graphia**, Ano II, n. 4, 2000.

ESQUERDO, Vanilde F. de Souza; BERGAMASCO, Sônia M. P. Pereira. **Reforma Agrária e assentamentos rurais: perspectivas e desafios.** Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2011. Disponível em: <[www.transformatoriomargaridas.org.br](http://www.transformatoriomargaridas.org.br)>. Acesso em: 18 abr. 2017.

FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável.** Brasília, Versão Resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036, 1994.

FAVARETO, Arilson. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão.** São Paulo: Iglu; FAPESP, 2007.

FÁVERO L. L., *et alii*. Interação em diferentes contextos. In: BENTES, A. C.; LEITE, M. Q. (Orgs.). **Linguística de texto e análise da conversação: panorama das pesquisas no Brasil.** São Paulo: Cortez; 2010.

FELICIANO, Carlos Alberto (2006). O Movimento Camponês Rebelde e a Geografia da Reforma Agrária. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, FFLCH/USP, São Paulo.

FÉLIX, Ingrid Michelle Coelho Sampaio. Uma breve discussão em torno do conceito de Campesinato. (UFBA)/ TMG-LEAU (UESB). 2010.

FERNANDES, I. Questão Agrária na Paraíba. Textos da Anpunh. João Pessoa, Nov/ 1992.

FERNANDES, Bernardo Mançano. “Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial” em Buainain, Antonio (coord.) *Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil* (Campinas: UNICAMP). 2008.

FERNANDES, Bernardo Mançano. “Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais” em *OSAL* (Buenos Aires: CLACSO) Vol. 16, enero-abril. 2005.

FERNANDES, B. M. **A ocupação como forma de acesso à terra.** XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos. Washington – DC, 6 a 8 de setembro de 2001. Disponível em: <[http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/fernandes\\_ocupacao.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/fernandes_ocupacao.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979 –1999).** Tese apresentada no Curso de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_. **MST: movimento dos trabalhadores rurais sem terra, formação e territorialização em São Paulo.** São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **MST e as reformas agrárias do Brasil.** Universidade Estadual Paulista (UNESP). *OSAL*, Ano IX, n. 24, Outubro de 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal24/04mancano.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Brasil: 500 anos de luta pela terra, **Revista de Cultura Vozes**, março 2001.  
Disponível em: <[www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html](http://www.culturavozes.com.br/revistas/0293.html)>. Acesso em: 21 mar. 2017.

FERNANDES, C. G. Raiva. In: RIET-COREA, F.; SCHIL, J. D, A. L.; MÉNDEZ, M. C.; LEMOS, R. A. A. **Doença de ruminantes e equinos**. 2. ed., São Paulo: Varela, 2001, v. 1.

FERNANDES, I. **Questão agrária na Paraíba**. Textos da Anpuh, João Pessoa, novembro, 1992.

FERREIRA, Brancolina; SILVEIRA, Fernando Gaiger. A Reforma Agrária e o Pronaf nos anos FHC (1995-2002). In: **XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**. Juiz de Fora, 27 a 30 de julho de 2003, Anais, CD-Rom.

FERREIRA, M. M.; FERNANDES, T. M.; ALBERTI, V (orgs.). **História Oral: Desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fio Crus/ Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

FORNAZIERI FILHO, Domingos. **Manual da cultura do milho**. Jaboticabal, SP: FUNEP, 2007.

FRANCISCO, Paulo Roberto Megna. **Classificação e mapeamento de mecanização das terras do estado da Paraíba utilizando sistema de informações geográficas**. Dissertação (Mestrado em Manejo de Solos e Água) – Centro de Ciências Agrárias. Universidade Federal da Paraíba, Areia, 2010.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 3. ed. Editora: Kairos, 1983.

FUNTOWICZ, S. O.; DE MARCHI, B. Ciência pós-normal, complexidade reflexiva e sustentabilidade. In: LEFF, E. (Coord.) **A complexidade ambiental**. Trad. Eliete Wolff. São Paulo: Cortez, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. Rio de Janeiro Ed. Fundação de Cultura S.A. 1989.

FURTADO, Eliane & FURTADO, Ribamar. Repercussão da Reforma Agrária no Desenvolvimento Local no Nordeste: a capacitação como uma estratégia imprescindível In LEITE, Pedro Sisnando ET alii (orgs). Reforma Agrária e Desenvolvimento Sustentável. Brasília: Paralelo 15/Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento/Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2000.

GARFINKEL, Harold. **Studies in Ethnomethodology**. Englewood Cliffs, N. J.: Prentice Hall, 1967.

GASS, S. L. Bohn; VERDUM, Roberto; MANTELLI, Jussara. 2014. **Estrutura, processo, função e forma no setor agrário do noroeste do Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://confins.revues.org/8879>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

GBETIBOUO, G. A. **Understanding farmers perceptions and adaptations to climate change and variability: the case of the Limpopo Basin, South Africa.** International Food Policy Research Institute, Discussion Paper 00849, 2009.

GIACOMELLI, G. Igreja viva. Uma análise da dimensão educativa da ação pastoral popular da arquidiocese da Paraíba (1966 – 1973). (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, M. da G.; **História dos Movimentos e Lutas Sociais: A Construção da cidadania dos brasileiros.** São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GOLFBARTT, Yamila. **A luta pela terra entre o campo e a cidade: as Comunas da Terra do MST, sua gestação, principais atores de desafios.** Dissertação de Mestrado, São Paulo. 2007.

GONÇALVES, P. M. Epidemiologia e controle da tristeza parasitária bovina na região sudeste do Brasil. **Ciência Rural**, v. 30, n. 1, 2000.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980.** São Paulo: Hucitec, 1997.

GOMES, N. M. S.; SERRANO, E. de O.; LUKEF, M. J. **Bibliografia Internacional do Bicudo *Anthonomus Grandis Boheman* do Algodoeiro.** EMBRAPA, 1984.

GOMES, S.G.; RAMOS, S.F. Da Origem À Hegemonia e Crise do Algodão Meridional Brasileiro no Século XX. São Paulo: **Informações Econômicas**, v.38, 25-41, 2008.

GORENDER, J. **O escravismo colonial.** Ensaios – 29, 2. ed. São Paulo: Ática, 1978.

GREENHALL, A.M. Use of mist nets and stricnine for vampire control in Trinidad. **Journal of Mammalogy**, Lawrence, 44 (3), 1963.

GRISI, L.; MASSARD, C. L.; BORJA, G. E. M.; PEREIRA, J. B. Impacto econômico das principais ectoparasitoses em bovinos no Brasil. **A Hora Veterinária**, v. 21, n. 125, 2002.

GUANZIROLI, C. E. *et al.* **Agricultura familiar e Reforma Agrária no século XXI.** Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

GUEDES JUNIOR, D. S.; ARAÚJO, F. R.; SILVA, F. J. M.; RANGEL, C. P.; BARBOSA NETO, J. D.; FONSECA, A. H. Frequency of antibodies to *Babesia bigemina*, *B. bovis*, *Anaplasma marginale*, *Trypanosoma vivax* and *Borrelia burgdorferi* in cattle from the Northeastern region of the State of Pará, Brazil. **Revista Brasileira de Parasitologia Veterinária**, v. 17, n. 2, 2008.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio.** 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, 255 p. (coleção estudos brasileiros).

GUIMARÃES, N. P. **Apicultura, a ciência da longa vida.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Ltda., 1989.



GUSMÁN, E. S.; MOLINA, M. G. de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. Tradução: Ênio Guterres e Horácio Martins de Carvalho. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; OTTMANN, Graciela; MOLINA, Manuel González de. Los Marcos Conceptuales de La Agroecología. In: Agroecologia: conceitos e experiências. Marcos Antonio Bezerra Figueiredo & Jorge Roberto Tavares de Lima (Organizadores). Recife: Bagaço, 2006. 256p. pp. 101-156.

GUTIERREZ, Exequiel R. **De Leão XIII a João Paulo II: cem anos de doutrina social da Igreja**. São Paulo: Paulinas, 1995.

HERITAGE, John; ATKINSON, Max. Introduction. In: ATKINSON, J. Maxwell; HERITAGE, John. **Structures of social action**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

HESPANHOL, I. Potencial de reúso de água no Brasil: agricultura, indústria, município e recarga de aquíferos. In: MANCUSO, Pedro Caetano Sanches; SANTOS, Hilton Felício dos. (Eds.). **Reúso de água**. Barueri: Manole, 2003.

\_\_\_\_\_. Potencial de reúso de água no Brasil: Agricultura, indústria, municípios, recarga de aquíferos. In: **RBRH – Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 7, n. 4, 2002.

\_\_\_\_\_. Um novo paradigma para a gestão de recursos hídricos. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 63, 2008.

HILGERT J. G. A qualificação discursiva no texto falado. In: URBANO, H. *et alii* (Orgs.). **Dino Preti e seus temas: oralidade, literatura, mídia e ensino**. São Paulo: Cortez, 2001.

HOUTZAGER, P. Estado e sindicato na transformação do mundo rural brasileiro – 1964 e 1979. In: **Os últimos cidadãos: conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)**. São Paulo: Ed. Globo, 2004.

IANNI, Octavio. **Colonização e Reforma Agrária na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Perfil dos municípios brasileiros 2013**. Disponível em:  
<[http://www.ibge.gov.br/munic2006/sel\\_tema.php?munic=250370&uf=25&nome=cajazeiras](http://www.ibge.gov.br/munic2006/sel_tema.php?munic=250370&uf=25&nome=cajazeiras)>. Acesso em: 09 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. **Perfil dos municípios brasileiros 2015**. Disponível em:  
<[http://www.ibge.gov.br/munic2006/sel\\_tema.php?munic=250370&uf=25&nome=cajazeiras](http://www.ibge.gov.br/munic2006/sel_tema.php?munic=250370&uf=25&nome=cajazeiras)>. Acesso em: 09 jun. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário de 2006**. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATEs: Diretrizes e Manual Operacional. Brasília, 2004. 62 p.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Histórico do INCRA**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/institucional/historico-do-incra>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional do Estado da Paraíba. **Relatório de Vistoria e Avaliação de Imóvel denominado “Fazenda Santo Antônio”, Município de Cajazeiras**. João Pessoa, 1997.

\_\_\_\_\_. **Sr/18 – Plano de Desenvolvimento do Assentamento Pa – Mãe Rainha**. Cajazeiras/PB, 2011.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/credito-possibilita-a-reforma-de-casas-em-assentamentos-mineiros>>. Acesso em: 10 jun. 2017

\_\_\_\_\_. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/novo\\_credito\\_instalacao](http://www.incra.gov.br/novo_credito_instalacao)>. Acesso em: 06 jun. 2017.

INCRA E O ASSENTMANETO. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros\\_revistas\\_e\\_cartilhas](http://www.incra.gov.br/media/servicos/publicacao/livros_revistas_e_cartilhas)>. Acesso em: 06 jun. 2017.

JOFILLY, Irineo. **Nota sobre a Paraíba**. Brasília. Thesaurus Editora, 1977.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 4. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986, 401 p.

KAIMOWITZ, D. O avanço da agricultura sustentável na América Latina. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Org.) **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997. p.56 -71.

KELLER, J.; BLIESNER, R. D. **Sprinkler and trickle irrigation**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1990.

KING, L.C. Geomorfologia do Brasil Oriental. *Rev. Bras. Geografia*, v 18, nº2. 1956.

KOTAIT, I.; GONÇALVES, C. A.; PERES, N. F.; SOUZA, M. C. A. M.; TARGUETA, M. C. **Controle da raiva dos herbívoros**. São Paulo: Instituto Pasteur, 1998 (Manuais, 1).

KOTAIT, I. NOGUEIRA FILHO; V. S.; SOUZA, M. C. A. M.; CARRIERI, M. L.; GOMES, M. N.; PERES, N. F. **Manual de Controle da Raiva dos Herbívoros**. São Paulo: Instituto Pasteur, 2010 (Manuais, 9).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAMARCHE, H. (Coord.) **A agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Tradução

de Jehovanira C. de Souza. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

LAMARCHE, H. (Coord.) **L'Agriculture familiale II: d'umythe à la réalité**. Paris, L'Harmattan, 1998.

LAVELL, A. **An approach to concept and definition in risk management terminology and practice**. (Final Draft). ERD-UNDP, Geneva, 2000.

\_\_\_\_\_. Degradación ambiental, riesgo y desastre urbano. Problemas y conceptos: hacia la definición de una agenda de investigación. In: FERNANDES, M. A. (Compiladora). **Ciudades en riesgo: degradación ambiental, riesgos urbanos y desastres en América Latina**, 1996.

\_\_\_\_\_. A. **Desastres durante una década: lecciones y avances conceptuales y prácticos em América Latina (1990-1999)**. 2001.

LEITÃO, Deusdedit. *O inventário do tempo: memórias*. João Pessoa: Edições Empório dos livros, 2000.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. 2 ed. rev. atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

LIRA, G.M.F. **O Homem ou o boi, O roçado ou o capim**. Campina Grande: Mestrado em Sociologia/UFPB, 1983.

LOZANO, Jorge E. A. Prática e estilos de pesquisa na História Oral Contemporânea. In: FERREIRA, M. e AMADO, J. (orgs.) **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2006.

KADT, Emanuel. **Católicos radicais no Brasil**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB/NEP, 2003.

KAIMOWITZ, D. O avanço da agricultura sustentável na América Latina. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (Orgs.) **Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento sustentável**. Porto Alegre: UFRGS, 1997.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. Portugal: Proposta, 1986.

MACHADO, Regina Coeli Vieira. *Vaqueiro do Nordeste Brasileiro*. **Pesquisa Escolar Online**, Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 2008. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: abril 2017.

MADDISON, D. J. **The perception of and adaptation to climate change in Africa**. 2007.

MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas (v. 1)**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

MANSILLA, Elizabeth. **Desastres modelo para armar. colección de piezas de un rompecabezas social**. Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina, 1996.

MANZANAL, M.; SCHNEIDER, S. Agricultura familiar y políticas de desarrollo rural en Argentina y Brasil (análisis comparativo, 1990-2010). Buenos Aires/Argentina, **Revista Interdisciplinaria de Estudios Agrarios**, n. 34, 1º Semester 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7. ed. 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

MARCOS FILHO, Júlio. **Fisiologia de sementes de plantas cultivadas**. Piracicaba: FEALQ, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2005.

\_\_\_\_\_. **Questões atuais na análise da conversação**. 3º Encontro Nacional da ANPOLL, 3. jul. 1988; Recife, Brasil.

MARQUES, V. Os beneficiários da reforma agrária no Censo Agropecuário de 2006: Aspectos metodológicos. Brasília: Texto para discussão interna. MDA, out. 2010.

MARQUES, Marta Inez M. De sem-terra a 'posseiro', a luta pela terra e a construção do território camponês no espaço da Reforma Agrária: o caso dos assentados nas Fazendas Retiro e Velho – GO. São Paulo, Depto. de Geografia da USP, 2000. (tese de doutorado).

\_\_\_\_\_. A Atualidade do conceito de camponês. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: 2002.

MARQUES, D. C. **Criação de bovinos**. 7. ed. Belo Horizonte: Ed. Consultoria Veterinária e Publicações, 2003.

MARTINE, G. Êxodo rural, concentração urbana e fronteira agrícola. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Orgs.). **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo: Caetes, 1987.

MARTINS, José de Souza. **A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: A Reforma Agrária e a luta do MST**.(STÉDILE, J.P org.).Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Impasses sociais e políticos em relação à Reforma Agrária e à agricultura familiar no Brasil. In: Dilemas e perspectivas para o desenvolvimento regional no Brasil, com ênfase no agrícola e rural na primeira década do século XXI. 2001, Santiago (Chile). **Anais**. Santiago (Chile): FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), 2001.

\_\_\_\_\_. **Reforma agrária: o impossível diálogo**. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Os camponeses e a política:** as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

\_\_\_\_\_. **Não há terra para plantar neste verão:** O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. **O cativo da terra.** 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINS, José de Souza. **O poder e o atraso: ensaios de sociologia da história lenta.** São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **A reforma agrária e os limites da democracia na “Nova República”.** São Paulo: Hucitec, 1986.

MARTINS, J. S.; PERANI, C. Sonhos e desejos dos lavradores. Desafios para a CPT. São Paulo: Loyola/CPT, Cadernos de Estudos, nº4, 1992.

MASKREY, A. **El manejo popular de los desastres naturales:** estudios de vulnerabilidade y mitigación. Lima: ITDG, 1989.

\_\_\_\_\_. Comunidad y desastres en América Latina: estrategias de intervención. *In:* LAVELL, Allan (comp.). **Viviendo en riesgo:** comunidades vulnerables y prevención de desastres en América Latina. Colombia: La Red/FLACSO, 1994.

MASKREY, A. *et al.* **O diálogo interamericano para a redução de desastres.** Lima: LA RED/ITDG, 1997.

MATTEI, L. Pronaf 10 anos: mapa da produção acadêmica. Brasília (DF), SAF/MDA, 2011.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. **História dos movimentos sociais no campo.** Rio de Janeiro: Fase, 2003.

MEDINA, J. Sistemas de información en las regiones de San Martín y Perú. **Desastres y Sociedad**, n. 2. año 2. Lima: LA RED / ITDG, 1994.

MELLO, J. M. C.; NOVAIS, F. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna.** São Paulo: Edunesp, Fecamp, 2009.

MELLO, M. da C. D’Incao E. *Bóia - fria: acumulação e miséria.* Petrópolis: Vozes, 1976.

MELO, F. B. H. Liberalização Comercial e Agricultura Familiar no Brasil. **In: ActionAid Brasil (org.): Comércio Internacional, Segurança Alimentar e a Agricultura Familiar.** Rio de Janeiro: Ed. Grafitto, 2001.

MELO, José Octávio de A. **História da Paraíba – Lutas e resistências.** João Pessoa: A União Editora, 1994.

MENDONÇA, S. R. DE. **Questão agrária e Reforma Agrária no Brasil:** Debate e controvérsias. VIII Congresso Leso Afro-Brasileiro de Ciência Sociais – Coimbra, Portugal, setembro de 2006.

MENEGAT, Alzira Salete. **As novas-velhas inserções de trabalho nos Assentamentos Rurais**: a situação das mulheres camponesas. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1998.

METZGER, PASCALE. **Degradación ambiental urbana y deastres ponencia sobre paradigmas existentes**. Quito. Mimeografado. 1995.

MILARÉ, Édís. **Direito do Ambiente**: a gestão ambiental em foco. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

MILETI, D.S. **Disasters by design**: A reassessment of natural hazards in the United States. Washington, D. C.: Joseph Henry Press. 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MIRALHA, Wagner. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 9, n. 8, jan./jun. 2006.

MITIDIERO JÚNIOR, Marco Antônio. **A ação territorial de uma igreja radical**: Teologia da Libertação, luta pela terra e a atuação da Comissão Pastoral da Terra no estado da Paraíba. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008.

MOLLE, François. **Marcos históricos e reflexões sobre a açudagem e seu aproveitamento**. Recife: Sudene/DPG/PRN/HME, 1994.

MORAIS, C. S. História das Ligas camponesas no Brasil – 1969. In: STÉDILE, J. P. (Org.). **A questão Agrária no Brasil**: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MORAIS NETO, J. M. de. **Gestão de riscos a desastres ENOS (El niño oscilação sul) no semiárido paraibano**: uma análise comparativa. 2003. Tese. (Doutorado em Recursos Naturais). Universidade Federal de Campina Grande Campina Grande/PB, 2003.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. Mesorregiões e microrregiões da Paraíba: delimitação e caracterização. João Pessoa: GAPLAN, 1988, 74p.

\_\_\_\_\_. **Processo de ocupação do Espaço Agrário Paraibano**. João Pessoa: Textos UFPB/NDIHR Nº 24, 1990.

\_\_\_\_\_. **Por um pedaço de chão**. João Pessoa: Universitária, 1997.

MOREIRA, E. R. F; TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1997.

\_\_\_\_\_ ; TARGINO, Ivan ; et al.,. Impactos regionais da reforma agrária na Zona da Mata nordestina e no Brejo Paraibano. João Pessoa: **Relatório Técnico de Pesquisa**. UFPB, 2000.

\_\_\_\_\_. TARGINO, Ivan. Questão agrária e luta pela terra na Paraíba. **DATALUTA**, n. 57, setembro 2012, Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA).

MOREIRA, M. de R, F. **O Ambiente como uma questão social**: Estudo de um projeto de assentamento rural no Sertão Paraibano, Cajazeiras (PB). Dissertação (Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais), Universidade Federal de Pernambuco, Recife – PE, 2000.

MOREIRA, Ruy. **Formação do espaço agrário brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

NAESP – Núcleo de Estudos em Agricultura Ecológica do Sertão Paraibano. Disponível em: <<http://naesp.eco.br/index.php/projetoss/criacao-animal/item/41-producao-de-biogas-gerando-energia-e-fertilidade-no-sertao-paraibano>>. Acesso em: 22 jun. 2017.

NAVARRO, Z. (Org.). **Política, protesto e cidadania no campo**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1996.

NEVES, Edinelson José Maciel, *et al.* O cultivo do Nim para produção de frutos no Brasil. **Revista Circular Técnica**, Colombo, PR, dezembro, 2008.

NOBRE, Gismário. F. A Trajetória do Sindicalismo Rural na Paraíba. Um estudo sobre as relações entre Estado e os sindicatos de trabalhadores rurais no período (1950 a 1970). Dissertação de Mestrado. UFPB, Departamento de Sociologia, Campina Grande. 1990.

NOGUEIRA, F. R. B.; DUQUE, C. Caminhos do desenvolvimento sustentável no Semiárido brasileiro: Agricultura familiar e transição agroecológica. In: MOREIRA, E.; TARGINO, I. (orgs.). **Desertificação, desenvolvimento sustentável e agricultura familiar recortes no Brasil, em Portugal e na África**. João Pessoa – PB: Editora Universitária/UFPB, 2010.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Koury. In. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC, 1993.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)**. São Paulo: Editora Hucitec, 1979.

NOVAIS, Regina, Reyes. **De corpo e alma**. Catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: grafia, 1997.

NOZOE, Nelson. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia. **Economia**, v. 7, n. 3, set/dez 2006, Brasília (DF).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, São Paulo, set./dez. 2001.

OLIVEIRA, A. U. de; STÉDILE, J. P.; **Fórum Nacional de Reforma Agrária: A natureza do agronegócio no Brasil**. Brasília: Secretaria Operativa, 2005.

OLIVEIRA, Elias Rodrigues; MOURA FILHO, Jovino A. de. Desenvolvimento local e sustentabilidade: Cidadania em construção. **Revista Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 04, n. 01, jan./jun. de 2002.

OLIVEIRA, F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 2, out. 1986.

OLIVEIRA, G. Silva. de. **Caminhos da Reforma Agrária: o processo histórico da Reforma Agrária no Alto Sertão Paraibano, da Luta Pela Terra à Luta na Terra (1985-2012)**. (Dissertação de Mestrado). João Pessoa, 2013.

PAULINO, Eliane Tomiasi. Por uma Geografia dos camponeses. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

PEREIRA, A. A. **Além das cercas: Um olhar educativo sobre a Reforma Agrária**. João Pessoa: Ideia, 2005.

PEREIRA, João M. Mendes e SAUER, Sérgio. História e legado da Reforma Agrária de Mercado no Brasil. In: **Capturando a terra**. Expressão Popular, 2006.

PEREZ, Reginaldo. **O pensamento político de Roberto Campo: da razão do Estado à Razão do mercado (1950-1995)**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

PETERSEN, Paulo (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2008.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a História da Paraíba**. 2 v. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1977.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). **La construcción social de la vulnerabilidad**. 2006. Disponível em: <<http://www.undp.um.hn/pdf/idh/1999/capitulo2.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

PORTO, Maria S. G. e SIQUEIRA, Deis E. “A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas”, *Cadernos de Sociologia*, Porto Alegre, v.6, p. 76-88, 1994.

PSATHAS, George; ANDERSON, Tim. The 'practices' of transcription in conversation analysis, **Semiotica**, 78, 1990.



RAMOS FILHO, Eraldo da Silv. De pobre e sem-terra a pobre com-terra e sem-sossego: territorialização e territorialidades da reforma agrária de mercado (1998 – 2006) In Fernandes, Bernardo Mançano; Medeiros Leonilde, Paulilo, Maria (coordenadores) *Lutas camponesas contemporâneas: condições dilemas e conquistas* (São Paulo: Editora da Unesp).2008.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In: **Como elaborar trabalhos monográficos em Contabilidade: Teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

REYDON, Bastiaan Philip. A regulação institucional da propriedade da terra no Brasil: uma necessidade urgente. **Revista E-premissas: Revista de Estudos Estratégicos**, n. 2, janeiro/junho 2007.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ROCHA, J.S.M. **Manual de Projetos Ambientais**. Santa Maria: Superior Produtos Gráficos Ltda., 1997.

Rolim, Eliana de Souza. Patrimônio arquitetônico de Cajazeiras - PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial. (Dissertação de Mestrado) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

SALIS, Carmem Lúcia G. de. **Estatuto da Terra: debates políticos e as disputas pela forma da Reforma Agrária no primeiro governo militar**. v. 7, n. 13, jan./jun. 2014.

SANTIAGO F. *et al.* **Manual de implantação e manejo do sistema bioágua familiar: reúso de água cinza doméstica para a produção de alimentos na agricultura familiar do Semiárido brasileiro**. Caraúbas: ATOS, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Moacir dos, *et alii.* **A convivência com o Semiárido**. São Paulo: Peirópolis, 2003, Coleção Convivendo com o Semiárido.

SATO, M. **Educação para o ambiente amazônico**. Tese. (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos – SP, 1997.

SCHMIDT, Ricrado; MOUTINHO, Lúcia; TARGINO, Ivan. 2003. **Recursos ambientais e dinâmica populacional no Semiárido Paraibano**: Um estudo dos casos de Condado e Santa Helena. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/05O276.pdf>>. Acesso em: 06 jun. 2017.

SCHNEIDER, S.; CAZELLA, A. A.; MATTEI, L. Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, S.; SILVA, M. C.; MARQUES, P. E. M. (Orgs). *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, fevereiro/2003.

\_\_\_\_\_. Reflexões sobre diversidade e diversificação agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Revista URIS**, v. 4, março, 2010.

SCHNEIDER, Sérgio; CASSOL, Abel. 2013. **A agricultura familiar no Brasil**. Disponível em: <[http://www.rimisp.org/wp-content/files\\_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil\\_ShneiderCassol\\_editado.pdf](http://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1438617722145AgriculturaFamiliarBrasil_ShneiderCassol_editado.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2017.

SCHNEIDER, S.; CASSOL. A. DIVERSIDADE E HETEROGENEIDADE DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E ALGUMAS IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS PÚBLICAS. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 31, n. 2, p. 227-263, maio/ago. 2014.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das Formas familiares na agricultura. In: FALEIRO, F. G.; FARIAS NETO, A. L. (ed.) SAVANAS: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais. Planaltina/DF, Embrapa, 2008.

SCOLES, G. A.; BROCE, A. B.; LYSYK, T. J.; PALMER, G. H. Relative efficiency of biological transmission of *Anaplasma marginale* (Rickettsiales: Anaplasmataceae) by *Dermacentor andersoni* (Acari: Ixodidae) compared with mechanical transmission by *Stomoxys calcitrans* (Diptera: Muscidae). **J. Med. Entomol.** v. 42, n.4, 2005.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações: o velho e o novo em uma discussão marxista. **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 26, p. 41-80, 1980.

SILVA, A. J. da. **A Política Fundiária do Regime Militar: Legitimação privilegiada e grilagem especializada (Do instituto de Sesmaria ao Estatuto da Terra)**. São Paulo: FFLCH-USP, 1997, Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, 1997.

SILVA, Caroline Rodrigues; et al., . Análise da Conversa: uma breve introdução. **ReVEL**, v. 7, n. 13, 2009.

SILVA, Cássio Roberto da. (ed.) **Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado, para entender o presente e prever o futuro**. Rio de Janeiro: CPRM, 2008.

SILVA, E. P. da. **Estudo da vulnerabilidade sócio-econômico-ambiental e os riscos a desastres (El Niño oscilações sul) no Município de Picuí – Paraíba**. Dissertação. Mestrado em Engenharia Agrícola da Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande/PB, 2002.

SILVA JUNIOR, C. A. da. Fundação Dom José Maria Pires: uma experiência de educação popular- Serra Redonda-PB. (Dissertação de Mestrado). Programa de pós- Graduação em Educação. Universidade Federal da Paraíba. 2014.

SILVA, J. A. E. C.; MOREIRA, J. P. A.; HADDAD, I. B. M.; SAMPAIO, C. M.; MODENA, M. A. S. Tubaldini Uso da terra como determinante da distribuição da raiva bovina em Minas Gerais, Brasil. **Arq. Bras. Med. Vet. Zootec.**, v. 53, n. 3, Belo Horizonte, Junho 2001.

SILVA, J. G. da J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

\_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: Unicamp, 1996.

\_\_\_\_\_. **Para entender o PNRA**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVA, Lígia Osório. As leis agrárias e o latifúndio improdutivo. São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, v. 11, n. 2, 1997.

\_\_\_\_\_. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SILVA, Roberto Marinho Alves. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. (Tese de Doutorado). Brasília: UNB, 2006.

\_\_\_\_\_. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, jan./dez. 2003.

\_\_\_\_\_. Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2008. 276p. (Série BNB Teses e Dissertações, n. 12).

SILVA, Sandro Pereira. Agricultura familiar e território: aspectos conceituais e analíticos sobre a multifuncionalidade e a pluriatividade campo-território. **Revista de Geografia Agrária**, v. 11, n. 22, abr., 2016.

SILVA FILHO, Osmar Luiz da. *Na Cidade da Parahyba, o percurso e as tramas do moderno*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1999.

SILVIE, P.; LEROY, T.; BELOT, J-L.; MICHEL, B. **Manual de identificação das pragas, e seus danos no algodoeiro**. 1a ed. Cascavel: COODETEC/CIRAD-CA, 2001.

SIMONETTI, Mirian Claudia L. (1999). A longa caminhada: (re)construção do território camponês em Promissão. São Paulo, Depto. de Geografia da USP. (tese de doutorado).

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SOUSA, R. F. Terras agrícolas e o processo de desertificação em municípios do semiárido paraibano. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola). Departamento de Engenharia Agrícola. Universidade Federal de Campina Grande. 2007.

SOUSA, R. Á. D. de. et al., O CAMPONÊS E O TRABALHO: ANALISANDO A IMPORTÂNCIA DO EXCEDENTE SOCIAL. *Revista Pegada* – vol. 11 n.1 junho/2010.

SOUZA, ITAMAR. *A Luta da Igreja Contra os Coronéis*. Petrópolis: vozes, 1982.

SOUZA, J. C. P.; SOARES, C. O.; MASSARD, C. L.; SCOFIELD, A.; FONSECA, A. H. Soroprevalência de *Anaplasma marginale* em bovinos na mesorregião Norte Fluminense. **Pesquisa Veterinária Brasileira**, v. 20, n. 3, 2000.

SOUZA, Antonio José de. *Cajazeiras nas crônicas de um mestre escola*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1981.

SOUZA, K. A.; GOES, R. H. T. B.; MIYAGI, E. S.; OLIVEIRA, E. R.; BRABES, K. C. S.; PATUSSI, R. A. Alterações da parede celular da silagem de girassol associada com resíduos agroindustriais, **Anais do 3º Encontro de Iniciação Científica**, Ciência Brasil, Dourados-MS, CD-ROM, 2009.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

STÉDILE, João Pedro (Org.) *A Questão Agrária no Brasil*: vol.1, 2 e 3. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STÉDILE, João Pedro & Fernandes, Bernardo Mançano (1999) *Brava Gente*. (São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo).

SZMRECSANYI, Tamás. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1998.

TARGINO, I.; MOREIRA, E. "Impactos do Proálcool sobre o meio ambiente e o emprego rural". In: *Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP)*. Brasília, out., 1992.

TARGINO, Ivan. A luta pela terra e os movimentos sociais rurais no Brasil. **Revista Raízes**, v. 21, n. 01, 2002.

TARGINO, I.; MOREIRA, E.; et al., *As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória dos seus protagonistas*. **Revista Ruris**, v. 5, março 2012.

TARGINO, I.; MOREIRA, E. **Êxodo rural na Paraíba: Análise do período 1991/96**. In SANTOS, T. F (org). *Dinâmica populacional das regiões Norte e Nordeste: questões atuais e emergentes*. Recife: Ed. Massangana, 2000.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: História Oral. 2. ed. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

TOLEDO, E.N. e SCHNEIDER, S. **PRONAF**: os limites e contradições da política de crédito para a agricultura familiar. Trabalho apresentado no 51º Congresso da SOBER, Belém/Pará, julho 2013.

TURATTI, M. C. M. (1999). *Os Filhos da Lona Preta, Notas Antropológicas sobre a Sociabilidade e Poder em Acampamentos do MST no Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP.

UIEDA, W. Rabies in the insectivorous bat *Tadarida brasiliensis* in Southeastern Brazil. **Revista de Saúde Pública**, v. 32, n. 5, 1998.

UIEDA, W.; HARMANI, N. M. S.; SILVA, M. M. S. **Raiva em morcegos insetívoros (Molossidae) do Sudeste do Brasil, 1995.**

UMAÑA, M. J. **Las sequías: un fenómeno recurrente.** United nations convention to combat desertification. UNCCD. Prologue 2002.

UNISDR. **Terminología sobre Reducción del riesgo de desastres, 2009.** Estrategia Internacional para la reducción de desastres de las Naciones Unidas. Disponível em:<<http://www.coreca.org/vulsac/documentos/SEQUIA.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

VARELA, Francisco. **A questão agrária nacional e assentamentos rurais na Paraíba.** 4. ed. João Pessoa: Ideia, 2006.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.** São Paulo: Hucitec, 1991.

VELASCO-VILLA, A. *et al.* **Molecular diversity of rabies viruses associated with bats in Mexico and other countries of the Americas: Molecular Diversity of Rabies Viruses Associated with Bats in Mexico and Other Countries of the Americas.** Society, 2006.

VELLOSO, A. L.; SAMPAIO, E. V. S. B.; PAREYN, F. G. C. **Ecorregiões propostas para o bioma caatinga.** Recife: Associação Plantas do Nordeste (APNE); Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil, 2002.

VIEIRA, A. S. **Modelo de simulação quali-quantitativo multiobjetivo para o planejamento integrado dos sistemas de recursos hídricos.** Tese (Doutorado em Recursos Naturais), Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande – PB, 2011.

VIOTTI DA COSTA, E. **Da Monarquia à República – momentos decisivos.** 6. ed. São Paulo: Brasiliense. 1999.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: Tedesco, João Carlos (org). Agricultura familiar: realidade e perspectivas. Passo Fundo: Ed. UPF, 1998.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n. 21, p. 42-62, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O mundo Rural como um Espaço de Vida\_: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

WEBER, E. U. Perception and expectation of climate change: precondition for economic and technologic adaptation. In: BAZERMAN, M. H. *et al.* (Comp.). **Environment, ethics and behavior.** São Francisco: The New Lexington Press, 1997.

WELCH, Clifford A.; MALAGODI, Edgard; CAVALCANTI, Josefa S. B.; WANDERLEY, Maria de Nazareth B. (orgs). **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas** (v. 1). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WILCHES-CHAUX, G. **Los desastres no son naturales compilador:** Andrew Maskrey. la vulnerabilidad global. Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina, 1993.

WILCHES-CHAUX, G.; AUGE, C. **Guía de la red para la gestión local del riesgo.** Red de Estudios Sociales em Prevención de Desastres en América Latina, 1998.

WISNER, B; BLAIKIE, P.; CANNON, T.; Davis, I. **At risk:** Natural hazards, people's vulnerability and disasters. 2nd edition. Londres: Routledge. 2004.

WOORTMANN, K. **Com parente não se neguceia:** o campesinato como ordem moral. Brasília: Ed. UNB – Tempo Brasileiro, 1990, 73 p.

YUNÉN, Rafael Emílio. Medio Ambiente Urbano: Marco Conceptual. In: **Quiénes hacen ciudad?** Ambiente urbano y participación popular: Cuba, Puerto Rico, República Dominicana. SIAP. Cuenca, 1997.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE I – MODELO DO QUESTIONÁRIO DAS ENTREVISTAS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS**  
**PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS**



Prezado (a) Senhor (a), o presente questionário trata-se uma pesquisa de Doutorado realizada pela estudante Janierk Pereira de Freitas, sob a orientação do Professor Dr. Marx Preste Barbosa, pelo o Programa de Pós Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina de Grande/Campus Campina Grande – PB. A presente pesquisa tem por objetivo analisar as vulnerabilidades: social, econômica, à seca, ambiental, tecnológica, cultural e política nos assentamentos rurais no município de Cajazeiras – PB, como também a participação da comissão pastoral da terra no processo de reforma agrária alto sertão Paraibano. Garantimos o anonimato dos entrevistados e informamos que as respostas dos entrevistados serão utilizadas, exclusivamente, para os fins da presente pesquisa.

DIAGNÓSTICO DAS VULNERABILIDADES SOCIAL, ECONÔMICA, À SECA, AMBIENTAL, TECNOLÓGICA, CULTURAL E POLÍTICA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS; SANTO ANTÔNIO, FREI DAMIÃO, FREI BEDA, EDVALDO SEBASTIÃO, MÃE RAINHA, VALDECI SANTIAGO E SANTA CECÍLIA DO MUNICÍPIO DE CAJAZEIRAS/PB

### CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS:

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Função no Assentamento: \_\_\_\_\_

Grau de escolaridade do (a) entrevistado(a): \_\_\_\_\_

Sexo masculino \_\_\_\_\_ Sexo feminino \_\_\_\_\_

### 1.Fator Vulnerabilidade Social

#### a)Variável Demografia

1.1 Há quantos anos reside na comunidade?

<input type="checkbox"/>	1-5
<input type="checkbox"/>	5-10
<input type="checkbox"/>	>10

1.2 Sempre residiram nesta comunidade? Sim ( ) Não ( )

1.3 Veio de outro lugar? Sim ( ) Não ( ) Qual? \_\_\_\_\_

1.4 Exerce outra atividade não agrícola? Sim ( ) Não ( ) Qual? \_\_\_\_\_



1.5 Números de famílias que residem no Assentamento? \_\_\_\_\_

1.6 Total de habitantes na residência

<input type="checkbox"/>	1-2
<input type="checkbox"/>	2-4
<input type="checkbox"/>	>4

1.9 Faixa etária:

<input type="checkbox"/>	0-7	<input type="checkbox"/>	26-35
<input type="checkbox"/>	8-14	<input type="checkbox"/>	36-45
<input type="checkbox"/>	15-18	<input type="checkbox"/>	46-65
<input type="checkbox"/>	19-25	<input type="checkbox"/>	>65

1.10 Grau de escolaridade:

<input type="checkbox"/>	Sem alfabetização
<input type="checkbox"/>	Ensino básico incompleto
<input type="checkbox"/>	Ensino básico completo
<input type="checkbox"/>	Ensino médio incompleto
<input type="checkbox"/>	Ensino médio completo
<input type="checkbox"/>	Superior incompleto
<input type="checkbox"/>	Superior completo

### b) Variável Emprego e Renda

2.1 Total de hab. economicamente ativos na família (que trabalha na agricultura ou outras atividades):

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2
<input type="checkbox"/>	>2

Masc.  Fem.

2.2 Total de Pessoas Aposentadas (os) na Residência:

<input type="checkbox"/>	1
<input type="checkbox"/>	2
<input type="checkbox"/>	>2
<input type="checkbox"/>	Nenhum

Masc.  Fem.

2.3 Renda Mensal da Família:

- Menos de um salário mínimo
- Um salario mínimo
- Mais de um salário mínimo
- Dois salários mínimos
- Acima de três salários mínimos

**c) Variável Habitação**

3.1 Tipo de Habitação (casa):

- Alvenaria/ tijolos
- Taipa
- Madeira aproveitada/ palha
- Outros

Qual? \_\_\_\_\_

3.2 Material Predominante na Cobertura:

- Telha cerâmica
- Telha de metal/ zinco
- Telha de brasilit
- Laje
- Madeira Palha
- Outros

Qual? \_\_\_\_\_

3.3 Habitação com garagem: ( ) Sim ( ) Não

3.4 Número de Cômodos:

3.5 Destinação do Esgoto:

- Rede de esgoto
- Fossa
- Eliminação livre

## 3.6 Eliminação do Lixo:

- Coleta  
 Enterra ou queima  
 Livre

## 3.7 Via de Acesso a Comunidade:

- Pavimentação asfáltica  
 Pavimentação em pedras  
 Sem pavimentação  
 Outras

## 3.8 Iluminação pública na comunidade:

( ) Sim ( ) Não

## 3.9 Paisagismo/arborização da comunidade:

( ) Sim ( ) Não

## 3.10 Fonte de Energia:

- Rede elétrica  
 Sem energia  
 Energias renováveis/solar/eólica  
 Outros

## 3.11 Utiliza fogão:

- Gás  
 Lenha  
 Gás/Lenha

## 3.12 Condições de Vida no Assentamento:

( ) Melhoraram ( ) Pioraram ( ) Se mantém as mesmas

Por quê? \_\_\_\_\_

**d) Variável Consumo de Alimentos**

- 4.1 Consumo de leite em dias da semana  
 4.2 Consumo de carne bovina em dias da semana  
 4.3 Consumo de carne caprina/ovina em dias da semana

- 4.4 Consumo de carne de porco em dias da semana
- 4.5 Consumo de legumes em dias da semana
- 4.6 Consumo de verduras em dias da semana
- 4.7 Consumo de frutas em dias da semana
- 4.8 Consumo de ovos em dias da semana
- 4.9 Consumo de café em dias da semana
- 4.10 Consumo de massas em dias da semana
- 4.11 Consumo de feijão/arroz em dias da semana
- 4.12 Consumo de aves (guiné, galinha, peru, pato) em dias da semana
- 4.13 Consumo de peixe em dias da semana
- 4.14 Consumo de caça em dias da semana
- 4.15 Consumo de derivados do milho (cuscuz, angu, mugunzá) em dias semana
- 4.16 Consumo de farinha de mandioca em dias da semana

**e) Variável Participação Organização**

5.1 Sindicato Rural

Sim ( ) Não ( )

5.2 Associação Comunitária

Sim ( ) Não ( )

**f) Variável Salubridade Humana**

6.1 Assistência a Saúde no Assentamento (presença de agente de saúde/ posto médico/ medicação etc.).

- Boa
- Regular
- Ruim

6.2 Infestações de Doenças nas Pessoas

- Baixa
- Média
- Regular

**g) Variável Salubridade Rural (vegetal e animal)**

	Infestações			
	Não tem	Baixo	Médio	Alto

7.1 Infestações de cupins				
7.2 Infestações de formigas				
7.3 Infestações de doenças nos vegetais (plantações)				
7.4 Infestações de vermes/carrapatos nos animais				
7.5 Infestações de moscas nos animais				
7.6 Infestações de febre aftosa				

### **Fator Vulnerabilidade Econômica**

#### **a) Variável Produção Vegetal**

**1- Baixo 2- Médio 3 – Alto**

Tipos de cultivos	Produção dos cultivos		
	Baixo	Médio	Alto
1.1 Arroz			
1.2 Feijão			
1.3 Milho			
1.4 Mandioca			
1.5 Macaxeira			
1.6 Amendoim			
1.7 Batata doce			
1.8 Hortaliças (verduras em gerais)			
1.9 Fava			
1.10 Goiaba			
1.11 Gergelim			
1.12 Coco			
1.13 Abóbora			
1.14 Melancia			
1.15 Tomate			
1.16 Laranja			
1.17 Limão			
1.18 Tangerina			
1.19 Graviola			
1.20 Capim			
1.21 Algodão			

#### **b) Variável Animais de Trabalho**

2.1 Animais de Trabalho

- Cavalos  
 Éguas

- Muares
- Burros
- Jumentos
- Nenhum

**c) Variável Animais de Produção**

3.1 Animais de Produção

- Boi
- Garrotes
- Vaca
- Aves
- Bode
- Ovelhas
- Porcos
- Peixes

**d) Variável Verticalização**

4.1 Matéria Prima Processada/ Melhorada na Propriedade

- Sim
- Não

Quais? \_\_\_\_\_

**e) Variável Comercialização, Crédito e Rendimento.**

5.1 Venda da Produção Agrícola

- Não faz
- Faz para o varejo (venda em pequena quantidade)
- Faz para atravessador (intermediário)
- Faz por meio de cooperativa

5.2 Venda Produção Pecuária (animais)

- Não faz
- Faz para o varejo (venda em pequena quantidade)
- Faz para atravessador (intermediário)
- Faz por meio de cooperativa

### 5.3 Principal Fonte de Crédito

- Não tem  
 Cooperativa  
 Banco oficial

Qual? \_\_\_\_\_

### **Fator Vulnerabilidade à Seca**

#### a) Variável de Recursos Hídricos

##### 1.1 Oferta hídrica

- Permanente  
 Temporária

##### 1.2) Formas de Armazenamento de água

- Açude  
 Poços tubulares  
 Poços amazonas/ cacimbão  
 Cisternas de placas/captação de água de chuvas (telhado)  
 Cisterna calçadão  
 Tanque de pedra/ou caldeirão  
 Barragens subterrâneas  
 Aproveitamento de águas residuais

##### 1.3) Formas de Abastecimentos

- Encanada/caixa d` água  
 Lata/transportada por pessoas  
 Transportadas por animais  
 Carros pipas

##### 1.4 Racionamento de água

- Faz  
 Não Faz

##### 1.5 As águas das Fontes Permitem Abastecimento Humano, Animal e Irrigação para o ano todo:

- Sim  
 Não

### **b) Variável Produção Agrícola no Período de Estiagem**

1.6 Irrigação agrícola no período de estiagem

Faz ( ) Não faz ( )

Qual o método de irrigação \_\_\_\_\_

1.6.1) Período de irrigação

- 3 meses  
 6 meses  
 9 meses  
 Ano todo  
 Não faz

1.6.2) Cultivos de vazantes

- Faz sempre  
 Faz somente no período de estiagem  
 Não faz

1.6.3) Tipos de cultivos de vazantes

- Hortaliças  
 Feijão  
 Batata doce  
 Milho  
 Arroz  
 Abobora  
 Melancia  
 Quiabo  
 Capim

### **c) Variável Armazenamento de Alimento Humano**

1.7 Faz estoque por qual período:



- Faz estoque para um ano
- Faz para mais de ano
- Não faz

#### 1.7.1 Formas de Armazenamentos

- Silos
- Embalagem de vidro
- Garrafas pets
- Banco de sementes
- Não faz

#### 1.7.2 Variável Armazenamento de Alimento para Animais

- Faz estoque para um ano
- Faz para mais de ano
- Compra em outras comunidades
- Não faz

#### 1.7.3 Formas de armazenamentos

- Silagem
- Feno
- Banco de proteína
- Manutenção de capim
- Nenhuma

### **d) Variável Redução de Rebanho**

1.8 faz redução em que período:

- Faz antes da estiagem
- Faz durante a estiagem
- Não faz

### **e) Variável Observações das Previsões das chuvas**

1.9 Qual tipo de observação:

- Faz pela experiência
- Faz por instituições meteorológicas
- Não faz

1.9.1 Ao longo dos últimos anos a seca vem:

- Aumentando
- Diminuindo

**f) Variável Ocupação no Período de Estiagem**

1.10 Qual tipo de ocupação:

- Abandona a comunidade para residir na zona urbana
- Busca emprego na cidade, mas retorna no fim do dia
- Busca emprego em outras comunidades rurais
- Mantém-se nas mesmas atividades agrícolas

**g) Variável Participação em Programas Sociais (no ano que chove abaixo da média):**

1.11 Participação de programas sociais:

- Não Participa
- Participa

Quais? \_\_\_\_\_

**Fator vulnerabilidade ambiental****a) Variável Área de Preservação Permanente**

1.1 Tem área de preservação

- Tem
- Não tem

1.1.1 Tamanho da Área

- Maior que um hectare
- Entre 1-5 hectare
- Entre 6-10 ha
- Não tem

**b) Variável Área de Conservação**

1.2 Tem área de conservação

- Tem
- Não tem

1.2.1 Tamanho da Área

- Maior que um hectare
- Entre 1-5 hectare
- Entre 6-10 ha
- Não tem

**c) Variável Reflorestamento:**1.3.1 Nativa (natural do lugar) Sim ( ) Não ( ) Quais?  

---

1.3.2 Exótica (vem de outra região do país ou fora do país) Sim ( ) Não ( )

Quais são as plantas?  

---

**d) Variável Manejo de Caatinga**

1.4 Faz o manejo:

- |                          |                    |
|--------------------------|--------------------|
| <input type="checkbox"/> | Faz ocasionalmente |
| <input type="checkbox"/> | Faz sempre         |
| <input type="checkbox"/> | Não faz            |

**e) Variável Conflito Ambiental**

1.5 Há conflito:

- |                          |     |
|--------------------------|-----|
| <input type="checkbox"/> | Não |
| <input type="checkbox"/> | Sim |

Quais? \_\_\_\_\_

**f) Variável Qualidade do Ambiente**

1.6 Qualidade do ambiente:

- |                          |         |
|--------------------------|---------|
| <input type="checkbox"/> | Boa     |
| <input type="checkbox"/> | Regular |
| <input type="checkbox"/> | Ruim    |

Por quê? \_\_\_\_\_

1.6.1 Você tem interesse em participar de algum projeto relacionado à educação ambiental?  
\_\_\_\_\_

Por quê? \_\_\_\_\_

**Fator Vulnerabilidade Tecnológica****a) Variável Tecnologia**

1.1 Possui o Documento de Posse da Terra? Sim ( ) Não ( )

## 1.1.2 Área da propriedade:

- 5 hectares
- 10 hectares
- 15 hectares
- > que 15 hectares

## 1.1.3 Assistência Técnica

- Não Tem
- Tem
- Ocasionalmente
- Frequentemente

## 1.1.4 Práticas de Conservação do Solo

- Não faz
- Faz
- Ocasionalmente
- Frequentemente

Que tipo de conservação? \_\_\_\_\_

**b) Variável Máquina e Verticalização**

## 1.2 Uso de Máquinas Agrícolas

- Utiliza
- Não utiliza
- Manualmente
- Tração animal

## 1.2.1 Uso de agrotóxico

- Regular/ frequente
- Ocasional
- Não usa

## 1.2.2 Uso de Defensivos Naturais

- Frequente
- Ocasional
- Não usa

## 1.2.3 Uso de adubação/calagem

- Frequente  
 Ocasional  
 Não usa

## 1.2.4 Uso de adubação natural

- Frequente  
 Ocasional  
 Não usa

## 1.2.5 Capacitação para Exploração da Terra

- Recebe  
 Instituição/INCRA/CAAASP/ATES/CPT  
 Contratam técnicos particulares  
 Faz sozinho  
 Não recebe

## 1.2.6 Uso de Novas Tecnologias em Convivências com o Semiárido

- Recebe  
 Instituição/INCRA/CAAASP/ATES/CPT  
 Não recebe

Quais? \_\_\_\_\_

## 1.2.7 O trabalho do Incra, CAAASP, CPT e ATER na comunidade

- Bom  
 Ruim  
 Regular

## 1.2.8 As Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Agricultura e Ação Social Oferece Algum tipo de Assistência ao Assentamento?

Sim ( )

Não ( )

Quais? \_\_\_\_\_

**Fator Vulnerabilidade Cultural****a) Variável informação**

## 1.1 Acesso à informação:

- Internet  
 Jornal

20 Televisão 20 Rádio 20 Outro

Qual? \_\_\_\_\_

## 1.2 Tipos de lazer

- Teatro
- Cinema
- Festas
- Balneário
- Shows musicais
- Futebol
- Vaquejada
- Outro

Qual? \_\_\_\_\_

**Fator Vulnerabilidade Política****a) Variável Política**

1.1 Lembra qual candidato votou na última eleição?

( ) Sim ( ) Não

1.2 Se interessa pela vida dos candidatos?

( ) Sim ( ) Não

1.3 Conhece ou já ouviu falar sobre o projeto Ficha Limpa?

( ) Sim ( ) Não

1.4 Acredita que a participação das pessoas pode mudar a nossa sociedade?

( ) Sim ( ) Não

1.5 Caso o voto no Brasil fosse facultativo, você sempre votaria nas eleições?

( ) Sim ( ) Não

1.6 Conhece algum trabalho desenvolvido pelos políticos na sua comunidade e cidade?

( ) Sim ( ) Não

1.7 De alguma maneira demonstra algum interesse pela política da sua cidade?

( ) Sim ( ) Não

2. Existem reuniões com a participação significativa da população local para discussão sobre os problemas enfrentados pela comunidade? ( ) Sim ( ) Não

Com que frequência? \_\_\_\_\_

2.1. Quando você precisa fazer algum tipo de reclamação sobre problemas na comunidade como: (falta de água, saneamento, desmatamento, queimadas, caça ilegal de animais silvestres etc.). Quais os órgãos você procura?

Resolveu? \_\_\_\_\_

2.2. Quais os principais problemas da comunidade?

- Falta de água consumo humano/animal/plantação
- Perda da colheita
- Falta de alimentação humano/animal
- Falta de saneamento básico
- Coleta do lixo
- Falta de auxílio para enfrentar a seca

2.3. Acredita que a responsabilidade por estes problemas apresentados são:

- INCRA
- CPT
- CAAASP
- ATES (Assistência Técnica Ambiental e Social)
- Prefeitura Municipal/ Governo do Estado

### Questões Sobre História de Vida

1-Sempre residiu neste lugar? Ou veio de outro lugar?

2-Como foi sua trajetória de vida nesse lugar? Ou antes de chegar nesse lugar?

3-Como era a relação de trabalho com os patrões?

4-Como eram as condições de renda e moradia?

5-Lembra ter enfrentado períodos de secas?

6-Quais as medidas tomada pelo patrão para manter os agricultores na terra?

7-Recebia auxílio assistencial dos governos (Municipal, Estadual ou Federal)? Quais?

8- Como ocorria a organização do trabalho agrícola com criação de animais na fazenda?

9- Hoje como o senhor (a) avalia sua vida nesse assentamento? Quais mudanças positivas o senhor (a) aponta? O que senhor (a) sente falta do passado?



## APÊNDICE II – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA I

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS  
PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS



AOS REPRESENTANTES DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/SERTÃO E DIOCESE DE CAJAZEIRAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO

CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS:

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_

Grau de escolaridade do(a) entrevistado(a): \_\_\_\_\_

Sexo masculino \_\_\_\_\_ Sexo feminino \_\_\_\_\_

1 – Como ocorreu o surgimento da CPT/Sertão?

---



---



---

2 – A Comissão Pastoral da Terra recebeu apoio da Diocese de Cajazeiras? Por quê?

---



---

3 – Qual foi a contribuição da Igreja Católica na luta pela a formação da CPT no Alto Sertão Paraibano?

---



---

4 – Quais foram as dificuldades enfrentadas nos primeiros momentos de formação da Comissão Pastoral da Terra?

---



---

5 – Considera importante a participação das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBS) e da Pastoral da Terra (PT) no movimento inicial de luta pela terra no Alto Sertão Paraibano? Por quê?

---



---

6 – Quais foram os avanços alcançados pela Comissão Pastoral da Terra na luta pela Reforma Agrária no Alto Sertão da Paraíba?

---



---



---



7 – Considera a Comissão Pastoral da Terra como entidade principal no processo de Reforma Agrária no Alto Sertão Paraibano? Por quê?

---

---

---

8 – Os assentamentos da Reforma Agrária têm contribuído para mudanças na sociedade, em geral, nessa região do Alto Sertão? \_\_\_\_\_

---

9 – Que mudanças ocorreram na vida das famílias que conquistaram a terra nessa região? Qual participação a Diocese e CPT têm nessas mudanças?

---

---

10 – Que avanços a CPT juntamente com a Diocese têm alcançado no seu trabalho junto aos camponeses no que diz respeito à convivência com o Semiárido?

---

---

---

11 – Quais os problemas mais frequentes enfrentados pela CPT no processo de Reforma Agrária na região?

---

---

12 – O que falta para a realização por completa da Reforma Agrária nessa região?

---

13 – Qual a relação da CPT com Incra nesse processo de Reforma Agrária? O que mudou nos últimos anos? \_\_\_\_\_

---

---

14 – Atualmente quantos assentamentos/acampamentos no Alto Sertão Paraibano integram a CPT?

---

---

15 – Sem a CPT o processo pela Reforma Agrária no Sertão Paraibano estaria mais atrasado? Por quê?

---

---

16 – Qual a relação da CPT com a política local no que diz respeito ao processo de Reforma Agrária?

---

---

---

### APÊNDICE III – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA II

AOS REPRESENTANTES DA CAAASP (CENTRAL DAS ASSOCIAÇÕES DOS ASSENTAMENTOS DO ALTO SERTÃO PARAIBANO) E OS REPRESENTANTES DA ATES (ASSISTÊNCIA TÉCNICA SOCIAL E AMBIENTAL) SOBRE O TRABALHO PRESTADO AOS ASSENTMANETOS RURAIS DO ALTO SERTÃO E A RELAÇÃO COM A COMISSÃO PASTAROL DA TERRA E O PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO  
 CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS:

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ Função: \_\_\_\_\_

Grau de escolaridade do(a) entrevistado(a): \_\_\_\_\_

Sexo masculino \_\_\_\_\_ Sexo feminino \_\_\_\_\_

1 – Atualmente quantos assentamentos no Alto Sertão Paraibano recebem assistência técnica Social e Ambiental (ATES) prestada pela Caaasp através de contrato com INCRA? Qual a relação da Central das Associações dos Assentamentos do Alto Sertão Paraibano (Caaasp) com a política de Reforma Agrária do INCRA?

---



---

2 – Qual o papel da ATES no acompanhamento das famílias assentadas?

---



---

3 – Qual a relação da CAAASP com a Comissão Pastoral da Terra (CPT)?

---



---

4 – Quais as dificuldades que a Caaasp enfrenta para prestar o trabalho de Assistência Técnica aos assentamentos do Alto Sertão? Quais as perspectiva do Incra com o trabalho prestado pela ATES?

---



---

5- Quais as ações desenvolvidas pela ATES no diz respeito à convivência com o semiárido?

---

---

6- A convivência com o Semiárido é prioridade no desenvolvimento das ações desenvolvidas pela Assistência Técnica Social e Ambiental nos assentamentos? Por quê?

---

7 – Quais avanços os técnicos da ATES têm alcançados no seu trabalho junto aos assentados na convivência com o Semiárido? \_\_\_\_\_

---

8 – O INCRA está satisfeito com o trabalho alcançado pela ATES? Por quê?

---

---

9 – Ainda se verifica o processo migratório nas comunidades pós-assentamento para outras regiões rurais ou urbanas? Por quê? \_\_\_\_\_

---

---

10 – Quais programas de crédito rural que a atual política de Reforma Agrária oferece aos camponeses? Qual a finalidade destes programas? Considera suficiente? Por quê? \_\_\_\_\_

---

11 – O que levou o Incra suspender os serviços da Assistência Técnica Social e Ambiental (ATES) aos assentamentos rurais do Alto Sertão?

---

---

12 – No momento, que perspectiva a CAAASP ver para o retorno da Assistência Técnica aos assentamentos rurais do Alto Sertão Paraibano? \_\_\_\_\_

---

**APÊNDICE IV – ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA III**

AOS REPRESENTANTES DAS SECRETARIAS DO MEIO AMBIENTE, SAÚDE, AÇÃO SOCIAL, AGRICULTURA E EDUCAÇÃO SOBRE O TRABALHO PRESTADO AOS ASSENTMANETOS RURAIS DO ALTO SERTÃO E A RELAÇÃO COM A COMISSÃO PASTAROL DA TERRA E O PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA NO ALTO SERTÃO PARAIBANO

1 – O município através das secretarias da Agricultura, Meio Ambiente, Saúde, Ação Social e Educação, estabelecem que tipo de relação com os assentamentos rurais do município de Cajazeiras?

---

---

2 – Que tipo de ações as secretarias de Agricultura, Meio Ambiente, Saúde, Ação social e Educação do município vêm promovendo com os agricultores dos assentamentos rurais de Cajazeiras?

---

---

3 – O município tem desenvolvido algum projeto voltado para a convivência com o Semiárido nas áreas rurais da região? Quais? \_\_\_\_\_

---

---

4 – O município estabelece alguma relação com o INCRA e a Comissão Pastoral da Terra? Por quê?

---

---

5 – Tem conhecimento do trabalho desenvolvido pelo INCRA através da ATES, Caaasp e Comissão Pastoral da Terra nos assentamentos rurais de Cajazeiras?

---

---

6 – Considera importante o trabalho destes órgãos e pastorais? Por quê?

---

---

7 – O município conta com alguma participação em programas do governo federal voltados para agricultura familiar no que diz respeito ao fornecimento de alimentos para a merenda escolar? Qual? Considera proveitosa essa parceria?

---

---

---

## APÊNDICE V – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE TECNOLOGIA E RECURSOS NATURAIS**  
**PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS**



Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) da pesquisa intitulada: **“ANALISAR AS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS, AMBIENTAIS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS E O PAPEL DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/SERTÃO NO PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA EM CAJAZEIRAS/PB”**. Pesquisa de Doutorado realizada pela estudante Janierk Pereira de Freitas, sob a orientação do Professor Dr. Marx Preste Barbosa, pelo o Programa de Pós Graduação em Recursos Naturais da Universidade Federal de Campina de Grande/Campus Campina Grande- PB. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não causará nenhum prejuízo a você. Este estudo tem por objetivo avaliar as condições socioambientais dos assentamentos rurais e a participação da Comissão Pastoral da Terra no processo de reforma agrária em Cajazeira/Sertão Paraibano - PB e se faz necessário, pois fornecerão dados que poderá contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a convivência com o semiárido da região em estudo. Caso decida aceitar o convite, você será submetido(a) ao(s) seguinte(s) procedimentos: irá responder as questões constantes no questionário da pesquisa. Os riscos envolvidos com sua participação são: poderá haver desconforto em compartilhar informações pessoais ou confidenciais, ou em alguns tópicos que possa se sentir incômodo em falar. Como medida mitigadora o sujeito da pesquisa não precisa responder a qualquer pergunta, se sentir que ela é muito pessoal ou sentir desconforto em falar. Os benefícios da pesquisa devem-se: a pesquisa irá permitir diagnosticar as reais condições socioambientais das comunidades rurais de Cajazeiras-PB pós-assentamento rural, o perfil econômico dos moradores residentes nessas comunidades e as principais mudanças ocorridas na vida dessas pessoas pós-assentamento rural. Verificar a relevância da Comissão Pastoral da Terra para a questão agrária no Alto Sertão Paraibano, se a mesma tem desenvolvido ou apoiado políticas públicas efetivas voltadas para práticas de convivência com o semiárido nas comunidades pesquisadas. Os dados desta pesquisa servirão como subsídios para formulação de políticas públicas que vão além da conquista pela a terra, políticas que façam esses camponeses permanecerem na terra acreditando que é possível, no semiárido buscar novos conhecimentos, novas alternativas para

trabalhar agricultura familiar, contribuir para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável. Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

De acordo com a Resolução nº 466, de 12 de Dezembro de 2012 item IV.3 do Conselho Nacional de Saúde/ MS. Se o senhor (a) tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. No entanto, caso o senhor (a) tenha qualquer despesa decorrente da participação nesta pesquisa, haverá ressarcimento meio de dinheiro, na quantia de comumente acordada pelas partes envolvidas.

O senhor (a) ficará com uma via rubricada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada ao Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos – CEP, do Hospital Universitário Alcides Carneiro - HUAC, situado a Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n, São José, CEP: 58401 – 490, Campina Grande-PB, Tel: **2101-5545**, e-mail: cep@huac.ufcg.edu.br; Conselho Regional de Medicina da Paraíba e a Delegacia Regional de Campina Grande ou Universidade Federal de Campina, Rua Aprígio Veloso, 882-Bodocongó, Campina Grande- PB, 58429-900, Tel: (83) 2101-100. www.ufcg.edu.br. Como também, poderá entrar em contato com o pesquisador(a) pelo o conta janierk\_pfreitas@hotmail.com Tel. (83) 991165671.

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como a mesma será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, concordo que os dados sejam divulgados em publicações científicas, desde que meus dados pessoais não sejam mencionados. Caso eu desejar, poderei pessoalmente tomar conhecimento dos resultados ao final desta pesquisa. Assim sendo, concordo em participar voluntariamente deste estudo.

Cajazeiras – PB, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Questionário nº 01

---

Responsável pela pesquisa/Janierk Pereira de Freitas

## **ANEXOS**

## ANEXO I – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO  
ALCIDES CARNEIRO /  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** AS CONDIÇÕES SOCIOAMBIENTAIS DOS ASSENTAMENTOS RURAIS: O PAPEL DA COMISSÃO PASTORAL DA TERRA/SERTÃO NO PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA EM CAJAZEIRAS/PB (1988 a 2016)

**Pesquisador:** Janierk Pereira de Freitas

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 62773316.2.0000.5182

**Instituição Proponente:** Centro de Tecnologia e Recursos Naturais - CTRN

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 1.869.237

#### **Apresentação do Projeto:**

O projeto pretende analisar a luta pela Reforma Agrária passa a ser representada por camponeses que se engajaram num novo

processo. Essa não somente pela terra, seu principal meio de produção, mas pelas consequências da expansão do capitalismo responsáveis pelas

transformações ocorridas no campo. A luta ganhou força à medida que denunciaram as injustiças sociais, concentração de terras, descumprimentos

dos direitos trabalhistas, ausência de condições básicas para sobrevivência no campo, como: moradia, saúde e educação; ampliando-se as

demandas por melhores condições de vida.

#### **Objetivo da Pesquisa:**

Analisar as condições socioambientais dos assentamentos rurais e o papel da Comissão Pastoral da Terra/Sertão no processo de Reforma Agrária

em Cajazeiras/PB no período (1988-2016).

#### **Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Não há riscos para a comunidade envolvida, que será analisada. Os benefícios, Os benefícios da

**Endereço:** Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n

**Bairro:** São José

**CEP:** 58.107-670

**UF:** PB

**Município:** CAMPINA GRANDE

**Telefone:** (83)2101-5545

**Fax:** (83)2101-5523

**E-mail:** cep@huac.ufcg.edu.br



HOSPITAL UNIVERSITÁRIO  
ALCIDES CARNEIRO /  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE



Continuação do Parecer: 1.869.237

pesquisa devem-se: a pesquisa irá permitir diagnosticar as reais condições socioambientais das comunidades rurais de CajazeirasPB pós-assentamento rural, o perfil econômico dos moradores residentes nessas comunidades e as principais mudanças ocorridas na vida dessas pessoas pós-assentamento rural. Verificar a relevância da Comissão Pastoral da Terra para a questão agrária no Alto Sertão Paraibano, se a mesma tem desenvolvido ou apoiado políticas públicas efetivas voltadas para práticas de convivência com o semiárido nas comunidades pesquisadas. Os dados desta pesquisa servirão como subsídios para formulação de políticas públicas que vão além da conquista pela a terra, políticas que façam esses camponeses permanecerem na terra acreditando que é possível, no semiárido buscar novos conhecimentos, novas alternativas para trabalhar agricultura familiar, contribuïrem para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Este projeto é de fundamental importância pois estuda uma comunidade que é socialmente esquecida, mais apresenta um resgate histórico sócio ambiental, e que servirá como subsídios para formulação de políticas públicas que vão além da conquista pela terra, políticas que façam esses camponeses permanecerem na terra acreditando que é possível, no semiárido, buscar novos conhecimentos, novas alternativas para trabalhar a agricultura familiar, contribuindo para o estabelecimento de processos de desenvolvimento rural sustentável, um novo caminho para a construção de agriculturas de base ecológica voltadas para a convivência com o semiárido, fortalecendo o exercício da cidadania dos camponeses do Sertão paraibano na luta pela reforma agrária, políticas de convivência com o semiárido e justiça social no campo.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

O projeto apresenta todos os requisitos legais.

**Recomendações:**

Recomendo, que este projeto seja aprovado.

Endereço: Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n  
Bairro: São José CEP: 58.107-670  
UF: PB Município: CAMPINA GRANDE  
Telefone: (83)2101-5545 Fax: (83)2101-5523 E-mail: cep@huac.ufcg.edu.br

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO  
ALCIDES CARNEIRO /  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE



Continuação do Parecer: 1.869.237

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Não há inadequações.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

O Colegiado acatou o parecer APROVADO do relator em reunião realizada em 12 de dezembro de 2016.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_837084.pdf	06/12/2016 19:07:20		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.docx	06/12/2016 19:02:22	Janierk Pereira de Freitas	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	06/12/2016 18:59:40	Janierk Pereira de Freitas	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_DE_ATIVIDADES.doc	06/12/2016 12:32:00	Janierk Pereira de Freitas	Aceito
Outros	Termo_de_compromisso.pdf	06/12/2016 11:48:23	Janierk Pereira de Freitas	Aceito
Outros	termo_anuencia.pdf	06/12/2016 11:47:02	Janierk Pereira de Freitas	Aceito
Outros	Divulgacao_dos_resultados.pdf	06/12/2016 11:43:59	Janierk Pereira de Freitas	Aceito
Outros	Declaracao.pdf	06/12/2016 11:42:18	Janierk Pereira de Freitas	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termo_de_concentimento.pdf	06/12/2016 11:41:02	Janierk Pereira de Freitas	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita apreciação da CONEP:**

Não

Endereço: Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n

Bairro: São José

CEP: 58.107-870

UF: PB

Município: CAMPINA GRANDE

Telefone: (83)2101-5545

Fax: (83)2101-5523

E-mail: cep@huac.ufcg.edu.br

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO  
ALCIDES CARNEIRO /  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE



Continuação do Parecer: 1.869.237

CAMPINA GRANDE, 15 de Dezembro de 2016

---

**Assinado por:**  
**Januse Nogueira de Carvalho**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Rua: Dr. Carlos Chagas, s/ n

**Bairro:** São José

**CEP:** 58.107-670

**UF:** PB

**Município:** CAMPINA GRANDE

**Telefone:** (83)2101-5545

**Fax:** (83)2101-5523

**E-mail:** cep@huac.ufcg.edu.br

## ANEXO II – ARTIGO PUBLICADO



ISSN 0798 1015

REVISTA



ESPACIOS

Vol. 38 (Nº 19) Año 2017. Pág. 28

# As condições socioambientais dos assentamentos rurais: O papel da Comissão Pastoral da Terra/Sertão no Processo de Reforma Agrária Cajazeiras/PB

**The environmental conditions of rural settlements: The role of the Pastoral Land Commission/Sertão in the process of land reform in Cajazeiras/PB**

Janierk Pereira de FREITAS <sup>1</sup>; Marx Prestes BARBOSA <sup>2</sup>; Manoel Ferreira da SILVA NETO <sup>3</sup>

Recibido: 12/11/16 • Aprovado: 06/12/2016

## Conteúdo

1. Introdução

2. Revisão de literatura

3. Metodologia da pesquisa

4. Resultados e discursões

5. Considerações finais

Referências

## RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo analisar as principais mudanças desencadeadas nas comunidades rurais Santo Antônio, Valdecir Santiago e Mãe Rainha a partir da criação de assentamentos rurais no município de Cajazeiras/PB, no que diz respeito às condições socioambientais que envolvem as atividades agrícolas desenvolvidas pelos agricultores destas comunidades. Verificando as condições materiais de vida e de trabalho que esses agricultores vêm

## ABSTRACT:

This article aims at analyzing the main changes brought about in the rural communities of Santo Antonio, Valdecir Santiago and Mãe Rainha from the moment of creation of rural settlements in the city of Cajazeiras/PB, Brazil, regarding the environmental conditions related to agricultural activities developed by the farmers in these communities and verifying the material conditions of life and work in which these farmers have lived in these

utilizando para a permanência nestas comunidades, a importância do ambiente e as formas de proteção, como: uso dos resíduos sólidos, da água, e do solo. Para a realização da pesquisa utilizou-se da metodologia de História Oral que se apresenta como fio condutor dos caminhos delineados, permite o diálogo entre o passado e o presente dos personagens, assim, os mesmos podem reconstituir suas experiências cotidianas vividas. O procedimento metodológico utilizou-se dos pressupostos da pesquisa qualitativa. A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas semiestruturadas, depoimento de agricultores e familiares, tendo uma abordagem quantitativa na sistematização de parte dos dados, sendo compilados em gráficos. Os resultados obtidos no estudo atestam a importância da existência de iniciativas e reais mudanças na vida dos moradores das comunidades pesquisada. Para as famílias entrevistadas, a Comissão Pastoral da Terra foi a entidade principal pelos resultados das conquistas alcançadas por eles, tanto no momento inicial pela desapropriação, como nos anos iniciais de assentamento trouxe mudanças significativas no modo de vivência das comunidades.

**Palavras-chave:** Assentamentos Rurais. Agricultores. Atividades Agrícolas. Comissão Pastoral da Terra.

communities, like the importance of environment and forms of protection such as use of solid waste, water, and soil. The research was developed by means of the Oral History methodology which not only serves as a guide to the outlined paths, but also allows the dialogue between the past and the present of the characters, in such a way that these characters can rebuild their daily experiences. In the methodological procedure it was used the assumptions of the qualitative research. The data collection was carried out through semi-structured interviews and testimony from farmers and families, with part of this data being systematized in a quantitative approach and being compiled into charts. The results of the study confirm the importance of initiatives and changes in the lives of the residents of these communities. According to the families interviewed, the Pastoral Land Commission/Sertão (Portuguese term for backcountry, backland, hinterland) was the most important entity for their achievements, not only at the initial moment of the expropriation, but also in the early years of settlement which brought significant changes in the way of living of the communities.

**Keywords:** Rural settlements. Farmers. Agricultural activities. Pastoral Land Commission.

## ***1. Introdução***

A questão agrária no Brasil é resultado de um longo processo, cujo ponto inicial é fixado na construção do espaço colonial. A concentração de terras, em forma de propriedade privada, tornou-se uma característica crucial na formação social e territorial do Brasil. Concentrar grandes quantidades de terras nas mãos de poucas pessoas condicionou um estatuto social no país, garantido historicamente pelas instituições legais e sociedade civil. A desigualdade no acesso à terra, bem essencial de sobrevivência para o camponês, transformou-se num atributo elementar na construção e desenvolvimento deste país. Produzindo uma realidade de exclusões territoriais e sociais com características bem definidas. Os grandes proprietários rurais e os camponeses expropriados lutam para

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

- F866a Freitas, Janierk Pereira de.  
Análise das vulnerabilidades dos assentamentos rurais e o papel da comissão pastoral da Terra/Sertão no processo de reforma agrária no município de Cajazeiras/PB / Janierk Pereira de Freitas. – Campina Grande, 2017.  
352 f. : il.
- Tese (Doutorado em Recursos Naturais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, 2017.  
"Orientação: Prof. Dr. Marx Barbosa Prestes".  
Referências.
1. Atividades Agrícolas. 2. Assessoria Técnica. 3. Organização Social. I. Prestes, Marx Barbosa. II. Título.

CDU 633(043)